

**HISTÓRIA AMBIENTAL DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO  
TERRANOVA, MT: necessidades e possibilidades da  
Educação Ambiental na Amazônia Norte-mato-grossense  
em transformação**

**JOSÉ ALDAIR PINHEIRO**

**CÁCERES  
MATO GROSSO, BRASIL  
2022**

### CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

P654h Pinheiro, José Aldair.

História ambiental do projeto de colonização Terranova, MT: necessidades e possibilidades da educação ambiental na Amazônia Norte-Mato-Grossense em transformação / José Aldair Pinheiro. – Cáceres, 2022.

16 f. ; 30 cm. Il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós- graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) Ciências Ambientais, Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

Orientador: Dr. Aumeri Carlos Bampi.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037.

**JOSÉ ALDAIR PINHEIRO**

**HISTÓRIA AMBIENTAL DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO  
TERRANOVA: necessidades e possibilidades da Educação  
Ambiental na Amazônia norte mato-grossense em transformação**

Tese apresentada à Universidade do Estado de  
Mato Grosso, como parte das exigências do  
Programa de Pós-graduação em Ciências  
Ambientais para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi.

**CÁCERES  
MATO GROSSO, BRASIL  
2022**

**JOSÉ ALDAIR PINHEIRO**

**HISTÓRIA AMBIENTAL DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO TERRANOVA:  
necessidades e possibilidades da Educação Ambiental na Amazônia norte  
mato-grossense em transformação**

**BANCA EXAMINADORA**

Dra. Carolina Joana da Silva  
EXAMINADOR(A) INTERNO(A) 1

Dr. Flávio Bezerra Barros  
EXAMINADOR(A) INTERNO(A) 2

Dra. Eunice Sueli Nodari  
EXAMINADOR(A) EXTERNO(A) 1

Dr. Alexandre Panosso Netto  
EXAMINADOR(A) EXTERNO(A) 2

Dr. Aumeri Carlos Bampi  
ORIENTADOR/PRESIDENTE

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha esposa, Silvana F. G. Pinheiro,  
aos meus filhos, Guilherme e Livia Gazolla Pinheiro, por  
sonharem junto comigo a conclusão dessa tese, bem como a  
meu pai, Paulo Pinheiro, e minha mãe, Gerci da Silva Pinheiro.

## AGRADECIMENTOS

Na realização da presente tese, tive o apoio direto ou indireto de muitas pessoas e instituições às quais estou profundamente grato. Foram muitos os que estiveram ao meu lado durante essa caminhada. Correndo o risco de injustamente não mencionar algumas contribuições, deixo expresso os meus agradecimentos:

Ao Prof. Dr. **Aumeri Carlos Bampi**, a oportunidade de tê-lo como orientador no Mestrado e no Doutorado. Agradeço pela confiança, pela amizade, conselhos e paciência. Suas valiosas contribuições foram muito além do que o dever impõe. Uma preocupação cuidadosa com o ser humano.

Aos **professores** do Programa de Pós-Graduação, por seus ensinamentos e incentivos, em especial à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Áurea Regina Alves Ignácio que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos colegas do curso, pelos momentos de diálogos e de estudos que nos fizeram crescer socializando saberes e conhecimentos.

À **Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)**, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, pela oportunidade de realizar este doutorado.

Agradecimento especial aos membros da Banca Examinadora, os professores Dr. Dr. Flávio Bezerra Barros, Dr. Alexandre Panosso Netto e as professoras Dra. Carolina Joana da Silva e Dra. Eunice Sueli Nodari.

Agradeço aos amigos e amigas que muito ajudaram. Especialmente, à “Sala 1”: ao prof. Perez, às profas. Marcela, Elidi e Geovana, que contribuíram com trabalho e amizade nos momentos precisos. Muito Obrigado!

Às **famílias de camponesas** de Nova Guarita e Terra Nova do Norte, MT, participantes diretas com suas memórias e documentos que me possibilitaram outros olhares. Não posso esquecer as acolhidas e os diálogos frutíferos.

Agradeço imensamente a meu sogro, Veli Gazolla, e sogra, Neuza Mantovani Gazolla, pelo apoio, incentivo e acolhida nos muitos momentos de estudos.

Aos meus familiares, meu pai, Paulo Pinheiro, minha mãe; Geraci da Silva Pinheiro, e minhas irmãs Elizete, Sônia e Solange, meus sobrinhos e sobrinhas. Obrigado pelo apoio e incentivo.

Enfim, muitas outras pessoas contribuíram e ajudaram direta ou indiretamente na construção deste trabalho. Meu muito obrigado!!!

### **Agradecimento Especial**

No cotidiano de estudo, trabalho e família, pude contar sempre com o apoio incondicional de minha esposa **Silvana**. Nas minhas ausências e nas turbulências manteve-se firme e confiante. Trago também meus filhos Guilherme e Lívia, que sempre foram fonte de motivação e esperança nesta caminhada. A vocês sou inteiramente grato pela compreensão, paciência e apoio, facilitando os passos no caminho. **Meu muitíssimo e terno obrigado!!!!**

*Ser o que se é,  
Falar o que se crê,  
Crer no que se prega,  
Viver o que se proclama,  
Até as últimas consequências.*  
Pedro Casaldáliga

## RESUMO

Esta tese aborda a História Ambiental do Projeto de Colonização Terranova, localizado nos municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita, MT, com foco nas relações dessa sociedade com a natureza local no seu contexto histórico e atual. Trata-se de um processo de reocupação desse território, via Colonização Oficial do governo militar, implantado no ano de 1978 através do INCRA e da Cooperativa Coopercana. Nesse Projeto foram assentadas famílias camponesas de sem-terra que ocupavam ilegalmente as reservas indígenas da região do alto Uruguai, RS, onde viviam em situação de conflito pela posse da terra. A partir do enfoque da História Ambiental, a problemática central da tese procurou responder às seguintes indagações: Como os camponeses sulistas interagiram com a natureza do ambiente amazônico no Projeto Terranova? Como se deu o processo de apropriação e uso da natureza, tendo em vista a crise socioambiental vivida pelos camponeses atualmente na área de estudo da pesquisa? O objetivo principal é analisar as relações entre sociedade e natureza, representadas pelos camponeses e o Projeto Terranova, na perspectiva da História Ambiental, para o enfrentamento e superação dos desafios à crise socioambiental local por meio das possibilidades ofertadas pela educação ambiental. A abordagem do estudo tem por base a pesquisa qualitativa. Nessa perspectiva e de modo a contemplar os objetivos traçados e responder às questões da tese, foi definindo o método dialético para a abordagem científica da pesquisa. Quanto aos procedimentos e técnicas de coletas de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. Em seguida, para os dados de campo, a observação participante, caderno de campo e entrevistas semiestruturadas tendo por base métodos da história oral de vidas e a entrevista compreensiva. Os interlocutores participantes são camponeses remanescentes nos lotes rurais desde o início do Projeto. Os resultados mostram que a criação e implantação do Projeto Terranova desconsiderou o povo indígena Krenakarore, que habitava esse território. Ignorou, também, a realidade socioambiental dos camponeses migrantes em suas trajetórias de vida e a migração para o bioma amazônico sem qualquer preparação ou conhecimento do ecossistema local. O desenvolvimento do Projeto Terranova reproduziu o *ethos* sulista do desmatamento civilizador baseado na exploração dos recursos naturais e na produção de matérias-primas para os mercados nacionais e internacionais. No processo de reocupação, foi implantado um modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais, em que as famílias camponesas foram inseridas e concebidas como pequenas unidades de produção para o mercado nacional e internacional. Consequentemente, isso gerou impactos e transformações profundas no meio ambiente levando a uma crise socioambiental local que impõe a essa sociedade a busca de alternativas de enfrentamento da crise e a construção de uma vida coletiva mais sustentável.

**Palavras-chave:** Colonização. Projeto Terranova. Crise socioambiental. História Ambiental. Educação Ambiental.

## **ABSTRACT**

This thesis addresses the Environmental History of the Terranova Colonization Project, located in the cities of Terra Nova do Norte and Nova Guarita, MT, focusing on the relationship of this society with local nature in its historical and current context. It is a reoccupation process of this territory, by the Official Colonization of the military government, implemented in 1978 through INCRA and Cooperativa Coopercana. In this Project, landless peasant families who illegally occupied indigenous reserves in the region of Alto Uruguai, RS, where they lived in a situation of conflict over land tenure, were settled. From the perspective of Environmental History, the central issue of the thesis sought to answer the following questions: How did southern peasants interact with the nature of the Amazon environment in the Terranova Project? How did the process of appropriation and use of nature take place, in view of the socio-environmental crisis currently experienced by peasants in the research study area? The main objective is to analyze the relationships between society and nature, represented by the peasants and the Terranova Project, from the perspective of Environmental History, to face and overcome the challenges of the local socio-environmental crisis through the possibilities offered by environmental education. The study approach is based on qualitative research. In this perspective and in order to contemplate the objectives outlined as well as answer the questions of the thesis, the dialectical method was defined for the scientific approach of the research. As for the procedures and techniques of data collection, we used bibliographic and documental research. Then, for the field data, the participant observation, field notebook and semi-structured interviews based on oral history of lives methods and the comprehensive interview. The participating interlocutors are peasants remaining in the rural lots since the beginning of the Project. The results show that the creation and implementation of the Terranova Project disregarded the Krenakarore indigenous people, who inhabited this territory. It also ignored the socio-environmental reality of migrant peasants in their life trajectories and the migration to the Amazon biome without any preparation or knowledge of the local ecosystem. The development of the Terranova Project reproduced the southern ethos of civilizing deforestation based on the exploitation of natural resources and the production of raw materials for national and international markets. In the reoccupation process, a development model based on the exploitation of natural resources was implemented, in which peasant families were inserted and conceived as small production units for the national and international market. Consequently, this has generated deep impacts and transformations in the environment, leading to a local socio-environmental crisis that imposes on this society the search for alternatives to face the crisis and the construction of a more sustainable collective life.

**Key-words:** Colonization. Terranova Project. Socio-environmental crisis. Environmental History. Environmental education.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                             |        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Figura 1 – Mapa da região amazônica .....                                                                                                                                   | 29     |
| Figura 2 – Localização da área de estudo no Projeto Terranova .....                                                                                                         | 37     |
| Figura 3 – Mapa da RP II – Norte – Alta Floresta: Localização da Região de Planejamento no território de Mato Grosso. ....                                                  | 39     |
| Figura 4 – Mapa da localização da região do Alto Uruguai no estado do Rio Grande do Sul, Brasil .....                                                                       | 8687   |
| Figura 5 – Localização das Terras Indígenas no Rio Grande do Sul, Brasil (2012)..<br>.....                                                                                  | 9091   |
| Figura 6 – Mapa histórico do planejamento ferroviário no Rio Grande do Sul, 1917.<br>.....                                                                                  | 9596   |
| Figura 7 – Propaganda do governo militar no período do “milagre econômico”                                                                                                  | 112113 |
| Figura 8 – Construção da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), Serra do Cachimbo no extremo norte de Mato Grosso.....                                                           | 123124 |
| Figura 9 – Ilustração da localização das aldeias Panará / Kreenakarore entre as décadas de 1950 e 1970 no período de construção da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém).....    | 1254   |
| Figura 10 – Ilustração da localização dos Projetos de Colonização Oficial (PACs) em Mato Grosso.....                                                                        | 1298   |
| Figura 11 – Técnico da cooperativa da Coopercana elaborando um esboço do Projeto Terranova durante o sobrevoo de vistoria da área do assentamento. ....                     | 130    |
| Figura 12 – Ilustração da distribuição das agrovilas no Projeto Terranova .....                                                                                             | 12931  |
| Figura 13 – Embarque das famílias nos ônibus em julho de 1978, partindo de Esteio, RS para Terranova, MT.....                                                               | 147    |
| Figura 14 – A) Embarque das famílias nos aviões em Porto Alegre, RS, em 04 de julho de 1978; (B) Desembarque em Cuiabá, MT para seguirem de ônibus para Terranova, MT ..... | 148    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                             |       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Figura 15 – (A) Ponto de parada dos ônibus no entroncamento da Rodovia BR 163 com a J-1 (MT-208) para o momento de oração; (B) Soldados do Exército na cerimônia de recepção aos camponeses na chegada em Terranova.....                                                    | 149   |
| Figura 16 – (A) Recepção, distribuição das bagagens, sorteio lotes e habitações; (B) Agrovila Esteio, em 05 de julho de 1978.....                                                                                                                                           | 150   |
| Figura 17 – Situação das habitações na Agrovila Planalto (17 jul. 1978).....                                                                                                                                                                                                | 150   |
| Figura 18 – (A) Filtros de barro para uso doméstico, adquiridos pela cooperativa Coopercana/ (B) Uma mãe com a criança no hospital do assentamento em Terranova, 1978 .....                                                                                                 | 1554  |
| Figura 19 – Camponeses perfurando poço em busca de água potável para abastecimento doméstico em 1978.....                                                                                                                                                                   | 1585  |
| Figura 20 – Moradias na Agrovila Planalto, em 17 de julho de 1978.....                                                                                                                                                                                                      | 157   |
| Figura 21 – Início da exploração madeireira pela cooperativa Coopercana (1978)..                                                                                                                                                                                            | 16159 |
| Figura 22 – Animais abatidos em caçadas e pescaria para complemento alimentar junto ao assentamento Terranova (1979).....                                                                                                                                                   | 1610  |
| Figura 23 – (A) Cerimônia de entrega de motosserras aos camponeses de Terranova; (B) Camponeses em mutirão para iniciarem a derrubada da mata em seus lotes rurais. Destaque para as ferramentas de trabalho: motosserra, foices, machados e espingarda em 1979 (1978)..... | 1612  |
| Figura 24 – Tratores arrastam o correntão para iniciar uma etapa de derrubada da floresta na quarta agrovila.....                                                                                                                                                           | 164   |
| Figura 25 – Floresta derrubada e queimada sob a observação dos camponeses. Terranova, MT (1979).....                                                                                                                                                                        | 165   |

|                                                                                                                                                                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 26 – Camponês mostra a primeira lavoura de arroz no lote rural em Terranova, 1980.....                                                                                                                                                     | 167 |
| 6                                                                                                                                                                                                                                                 |     |
| Figura 27 – Garimpo de balsas e dragas no Rio Peixoto, MT, na década de 1980.....                                                                                                                                                                 | 173 |
| Figura 28 – Córrego assoreado com pastagem para o gado .....                                                                                                                                                                                      | 178 |
| Figura 29–(A) Igreja abandonada na Agrovila Esteio em Terra Nova do Norte, MT; (B) Camponês aplicando inseticida/herbicida na plantação de maracujá (2009).....                                                                                   | 191 |
| 1                                                                                                                                                                                                                                                 |     |
| Figura 30 – (A) Escavação no leito de córrego seco no período da estiagem para obtenção e armazenamento de água para o gado; comunidade; (B) Garimpo de ouro com dragas e retroescavadeiras na microbacia do Rio Peixoto em Nova Guarita, MT..... | 181 |
| Figura 31 – Lote rural onde se desenvolveram projetos de manejo de pastagem para o gado e coleta de sementes. Projeto desenvolvido pela ONG ICV (Instituto Centro de Vida) com verbas do Fundo Amazônia.....                                      | 186 |
| Figura 32 – Exemplos de produção agrícola baseada na agroecologia .....                                                                                                                                                                           | 190 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                               |        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Quadro 1 – Síntese do desenho geral do estudo.....                                                            | 26     |
| Quadro 2 – Informações dos municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita ...                               | 41     |
| Quadro 3 – Delineamento metodológico da pesquisa.....                                                         | 521    |
| Quadro 4 – Principais autarquias e programas da estratégia de ocupação da Amazônia (1950 a 1980).....         | 120121 |
| Quadro 5 – Relação dos PACs com suas respectivas localizações, áreas e quantidades de famílias atendidas..... | 129130 |
| Quadro 6 – Distribuição das famílias nas etapas do Projeto Terranova.....                                     | 13635  |
| Quadro 7 – As representações imaginárias da Amazônia .....                                                    | 1476   |
| Quadro 8 – A questão da moradia: primeiras impressões .....                                                   | 152    |

|                                                               |       |
|---------------------------------------------------------------|-------|
| Quadro 9 – O conhecimento da floresta.....                    | 1598  |
| Quadro 10 – As experiências com as primeiras lavouras .....   | 1687  |
| Quadro 11 – Problemas e mudanças socioambientais .....        | 1776  |
| Quadro 12 – Problemas e mudanças socioambientais .....        | 18079 |
| Quadro 13 – Ações para enfrentamento da crise instalada ..... | 1876  |
| Quadro 14 – Perspectivas de enfrentamento da crise .....      | 1898  |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                |        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                               | 17     |
| 1 CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL DO LÓCUS DA PESQUISA .....                                                                            | 28     |
| 1.1 Contextualizando histórica da investigação .....                                                                           | 28     |
| 1.2 Situando o lócus da pesquisa .....                                                                                         | 35     |
| 1.3 Os caminhos trilhados na pesquisa .....                                                                                    | 41     |
| 1.4 Instrumentos de coleta de dados .....                                                                                      | 44     |
| 1.5 Análise e interpretação dos dados da pesquisa.....                                                                         | 50     |
| 2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL, NATUREZA E SOCIEDADE: UM OLHAR REFLEXIVO .....                                                     | 5253   |
| 2.1 Natureza e humanidade: perspectiva histórica .....                                                                         | 5455   |
| 2.2 Um olhar crítico para o distanciamento ou separação entre humano e natureza .....                                          | 6465   |
| 2.3 História Ambiental e Educação Ambiental: busca de sentidos do ser no mundo .....                                           | 7374   |
| 2.4 História Ambiental: o lugar da natureza na vida humana.....                                                                | 7879   |
| 2.5 Educação Ambiental: o lugar da vida humana na natureza .....                                                               | 8283   |
| 3 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DO LUGAR DE ORIGEM: EXCLUSÃO SOCIAL E ECOSSISTÊMICA.....                                             | 8687   |
| 3.1 Política e natureza no Alto Uruguai.....                                                                                   | 9192   |
| 3.2 Olhar pela história ambiental .....                                                                                        | 997    |
| 3.3 “Daí começou vim gente com trator”: modernização, campesinato e natureza .....                                             | 9899   |
| 3.4 No caminho da modernização agrícola, os camponeses e a natureza .....                                                      | 1054   |
| 4 PROJETO DE COLONIZAÇÃO TERRANOVA: UM MISTO DE INCERTEZAS, DESCONFIANÇAS E ESPERANÇA.....                                     | 112112 |
| 4.1 A Amazônia mato-grossense como solução à problemática agrária do Alto Uruguai (RS): o nascimento do projeto Terranova..... | 122    |

|                                                                                                           |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 4.2 Recomeçar na mata: a realidade no papel e da floresta.....                                            | 133  |
| 5 O LÓCUS DA CHEGADA E A NOVA REALIDADE AMBIENTAL: ADAPTAÇÃO CULTURAL E ECOSSISTÊMICA.....                | 1421 |
| 5.1 “Não tinha nada, era só mato mesmo” .....                                                             | 1432 |
| 5.2 O deslocamento e a chegada: imaginário e realidade em conflitos .....                                 | 1455 |
| 5.3 A difícil adaptação: “seca, chuarada e calor!” .....                                                  | 153  |
| 5.4 Água e saúde .....                                                                                    | 154  |
| 5.5 A floresta, queimadas e agricultura: o simbólico e o real na sustentação da vida. ....                | 159  |
| 5.6 Queimadas e agricultura .....                                                                         | 1643 |
| 6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL ..... | 1765 |
| 6.1 A incerteza no enfrentamento da crise socioambiental.....                                             | 1875 |
| 6.2 Educação Ambiental Crítica: para fazer uma História Ambiental integradora .....                       | 1887 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                | 1964 |
| REFERÊNCIAS.....                                                                                          | 2008 |

## INTRODUÇÃO

Esta tese aborda a História Ambiental do Projeto de Colonização Terranova<sup>1</sup>, destacando as transformações socioambientais produzidas e reproduzidas nas relações e interações dos camponeses sulinos com a natureza no bioma amazônico norte mato-grossense. Destaca também as possibilidades e, sobretudo, a necessidade da Educação Ambiental frente às consequências deletérias advindas dessa migração desordenada.

O *Projeto Terranova* é, historicamente, um pequeno território dentro da Amazônia norte mato-grossense, tendo em comum com outros espaços amazônicos o modo de reocupação via colonização e todas as questões da geopolítica nacional e internacional implicadas nesse movimento colonizador. Esse Projeto é o ponto de partida da pesquisa, mas, para tanto, foi necessária uma digressão histórica, revisitando a origem dos migrantes que para esse local se dirigiram. Eram pessoas que já tinham vivenciado modificações e interferências políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais (interações biológicas com espécies animais e vegetais) em uma complexa e dinâmica relação com os recursos naturais, florestais, hídricos e culturais.

Pesquisar a História Ambiental do Projeto Terranova é mergulhar em um contexto de questões, fatos, situações e experiências entremeadas de sentidos a que foram submetidas as famílias destinadas ao assentamento. Foi/É também o espaço dos sonhos e esperanças, das frustrações e desistências, das alegrias e tristezas, do ver nascer e do ver morrer, do se ajuntar, se organizar, mas também do se isolar e perecer. Enfim, um espaço de riqueza e diversidade ambiental e da voracidade impiedosa do capital sobre os recursos naturais e humanos que gerou a atual crise socioambiental.

---

<sup>1</sup> Na literatura da pesquisa encontramos formas diferentes de denominação: nos documentos oficiais (Atas, Contratos e Ofícios) do INCRA e da Coopercana é denominado *Projeto de Colonização Terranova*; Castro et al. (2002) intitulam-no de *PAC Terranova* (Projeto de Assentamento Conjunto), colonização conjunta do INCRA com cooperativas; Tavares (1993) denomina *Programa de Colonização Terranova*; Schwantes (1988) afirma que Luiz Salgado Ribeiro sugeriu o nome *Projeto Terranova*, originalmente escolhido durante a viagem de retorno a Porto Alegre da comissão de jornalistas, prefeitos e lideranças que vistoriaram a área do projeto em 1978. Na tese adotamos o nome *Projeto Terranova*.

Pesquisar esse território, a partir da História Ambiental e da Educação Ambiental, a fim de compreender tal problemática socioambiental é uma tarefa desafiadora devido à complexidade dos eventos ocorridos outrora e os atuais. Em virtude disso, ouviram-se os depoimentos dos próprios camponeses que foram os protagonistas desse processo, portadores de cultura, conhecimentos, saberes e necessidades trazidos de outro bioma. Foram diretamente ligados à floresta e à agricultura de toco, impondo determinadas relações e interações com a natureza local, definidas como vitais à manutenção de suas vidas, segundo a lógica do pensamento tecno-racional (MORIN, 1986).

Do ponto de vista teórico, neste estudo recorreremos à História Ambiental e à Educação Ambiental porque surgiram em contraponto da visão naturalista do ambiente, que se traduz na dicotomia natureza/sociedade. Proporcionaram uma guinada na forma de ver/sentir as questões ecológicas e socioambientais, as quais passaram a ser debatidas em diversos ramos do conhecimento e das ciências mediante outro paradigma: a visão socioambiental.

Segundo Carvalho (2012, p. 37), a visão socioambiental “orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar em que o meio ambiente é compreendido como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais”. É um espaço relacional onde a presença humana é um agente que pertence à teia das relações da vida social, natural e cultural e interage com ela.

O fenômeno da colonização amazônica tem sido amplamente estudado a partir da década de 1970, com enfoque concentrado na sociologia, história, educação e ecologia. A região onde se inseriu o Projeto Terranova aparece em escritos sobre o alargamento e ocupação da fronteira amazônica, colonização e migração e diversidade linguística, dentre outros, desenvolvidos por pesquisadores como José Vicente Tavares dos Santos (2003), Bertha Becker (1982; 1997) e José de Souza Martins (1996, 2009). Especificamente sobre o Projeto Terranova, salientam-se os estudos de João Carlos Barroso e Sueli Pereira de Castro (2002), Norberto Schwantes (1989) e Vitale Joanoni Neto (2014). São significativas contribuições teóricas que ajudam a compreender a relação entre sociedade e natureza no processo de formação do território do assentamento.

Passados quarenta anos do início da formação do Projeto Terranova, são significativos os impactos socioambientais consequentes da modernização autoritária da Amazônia (BRITO, 2001). As respostas da natureza mostram-se no passivo ambiental gerado pelas práticas produtivas e formas de apropriação dos recursos naturais, nos conflitos fundiários decorrentes da mercadorização da terra e, mais recentemente, da concentração fundiária – consequências do modelo de desenvolvimento insustentável e da falta de perspectiva de vida na terra.

Diante da complexidade e urgência da resolução da crise socioambiental, os camponeses, a sociedade civil, governos, academias, empresas, cidadãos encontram-se diante do enorme desafio de reverter os danos já consolidados, como, por exemplo: o desmatamento e as queimadas, perda de biodiversidade, degradação do solo e recursos hídricos pelas atividades pecuárias, agrícolas e garimpeiras, escassez de água, assoreamento dos rios, córregos e nascentes, declínio da pequena propriedade e expansão dos latifúndios, conflitos agrários, pesca predatória, declínio das organizações comunitárias e da comunidade escolar, avanço das monoculturas e uso dos agrotóxicos, dentre outros. Em meio a esse cenário local, as famílias e as comunidades foram compelidas a encontrar alternativas para continuar a vida sem precisar migrar novamente para outros lugares de fronteiras ou centros urbanos da região.

A partir dessas premissas, foi formulado o objeto<sup>2</sup> de estudo desta tese, que se centra nas relações e interações entre homem e natureza sob a ótica da História Ambiental. Para tanto, foi necessário entender as transformações socioambientais produzidas e vividas pelos camponeses sulistas em seus locais de origem (Rio Grande do Sul) e, posteriormente, no bioma amazônico por meio da ocupação contemporânea no Projeto de Colonização Agrícola Terranova no norte mato-grossense desde o final da década de 1970 até a atualidade.

Dentro dessas dimensões, analisaram-se as questões agrárias e fundiárias do período relativas ao objeto investigado; os processos de contato com a terra; a

---

<sup>2</sup> A compreensão de que o objeto não existe em si senão pela construção ou elaboração subjetiva. Os fatos, as ideias, os fenômenos, as coisas podem existir em sua forma empírica ou real banalizadas pelo uso cotidiano em senso comum ou em consenso social. Ao ser colocado a vista da indagação, do questionamento ou da problematização, passa a ser um objeto potencialmente em construção. Como explica Kaufmann (2013, p. 42), “o objeto é aquilo que consegue se separar do conhecimento comum e da percepção subjetiva do sujeito graças a procedimentos científicos de objetivação”.

colonização do governo militar na Amazônia; o uso e apropriação da natureza; a crise socioambiental local gerada pelo modelo de desenvolvimento adotado e a perspectiva da Educação Ambiental como alternativa de enfrentamento ao colapso instalado nesse território.

Os camponeses foram submetidos à colonização, empregando esforços, conhecimentos e saberes sobre os recursos naturais, intentando transformar o espaço e as paisagens sob os contornos projetados pelos ideários políticos, econômicos e ideológicos do capitalismo. Portanto, tiveram um papel socioambiental no processo de ocupação, embora condicionados a relações e interações com a natureza, preconizadas e impostas pela colonização, que produziram profundas transformações no bioma local.

O objeto deste estudo emerge, portanto, das inquietações históricas e atuais vivenciadas na região no que tange às relações e interações entre homem, sociedade e natureza em um contexto de crise socioambiental global, regional e local produzida a partir de bases epistemológicas que fundaram conhecimentos e saberes, costumes e hábitos, leis e normas, que dão os contornos para as interações entre os humanos e não humanos.

Esta pesquisa é também um anseio de contribuir cientificamente, investigando a trajetória de vida dos colonos para compreender as transformações marcantes e profundas na paisagem e no território. É, de certa forma, também retomar as memórias da infância; das relações com as florestas, com os córregos e rios; com o clima, com as queimadas anuais – o fogo e a fumaça que impediam de ir para a escola –, as chuvas intermináveis, as estradas bloqueadas e intransitáveis com pontes caídas e muitos atoleiros, as plantações se perdendo na roça por causa das chuvas, com o alimento, tantas vezes escasso, com a malária etc.

O fato é que o processo de ocupação (via colonização) ocorreu. E com ele a implantação de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado na exploração dos recursos naturais que constituiu um território conectado ao modelo de produção econômica nacional ainda que incipiente no início do processo. Assim, em virtude da situação de degradação socioambiental em que se encontram os recursos naturais, principalmente as florestas, recursos hídricos e solo na área de estudo, bem como do colapso das comunidades rurais e abandono (venda ou arrendamento) da terra, a

investigação buscou responder às seguintes questões norteadoras da pesquisa: *Como os camponeses sulistas interagiram com a natureza do ambiente amazônico no Projeto Terranova? Como se deu o processo de apropriação e uso da natureza? Por que e como os recursos da biodiversidade amazônica sofreram fortes impactos gerando consequências evidentes no assentamento na atualidade? Quais orientações os camponeses receberam dos agentes colonizadores (INCRA, Coopercana, Banco do Brasil) sobre o bioma amazônico quanto ao uso, apropriação e conservação da natureza (recursos naturais como reservas legais, áreas de proteção permanente, recursos hídricos, solo, fauna e flora)? Quais mudanças e transformações socioambientais são percebidas pelos assentados desde o início da instalação do Projeto, no tocante aos recursos naturais da fauna, flora, solo e recursos hídricos decorrentes das atividades de produção da vida coletiva no assentamento? Diante desse contexto, quais as possibilidades da Educação Ambiental crítica como alternativa de enfrentamento da crise socioambiental instalada?*

Com base nessa problemática, a hipótese principal é que os camponeses foram impelidos pelos agentes colonizadores a desenvolverem uma posição dominadora sobre a natureza, a “limparem” os lotes como expressão do desenvolvimento e modelo de produção. Ao mesmo tempo, os colonos (acostumados com a cultura de desmatamento civilizador), reproduziram saberes e práticas da terra de onde vieram até construírem novas formas de adaptações, vivências e identidades com o bioma.

Como hipóteses secundárias temos que: (1) A partir da relação de domínio, não houve preocupação ambiental alguma ao longo do processo histórico local, acarretando exploração descontrolada dos recursos naturais, pois o processo de subjugação era visto como necessário para o desenvolvimento agrícola, cuidados sanitários e lucratividade rápida com a disponibilidade de recursos florestais, principalmente. (2) Atualmente, as famílias camponesas percebem parcialmente as consequências socioambientais do modelo de desenvolvimento local. A hipótese é que há na coletividade uma abertura para a construção de espaços de vida a partir dos princípios da sustentabilidade e da Educação Ambiental, sem ter que sair ou migrar para outros lugares, rumar para as cidades médias ou grandes da região, mesmo diante da crise socioambiental de difícil superação imediata.

Há pela frente o desafio de problematizar a produção da existência em uma relação e interação mais harmoniosa e equitativa com a natureza sem que seja preciso migrar nem exaurir os recursos naturais. Para tanto, é necessário confrontar a lógica do desmatamento civilizador (BUBLITZ, 2006), repensar as concepções e representações socioambientais vigentes, assim como os valores, saberes e práticas arraigadas culturalmente em vista de uma nova racionalidade e sustentabilidade socioambiental (LEFF, 2006).

A investigação fez-se necessária para compreender o papel social dos camponeses-agricultores-colonizadores frente às condições de crise socioambientais produzidas neste território e à proposição de alternativas de enfrentamento à crise. Outras justificativas à investigação se devem à lacuna de conhecimentos científicos relativos à abordagem da temática e contribuição à Agenda Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (ou a Agenda 2030<sup>3</sup>). Essas percepções surgiram durante os estudos e discussões nos encontros do Grupo de Pesquisa Antroposfera. Em relação à Agenda 2030, observando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a pesquisa contribui para a compreensão das questões socioambientais locais e globais, especificamente os ODS de números 2, 4, 6, 11, 12 e 15, os quais contemplam a vida coletiva nesse território.

O objetivo da pesquisa, portanto, é *analisar as relações entre sociedade e natureza, representadas pelos camponeses e o Projeto Terranova, na perspectiva da História Ambiental para o enfrentamento e superação dos desafios à crise socioambiental local por meio das possibilidades ofertadas pela Educação Ambiental*. Visando atender o objetivo principal, estabeleceram-se os específicos que indicam os caminhos da pesquisa para responder à problemática e alcançar o objetivo geral: (1) compreender, a partir da História Ambiental, o contexto dos processos de migração e ocupação, via colonização, do Projeto Terranova; (2) analisar as relações socioambientais de uso e apropriação da natureza no desenvolvimento do Projeto Terranova; (3) descrever e analisar as percepções dos camponeses quanto às

---

<sup>3</sup> Ao todo, 17 *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* (ODS), que visam cumprir a Agenda 2030, foram aprovados em 2015 em Nova Iorque pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Os ODS têm por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos e com a preocupação de integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu-completam-2-anos/>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

mudanças socioambientais vivenciadas no desenvolvimento histórico do Projeto Terranova; (4) analisar o contexto de crise socioambiental instalada e a possibilidade da Educação Ambiental como alternativa de enfrentamento da crise;

Importante ressaltar que investigar as formas e modos de reocupação e apropriação dos recursos naturais pelos camponeses não se trata de culpabilizar, mas compreender que a crise socioambiental foi produzida pelos sujeitos que atendiam às necessidades vitais de sua época e estavam imersos em um macroprocesso de expansão capitalista, comandado pelas forças autoritárias do Estado e associadas a interesses privados internacionais.

Visando à análise mais profunda e melhor compreensão do problema e objetivos da pesquisa, esta tese está estruturada do seguinte modo: o *primeiro capítulo* aborda o contexto socioambiental do lugar de origem do grupo de camponeses participantes da pesquisa. O objetivo é compreender o processo de exclusão social e ecossistêmica dessas famílias camponesas. Para tanto, estão presentes as discussões sobre o alargamento das fronteiras capitalistas a partir da colonização, a modernização agrícola conservadora e as políticas fundiárias concentradora no Sul do país. No plano político-ideológico, imperou a concepção de territórios vazios e a ocupação agrícola-urbano-industrial com foco no Centro-Oeste e na Amazônia. No que diz respeito ao trabalho de campo, estão descritos os métodos e técnicas adotadas e as justificativas da escolha, juntamente com uma descrição da área com a população envolvida sob os aspectos antropológicos, históricos, geográficos e socioambientais.

O processo de deslocamento, a chegada e a adaptação cultural e ecossistêmica das famílias camponesas no novo território ambiente são temas abordados no *capítulo dois*. A partir do olhar dos interlocutores, um novo ponto de vista de como se deu a interação socioambiental na produção da vida coletiva. Nas discussões, emergem os aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e ambientais para compor a História Ambiental do Projeto Terranova. A partir de imagens, relatos e descrições, serão descritas como as práticas culturais e econômicas e o modo de existir dos camponeses interferiram no bioma local e produziram as transformações na natureza, ficando evidente que as ações antrópicas deletérias ocorreram em virtude de sobrevivência em um ambiente inóspito.

*Projeto de colonização Terranova: um misto de incertezas, desconfianças e esperança*, é a terceira seção da tese, momento em que se discutem a origem e a implantação do Projeto Terranova sob os aspectos estruturais, políticos, ideológicos e ecológicos, procurando mostrar como se deu a História Ambiental consequente da relação dessa sociedade em formação com a floresta e todo o ambiente natural do território.

O *quarto capítulo* apresenta as bases teórico-conceituais, cotejando-as com as concepções filosófica e sócio-histórico-ambientais da relação entre sociedade e natureza na ocidentalidade: questões culturais, econômicas e políticas da relação homem/natureza; discussões da sustentabilidade, princípios, caminhos e possibilidades; o capitalismo e a questão ambiental; a transformação do espaço (ambiente) em espaço geográfico capitalista; o sistema do mundo urbano-industrial, a agricultura capitalista. Quanto ao aspecto cultural, mostra-se que o sistema de pensamento teológico judaico-cristão alimentou um modo de ser, existir, sobreviver e produzir, fundado no processo de multiplicação e dominação do mundo, colocando o homem como um ser privilegiando ante aos demais seres; a produção do território funcional: comunidades e pessoas em função do externo.

*O lócus da chegada e a nova realidade ambiental: adaptação cultural e ecossistêmica* é o tema do *capítulo cinco*, que detalha o deslocamento, a chegada e a adaptação cultural e ecossistêmica das famílias camponesas no novo território ambiente. O enfoque mostra, a partir do olhar dos interlocutores, como se deu a interação socioambiental na produção da vida coletiva. A partir de imagens, relatos e descrições, serão descritas como as práticas culturais e econômicas e o modo de existir dos camponeses interferiram no bioma local e transformaram a natureza, ficando evidente que as ações antrópicas deletérias ocorreram em virtude de sobrevivência em um ambiente inóspito.

As situações de enfrentamento da crise socioambiental local e apresentação da Educação Ambiental Crítica como perspectiva e possibilidade de reverter os insucessos, recuperar e conservar o território ambiente são matéria do *capítulo seis*. Evidenciam-se as situações empíricas e apontam-se caminhos para ações efetivas ante aos problemas vividos pelos camponeses, possíveis soluções para a crise socioambiental, garantindo uma sociedade mais sustentável.

Por fim, as considerações finais elencam os resultados obtidos pela pesquisa e como os objetivos foram alcançados; as afirmações do estudo e o que de fato a tese mostra como resultado do percurso da pesquisa. A seguir (Quadro 1), há um desenho da tese, organizado a partir da problemática, dos objetivos, principais conceitos e teóricos/autores, síntese metodológica e os resultados esperados.

Enfim, esta tese é uma leitura contemporânea das consequências das políticas de ocupação territorial promovidas pelo Estado por meio da expansão da fronteira agrícola camponesa. Uma ocupação com característica demográfica e produtivista que promoveu a relação complexa entre interesses geopolíticos capitalistas, atuação do Estado, agricultura camponesa e natureza.

**Quadro 1 – Síntese do desenho geral do estudo.**

| <b>Problema:</b> Quais condições socioambientais levaram/motivaram famílias camponesas sulistas da região do Alto Uruguai, RS, a aceitar a proposta de migrar para o Projeto de Colonização Terranova no Norte de Mato Grosso? Como se deu o processo de apropriação e uso da natureza, tendo em vista a crise socioambiental vivida pelos camponeses atualmente na área de estudo da pesquisa? |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objetivo geral:</b> Analisar as relações entre sociedade e natureza, representadas pelos camponeses e o Projeto Terranova, na perspectiva da História Ambiental, para o enfrentamento e a superação dos desafios à crise socioambiental local por meio das possibilidades ofertadas pela educação ambiental.                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Objetivos específicos</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <b>Conceitos</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <b>Metodologia/ indicador de resultados</b>                                                                      | <b>Resultados esperados</b>                                                                                                                                                                                                                      |
| ✓ Compreender, a partir da história ambiental, o contexto dos processos de migração e ocupação, via colonização, do Projeto Terranova pelas famílias camponesas;                                                                                                                                                                                                                                | A questão agrária no Alto Uruguai no RS; Desmatamento civilizador; Modernização e fronteira agrícola; migração; conflitos indígenas: Reforma agrária e colonização; Estado capitalista ANDRIOLI (2008); GERHARDT, (2016); MARTINAZZO, (2011); PIRAN, (2015); SANTOS, (1993); CASTRO ET. AL., (2002); SCHWANTES, (1988); BUBLITZ, (2006); SILVA, (2005); KAISER, (1999); WOORTMANN, (1995); ZARTH, (2002); MARTINS, (1996; 2009); IANNI, (1979, 1984); DEAN, (1996); PALMEIRA, (1989); BRUM, (1985); WANDERLEY, (2014); | <b>Capítulos I e II:</b> pesquisa bibliográfica e documental;                                                    | <b>Científico, socioambiental, político e cultural:</b> Compreensão dos pressupostos econômicos e políticos da questão fundiária do Alto Uruguai; entender as consequências das políticas fundiárias sobre a natureza.                           |
| ✓ Analisar as relações socioambientais de uso e apropriação da natureza pelos camponeses no desenvolvimento do Projeto Terranova;                                                                                                                                                                                                                                                               | Ocupação amazônica; reforma agrária; colonização oficial; formação territorial; Estado capitalista; SANTOS, (1993); CASTRO ET. AL., (2002); SCHWANTES, (1988); PICOLI, (2005; MARX, (2004; 2008; MARTINS, (1996; 2009); IANNI, (1979, 1984); FLORIANI, (2010, 2015); PALMEIRA, (1989); BECKER, (1982, 1997, 2006); BARROZO, (2014); LEFF, (2006, 2011); PORTO-GONÇALVES, (2005, 2017, 2018); PADUA, (2002, 2010); LÉNA, (1991); FOLADORI, (2001);                                                                      | <b>Capítulos I e II:</b> pesquisa bibliográfica e documental;                                                    | <b>Científico, socioambiental, histórico, político e econômico:</b> Compreender as bases teóricas filosóficas e antropológicas que sustentaram as organizações sociais as práticas socioambientais na formação territorial do Projeto Terranova; |
| ✓ Descrever e analisar as percepções dos camponeses quanto às mudanças socioambientais vivenciadas no Projeto Terranova;                                                                                                                                                                                                                                                                        | Migração; memórias; GEERTZ, (2008; 2014); BOSI, (1995); CARDOSO DE OLIVEIRA, (2000); SCHWANTES, (1989); POLLAK, (1992); DA MATTA, (1987); MEIHY, (2018); DUARTE, (2004); KAUFMANN, (2013). PORTO-GONÇALVES, (2005, 2017, 2018); PADUA, (2002, 2010); DEAN, (1996; FLORIANI, (2010);                                                                                                                                                                                                                                    | <b>Capítulos III e IV:</b> Pesquisa de campo; Entrevistas, observação direta dos eventos e sítios, moradias etc. | <b>Científico, socioambiental, histórico, político e econômico:</b> Descrição das trajetórias de vida e a relação com a natureza no Projeto Terranova;                                                                                           |

|                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Transcrição;<br>exploração do material;<br>Análise, interpretação<br>e discussão das<br>categorias temáticas; |                                                                                                                                                                                                                                                   |
| ✓ Analisar o contexto de crise socioambiental instalada. Defender a necessidade e possibilidade da educação ambiental como alternativa de enfrentamento da crise; | História ambiental; educação ambiental; sustentabilidade; BAMPI, (2013); PHILIPPI JR; PELICIONI, M. C. F. (2005); SHIVA, (2002); SACHS, (2006); AGENDA (2030) ONU, (2015); BARROZO, (2014); LEFF, (2006, 2011); PORTO-GONÇALVES, (2005, 2017, 2018); PÁDUA, (2002, 2010); SANTOS, (1993); DEAN, (1996); COY, (1988, 2014); SANTOS, (2004); FLORIANI, (2010); | <b>Capítulos V e VI:</b><br>Pesquisa de campo e bibliográfica;                                                | <b>Científico, socioambiental, histórico;</b><br>Evidenciar o contexto local as contribuições da educação ambiental para enfrentar a crise socioambiental e como possibilidade de desenvolver uma cultura para a sustentabilidade socioambiental; |

# 1 CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL DO LÓCUS DA PESQUISA

## 1.1 Contextualizando histórica da investigação

O *Projeto Terranova* tem suas raízes no complexo processo histórico de conflitos agrários e sociais nas regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente com foco na Região do Alto Uruguai, lugar de origem do grupo de camponeses participantes deste estudo. As contendas foram consequências das políticas agrárias que atenderam aos interesses privados aliados ao Estado, que produziu a redução das áreas indígenas e terras disponíveis aos agricultores.

O movimento de migrar e ocupar a área de floresta do Projeto Terranova, via colonização contemporânea, submeteu esse grupo de famílias campesinas<sup>4</sup> a uma série de situações e interações biológicas com espécies animais e vegetais em uma complexa e dinâmica relação com os recursos naturais, florestais, hídricos e culturais sem qualquer conhecimento do bioma amazônico.

No processo histórico, os projetos e estratégias políticas de ocupação e exploração da Amazônia são um fenômeno social e histórico complexo, cujas raízes remetem ao período colonial. Entretanto, foi no século XX, a partir da década de 1930, mais especificamente com a Marcha para o Oeste, que se intensificaram as políticas e estratégias pró-colonização, atingindo seu ápice a partir do período do governo militar na década de 1960 em diante.

Sua complexidade se deve ao fato de envolver interesses geopolíticos e socioeconômicos de várias forças distintas que impulsionaram a migração de camponeses sulistas para as novas fronteiras. Destacam-se as forças diretamente ligadas à ocupação da Amazônia norte mato-grossense, onde se localiza a área de estudo desta pesquisa, que são: modernização agrícola impulsionada pela Revolução Verde, problemas fundiários no Rio Grande do Sul, expansão capitalista em áreas de

---

<sup>4</sup> *Camponesas* são aquelas famílias que, tendo acesso à terra (e aos recursos naturais que ela suporta), resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000, p. 116-130).

baixa densidade populacional, abertura de novos territórios e fronteiras na Amazônia e contenção dos movimentos sociais por reforma agrária no Sul e Sudeste brasileiros.

A partir da lógica expansionista das fronteiras agrícolas, buscou-se (mediante políticas públicas e programas de ocupação e colonização, criados e fomentados pelo Estado) povoar os chamados “espaços vazios” amazônicos, desconsiderando os povos indígenas que habitavam a região. A solução encontrada foi a migração de famílias sulistas que viviam em tensos conflitos agrários, artifício que atendia a necessidade de povoamento do norte mato-grossense e amenizava os conflitos no Sul do país (CASTRO et al., 2002; SCHWANTES, 1988).

Para possibilitar a chamada integração da Amazônia à economia capitalista, o governo militar, as corporações internacionais e as elites fundiárias estenderam para a região a modernização autoritária (IANNI, 1971). Na prática, promoveu-se infraestrutura rodoviária logística de transporte, comunicação e urbanização e também foram criados polos industriais, sistemas de controle fronteiro, vigilância e monitoramento. A esfera modernizante – apoiada na concepção da racionalidade capitalista técnico-científica produtivista – se impôs às populações indígenas e cabocla e a toda biodiversidade do ecossistema amazônico (BECKER, 1982) (Figura 1). Para Martins (2009), os processos de ocupação e colonização da Amazônia e, portanto, da Amazônia norte mato-grossense, foram marcados pelo movimento de expansão das fronteiras agrícolas, do capitalismo e da mecanização dos processos produtivos.

Nesse contexto, com o propósito de preservar as estruturas fundiárias e conter as pressões sociais por reforma agrária, o governo federal promoveu a migração dos excedentes populacionais de outras regiões do país que se encontravam em situação de miséria pela perda da terra em conflitos fundiários consequentes da modernização agrícola. A essa área de fronteira, catapultaram a colonização com trabalhadores rurais e camponeses que, impulsionados pela força ideológica de desbravadores, trabalharam para o capital na esperança de construir uma vida melhor (IANNI, 1979).

Para manutenção e controle da população pobre, o governo militar e os operadores do capital desenvolveram um consistente aparato de ideologia geográfica

propagandista de acesso à terra – *terra prometida* – e incentivos à produtividade como saída para a situação de miséria.

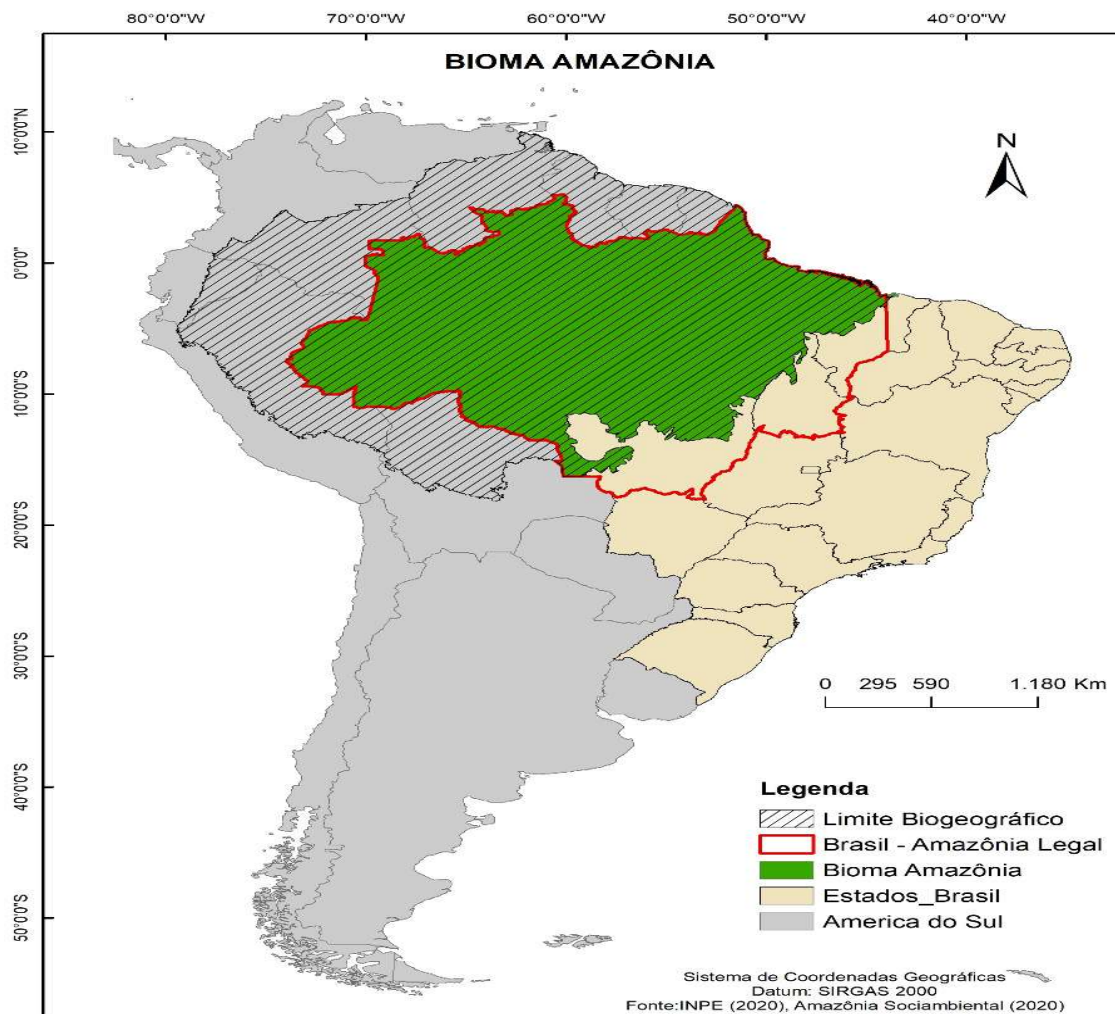


**Figura 1 – Mapa do Bioma Amazônia**  
Fonte: Josiel Dorriguette (2021).

Uma das porções regionais da Amazônia envolvida com a abertura da fronteira via colonização se localizava nas bordas meridionais do bioma, na mesorregião norte de Mato Grosso, área dominada por floresta ombrófila e diretamente interligada ao eixo rodoviário da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Nesses movimentos da fronteira, a implementação do Projeto Terranova foi viabilizada em 1978 e envolveu uma série de fatores econômicos, sociais, agrários, ambientais e políticos de ordem nacional e internacional. Sobretudo atendendo à expansão do capitalismo urbano-industrial (BAMPI, 2012), significou a continuidade da Marcha para Oeste, sob a égide do

Programa Integração Nacional (PIN) do governo militar por intermédio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>5</sup> e da cooperativa agrícola.

Os fatores que levaram o governo militar a promover a nova leva de ocupação da Amazônia, bem como do norte de Mato Grosso, foram de ordem internacional e nacional, como a expansão do capitalismo, a ocupação dos chamados “espaços vazios” da Amazônia, a modernização e a mecanização da agricultura; porém, sobretudo, pela concentração fundiária no Rio Grande do Sul, invasões das áreas indígenas e os conflitos decorrentes.

A colonização promoveu a migração sobre os ditames do manto do discurso desenvolvimentista de progresso e integração nacional. Também criou e estabeleceu as condições para que empresas, cooperativas e famílias camponesas avançassem sobre as florestas seguindo os rumos das políticas públicas, orientados (e até pressionados) pelas agências e agentes colonizadores. Em relação aos camponeses, não houve qualquer consideração pelos seus conhecimentos e saberes, tradições e hábitos culturais de viver e produzir na terra.

O Projeto de Colonização Terranova teve como finalidade solucionar os problemas de tensões e violências entre os indígenas e o grupo de famílias camponesas que moravam irregularmente nas reservas. Uma combinação de fatores como a urgência para retirar as famílias e as concepções socioeconômicas e ambientais dos agentes colonizadores negligenciaram a preparação das famílias para viverem no contexto amazônico.

O novo bioma amazônico, tão midiaticizado na época e elevado à categoria de *terra prometida* (SCHWANTS, 1989; PICCOLI, 2005), era completamente desconhecido pelos camponeses. O efeito surpresa foi sentido imediatamente, em virtude dos impactos da nova realidade nas relações e interações com ambiente natural para produzir e reproduzir sua vida coletiva, econômica, social e ambiental.

Ao chegarem, os migrantes se defrontaram com condições de clima, solo, água e da floresta muito diversos do que conheciam em seus locais de origem

---

<sup>5</sup> O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi criado pelo governo federal em 1979 para fazer o levantamento cadastral das propriedades agrícolas e demarcação de áreas prioritárias para colonização e reforma agrária, além de cuidar das medidas executivas para a sua implementação. A partir de 1985, foi vinculado ao Ministério de Assuntos Fundiários. O órgão foi extinto em outubro de 1987 e suas funções transferidas para o Instituto Jurídicos das Terras Rurais (INTER). Foi reativado pelo Decreto nº 02 de 29 de março de 1989.

(SCHAWANTES, 1989; SANTOS, 1993). De imediato, o ambiente exigiu conhecimentos e saberes para lidarem com questões-problema, como a água, a nova organização social de agrovilas, a floresta e toda a biodiversidade. Ao tratar das categorias natureza e sociedade inter-relacionadas, desvela-se a complexidade do objeto presente nos elementos naturais e sociais situados nas dimensões geográficas, políticas, históricas, econômicas, culturais e ambientais ecossistêmicas presentes no universo da pesquisa.

Diante da complexidade do objeto e da condição do pesquisador como integrante do meio pesquisado, procurou-se desenvolver uma postura relativista e interpretativa (GEERTZ, 2004), capaz de problematizar desnaturalizando as formas habituais de ver o mundo cotidiano circundante, assim como os sistemas de ideias e valores em que estava inserido enquanto sujeito participante do processo histórico (OLIVEIRA, 2000).

Nesse sentido, Scherre (2015, p. 268), afirma que a

concepção do pesquisador sobre a relação sujeito-objeto orienta a sua interação com o seu objeto de pesquisa e por consequência orienta o método de sua investigação que representa como, quando e de que forma ele interagirá, se aproximará, ou melhor, pesquisará seu objeto de estudo.

Nesse caso, sujeito e objeto são inerentes, pois, na medida em que pesquisa o objeto, investiga a si mesmo pelo processo histórico, experiências, lembranças, memórias, as relações objetivas, subjetivas e afetivas que ajudam a compor o campo de percepção nessa relação sistemática de investigação. Compreende-se esse fato relacional sujeito-objeto como um modo de ocupar um lugar de sujeito nesse espaço social, com nova postura de observação e auto-observação, de crítica e autocritica, de reflexão e consciência de ser pertencente às condições culturais, históricas e sociais desse espaço-objeto.

Pesquisar a História Ambiental do Projeto Terranova exigiu atenção criteriosa na definição e identificação conceituais do itinerário epistemo-metodológica e na condução do processo investigativo. Para tanto, optou-se pelo paradigma da epistemologia ambiental ou ecológica, da complexidade como visão de mundo e de

saberes e conhecimentos interdisciplinares fundados na racionalidade ambiental (LEFF, 2007).

A opção teórica é fundamental ao olhar e à percepção dos fenômenos ligados ao objeto de estudo notadamente estabelecido sob o paradigma positivista<sup>6</sup> da modernidade que se impunha sobre um bioma sob a concepção de que o homem, a partir de suas formulações científicas, pode e deve interferir e modificar a natureza primitiva e selvagem a seu favor.

A abordagem das categorias centrais desta pesquisa, a relação sociedade e natureza, a partir da história ambiental, é um esforço para superar a visão dicotômica produzida pelas epistemologias tradicionais de base cartesiana e antropocêntrica que ainda imperam sobre a formação da visão de mundo nesse território. A visão antropocêntrica<sup>7</sup>, produzida pela ciência moderna, objetiva e racionalista, e pelo sistema pensamento teológico judaico-cristão monoteísta possibilitou a emergência da tecnociência, da secularização, combatendo as atitudes de veneração e encantamento dos entes da natureza produzido uma visão de oposição entre sociedade à natureza (AGUIAR, 2007; JAPIASSÚ, 1996). Na visão de Boff (1993), o sistema teológico judaico-cristão apresenta alguns fundamentos que o torna antiecológico, a saber: a ruptura com o cosmos; o monoteísmo; o patriarcalismo; o antropocentrismo; a ideologia tribalista do “povo eleito”; crença na queda da natureza. Tal conjunto de concepções contribuiu para a criação do modelo societário industrial que posteriormente foi evoluindo para o urbano industrial de alto impacto socioambiental.

No tecer da investigação, observou-se que o processo de colonização contemporânea no norte de Mato Grosso é amplamente investigado, conforme pesquisas relevantes de pesquisadores como Bampi (2012); Barrozo (2008; 2014);

---

<sup>6</sup> O *Positivismo* é uma corrente filosófica, sociológica e política fundada por Auguste Comte no contexto da revolução e influenciado pelo Iluminismo no século XIX. Defendia a evolução constante da sociedade com base no progresso científico. A sociedade deveria ser ordenada sob os preceitos científicos das ciências exatas e biológicas, perseguindo a busca e a ascensão do progresso. O Positivismo influenciou bastante o campo político e social desde a primeira República até o regime ditatorial na década de 1980. Para saber mais sobre a influência positivista no Brasil, conferir estudos de Laroque (2006); Pezat (1997; 2003); Martinazzo (2011).

<sup>7</sup> *Antropocentrismo*: (do grego *anthropos*: homem, e *morphé*: forma) 1. Concepção pela qual explicamos os fenômenos físicos ou biológicos atribuindo-lhes motivações ou sentimentos humanos. 2. Atitude de espírito que consiste em conceber Deus à imagem e semelhança do homem e em atribuir-lhe modos de pensar, de sentir e de agir idênticos ou semelhantes aos modos humanos (JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D., 2001, p. 15).

Castro et al. (2002); Ianni, (1979); Picoli (2005); Ribeiro (2001), Santos (1993); Schwantes (1989); Siqueira (2002); Souza (2001); Schaefer (1985), dentre outros autores não menos importantes.

Há também diversos estudos focados no Projeto de Colonização Terranova, quais sejam, os de Barrozo (2008; 2014); Castro et al. (2002); Carignani; Oliveira; Júnior (2019); Galvão (2013); ICV (2015); Lovato (2016; 2013); Paula (2019) e Pinheiro (2009). Assim, após revisita das publicações dos autores elencados, procuraram-se possíveis lacunas de enfoques. Sentiu-se falta de investigações a partir da abordagem da História Ambiental, da Educação Ambiental e das formas de relação sociedade e natureza, configurando-se um hiato a ser preenchido, conferindo, segundo a interpretação do autor deste trabalho, originalidade à tese.

Considerando as características supracitadas do objeto, foi estabelecido um recorte temporal para o desenvolvimento da pesquisa (a partir da década de 1970). Porém, cabe lembrar que esse período tem raízes históricas que remetem ao final do século XIX e início do século XX.

A pesquisa foi realizada com famílias camponesas, comumente identificadas como colonos<sup>8</sup>, parceiros ou, ainda, pioneiros. São remanescentes do início do Projeto e que residem em suas parcelas ou lotes de terras adquiridos via financiamento pelo Banco do Brasil, junto à cooperativa Coopercana a partir de 1978. Mediante conversa com esses interlocutores<sup>9</sup>, foi possível aclarar como se deu a relação sociedade / natureza no lócus da investigação, pois essas pessoas contribuíram significativamente com outras fontes de dados como documentos e fotos e outros registros escritos.

Foram necessárias várias visitas às famílias após o primeiro contato, pois em um único encontro à entrevista não foi suficiente para compreender o cotidiano

---

<sup>8</sup> *Colono* é uma expressão bastante usada na literatura e no senso comum. Aqui seu emprego segue o entendimento de Zarth (2002), que explica que *colono* tem um sentido de identidade sociocultural para qualificar um imigrante europeu ou descendente trabalhador rural inserido em uma colônia, ou seja, o trabalhador dos núcleos coloniais. Na compreensão de Woortmann (1995), *colono* é uma categoria social composta por agricultores migrantes em busca de terras para viver e reproduzir a vida coletiva. Algumas características importantes nessa compreensão são a identidade com a terra, a migração e as unidades familiares de produção.

<sup>9</sup> Preferiu-se utilizar, nesta pesquisa, a palavra *interlocutores* e não *informantes*, termo de inspiração positivista utilizado na antropologia clássica. O termo *interlocutores* está mais alinhado às concepções dialógicas, éticas e metodológicas que presidem a antropologia interpretativa contemporânea, tendo como base o paradigma hermenêutico inspirado principalmente nos trabalhos de Gadamer e K. Otto Apel (OLIVEIRA, 1995).

histórico, as práticas, hábitos, costumes, valores, espaços geográficos e estruturas construídas carregadas de significados. Em muitas dessas visitas incluíram a participação nas atividades cotidianas dos interlocutores, gerando empatia entre pesquisador e pesquisados.

## **1.2 Situando o lócus da pesquisa**

O Projeto Terranova (Figura 2), atualmente, é representado pelos municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita. Em 1978, a área pertencia ao município de Chapada dos Guimarães, que ficava a mais de 700 quilômetros de distância do local. Em 19 de dezembro de 1979, foi criado o município de Colíder, ao qual o Projeto Terranova passou a pertencer até 1986, ano em que houve novo desmembramento e formou-se o município de Terra Nova do Norte (ARANHA, 2019). A quarta agrovila do Projeto Terranova, denominada pelos parceiros de Vila Guarita, foi desmembrada e formou o município de Nova Guarita em 1991.

Cabe explicar que as agrovilas foram numeradas e nomeadas pela própria Coopercana de acordo com a organização de inscrição de adesão ao Projeto Terranova e conforme a ordem de traslado das famílias de seus locais de origens. Como era um projeto específico para um determinado grupo de camponeses que haviam sido expulsos das áreas indígenas, as inscrições para adesão ao Projeto ocorreram nas prefeituras e sindicatos dos municípios aos quais pertenciam as Terras Indígenas. As famílias que estavam na Terra Indígena de Nonoai, por exemplo, inscreveram-se na prefeitura dos municípios de Nonoai e Planalto (RS). O traslado foi organizado conforme as inscrições, de modo que as famílias oriundas de um mesmo local permaneceriam juntas em uma mesma agrovila, facilitando a organização social no novo território ambiente.

Com objetivo de criar uma identidade territorial, a Coopercana orientou a nomeação das agrovilas reproduzindo os locais de origem. Assim, a primeira delas foi denominada de Vila Esteio, pelo fato de as famílias ocupantes estarem acampadas no Parque de Exposição de Esteio, RS; a segunda, Vila Planalto; a terceira, como Nonoai; a quarta chamou-se Guarita; a quinta, Xanxerê; a sexta, Miraguaí; a sétima, Charrua; a oitava, Minuano. As agrovilas nona e décima foram construídas e ocupadas por famílias de diferentes regiões do país e não tiveram a mesma sequência

organizacional devido a problemas contratuais e financeiros da Coopercana com o governo federal.

Os municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita têm como referência a Rodovia BR-163 e Rodovia MT-208, respectivamente. Do ponto de vista hidrográfico, as referências são os rios Teles Pires, Peixoto de Azevedo, Braço Dois, Batistão, Esperança e Peixotinho. Os garimpos de ouro e a criação de gado são referências econômicas (IBGE, 2017).

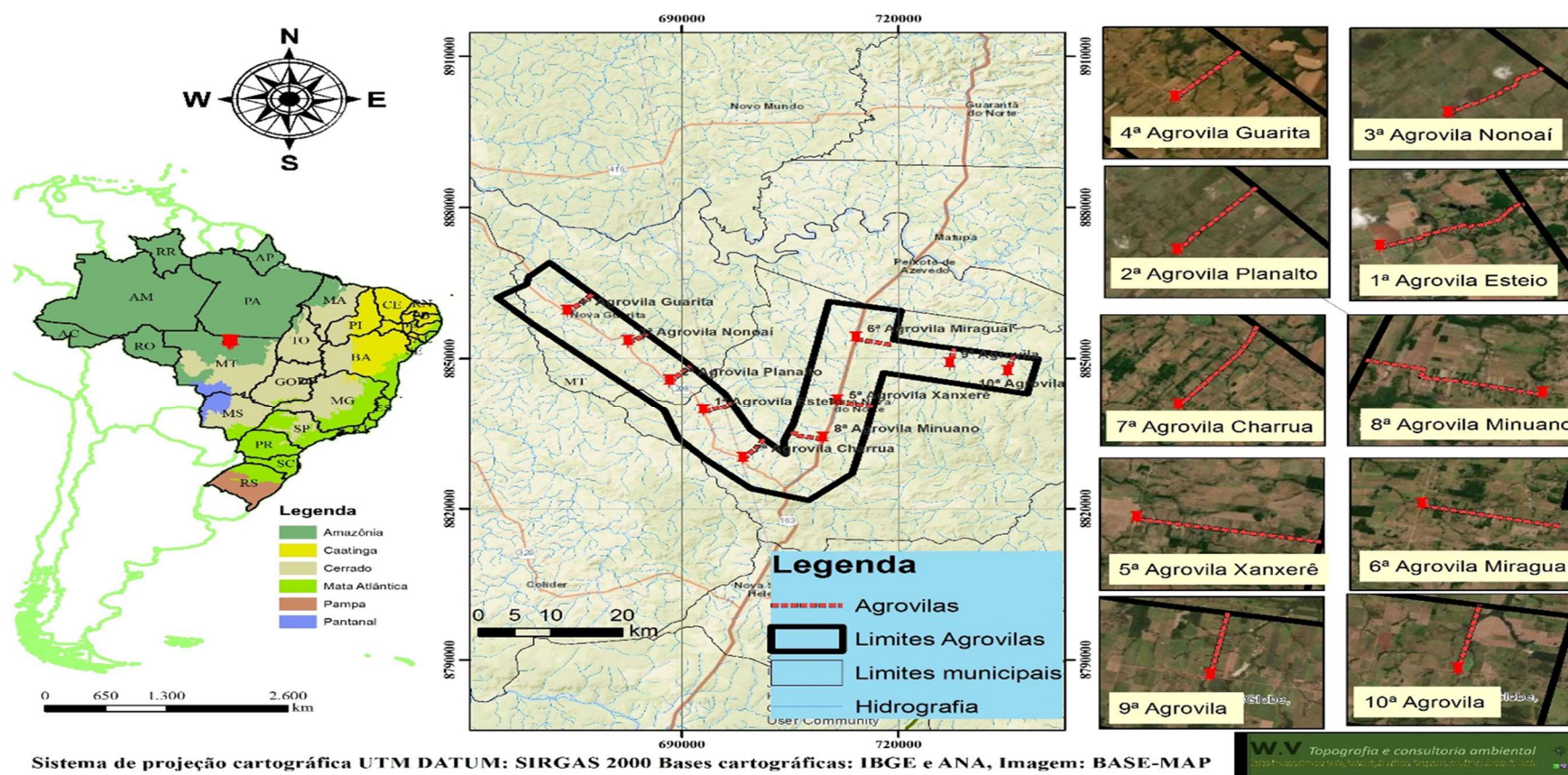


**Figura 2 – Localização da área de estudo no Projeto Terranova**  
 Fonte: Elaborado por Claudino (2020).

Recentemente, as lavouras convencionais de soja, milho e arroz vêm crescendo e substituindo a pecuária, incorporando as pequenas propriedades e gerando um reordenamento na organização do campo. Quanto aos aspectos socioculturais, chamam atenção as festas comunitárias, tradicionais e celebrações religiosas comemorativas embora essa tradição venha regredindo significativamente na última década devido à perda populacional e à decadência das comunidades rurais.

Os municípios estão localizados na mesorregião norte mato-grossense e microrregião de Colíder (IBGE, 2017), dentro da área de influência da BR-163. Conforme o planejamento estadual, os municípios estão situados na Região II – Alta Floresta, com mais dezenove municípios do extremo norte do Estado. Para o IBGE (2017), designa-se de mesorregião uma determinada área individualizada em uma Unidade da Federação com características geográficas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante; o cenário natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Nessas dimensões estão contidas as identidades regionais construídas ao longo do processo de desenvolvimento da sociedade pertencente a essa realidade.

A mesorregião do norte mato-grossense é a maior das cinco mesorregiões do estado brasileiro de Mato Grosso. É composta por 55 municípios, agrupados em oito microrregiões, sendo elas: Alta Floresta, Alto Teles Pires, Arinos, Aripuanã, Colíder, Paranatinga, Parecis e Sinop. Sua área é de 482.748,774 km<sup>2</sup>. Os municípios da microrregião de Colíder são: Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte (IBGE, 2017).

Desde 2004, Mato Grosso desenvolve em nível estadual a política de regionalização do território. A denominada Região de Planejamento (RP) é compreendida como um conjunto de unidades socioeconômico-ecológicas com os elementos estruturadores das regiões de influência dos polos urbanos e tipologias funcionais. É um importante instrumento que subsidia a formulação de políticas públicas. As RPs reúnem diversos indicadores socioeconômicos, que tiveram como base os estudos de elaboração do Zoneamento Socioeconômico Ecológico estadual



Os municípios apresentam características geográficas físicas semelhantes. Predominavam ambientes florestais caracterizados pela ocorrência e contato de floresta perenifólia, subperenifólia, ombrófila e estacional. O Clima Equatorial Continental Úmido predomina na região. A vegetação era caracterizada pelo bioma de Floresta Amazônica, hoje intensamente adulterada, sendo sua paisagem atualmente caracterizada pelo predomínio das pastagens destinadas à pecuária bovina e lavouras de soja, milho e arroz (SANTOS, 2003).

A temperatura média da região varia entre 24,7° e 25,7°C. O período seco ocorre de maio a setembro e o período chuvoso, de outubro a abril. A hidrografia é composta pela Bacia Amazônica, sua Sub-Bacia principal é o Rio Tapajós e a Sub-Bacia Secundária é formada pelos rios Teles Pires, Xingu e Peixoto. Há também rios de menor porte que são afluentes do Rio Peixoto, com destaque para Rio Braço Dois, Batistão, Esperança, Parado, Paradinho e Peixoutinho e diversos córregos (SEPLAN, 2017).

Os municípios da área de estudo são constituídos basicamente por pequenos agricultores que praticam manejos tradicionais com trabalho familiar (pecuária de corte, cria e de leite), mas também estão presentes médias e grandes propriedades e empreendimentos do agronegócio.

Importante salientar que a estrutura fundiária, historicamente, apresenta forte tendência de disputas pela posse e concentração da terra. Mesmo sendo um assentamento com objetivos para o trabalho familiar, recebe pressão do entrono onde há sérios problemas de posse da terra (OLIVEIRA, 2007). Na última década houve uma retomada da mineração e a introdução de novas técnicas de manejo, estruturas e cultivo agropecuário, impactando a vida das atividades econômicas familiares, a qualidade de vida e a organização sociocultural.

As transformações no campo vêm produzindo um êxodo rural das populações mais jovens e grupos familiares que migram para as cidades, geralmente do eixo da BR-163 e para o sul do Pará. As cidades têm funções de apoio estritamente local na demanda de serviços não especializados. O território apresenta-se como fronteira agrícola com profundas transformações socioeconômicas em curso (COSTA; ROSSETTO, 2019).

**Quadro 2** – Informações dos municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita

| <b>Município</b>    | <b>Ano de emancipação</b> | <b>População / ano</b>                                   | <b>Área Geográfica (km<sup>2</sup>)</b> | <b>Área desmatada acumulada até 2018 (km<sup>2</sup>) %</b> |
|---------------------|---------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Terra Nova do Norte | 1986                      | 13.678 (2000)<br>9.667 (2019)                            | 2551<br>2.432,070                       | 2154.7 (84.46 %)                                            |
| Nova Guarita        | 1991                      | 5.631 (2000)<br>4.519 (2019)                             | 1.114,126                               | 939.0 (86.38%)                                              |
| Mato Grosso         | -                         | 2.502 260 (2000)<br>3.035.122 (2010)<br>3.484,466 (2019) | 903.546,42                              | 213335.0                                                    |

**Fonte** – Organizado pelo autor com dados de Seplan (2017), IBGE (2000, 2019) e PRODES (2018).

Conforme relatório da SEPLAN (2017, p. 47), que controla o desmatamento na RP II, o município de Nova Guarita apresentou o menor desmatamento da região. Ao analisar as variáveis área geográfica municipal e sua área desmatada, os municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita computaram as maiores proporções de desmatamento acumuladas do território do município, com proporções de 88,44% e 80,78%, respectivamente.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Terra Nova do Norte e Nova Guarita não participam de políticas de conservação ambiental ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Recentemente, em 2018, Terra Nova do Norte elaborou o Programa Gestão e Planejamento Responsáveis com a participação da sociedade civil organizada e toda a comunidade. Nos relatórios das oficinas, foram levantadas demandas socioambientais como sustentabilidade rural e caminhos sustentáveis ao município (MATO GROSSO, 2018).

### 1.3 Os caminhos trilhados na pesquisa

De acordo com Drummond (1991), a História Ambiental estuda a relação entre a natureza e a sociedade. Nesta pesquisa, pretende-se compreender a relação entre os camponeses e a natureza no processo histórico de formação e desenvolvimento e na atualidade do Projeto Terranova. Para tanto, será necessário dialogar com outros campos de saberes para melhor entendimento do objeto de estudo.

A História Ambiental, segundo Pádua (2010), apresenta-se hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa, pois incorpora discussões e reflexões epistemológicas, teórico-políticas e educacionais frente às questões ambientais e à produção atual, envolvendo os recursos naturais, rurais e urbanos, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Partindo dessa afirmativa, a definição do percurso metodológico focou no campo socioambiental sob a luz da História Ambiental e a Educação Ambiental como fio condutor da investigação. Outros aspectos também foram importantes, como a história do processo de colonização contemporânea; a formação territorial do objeto em questão e suas dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas. Quanto aos interlocutores, pela natureza do problema e dos objetivos, foram selecionados os camponeses migrantes que viveram, construíram e desconstruíram sentidos e significados da colonização; homens e mulheres que, no meio da Floresta Amazônica, reconstruíram suas vidas coletivas e pessoais, modificando e transformando a natureza na medida em que produziam a própria existência.

Com base nesses pressupostos teóricos, a investigação está respaldada no método dialético para a abordagem da problemática, cujo propósito é conhecer qualitativamente o objeto do estudo em todos os seus aspectos, relações, interações e conexões. Definiu-se, *a priori*, que as categorias de análises são a relação homem/natureza, o trabalho, a terra, o capital, o Estado, a fronteira agrícola, dominação, a expropriação e a técnica. De acordo com Gil (2008, p. 14), através do método dialético é possível tecer interpretações dinâmicas e totalizantes da realidade, pois “os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”.

Segundo Kosik (1976, p. 12), “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência”. Nesse sentido, o método dialético entende que as coisas e os acontecimentos existem como um todo, ligados entre si, dependentes uns dos outros. Os fenômenos constituem-se relações reais históricas e sociais presentes nos elementos do cotidiano; o método dialético, pelo seu caráter dinâmico, interpretativo e totalizante da realidade, busca desnaturalizar as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. Esse real concreto são as relações estabelecidas por homens e mulheres entre si, com a natureza e com o meio concreto ao seu entorno, compondo a realidade social manifestada pelas condições de produção e reprodução existencial da vida coletiva. O tratamento investigativo do objeto requer estabelecer compreensão dos fenômenos estudados a partir de uma interpretação totalizante e dinâmica em relação aos aspectos sociais como políticos, econômicos, culturais etc., (GIL, 2008).

Quanto à tipologia da pesquisa, visando à melhor compreensão, foram adotados alguns critérios como natureza da pesquisa, objetivos, procedimentos e análises dos dados. Na medida em que se objetivou buscar conhecimentos novos, em vista de preencher a lacuna identificada na composição do objeto da tese, esta pesquisa denomina-se de natureza básica.

De acordo com os objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Como consideram Prodanov e Freitas (2013 p. 70): “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Há uma primazia de preocupação com a interpretação e atribuição de significados aos fenômenos. Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e a documental que estão presentes principalmente nos capítulos um e dois. Adotou-se também o método da história oral de vida (enquanto uma ferramenta no auxílio à organização das entrevistas e formulação de diálogos com as outras fontes de dados documentais, bibliográficos e empíricos) e a entrevista compreensiva na condução das entrevistas. A história oral de vida

[...] se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (PEREIRA DE QUEIROZ, 1988, p. 20).

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (2013), a investigação qualitativa possui cinco características principais: tem como fonte direta de dados o ambiente natural, constitui o investigador o instrumento principal; a investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em formas de palavras ou imagens e não de números. Incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos e outros registros oficiais; foca na apreensão dos significados, motivações, ideias, motivações, emoções e valores em que se fundam e elucidam atitudes, comportamentos e práticas sociais; possibilita também descrever e analisar os significados e sentidos de ações e relações de pessoas ou grupos. Os

investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;

Portanto, os dados coletados por instrumentos nessa abordagem apresentam grande densidade e subjetividade<sup>10</sup> exigindo do pesquisador rigorosidade na articulação entre teoria e realidade ou empiria ante o objeto de estudo para firmar a confiabilidade e legitimidade dos resultados.

#### **1.4 Instrumentos de coleta de dados**

A coleta de dados contou com a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa documental e a bibliográfica constituem-se a base do estudo. Têm as funções de desvelar, compreender, de explicar e atribuição significados e sentidos aos dados coletados; demonstrar os conhecimentos inerentes ao objeto, ao tempo que se revisa e contribui à afirmação e reconstrução de conhecimentos vigentes (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a pesquisa bibliográfica utilizamos, principalmente, os seguintes bancos de dados: Scielo, periódicos da Capes, biblioteca virtual de dissertações e teses.

O trabalho de campo centrou-se na observação direta e entrevistas, procurando observar os locais de vida dos interlocutores. Foi um exercício de analisar o ambiente, buscar e olhar arquivos, procurando documentos e fotos junto às famílias, registrar as escutas, as emoções, as memórias, lembranças, partilhar e participar dos momentos e ocasiões importantes na vida dessas pessoas. Os diálogos, as conversações e as visitas aconteceram sempre com um roteiro semiestruturado e flexível, dependendo do perfil do interlocutor; as entrevistas aconteceram nas residências dos entrevistados. Conforme Angrosino (2009), esses momentos são importantes para explorar o ambiente, adquirir maior conhecimento material e imaterial do lócus da pesquisa.

Neste sentido, Kaufmann (2013) emprega o conceito de “artesanato intelectual” ou “artesão intelectual”, criado por Mills (2009), para explicar a necessidade do

---

<sup>10</sup> O conceito de *subjetividade* aqui é entendido como o conjunto de significados, valores, sentidos, inclinações, tendências, expressões etc. que são peculiares à pessoa percebida e respeitada pelo outro (pesquisador). Diz Romanelli (1998, p. 128): “a subjetividade, elemento constitutivos da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, vale dizer, da experiência que ele, lentamente vai adquirindo no trabalho de campo”.

pesquisador articular diferentes procedimentos e técnicas para compreender e explicar determinada realidade. “O ‘artesão intelectual’ é aquele que sabe dominar e personalizar os instrumentos que são o método e a teoria, num projeto concreto de pesquisa” (KAUFMANN, 2013, p. 33). Silva (2006, p. 12) esclarece que “o pesquisador é, ao mesmo tempo, o homem de ‘campo’, o metodólogo e o teórico. Recusa-se a se deixar dominar seja pelo campo, seja pelo método, seja pela teoria”.

O percurso propicia compreender, pela “voz do outro”, como se deu a interação com a natureza na construção, produção e reprodução da vida com a colonização. Da Matta (1987) expõe a necessidade da compreensão etnográfica e da relativização do outro. É preciso um exercício de estranhamento, de desnaturalização do familiar sedimentado nos sujeitos.

Os procedimentos técnicos para coleta foram assim organizados e distribuídos: levantamento bibliográfico e documental: etapa exploratória necessária para delimitar o objeto de estudo, construir e reconstruir os objetivos, enfim, firmar as bases da pesquisa desde a construção do projeto até a análise dos dados. Em outro momento, também foi necessário levantar as teorias consolidadas sobre o objeto e seu entorno, a contextualização. Por último, elaborar o referencial teórico interdisciplinar fundado no paradigma da complexidade socioambiental de onde derivam os conceitos da História Ambiental, Antropologia Ambiental (o transplante cultural e o desenraizamento), Geografia (expansão do capitalismo e tecnificação do campo e avanço da fronteira agrícola-urbano-industrial sobre a Amazônia), discussão dos elementos fundantes da sustentabilidade na relação entre sociedade/natureza e economia e as possibilidades do desenvolvimento territorial sustentável e, por fim, da necessidade da Educação Ambiental;

Outro instrumento de coleta de dados foi a observação participante direta no lócus de vivência das famílias dos colonos residentes nos lotes rurais (parcela recebida do INCRA). As visitas ocorreram em forma de ensaios etnográficos com objetivos de compreender os comportamentos, os fluxos e formas culturais e simbólicas como se articulam (GEERTZ, 2008). Para coletar informações, foram feitas entrevistas com roteiros semiestruturados, tendo por base o método da história oral na modalidade história/trajetórias de vida e memórias (MEIHY, 2018). Já a condução das entrevistas, pela condição de pesquisadores participantes do processo migratório

com vivência histórica nas comunidades, foi necessária a entrevista compreensiva (KAUFMANN, 2013).

A opção pela história oral de vidas se deu em vista do objeto e objetivos da pesquisa e pela condição histórica dos interlocutores que viveram as consequências da modernização agrícola no Rio Grande do Sul, passaram pela migração e ocuparam, via colonização, um bioma desconhecido do arcabouço de saberes e conhecimentos acumulados pela tradição camponesa. As vozes, narrativas, memórias e lembranças, emoções e silêncios, experiências e vivências, o conjunto de significados, crenças, representações, valores, atitudes e percepções foram dados fundamentais à construção deste trabalho.

Para Thompson (2002), a história oral é uma forma de interpretação da própria história, pois possibilita outros pontos de vista acerca das mudanças na sociedade, transformações culturais tratadas por meio dos relatos orais, trazendo à tona as lembranças, memórias, vivências e experiências. Ela apresenta um caráter interdisciplinar por ocupar-se das interações humanas com o meio.

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar a subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados no divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair os mais profundos de seus segredos? (THOMPSON, 2002, p. 197).

A compreensão de história oral a despeito de uma definição é bastante vasta e diversificada. Meihy e Holanda (2018) definem história oral como um conjunto de procedimentos (adotados neste estudo). Segundo os autores:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 15).

Dialogou-se com a pesquisa qualitativa, ou seja, a história oral torna possível fazer a pesquisa qualitativa pela confluência dos elementos que se ocupam em momentos distintos da pesquisa. Meihy e Holanda (2018) explicam que há três tipos de história oral: de vida, temática e tradição oral. A história oral de vida possibilitou os interlocutores narrarem suas vivências e as formas e experiências de interação com a natureza. Como tal, ela recobre narrativa e relato, cujos fenômenos, fatos, acontecimentos, períodos de tempo, paisagens, lembranças, recordações e memórias são colhidos nos documentos ou por entrevistas, sendo registrados através de gravações em áudio ou vídeo para, em seguida, serem trabalhados por diversas técnicas e procedimentos, tornando-se novos documentos e estudos. Em síntese, nas palavras do autor, história oral de vida, “trata-se da narrativa da experiência de vida de uma pessoa” (p. 147).

As entrevistas foram subdivididas em três etapas: pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. À preparação desses passos, elaborou-se um roteiro de questões com base nos objetivos da pesquisa, tendo em vista o recorte temporal e o espaço das vivências, ou seja, consideraram-se os locais de origem a partir da década de 1970, a chegada (ocupação territorial) e desenvolvimento social no projeto no bioma norte mato-grossense e, por último, a situação ou questões atuais e perspectivas futuras nas relações socioambientais. Essa distribuição funcionou como uma técnica que organizou a linearidade das memórias e lembranças relatadas e narradas durante as entrevistas. Para isso, foram utilizados os suportes teóricos da metodologia da entrevista compreensiva.

Assim, criou-se uma triangulação entre os procedimentos da história oral de vida e a entrevista compreensiva visando maior densidade de dados nesta etapa de campo. Para a condução das entrevistas nos baseamos na metodologia da entrevista compreensiva. E empregamos flexivelmente o método da história oral de vida na definição do roteiro semiestruturado e no conteúdo das questões para as entrevistas.

A entrevista compreensiva é uma metodologia criada pelo sociólogo francês Jean-Claude Kaufmann e tem por base os pressupostos teóricos da sociologia compreensiva<sup>11</sup> de Max Weber e Norbert Elias. Encontra-se muito próxima de outros

---

<sup>11</sup> Kaufmann explica que a questão da relação entre teoria e campo está no cerne da sociologia compreensiva. A perspectiva compreensiva levanta questões semelhantes às levantadas pelas

métodos qualitativos, avizinhando-se principalmente dos métodos etnográficos com o informante, dialogando com a antropologia interpretativa de Geertz (2008). Ao descrever as características da metodologia compreensiva, já se justificam as razões de adotá-la na condução das entrevistas e, posteriormente, na análise dos dados de campo.

Para Kaufmann, “a entrevista compreensiva se inscreve em uma dinâmica em que o entrevistador/pesquisador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado” (2013, p. 40). Prima por uma relação de sociabilidade entre pesquisador e interlocutor participante, permitindo uma maior aproximação entre teoria e empiria em uma relação dialógica. Ela se constitui pela palavra falada, pelas expressões e pelos gestos, cujos dados revelam os aspectos culturais e sociais do entrevistado. Forma-se uma estreita relação entre objeto, teoria e campo da pesquisa, criando uma dinâmica de questões, problematizações e categorias de sentidos. O campo não é somente o lócus de verificação, mas da construção do objeto e das condições de investigação.

É nesse sentido que transparece a ideia de “artesanato intelectual”, que propõe a produção científica a partir dos dados do campo, adquirindo importância central, daí a relevância de relações de confiança e diálogo para efetivar a aproximação entre pesquisador e interlocutor. As vozes dos interlocutores são guias do real, que é carregado de sentidos e significados construídos historicamente e armazenados como experiências, lembranças e memórias, constituindo tarefa desafiadora de interpretá-las e compreendê-las, tornando-se teoria nova.

Os trabalhos de campo com as entrevistas foram realizados a partir de agosto de 2019 com vinte famílias, após aprovação e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso, expresso no Parecer nº 3.453.136. As famílias participantes residem em seus lotes rurais nas agrovilas do Projeto Terranova, adquiridos junto à Coopercana. Assim, o critério de escolha foi a permanência dos camponeses – foram selecionados os que permanecem em seus lotes desde o início da ocupação pela colonização. Partiu-se da hipótese de que respondem melhor aos objetivos e problemas da pesquisa pela experiência e vivência

---

metodologias qualitativas: “o homem comum tem muito a nos ensinar [...]. A compreensão torna-se então uma pura apreensão de um conhecimento social incorporado pelos indivíduos; basta saber dar provas de curiosidade e de empatia para descobri-lo” (2013, p. 46).

socioambientais resultantes da interação entre sociedade e natureza em seus locais de origem, processo de migração, ocupação e desenvolvimento no Projeto Terranova, assim como as questões atuais vistas sob a perspectiva da Educação Ambiental e sustentabilidade.

As entrevistas foram realizadas em três momentos, como propõe Meihy (2018): pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. Os recursos metodológicos da entrevista compreensiva foram utilizados na audição, categorização e interpretação das falas. Os instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados foram: roteiro de questões para conduzir as entrevistas; um diário de campo e a lista contendo os nomes dos camponeses que adquiriram os lotes em cada agrovila; máquina fotográfica com boa resolução e capacidade audiovisual; um dispositivo móvel celular com capacidade audiovisual para gravação das entrevistas e registros das imagens fotográficas e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A identificação das famílias seguiu os seguintes passos: primeiramente, a busca (nos documentos originais) da distribuição dos lotes em cada agrovila; o conhecimento histórico e prévio da área e, por fim, a técnica da *bola de neve*<sup>12</sup> com a qual se confirmava o levantamento de possíveis interlocutores. Todos os participantes indicaram de três a cinco novos contatos. Como fonte indicativa, as próprias famílias, espontaneamente, disponibilizaram e informaram onde e como encontrar os documentos, que evidenciam para além das memórias e lembranças, as vivências e fatos levantados por meio da observação participante e nas entrevistas.

Esses movimentos eram realizados após a entrevista, pois serviam como referência para novas indicações, um momento rico de recordações; cada nome reconhecido na lista era seguido de uma expressão de convivências vividas, ou seja, lembravam de algum fato, acontecimento ou experiência. Espontaneamente,

---

<sup>12</sup> Segundo Albuquerque (2009), a *Bola de Neve* (*snowball* ou *snowball sampling*) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, não probabilística e sim uma espécie de rede de amizades entre os membros existentes na amostra. É também conhecido como *método de cadeia de referência*. Introduzida inicialmente por Coleman (1958) e Goodman (1961), caracteriza-se pela indicação de um ou mais sujeitos que são chamados de sementes e que foi(foram) selecionado(s) de alguma forma pelo pesquisador e fazem parte da amostra população. Essas sementes são convidadas a indicarem outros participantes a partir de seus contatos, considerando a temática em questão. As indicações vão se sucedendo até o alcance amostral necessário.

procuravam explicar para onde foram, o que aconteceu com esse parceleiro ou onde vive atualmente; situação que se tornou um padrão nos comentários.

Na pré-entrevista, o interlocutor era convidado a participar da pesquisa como entrevistado. Foi realizada por telefone e em uma visita rápida a residência, momento em que era definida data, hora e lugar da entrevista propriamente dita (que teve duração média de uma hora). Esse tempo ficou mais claro a partir da segunda entrevista teste, pois percebeu-se que a vontade de falar e a intensidade das narrativas e reflexões causavam certo cansaço nos interlocutores, sendo eles todos com idade acima de sessenta anos.

### **1.5 Análise e interpretação dos dados da pesquisa**

A organização, análise e interpretação dos dados bibliográficos e do campo (entrevistas e registros diários) foi uma maneira de apreender o mundo dos camponeses do Projeto Terranova a partir de seus pontos de vista, a fim de compreender suas experiências culturais como base da interpretação e análise das construções socioambientais vividas e interpretar seus conceitos, formação e identidades territoriais.

A etapa de pós-entrevista correspondeu basicamente à escuta e à transcrição<sup>13</sup> e seus usos, realizada logo após as entrevistas, as quais foram organizadas cuidadosamente em dias e semanas diferentes. Ao retornar dos encontros, começava o trabalho de registrar no diário de campo as percepções e impressões obtidas. Em determinado momento, um interlocutor se emocionou, seu silêncio, os desvios e recusas, as ênfases e risos, os questionamentos, observações etc. Alberti (1990 apud DUARTE, 2004) explica que depois da transcrição é necessário passar pela conferência de fidedignidade:

Ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos, acompanhando e conferindo cada frase, mudanças de entonação, interjeições, interrupções etc. transcrever e ler cada entrevista realizada, antes de partir para a seguinte ajuda a corrigir os erros, a evitar respostas induzidas e reavaliar os rumos da investigação (p. 220).

---

<sup>13</sup> Para Meihy (2018, p. 136), “a transcrição é assim um fundamento-chave, pois, sendo ela aplicada aos estudos de grupos, comunidades e indivíduos, abandona os estritos caminhos da racionalidade e se abrem ‘as convenientes dimensões subjetivas’”.

Seguindo as colocações de Meihy (2018), as entrevistas foram transcritas na forma absoluta. As palavras das falas foram colocadas em seu estado natural ou bruto. Foram mantidas as perguntas e respostas, comentários, ruídos, interferências, bem como repetições, erros e peculiaridades de fala.

Com as transcrições, fichas individuais foram criadas e o conjunto de informações de cada ficha foi organizado em quatro grandes eixos previamente estabelecidos para as entrevistas, a saber: o lugar origem dos camponeses; o início e desenvolvimento nas agrovilas; a percepção dos problemas socioambientais e a necessidade da Educação Ambiental. A partir desses eixos, foram analisadas as categorias criadas *a priori* e outras que pudessem aparecer no decorrer das análises. As conversas gravitaram em torno da história familiar, relacionando o local de origem com o início da colonização, o desenvolvimento, o estado atual e as perspectivas. Esses momentos foram entremeados com assuntos, fatos e acontecimentos políticos, culturais, econômicos e sociais em cada época da travessia histórica nesse espaço amazônico. Os elementos da natureza foram presença constante nas falas dos interlocutores, demonstrando a carga de sentidos produzidos na interação local com o bioma.

Quanto ao trabalho com categorias de análise, Bodan e Biklen (2013) explicam que servem para organizar e classificar os dados recolhidos em campo. Podem ser estabelecidas antes da realização das entrevistas ou criadas quando do processo de trato dos dados e, até mesmo, abandonadas. Com base nos nossos objetivos, inicialmente, foram pensadas em algumas categorias: campesinato, modernização agrícola, migração, Amazônia, ocupação contemporânea e Educação Ambiental.

De modo geral, as análises e interpretações são frutos da articulação dos conteúdos temáticos e as categorias com a finalidade de identificar as coerências, recorrências, contradições, divergências etc. Esses resultados serão também cruzados com as observações de campo (percepções do olhar, ouvir e registros de documentos se houver) nos ensaios etnográficos e a observação participante, possibilitando a interpretação com o material teórico conceitual para a atribuição de sentidos e desvelamento das relações embrincadas (DUARTE, 2004).

O delineamento básico da pesquisa (Quadro 3) demonstra como o estudo está estruturado quanto ao percurso metodológico (método e técnicas), o qual segue os

objetivos da pesquisa. Esse detalhamento foi alcançado na medida em que o emprego das técnicas revelou-se satisfatório e coerente com os pressupostos da pesquisa.

**Quadro 3 – Delineamento metodológico da pesquisa.**

| <b>Critérios</b>                        | <b>Classificação</b>                                                | <b>Breve Descrição</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Natureza                                | Básica                                                              | Procurando gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Método Científico                       | Dialético                                                           | A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais e analisadas a partir das categorias a relação homem/natureza, o trabalho, a terra, o capital, o Estado, a fronteira agrícola, dominação, a expropriação e a técnica. |
| Objetivo do Estudo                      | Exploratória                                                        | Visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                         | Descritiva                                                          | Expõe as características de uma determinada população ou fenômeno.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Procedimentos (métodos e técnicos)      | Pesquisa bibliográfica                                              | Têm as funções de desvelar, compreender, de explicar e atribuição significados e sentidos aos dados coletados; quer também demonstrar os conhecimentos inerentes ao objeto, ao mesmo tempo em que se revisa e contribui na afirmação e reconstrução de conhecimentos vigentes.                                                                                                                                                   |
|                                         | Pesquisa documental                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                         | Pesquisa histórica                                                  | Prima pela investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje;                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Abordagem do problema                   | Qualitativa                                                         | O ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Tipos de Questão de Pesquisa            | Como Por quê?                                                       | As questões visam identificar por que e como se deu o fenômeno investigado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Utilização de Teste-Piloto (pré-teste)  | Não                                                                 | A primeira entrevista serviu de base e parâmetro ao pesquisador para conduzir as demais etapas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Métodos utilizados à coleta de dados    | Levantamento bibliográfico; observação participante; entrevistas    | Levantamento da literatura e identificação da lacuna de conhecimento; conhecimento prévio do campo da pesquisa; vivência no meio social dos interlocutores; visitas com agendamento prévio; caderno de campo; uso de aparelho de celular e máquina fotográfica digital para registro audiovisual;                                                                                                                                |
| Seleção da Amostra                      | Camponeses                                                          | Os interlocutores são as famílias camponesas gaúchas que migraram para o Projeto Terranova e residentes nos lotes adquiridos juntos à cooperativa Coopercana.                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Clareza no processo de análise de dados | Método dialético e categorias de análises; Entrevista compreensiva; | Estabelecimento de categorias de análises prévias; Sistematização dos dados em eixos temáticos e categorias identificadas no tratamento dos dados;                                                                                                                                                                                                                                                                               |

Fonte: Adaptado de Prodanov e Freitas (2013).

## 2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL, NATUREZA E SOCIEDADE: UM OLHAR REFLEXIVO

Até então, este estudo vem revelando como foram estrategicamente planejadas (seguindo o modelo do desmatamento civilizador discutido por Bublitz, 2006) ações simultâneas de assentamentos de sem-terra (freando conflitos regionais) e exploração e povoamento de áreas virgens, porém férteis do país. Pelo senso comum, estariam resolvidas duas grandes questões nacionais.

Os sujeitos participantes (direta ou indiretamente) do processo de intervenção eram homens, mulheres de famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Desempenhavam papéis sociais distintos: agentes do Estado, agentes de instituições organizações e famílias camponesas que atuaram de diferentes formas e motivações na intervenção desse meio natural, sob o signo da expansão das fronteiras agropecuárias. O cenário era a área do Projeto Terranova, pertencente ao ecossistema amazônico e qualificada como um dos biomas mais abundantes em biodiversidade do planeta.

O processo de intervenção aconteceu de diferentes formas. Desde as concepções e visões de natureza que sustentam as formulações de planos políticos, técnicos e logísticos às práticas de relações concretas de produção e reprodução da vida coletiva como transformação civilizadora. Foram marcas dessa etapa inicial a retirada da população indígena de seu território<sup>14</sup> (TRINIDAD, 2018), pois os povos indígenas e a floresta nativa eram considerados obstáculos ao desenvolvimento projetado para o Brasil, à construção da Rodovia Cuiabá-Santarém e à implantação do projeto de colonização – prática recorrente em várias regiões da Amazônia brasileira.

O propósito deste capítulo é analisar com maior profundidade as concepções e pensamentos que subsidiaram e serviram de propulsores das ações que compuseram as formas e modos de interações dos camponeses com a natureza, com o meio ambiente; enfim, com os recursos naturais na área do Projeto Terranova ao longo desses mais de quarenta anos do início da reocupação.

---

<sup>14</sup> Para aprofundar esse debate, conferir o artigo *A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar*, do autor Carlos Benítez Trinidad, disponível em: <<https://journals.openedition.org/aa/2986>>.

Inicialmente, foi proposta uma questão central que se desdobrou em outras mais específicas e que serão balizadoras das discussões:

- concepções filosóficas, antropológicas e socioambientais das relações sociedade e natureza na ocidentalidade: questões culturais, econômicas e políticas da relação homem/natureza, bem como discussões sobre sustentabilidade, princípios, caminhos e possibilidades;
- o capitalismo e a questão ambiental: a transformação do espaço (ambiente) em espaço geográfico capitalista e o sistema mundo urbano-industrial e a agricultura capitalista;
- o papel da cultura como o modo de ser, existir, sobreviver e produzir como elemento de produção da crise ecológica e socioambiental;
- fundamentos da necessidade de novas relações da sociedade ocidental com a natureza: a colocação da Educação Ambiental e a governança participativa;
- a agricultura como elemento/vetor de transformação do ambiente: a História Ambiental da agricultura brasileira;
- a questão da inserção da pequena propriedade na engrenagem capitalista como motor de transformações ambientais: a pequena propriedade cativa do modo de produção e a questão do camponês ou agricultor;
- a produção do território funcional: comunidades e pessoas em função do externo.

O Projeto Terranova está imerso em um conjunto de articulações entre as dimensões natural e social desenvolvidas na contemporaneidade. É uma pequena parte de um todo ou um pequeno espaço geográfico que apresenta características comuns dos modos de interação preconizados pela cultura ocidental, cujos pressupostos teóricos remetem ao advento da ciência moderna e do capitalismo.

A articulação dessas dimensões é uma construção histórica da humanidade expressa na relação homem e natureza que adquiriu características distintas a cada período da histórica trajetória humana pelo planeta. Entretanto, é bom frisar que a agricultura, enquanto uma das formas ou meios de produção e reprodução da existência humana, constitui-se como um dos vetores das relações dessas dimensões.

O propósito foi evidenciar as concepções de natureza que sustentam o agir, falar e pensar presentes nas relações socioambientais do homem com o espaço geográfico. É diante da tomada de ciência da realidade empírica, historicamente constituída, que se pode apontar novos processos nos caminhos que se desdobram na sociedade contemporânea relativas aos espaços de vida dos camponeses.

## **2.1 Natureza e humanidade: perspectiva histórica**

A trajetória humana sempre esteve diretamente ligada à natureza como condição de existência, de modo que as duas categorias – natureza e humanidade – passaram por múltiplos conceitos, concepções e definições, ganhando destaque a partir do período medieval da sociedade ocidental. Santos (1992) observa que no século XX houve maior preocupação e popularização da ideia de natureza, pois, toda a sociedade, cultura e cidadãos têm alguma noção de sua importância e do que seja.

No senso comum, natureza é um conceito de uso cotidiano e de fácil aplicabilidade. Geralmente, o uso dessa expressão é para contradizer o que é artificial ou produzido pela ação antrópica, bastante utilizado como sinônimo de meio ambiente natural. Entretanto, do ponto de vista filosófico ou epistemológico, sempre houve debate quanto à sua definição. (CARVALHO, 2003).

Na definição de Japiassú e Marcondes (2001), a natureza (lat. *natura*, de *natos*, participio passado de nasci: nascer), ou ambiente natural, é o mundo físico, composto pelo conjunto dos reinos mineral, vegetal e animal, considerado como um todo submetido a leis, as "leis naturais", as forças que produzem os fenômenos naturais. Em um sentido teológico, o mundo criado por Deus opõe-se à cultura, opõe-se também ao sobrenatural, aquilo que transcende o mundo físico, que lhe é externo.

A primeira compreensão ao pensar sobre a natureza nas dimensões conceituais e empíricas é que ela existe independentemente da humanidade. Toda qualidade e significância atribuída a ela foi proveniente da relação transformadora com o trabalho humano. As relações do modo de produção com a natureza são decisivas para a conformação dos conceitos de natureza e de ser humano. Todas as sociedades humanas interferem na natureza, mas a intensidade das modificações varia de acordo com seus interesses produtivos específicos (FERREIRA, 2013).

É, portanto, um conceito social que serve de base à construção cultural, da vida social e produção material de uma sociedade. Na compreensão de Marx (2004), a natureza é, para a humanidade, uma questão de utilidade, e não uma força em si mesma. A finalidade de procurar conhecer as leis autônomas da natureza é sujeitá-las às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou meio de produção.

Pádua (1991) analisa que, de modo geral, o conceito de natureza no entendimento humano passou por várias metamorfoses, mas com dominante forma ambígua:

De um lado, a ideia de natureza serve como uma espécie de eixo conceitual que dá sentido ao nosso entendimento do universo. Ela fundamenta a construção conceitual da experiência de que existe coerência ontológica no mundo em que vivemos. Por sua vez, a imagem de ser humano e de história humana se construiu em grande parte por oposição à natureza: arte *versus* natureza; ordem social *versus* natureza; técnica *versus* natureza; espírito *versus* natureza etc. Em outras palavras, um conjunto de oposições que procuram demarcar, por diferenciação ou por identificação, a especificidade do fenômeno humano em relação à natureza (seja afirmando uma oposição e ruptura radical entre ambos, seja entendendo o humano como uma qualificação especial no contexto do mundo natural. (PÁDUA, 1991; p. 4).

Para compreender melhor a relação homem e natureza, é necessária uma breve incursão histórica, mostrando resumidamente as principais características dessa relação até o advento do século XXI.

A premissa básica da relação entre homem e natureza é de que, desde seu surgimento na humanidade, a compreensão da espacialidade local e planetária está vinculada diretamente ao seu modo de vida, a sua forma de intervir na natureza, ou seja, na forma de estruturação cultural. A configuração atual e local dos espaços de vida dos camponeses está interligada com as formas como se relacionaram com a natureza. No mesmo sentido, pode-se estender o raciocínio às questões socioambientais contemporâneas que têm suas origens nas concepções e práticas da civilização industrial. Assim sendo, faz sentido compreender o processo histórico da relação humana com a natureza para entendimento do papel fundamental das ações antrópicas no espaço.

No resgate histórico da relação do homem com a natureza, Pelizzoli (2004), analisa que a trajetória humana no planeta pode ser explicada, em linhas gerais, por

grandes cosmovisões como, por exemplo, o antropomorfismo, antropocentrismo e o tecnocentrismo. Assim, explica que, desde os primórdios da humanidade, as relações entre homem e natureza foram caracterizadas pela dependência dos humanos em relação às condições naturais. Cabe lembrar que o homem primitivo era nômade e sua sobrevivência dependia das condições de adaptação à natureza.

O *homo sapiens* primitivo desenvolveu uma relação com a natureza baseada em si mesmo, daí a visão antropomórfica. Em período seguinte, chamado de *animismo*, a natureza toda tem vida, todas as coisas são vivas. Essa visão é bastante presente na sociedade contemporânea. Outra característica cosmológica do homem primitivo foi a *magia/fetiche*, em se buscava explicação dos fenômenos naturais em rituais de magia. As coisas e a natureza em si são possuidoras de “certos poderes mágicos”. Pelizzoli (2004), afirma que essa concepção das coisas no mundo contém um caráter de sagrado e de encantamento.

Visão do *maná*, de algo sagrado que perpassa certas realidades e coisas, e que deve ser reverenciado, para que seja propício, como ajuda, como graça (como a graça, na igreja católica) em vista a corroboração da cultura onde o primevo se insere. (PELIZZOLI, 2004, p. 50).

Na relação com a natureza, o homem primitivo estava imbricado com ela, portanto, a subjetividade humana não era diferente da objetividade das coisas. A natureza se revelava como dádiva àqueles que a utilizavam para sobreviver. Nessa busca, os fenômenos naturais eram interpretados como forças emanadas por poderes especiais e a compreensão dos fenômenos naturais era vital à sobrevivência. Para isso, atribuíam sentido antropomórficos as manifestações naturais (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Ao passo que os humanos avançam no desenvolvimento de novas técnicas, ferramentas e na compreensão e domínio de alguns processos naturais, descobriram a agricultura, o que possibilitou sua fixação em um determinado espaço. Assim, a organização tribal, a coletividade e o fim do nomadismo favoreceram o aperfeiçoamento técnico as expressões e manifestações culturais. Essas mudanças contribuíram à formulação de novas concepções do mundo natural, é o período de surgimento da visão mitológica do mundo natural e social também: a cosmovisão mítica.

Tal fato, entretanto, não rompeu com a relação umbilical entre o homem e natureza, porém deu a esta uma nova feição: mais complexa e caracterizada pela criação de mitos, pelos quais o homem buscava afirmar, por meio de narrativas, poemas e histórias, o seu lugar no cosmo. (NAVES; BERNARDES, 2014, p. 12).

Pelizzoli (2004) destaca que, na cosmovisão mítica, há uma relação harmoniosa entre unidade e multiplicidade, entre o todo e as partes. O cosmos é dinâmico, vivo, regido por deuses e o homem faz parte desse conjunto harmônico regido pelas forças e poderes místicos. Os mitos destacam a posição do homem dentro desse cosmos harmônico com um caráter sagrado, assim como a natureza.

Importante considerar que os mitos são representados por narrativas e relacionados aos fenômenos naturais e humanos. Esses processos continham em si certas características de racionalidade e suas explicações continham as manifestações e expressões simbólicas de significâncias subjetivas, fatores que contribuíram para a formulação da cosmovisão grega com pré-socrático (séc. V a. C.).

As principais características da cosmovisão formuladas pelos filósofos pré-socráticos, além dos elementos míticos, acrescentaram elementos racionais e físicos sobre o princípio causal das coisas (PELIZZOLI, 2004).

[...] o porquê das coisas que se transformam ou permanecem o que são, na busca de um princípio (*arché*) causal (*aitia*) essencial de explicação do mundo, ao modo de uma substância (física, mas que depois pode ter caráter metafísico) que caracteriza toda a existência, matéria e/ou energia basilar. (PELIZZOLI, 2004, p. 54).

Para o autor, a cosmovisão desse período implicava na busca de encontrar o lugar do homem na natureza, conhecer e integrar-se a esse meio: um ser no mundo com outros seres e com os processos sociais. A busca pelo conhecimento das coisas conduziu ao primeiro conceito de natureza: a *physis*<sup>15</sup>; a natureza, concebida como *physis* era algo dinâmico, vivo e sistêmico.

---

<sup>15</sup> *Physis*: Termo grego que significa “natureza física” e também “ordem natural”. Na Antiguidade Grega opunha-se a *physis* ao *nomos* (leis ou costumes humanos) e debatiam-se se as leis humanas (nomeadamente éticas e políticas) estavam inscritas na natureza das coisas, ou se eram meras convenções. (NAVES; BERNARDES, 2014, p. 13).

Assim, a partir dos pré-socráticos, os gregos desenvolveram um sistema de conceituação, signos e categorias de observação de suma importância ao desenvolvimento intelectual posterior. Foi possível a conceituação dos fenômenos naturais, dos comportamentos naturais e humanos, das coisas em geral. Contribuiu para o surgimento da *pólis* (cidade) e o sistema de leis (*nomos*) que regeu a vida urbana, política e econômica com base na elaboração intelectual. Com a busca pelos princípios causais como forma de explicação para a existência, os pré-socráticos contribuíram para a construção da identidade humana distinta de outros seres e da ideia de cosmos.

A interpretação dos fenômenos naturais e sociais a partir de leis, passou a ser base das relações humanas com o espaço. Para tanto, foi necessário considerar e conservar a herança cultural no fortalecimento e aplicação dos conceitos. A compreensão do espaço, ou seja, o meio circundante, passou a ser uma necessidade humana. Esse conjunto de elaboração sistemática, entre outros fatores (viagens e comércio marítimo, moeda, calendário, cálculo do tempo, vida urbana) inerentes à cultura na Grécia antiga, deram origem à filosofia. E, portanto, a uma nova visão de homem e natureza (PELIZZOLI, 2004).

Com o desenvolvimento da filosofia, inaugurou-se a visão do *logos*<sup>16</sup>, (sentido, palavras, racionalidade, razão) em que a realidade das coisas é estabelecida pelo intelecto lógico, pela matematização, pela conceituação e representação mental, ou seja, a razão tem autonomia e liberdade de dizer e provar o que é a natureza e o mundo em si. “Aparece a tentativa concreta de superação do saber do mito, dos deuses, numa desmitologização e desespirtualização da realidade e natureza” (PELIZZOLI, 2004, p. 58). Por meio do *logos*, firma-se a compreensão de que a natureza opera a partir de leis e princípios universais e necessários, podendo ser

---

<sup>16</sup> *Logos* (do gr. *legein*: falar, reunir). Conceito central da filosofia grega que possui inúmeras acepções em diferentes correntes filosóficas, variando às vezes no pensamento de um mesmo filósofo. Na língua grega clássica, equivale a "palavra", "verbo", "sentença", "discurso". "pensamento". "inteligência", "razão", "definição" etc. Supõe-se que em seu sentido etimológico originário de "reunir", "recolher", estaria contido o caráter de combinação, associação e ordenação do logos, que daria assim sentido às coisas. (JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D., 2001; p. 121).

apreendidos pela razão, que também segue leis lógicas de funcionamento, capazes de desvelar a verdade última da realidade das coisas. É a afirmação da metafísica<sup>17</sup>.

Com a metafísica, constituiu-se uma nova maneira de pensar a realidade social e natural, sempre buscando determinar a funcionalidade e a causa última das coisas. Para Gusdorf (1980), Montibeller-Filho (2008) e Pelizzoli (2004), a estruturação da metafísica como forma de pensar a realidade das coisas representou o início de uma nova fase de relação homem e natureza, o antropocentrismo. Ao mesmo tempo suplantou a visão antropomórfica que prenominava como modelo anterior.

Assim sendo, a civilização grega cultivou duas cosmovisões distintas, com concepções diferentes acerca da relação homem e natureza. A primeira, de base antropomórfica: o homem é indissociável da natureza, da qual é parte integrante. A segunda, de base antropocêntrica, estabeleceu uma distinção entre homem e natureza, a qual pode ser apreendida por meio de processos de abstrações lógicas mentais e intelectuais; isto é, por meio da razão apreendemos a realidade externa. A razão humana é detentora de autonomia e liberdade para conhecer.

Enfim, da amplitude do pensamento grego, enfatizamos uma dupla orientação: 1. forma de abordagem da natureza de caráter integrador, que considera os processos da mesma; 2. modelo de apreensão do real que enceta para a autonomia da razão e lógica humana, e modo de relação com a alteridade via dominação. (PELIZZOLI, 2004, p. 59).

Montibeller-Filho (2008), explica que a visão da lógica racional metafísica da natureza perdurou até o início da Idade Média com as ideias advindas do cristianismo. As concepções metafísicas da realidade foram substituídas por um viés teológico, que mantinha a ideia de ordenamento da natureza, mas substituía a compreensão de causalidade, atribuindo a origem e criação de tudo a uma única divindade: Deus. Rompe-se definitivamente com a compreensão mitológica e politeísta, firmando-se o monoteísmo. Conceitualmente, passou a vigorar a visão teológica e monoteísta da

---

<sup>17</sup> O termo *metafísica* origina-se do título dado por \*Andronico de Rodes, principal organizador da obra de Aristóteles, por volta do ano 50 a.C., a um conjunto de textos aristotélicos — *ta meta ta physikd* — que se seguiam ao tratado da física, significando literalmente "após a física", e passando a significar depois, devido a sua temática, "aquilo que está além da física, que a transcende" (JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D., 2001, p. 129).

natureza. A cosmovisão tem como fundamento os princípios dogmáticos bíblicos da gênese judaico-cristã<sup>18</sup>.

Tal compreensão da relação homem e natureza representa a separação em uma dicotomia em que o homem é por excelência a criatura resguardada por Deus. Sugere, assim, autonomia e liberdade do homem ante aos demais seres da natureza, dadas por Deus ao Homem (detentor da inteligência), o qual poderia dominar e desfrutar da Terra.

Tem-se a partir daí, um movimento em direção à separação da natureza como natureza humana e não-humana, atribuída por uma supremacia do homem em relação à natureza. Tal mudança de abordagem rompe de vez com a característica includente-umbilical da relação homem/natureza estabelecida em sua origem. (NAVES; BERNARDES, 2014, p. 17).

Nesse processo revolucionário preconizado pelo cristianismo, Pelizzoli (2004) ressalta que a mística cristã revela uma interação de respeito com todas as formas de vida<sup>19</sup>, pois são obras do Criador. De certa forma, o teocentrismo do período medieval diferencia o homem dos demais seres, permanece um caráter contemplativo e espiritual como caminho de alteridade em relação aos outros seres e à própria natureza. Na Idade Média, a ideia de separação homem e natureza fica mais nítida e, paralelamente, a ideia de Deus ganha força, no sentido de ser o responsável pela hierarquização e ordenamento do mundo. Ao homem cabe a observação, a contemplação, a descrição e a quantificação como formas de conhecer a natureza a fim de dominá-la a seu favor.

A superação do teocentrismo, como visão de conceber a natureza com os imperativos morais e teológicos, limitando a expansão de um pensamento racional, objetivo e instrumentador do conhecimento, veio com o advento da modernidade: a visão da revolução científica. O domínio da razão substituiu as certezas dogmáticas pela experiência sensível e empírica na formação de um sistema de pensamento do

---

<sup>18</sup> Encontramos essa afirmação na Bíblia, no livro do Gênesis, (cap. 9, versículos 1-3): Deus abençoou Noé e seus filhos, dizendo: 'Sejam fecundos, multipliquem-se e encham a terra. Todos os animais da Terra temerão e respeitarão vocês: as aves do céu, os répteis do solo e os peixes do mar estão no poder de vocês. Tudo o que tem vida e se move servirá de alimento para vocês. E a vocês eu entrego tudo, como já havia lhes entregue os vegetais'.

<sup>19</sup> Importante lembrar São Francisco de Assis (patrono da ecologia), e um defensor da vida em sua plenitude.

mundo real, da natureza e do próprio homem. Restringiu os campos de atuação da teologia e da espiritualidade e instituiu as ciências experimentais, o método científico e as evidências como forma de conhecer qualquer realidade. Tornou-se, então, a única linguagem e forma legítima de conhecimento. Como apresenta Pelizzoli (2004):

Assim, podemos apontar as seguintes características marcantes: cientificismo, matematização da realidade do mundo; mecanicismo (vide a metáfora do mundo e do corpo como máquina em Descartes); materialismo como desencantamento do mundo; ateísmo. [...] remetem à objetificação da visão de natureza; isto através do reducionismo (PELIZZOLI, 2004, p. 62).

René Descartes (1596-1650) foi um dos pensadores mais influentes da visão científica do mundo, sendo seus estudos (ou os baseados neles) chamados de modelo *cartesiano*<sup>20</sup>. Suas ideias foram base do paradigma científico de apreensão da realidade. Assim, a visão antropocêntrica teológica predominante no período medieval deu espaço ao antropocentrismo cientificista. Algumas premissas caracterizam o sistema de pensamento científico em relação ao homem e à natureza e vigoram ainda na sociedade: a ciência é o único caminho válido para o conhecimento verdadeiro, prático e utilitário; a natureza tornou-se objeto de estudo e uso da ciência e do homem; estabelece os princípios fundamentais da ciência moderna positivista de separação e distinção entre homem e natureza; o homem tornou-se centro do mundo pela capacidade de raciocinar e praticar a ciência; os demais seres, desprovidos das faculdades mentais lógicas, são seres de vida inferiores (animais não humanos);

Quanto ao paradigma científico, Japiassú, (1996) explica que, naquele período, houve importante avanço no conhecimento humano sob os impulsos das ciências mecanicistas, racionalistas, antropocêntrica e cartesianas. Os muitos saberes acumulados resultaram em grandes melhorias nas condições de vida, na explicação dos fenômenos, na evolução tecnológica e na criação de sistemas sociais de produção como a Revolução Industrial, por exemplo. A mesma lógica científica, sob os pressupostos do Positivismo, de Augusto Comte (século XIX), no entanto, foi aplicada às ciências humanas e sociais cujas consequências não tardaram a ser

---

<sup>20</sup> O método cartesiano é composto por alguns processos básicos na elaboração do conhecimento: busca de evidências empíricas e indubitáveis sobre os fenômenos; analisar por meio da decomposição das coisas em suas unidades fundamentais; sintetizar os objetos de estudo em um todo verdadeiro; quantificar ou enumerar princípios e conclusões tornando um pensamento ordenado sobre o fenômeno estudado; visão analítica e pontualizada (JAPIASSÚ, 1996).

questionadas por desconsiderar as interações, as interligações, contextos sociais, formas holísticas e os espectros orgânicos e vivos da natureza. Esse engessamento (padronização de pensamento) de todas as ciências, como se iguais fossem, culminou no século XX com a escalada dos problemas socioambientais, degradação de ecossistemas, ameaças e destruição da vida no planeta.

Capra (2007) explica que o paradigma que dominou a nossa cultura, por centenas de anos, modelou a moderna sociedade ocidental.

Esse paradigma consiste em várias ideias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construções elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico, e - por fim, não menos importante - a crença em que uma sociedade na qual a mulher é, por toda a parte, classificada em posição inferior à do homem é uma sociedade que segue uma lei básica da natureza. Todas essas suposições têm sido decisivamente desafiadas por eventos recentes. E, na verdade, está ocorrendo, na atualidade, uma revisão radical dessas suposições (CAPRA, 2007, p. 25).

Gradativamente, os contextos socioambientais foram desvelando que as ciências modernas não são capazes de responder às necessidades de apreensão mais complexas da realidade. As ciências, o sistema de pensamento da teologia judaico cristão e a revolução industrial, bem como a sociedade organizada sob o modelo capitalista de produção, alimentam uma concepção da relação homem e natureza totalmente desvinculada, sendo a natureza concebida como fonte de recursos infinitos, classificáveis e quantificáveis.

Ao tratar de economia industrial e meio ambiente, Muller (1996) situa que, no século XVIII, consolidou-se a visão sobre a natureza como sendo um recurso natural, inesgotável e propício à apropriação humana para fins de desenvolvimento industrial. Outra visão contrária, de uma natureza encantada, mística ou intocável tornou-se um obstáculo ao progresso econômico dos países.

O problema se agrava quando este paradigma começa a ser imposto "as ciências humanas atravessando o processo educativo de forma subliminar e avassaladora, a ponto de estarmos em crise epistemológica na educação por causa da supressão da noção do ambiente orgânico tomado em seus elementos vivos como tais, supressão da noção sociocultural aí imbrincada, e diante dos processos de produção do conhecimento e transmissão do saber

na base chamado “conhecimento objetivo e científico” (PELIZZOLI, 2004, p. 62).

Com base nos avanços científicos, a Revolução Industrial criou e alimentou a crença na capacidade de a tecnologia solucionar os problemas sociais e ambientais, inclusive aqueles criados pelo próprio modelo de desenvolvimento socioeconômico. Portanto, as consequências ambientais do progresso geradas a partir da exploração da natureza através dos modos de produção no capitalismo seriam solucionáveis por meio da otimização tecnológica das ações (MUELLER, 1996).

O projeto civilizatório capitalista (forjado pela Revolução Industrial e científica sob a égide da ciência positivista) desenvolveu um sistema social cada vez mais dependente da tecnologia, do trabalho, do consumo humano e dos recursos naturais. Tanto o homem como a natureza passaram a ser subjugados pela dominação técnica. No século XX, cada vez mais ficou evidente a necessidade da emergência de um novo paradigma societário.

Assim, diversos pensadores contemporâneos como, por exemplo, Capra (2007), Leff (2000; 2001; 2007), Morin (1996; 2007), Japiassú (1996), Boff (1999), Pelizzoli (2004) dentre outros não menos importantes discutem/preconizam a construção de um novo paradigma: ecológico, ou complexidade, ou ainda cosmovisão.

Essa nova cosmovisão que se desenha foi sendo pensada em contradição à predominante visão cientificista, embora sem descartar os avanços proporcionados até então. Os autores supracitados enfatizam que há um novo paradigma em construção, que marca uma ruptura de padrões e modelos éticos, científicos e culturais, pois suscita a possibilidade da visão holística<sup>21</sup>, de interdependência dos seres, de sensibilidade humana e sabedoria para a sustentabilidade<sup>22</sup>. Uma cosmovisão que surgiu como uma crítica à postura moderna científico-industrial, desenvolvimentista, conquistadora e “anti-antisocioambiental”, mas com evidente

---

<sup>21</sup> *Holismo*: provém de *holos* em grego, significando totalidade. É a compreensão da realidade que articula o todo nas partes e as partes no todo, pois vê tudo como um processo dinâmico, diverso e uno (BOFF, 2000).

<sup>22</sup> Diz-se que uma sociedade ou um processo de desenvolvimento possui sustentabilidade quando por ele se consegue a satisfação das necessidades, sem comprometer o capital natural e sem lesar o direito das gerações futuras de verem atendidas também as suas necessidades e de poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados. (BOFF, 2000).

desconfiança da capacidade da razão de apreender a essência das coisas e suas interações (JAPIASSÚ, 1996; (PELIZZOLI, 2004).

Ante as incertezas e paradoxos em vigência, indubitavelmente se coloca a indagação: qual é o projeto socioambiental para o século XXI? É possível um paradigma civilizatório capaz de promover a interação entre os fatores do ambiente e da cultura, de efetiva consciência de sermos seres em um planeta único e de relações vivas? Como implementar pensamento e ação fundamentada e integradora no tempo e no espaço socioambiental como enfrentamento à totalização hegemônica da economia e dos mercados?

## **2.2 Um olhar crítico para o distanciamento ou separação entre humano e natureza**

Ao lançar o olhar para as questões de investigação da tese, uma constatação é óbvia: a relação entre sociedade ocidental e natureza provocou transformações profundas na paisagem, acarretando uma degradação rápida do bioma local. A hipótese que guiou este estudo é que os agentes e os operadores locais foram impulsionados pelos modos de produção preconizados pelo sistema capitalista no campo (que via na mão-de-obra e nos recursos naturais) uma forma de lucratividade e acumulação de riquezas monetárias.

Ao propor uma reflexão de base teórica a partir do objeto da tese, impõe-se de imediato uma crítica à relação natureza-sociedade-capitalismo. Emanam desse contexto teórico e empírico um conjunto de conhecimentos, saberes e práticas de produção e reprodução social intimamente ligados ao espaço geográfico, ecológico e cultural dessa sociedade ou grupo social. “As práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas geram formas de percepções e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio” (LEFF, 2007, p. 27).

É nesse sentido que – nas interações sociedade e natureza – emergem preocupações várias que vão desde a extinção de espécies da fauna e da flora, perda de biodiversidade, explosão demográfica, ocupação inadequada (urbana e rural), armamentismo, contaminação de alimentos, água, solo e ar, devastação das florestas, efeito estufa, degradação de ecossistemas, técnicas centralizadoras, injunções do

poder político, financeiro e econômico que oprime e explora etc. (PORTO-GONÇALVES, 1990).

Parte-se do pressuposto de que a relação sociedade e natureza é mediada por outra, entre conhecimento, saberes e práticas, que se apresentam fundadas nos pressupostos da ciência moderna, das correntes filosóficas do positivismo e do empirismo e na institucionalização da racionalidade economicista. A partir desse arcabouço teórico, somado ao modo de produção capitalista, há uma aceleração nas relações entre conhecimento e saberes práticos, na produção de mercadorias e tecnologias de apropriação do meio natural para fins de acumulação de capital.

A partir dessa visão, está o Homem como detentor da racionalidade e o mundo – o Outro – à sua volta ou a realidade externa como objeto ávido a ser conhecido, possuído ou dominado, pois é desprovido da racionalidade. Na engrenagem social posta, essa visão se sobrepõe à natureza, a qual, como um objeto externo, está disponível a ser apropriado, seguindo os princípios econômicos justificados pelas articulações das narrativas política, ideológica, jurídica, religiosa e cultural.

Esse ideário constituído e cristalizado ao longo dos séculos potencializou as ações dos operadores locais, impulsionados pelos detentores do conhecimento hegemônico que têm na dimensão econômica e científica os princípios da construção social. Ilustrando esse *modus operandi*, empiricamente, estão o movimento das migrações ao Centro-Oeste e Amazônia, a própria “Marcha para o Oeste” e o Plano de Integração Nacional (PIN). No contexto do Projeto Terranova, assim como na ocupação por colonização na Amazônia, transparece veladamente os aparatos jurídicos, ideológicos, científicos e políticos. Como foi possível chegar a tal configuração social? Posto de modo comum, como podem os humanos aceitarem ser parte da natureza, dependentes dela e, ao mesmo tempo, liquidá-la?

Para entender a relação entre sociedade e natureza no contexto amazônico, faz-se necessário compreender conceitualmente a forma como a natureza tem sido tratada ao longo do desenvolvimento do capitalismo e da ciência moderna, a qual é a precursora da visão dualística da natureza (externa e interna), da separação homem, sociedade e natureza e, ainda, homem (sujeito) e natureza (objeto). Simultaneamente, o modo de produção capitalista materializa, aprofunda e diversifica as formas e mecanismos de separação centrados na divisão social do trabalho e na apropriação

dos recursos naturais. Por essa opção teórica, analisa-se pelo viés da interpretação marxista sobre a conceptualização capitalista da natureza bem como os mecanismos de sua apropriação e transformação.

Na esteira conceitual, Foladori (2001) resgata a interpretação marxista sobre como o capitalismo concebe a natureza e a sociedade, formulada em alguns conceitos principais como a teoria da renda do solo, o metabolismo social e o conceito de riqueza.

O entendimento da renda da terra requer de antemão o reconhecimento da importância da propriedade privada, da inserção cada vez mais acentuada da tecnologia nas relações de produção contemporânea, e ainda, acima de tudo, do conhecimento da lei do valor enquanto lei geral da acumulação capitalista. Requer também a compreensão da forma com que cada vez mais o capital subordina a renda da terra a seu interesse (CARIO; BUZANELO, 1986, p. 32).

Assim sendo, o solo adquire outro significado, desprendido de seu sentido original de elemento natural, compreendido como mercadoria e seu valor é uma estimativa atribuída pelo sistema capitalista envolvendo outros processos tipificados pelo mercado. O fim último é a lucratividade, elegendo o solo e as relações de trabalho como eixos centrais dessa finalidade, sempre em direção ascendente. O incremento da industrialização e da urbanização, elegidos como modelo societário, que garante a elevação dos lucros, fomenta a desconexão sentimental com a Terra enquanto lugar para se existir e inventar a vida.

O não pertencimento gera desapego e desterritorialização pela falta de vínculo ligando o proprietário e o trabalhador com a terra. O primeiro desconhece a terra como fim e o segundo porque sua existência depende da sua força de trabalho, que é limitada às condições do proprietário. Ambos são dissociados do solo por causa da renda, a qual se produz na medida em que os recursos naturais, como as florestas, as águas e a própria terra, são exploradas: “a renda, em vez de vincular o homem à natureza, fez somente vincular a exploração da terra à concorrência. [...] A renda separou tão perfeitamente o proprietário rural do solo, da natureza, que ele não tem necessidade nenhuma de conhecer suas terras” (MARX, 2008, p. 78).

Há que se considerar que, no sistema capitalista, os processos produtivos ficam subordinados aos interesses monetários. Para fins de valorização e lucratividade, o

dinheiro domina a indústria, a agricultura e as relações de produção, além de mercantilizar a terra e as condições de produção (CARIO; BUZANELO, 1986). Nessa perspectiva, conforme Faladori (2001), proprietários e trabalhadores assalariados cumprem com os requisitos de cisão do metabolismo com a natureza. Na dinâmica social, a simbiose é caracterizada pela relação de apropriação dos bens naturais e sua transformação em produtos consumíveis. O trabalhador assalariado “está separado da terra como condição natural de produção. Está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa” (p. 108); a condição do proprietário é contrária, pois, ao privar o outro dos bens naturais, “passa a usufruir de uma natureza que deveria corresponder a todos os habitantes do planeta” (p. 108).

Marx entende por metabolismo social o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção (FALADORI, 2001, p. 106).

O emprego desse conceito remete analogicamente ao metabolismo nas ciências naturais. É uma forma de explicar o comportamento humano dentro do mundo natural o qual, consoante Marx (2008), refere-se à conduta social capaz de provocar modificações significativas em âmbitos físicos e biológicos do planeta, demonstrando que ações antrópicas interferem na disponibilidade e regeneração dos recursos naturais dos biomas e ecossistemas. O sentido é revelar a ruptura da sociedade com a natureza e as particularidades, os modos, as formas como ocorrem, baseadas nos preceitos do sistema capitalista. A dinâmica que movimenta a sociedade (desprezando o ambiente natural – metabolismo social) embreita as idiosincrasias, pois ou o indivíduo verga-se ao sistema capitalista (a propulsão evolutiva) ou é atropelado por ele.

Marx (2008) denuncia conceitualmente os perigos contidos na dinâmica entre sociedade e natureza, marcados pela apropriação das riquezas naturais, sua transformação em objetos de uso e consumo e a devolução ao meio ambiente de cargas de resíduos produzidos em todas as etapas dos processos incompatíveis com o metabolismo da natureza. Essa preocupação com as questões ambientais

contemporâneas significa a impossibilidade de uma sociedade sustentável sem que se restabeleçam os laços com a natureza (FOLADORI, 2001). Como se dá o rompimento entre sociedade e natureza?

O critério metodológico empregado por Marx (2008) para analisar a sociedade capitalista é partir da história (materialismo histórico). As sociedades pré-capitalistas mantinham um vínculo muito próximo e direto com a terra, o mundo natural, o mundo externo para produzir a existência social. Trata-se de sociedades essencialmente agrícolas, cuja sobrevivência estava vinculada diretamente com a terra e com os recursos naturais.

A despeito das sociedades capitalistas, as relações de produção são precedidas por uma série de mecanismos e instrumentos propulsores da engrenagem da política econômica que rege o sistema. Assim, desvelar a ruptura com a natureza significa entender essa engrenagem. Os elementos essenciais estão na propriedade privada da terra, explicada a partir da teoria da renda da terra, nas relações de produção e no trabalho assalariado, sobretudo na industrialização que impõe modos de relações com a natureza mediadas por instrumentos (objetos, máquinas, ideias, teorias, conjuntos tecnológicos etc.) previamente planejados e produzidos. No interior dessa sociedade, os elementos que compõem a produção:

Se separam em uma progressiva divisão social do trabalho. [...] Assim, o que requer explicação, escreve Marx, não é a unidade do ser humano com a natureza, pois isso é parte da natureza física e química, mas o que se deve explicar é o processo histórico por meio do qual se separa – aliena-se – a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se. O que Marx irá explicar por meio de seu método – o materialismo histórico – são as formas como se vai modificando e se rompendo esse metabolismo com a natureza (FOLADORI, 2001, p. 107).

Assim, a explicação para a separação dos seres humanos de seu metabolismo com a natureza está na divisão social do trabalho que é precedida pela apropriação, transformação e uso dos recursos naturais. A condição humana de existência estabelecida pelo modo de produção capitalista completa a ruptura ao estabelecer a separação entre trabalho assalariado e capital. Em virtude da condição de produzir a própria existência pela venda de sua força de trabalho, o trabalhador é deslocado para ações com instrumentos operacionais distantes da terra não de modo natural, mas de

forma artificialmente produzida. A dinâmica das relações não acontece com o meio natural e sim com os instrumentos que produziu, ligando seu corpo com a natureza externa, de modo que o existir passa a depender do modo como se opera e acessa tais instrumentos validados pela qualidade da sua força de trabalho. O homem se relaciona com a natureza por meio do trabalho, ou seja, entre a natureza e o homem está o trabalho. É nessa interação que se dá o rompimento do metabolismo social.

Outro conceito trabalhado por Marx (2008), e trazido por Foladori (2001) como percurso necessário à compreensão da ruptura do homem com a natureza, diz respeito ao conceito de riqueza:

O processo de transformação da natureza externa implica sua conversão em riqueza material, ou seja, em natureza apta para ser consumida, desfrutada, apropriada pela sociedade humana. Por sua vez, o processo de transformação de seu próprio ser social interior implica, além de formas determinadas de divisão social do trabalho, de relações de produção e outras formas de organização e consciência, a conversão daquela riqueza material em riqueza social, isto é, riqueza segundo os critérios históricos de cada sociedade em questão (p. 109).

Riquezas materiais, eis outra característica da sociedade capitalista, já que os recursos naturais (que é a natureza externa) são assim convertidos. A fim de exemplificação, tem-se o ecossistema amazônico (como natureza e rico em biodiversidade) cujos elementos que o compõem são concebidos como matéria-prima para a indústria, ou seja, aptos ao consumo. Ao se apossar do que a floresta produz (muitas vezes substâncias exclusivas da Amazônia), a sociedade transforma-as em dinheiro, pois tornaram-se mercadorias, às quais são atribuídos valores conforme sua disponibilidade, processamento e adaptação às necessidades sociais. É o que Marx (2008) denominou *valor de uso*; a natureza é concebida como fonte de enriquecimento (FALADORI, 2001).

Ainda na esteira da conceptualização, considerando a premissa do metabolismo social, cabe a indagação: como o capitalismo incorpora a natureza na instância da acumulação? Para Aguiar e Bastos (2012), a partir da Revolução Industrial, sedimentou-se o modo de produção capitalista cuja estrutura social é redimensionada a partir da lógica de expropriação – apropriação e mercantilização. A vida social em grande parte é transformada em práticas capitalistas produtoras de

valor, de modo que o eixo de análise passa a ser propositivamente natureza-sociedade-capitalismo porque o modo capitalista de produção subjugou a sociedade e a natureza sob suas leis.

Dominar/transformar/processar/comercializar o que a natureza produz são grandes vantagens do sistema capitalista, na medida em que faz das forças naturais um agente de serviço ou força de trabalho à produção, seguindo as três etapas distintas da *expropriação*, *apropriação* e *mercantilização*. A expropriação constitui a base social do capitalismo, etapa caracterizada pela concentração das propriedades, meios e condições de produção.

Isto significa que a expropriação tem uma dupla vertente ao actuar: a) como motor do desapossamento dos meios de produção (e seus saberes anexos) em prol da produção e realização de valor; b) como fator de resgate da terra, logo, da natureza, anteriormente pertencente aos camponeses. Daqui assoma a ideia de que a expropriação dos instrumentos de trabalho (dos artesãos) e da terra (dos camponeses) no período pré-industrial constituiria uma singularidade histórica e apenas presente numa fase de génese e ascensão do capitalismo (AGUIAR; BASTOS, 2012, p. 86).

Desde os rudimentos das ideias capitalistas, com a acumulação primitiva, a expropriação dos camponeses e da natureza foi parte fundamental para o avanço do modo de produção para a industrialização. Ao longo da trajetória histórica, a expropriação esteve sempre presente e adquiriu características peculiares e distintas a cada sociedade; porém, com uma face perversa de violência e pilhagem dos recursos naturais e da força de trabalho pelos modos e condições de trabalho. Se a lógica do capitalismo canaliza as ações para a acumulação, a expropriação é a base das relações sociais procedentes da incorporação da natureza e parte dos mecanismos que angaria recursos a efetivação dessa lógica (FONTES, 2005).

A apropriação é outra etapa de incorporação da natureza, fundamental à consolidação do processo: o modo de constituição da propriedade privada.

Assim, a apropriação surge como o movimento de constituição da propriedade privada. Quer dizer, se a expropriação separa os trabalhadores (e outras classes não exploradoras de força de trabalho alheia) das condições de produção, a apropriação constitui a acção de transformar – por via legal e por via da constituição de novas práticas económicas, produtivas ou não – o que foi retirado da esfera não mercantil em propriedade de um capitalista ou grupo económico (AGUIAR; BASTOS, 2012 p. 86).

Como e por que se apoderar de terras é tema amplamente estudado desde os princípios de estruturação do sistema capitalista e um exemplo foi a incursão junto às classes dos camponeses quando da apropriação das terras desde os séculos XVI. Em diversos momentos da história, nas variadas sociedades, existe o assenhoramento privado da terra ou da riqueza externa. Situação análoga, no contexto brasileiro, foi o apoderamento das terras amazônicas e, ainda, as diversas modalidades de privatizações que permeiam o sistema econômico vigente.

E, por fim, no processo de incorporação da natureza, visto sob a perspectiva dos três momentos discutidos por Aguiar e Bastos (2012), o terceiro momento ou etapa é a mercadorização, já comentada a partir de outro ponto de análise.

Basicamente, corresponde ao processo final de articulação entre a natureza e o processo de trabalho, em que este introduz o trabalho assalariado como agente transformador da natureza numa matéria qualitativa diferente, portadora de uma utilidade social e, sobretudo, de valor de troca. Ou seja, transforma-se em uma mercadoria (AGUIAR; BASTOS, 2012, p. 86).

A mercadorização envolve diretamente os elementos da natureza, podendo ser de espécies da fauna e flora ou de derivados decompostos da natureza adicionados a ela. Na atualidade, diante da crise socioambiental, o próprio nome *natureza* é tomado como valor monetário, servindo de apoio ou base para a comercialização de produtos resultantes de complexas operações financeiras nos “novos templos do capitalismo” – as bolsas de valores no mercado financeiro. Usou-se o termo *novos templos* por serem instituições criadas para promover variantes de lucratividade próprias do sistema capitalista contemporâneo. Nessas instâncias, a dimensão da natureza enquanto promotora das capacidades e necessidades humanas é ainda mais descaracterizada, perdendo seu valor pelo que é e sendo entendida pela perspectiva da rentabilidade, ou como cifras contábeis e numéricas no mercado financeiro.

A digressão realizada até então esteve a serviço da tese para demonstrar que a relação entre sociedade e natureza atual é consequência de uma construção histórica social e intencional, permanente e em constante transformação, almejando sempre a acumulação capitalista. É uma relação em que o metabolismo social fagocita a natureza em diversos momentos (como expropriação-apropriação-mercadorização),

valendo-se de outros mecanismos, como a divisão social do trabalho e a propriedade privada. O modelo societário urbano industrial altamente dependente dos recursos naturais demanda enormes quantidades de matéria e energia ao longo da cadeia produtiva. Concomitantemente, devolve ao meio outras enormes quantidades de resíduos, levando ao limite o funcionamento dos ecossistemas tanto sua capacidade de reposição e regeneração como também a absorção e transformação dos volumes de resíduos (AGUIAR; BASTOS, 2012).

O ideal societário cada vez mais assolapa os ecossistemas terrestres, acelerando sua degradação e acentuando as desigualdades sociais. A humanidade encontra-se diante de um dilema construído historicamente, mas que, na contemporaneidade, acentua-se em todas as frentes, graças ao poder pragmático científico e tecnológico: se existe a persistência por esse caminho economicista do meio natural e social, em contrapartida busca-se a efetivação de mudanças profundas que integrem os humanos ao meio natural.

Glacken (1967), em seus estudos sobre o histórico das concepções da sociedade ocidental sobre a natureza, parte da Antiguidade Clássica até a contemporaneidade, sintetizando que a humanidade teve por base três grandes indagações para se relacionar com a natureza e enfrentá-la:

É a natureza, tal qual ela se apresenta na Terra, dotada de sentido e propósito? Possui essa natureza, especialmente o lugar onde cada sociedade habita, uma influência sobre a vida humana? Foi a realidade da Terra, em sua condição primordial, modificada pela ação histórica do homem? Os resultados da investigação de Glacken deixam claro que as duas primeiras perguntas dominaram amplamente a reflexão filosófica e científica até o século XVIII. Tratava-se de entender como a natureza influenciava a história humana e não o contrário. Algumas elaborações sobre a terceira pergunta, apareceram no que se refere aos melhoramentos da paisagem a partir das artes e do trabalho. Mas o tema da capacidade da ação humana para degradar, ou mesmo destruir, o mundo natural é essencialmente moderno. (GLACKEN, 1967 apud, PÁDUA, 2010, p. 13).

A partir da revolução científica/industrial, a preocupação com a relação à sociedade e à natureza assumiu uma inversão em relação aos períodos anteriores da humanidade. Se até o século XVIII o meio influenciava a trajetória humana, a partir daí a história humana influencia a natureza com o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial capitalista.

É possível pensar outros paradigmas que apontem novas alternativas de relação entre sociedade e natureza que superem o pragmatismo economicista preconizado pelo modo de produção capitalista? Pode-se pensar a relação entre homem e natureza como um lugar? Como um *ethos* de fazer a vida e se reproduzir cultural e economicamente?

### **2.3 História Ambiental e Educação Ambiental: busca de sentidos do ser no mundo**

Após ser revisitado o processo histórico da relação homem e natureza, culminando com a contemporaneidade e a crítica à visão cientificista vigente, urge uma cosmovisão integradora postulada pelos autores citados como um novo paradigma socioambiental, isso ao nível do sistema de pensamento, ética e valores. A partir de então, vem o desafio de articular de forma coerente pensamentos e práticas epistemológicas, científicas e sociais, capazes de construir novos saberes e uma outra cultura que não prime pela economia e mercado em detrimento das demais dimensões das relações planetárias.

Por essa razão, busca-se respaldo na História Ambiental e a Educação Ambiental (que têm em comum a sua gênese) como caminhos alternativos às discussões acadêmicas e comunitárias de superação do modelo vigente que sustenta as práticas do homem com o meio. O surgimento tanto da História quanto da Educação Ambiental foi reconhecido oficialmente doravante a década de 1960, quando se levantaram as críticas em torno das questões ambientais. Do ponto de vista filosófico, sociológico e epistemológico, desde o final do século XIX e princípios do século XX, muitas vozes já previam o caos ambiental, o domínio do capital em detrimento do meio ambiente, se não houvesse mudanças na forma como o progresso avançava (PÁDUA, 2010). Assim sendo, esses tópicos serão base para encontrar ou estabelecer as relações teóricas entre os campos de conhecimento e a visão contemporânea da relação homem e natureza. Para tanto, primeiramente abordamos a História Ambiental e em seguida traremos Educação Ambiental, procurando estabelecer relações de base teórica com o paradigma ecológico.

A História Ambiental, como um campo de conhecimento da historiografia, surgiu no contexto da emergência das críticas e dos movimentos ambientalistas e ecológicos, estruturando-se em diversos países a partir da década de 1970. A

preocupação intelectual com os problemas ambientais remonta ao século XVIII, ainda no processo de estruturação do pensamento moderno (PÁDUA, 2010).

A ideia de "ecologia" rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo (PÁDUA, 2010, p. 13).

O surgimento e expansão da preocupação ambiental no século XX contribuiu para a estruturação e popularização da História Ambiental. Pádua (2010), destaca algumas mudanças de cunho epistemológico que serviram de base a essa virada de posicionamento. Em primeiro lugar, a compreensão dos impactos das ações antrópicas sobre o mundo natural leva à degradação de ecossistemas; a evolução na cronologia e temporalidade de compreensão do planeta; em terceiro, a ideia de natureza sob a ótica histórica em um movimento de construção e reconstrução do tempo e o homem é fruto dessa construção.

Para entender as bases da História Ambiental, é necessário levar em consideração não somente as consequências das ações antrópicas, mas também processos macrohistóricos relacionados ao advento da modernidade, pois a questão ambiental é um problema seriíssimo dos dias que correm. Ao tratar das históricas visões da relação homem e natureza anteriormente, de certa forma estavam presentes os elementos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da História Ambiental. Cabe destacar, ainda, que os macroprocessos históricos sinalizados por Pádua (2002) são a expansão colonial europeia e a incorporação, exploração e domínio de grandes regiões do planeta com suas respectivas diversidades de territórios, biomas e ecossistemas; também a universalização do conhecimento científico como entendimento do mundo; mercantilização da natureza, dos recursos naturais e culturais; a preocupação com os riscos e perigos da ação humana, inclusive para a própria espécie. A preocupação com o colapso, ausência de

perspectivas ao futuro e todo tipo de degradação aparecem no cenário social exigindo respostas e um catapultador desse caos tem sido a ação devastadora de substituição das florestas, principalmente as tropicais, por monoculturas e exploração mineral.

No Brasil, segundo Pádua (2002), a preocupação ambiental aparece no contexto pós-independência. A manifestação de autores como José Bonifácio de Andrada e Silva e Tomás Pompeu de Sousa Brasil chamou a atenção para as práticas agrícolas, queimadas, seca e devastação das florestas no sentido da replicação de modelos adotados em outros países que resultaram em profundos impactos ambientais.

Não havia, naquela época, uma História Ambiental e sim a percepção histórica das mudanças ambientais produzidas pela interação homem e natureza, revelando como a sensibilidade ecológica se sedimenta no universo da modernidade. Levando em conta o nível sociológico e histórico, amplia-se a compreensão da problemática ambiental; ao mesmo tempo, o olhar epistemológico também passa por mudanças dadas as evidências da capacidade da ação humana de intervir no meio natural provocando consequências desastrosas. Obviamente que diferentes áreas de conhecimento e fatores sociais contribuíram para o despertar da sensibilidade ecológica que ocasiona diversas preocupações movimentos pelas causas ambientais, contexto de onde emergem História Ambiental e a Educação Ambiental.

Perseguindo ainda o surgimento e o significado da História Ambiental, Drummond (1991) explica que a noção de tempo, a história social e a história natural foram importantes também ao delineamento do campo da História Ambiental. A partir do século XIX, ocorreu uma mudança na forma de contagem e divisão do tempo no mundo ocidental. A História Social desenvolveu a compreensão de que a contagem do tempo é uma construção de cada sociedade. “O tempo no qual se movem as sociedades humanas é uma construção cultural consciente. Cada sociedade cria ou adota formas de contagem e divisão do tempo em torno das quais se organizam as diversas atividades sociais. Pode parecer que cometo banalidades nessas duas frases” (DRUMMOND, 1991, p. 177).

Em contrapartida, a História Natural passou a questionar a compreensão e a contagem do tempo defendida pela doutrina judaico-cristã baseada no Livro Sagrado Gênesis do Antigo Testamento da Bíblia Sagrada. “Eles propuseram um tempo que

extrapolava a cultura europeia e a experiência humana como um todo. Esse tempo fazia da cultura humana uma pequena frase ao fim de urna nota de rodapé na última página do longo compêndio da vida do planeta” (DRUMMOND, 1991, p. 177).

Mais tarde, convencionou-se chamar a nova contagem do tempo de “tempo geológico”. O pressuposto básico dessa compreensão destaca que a existência do planeta e o surgimento da vida, passam a ser contados a partir de bilhões de anos e a experiência humana na Terra é relativamente efêmera e recente comparada com a existência do Planeta. As ciências cada vez apresentam evidências de que a Terra é uma realidade antiga, diversificada e que passou por diversas transformações biofísicas, abrigou inúmeras formas e espécies de vida, sendo a vida humana uma das espécies mais recentes (SAGAN, 2008; CHRISTIAN, 2003; LOVELOCK, 1991).

A revolução cronológica nas ciências naturais produziu grande impacto epistemológico nos historiadores ambientais, que vêm buscando metodologias que permitam investigar a história humana em um marco temporal mais amplo. Ou seja, a repensar o lugar do ser humano no quadro mais amplo da história do planeta. Não se trata, por certo, de sempre trabalhar na longuíssima duração. Pode-se fazer história ambiental de períodos relativamente curtos. Mas sempre tendo em mente, ao menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados. Seja no aspecto natural - com as realidades biofísicas de cada região demarcada para um trabalho de pesquisa -, seja no da formação de populações e sociedades humanas que nela e com ela interagem (PÁDUA, 2010, p. 5).

Paralelamente à cronologia, a História Ambiental tem implicações com as questões epistemológicas que resumidamente consistem no diálogo entre as diferentes ciências, partilhando a concepção da natureza em permanente movimento de construção e reconstrução atemporal. De modo geral, no século XX, muitas formulações teóricas contribuíram à consolidação da compreensão do sistema, mundo natural dinâmico e complexo diferentemente da compreensão determinista e reducionista. Essas evoluções e outras tantas questões teóricas da modernidade estão implicadas como pressupostos do campo de conhecimento da História Ambiental, substanciando a mudança de percepção subjetiva dos sujeitos que atuam nesse campo.

Nesse contexto ocidental de crítica ambiental, de mudanças sociológicas e epistemológicas ganhou corpo a História Ambiental, consciente da experiência

histórica entre cultura e natureza, que o fenômeno humano está na natureza da mesma forma que a natureza está presente na linguagem, no simbolismo; enfim, na cultura. Há pela frente o desafio de pensar o ser humano em suas complexas dimensões biológicas e socioculturais. Não somente uma história sociocultural, nem somente uma história natural, mas a incorporação dos fatores e elementos biofísicos entremeados com os fatores humanos. No campo historiográfico, Pádua (2010) destaca que, mesmo antes da década de 1970, a dimensão ambiental havia sido registrada na historiografia regional<sup>23</sup>:

A historiografia de regiões, como no caso de Nordeste, de Gilberto Freyre, e de O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II, de Fernand Braudel, e a historiografia da formação de fronteiras de expansão territorial, como no caso de *The great plains*, de Walter Prescott Webb, Caminhos e fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda, e *The grassland of North América*, de James Malin. (PÁDUA, 2010, p. 7).

Doravante os trabalhos mencionados, dentre outros mais setorializados, expandiram-se as experiências dos historiadores, aliando-se a outras áreas de conhecimento, tanto das ciências naturais como das humanas e sociais aplicadas. Essa união gerou uma conotação interdisciplinar nos trabalhos de História Ambiental, caracterizada pela busca de superação do modelo dualista da visão de cultura e natureza.

A História Ambiental chama a atenção para a relevância do mundo biofísico presentes nos debates, pesquisa e ensino das ciências. Compreende-se que a atribuição de sentidos e significados ao mundo natural é uma construção historiográfica presente nas culturas e expressamente manifestadas pelas diversas formas da linguagem humana. Assim, a história humana passa a integrar a paisagem natural com vasta diversidade nas formas de percepção e representação cultural do meio biofísico. Por essa perspectiva da História Ambiental, tem-se a ampliação e alargamento das dimensões, temáticas e análise historiográfica, bem como a superação do reducionismo analítico de uma história de personagens, eventos e

---

<sup>23</sup> Em nível mundial, há uma diversidade produção de trabalhos; os da Escola dos Anales são bastante lembrados por chamarem a atenção para a necessidade de ir além da produção especificamente historiográfica. Um seminário interdisciplinar ocorrido na Universidade de Chicago, em 1955, também marcou época e deu origem a vários trabalhos envolvendo a historiografia e a ecologia (PÁDUA, 2010).

Estados, de uma história econômica ou ainda uma micro-história, por exemplo (WORSTER, 1991).

Para Worster (1991), não se trata de reduzir o estudo e a pesquisa em História Ambiental ao mundo biofísico como sendo absoluto para explicar tudo e sim de incorporar como uma dimensão presente e influente na produção humana. As dimensões econômicas, culturais e sociais (que constituem campos de estudos da historiografia) são ou estão relacionadas diretamente com a apropriação dos recursos da natureza, a valoração da paisagem e, portanto, compõem a historicidade.

Vale dizer que os elementos da natureza estão mesclados nas dimensões sociais das quais tratam a historicidade. “O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, se explica exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos” (PÁDUA, 2010, p.87).

As mudanças epistemológicas e sociológicas que nutriram o surgimento da História Ambiental (como uma possibilidade de ampliação da análise histórica), cujos pressupostos teóricos se encontram em movimentos desde o final do século XIX, têm conquistado espaços acadêmicos e sociais significativos nessa virada de milênio (WORSTER, 1991).

## **2.4 História ambiental: o lugar da natureza na vida humana**

Neste tópico serão abordadas duas subcategorias: o historiador e o meio ambiente. Uma possível relação de investigação e de ensino que compõe o “fazer” na História Ambiental. A questão de fundo posta é: qual a possibilidade ou como o historiador pode estudar o meio ambiente? E, ainda, como a História Ambiental se firmou como uma investigação ou disciplina acadêmica crítica? No intuito de definir e delinear o “fazer” ou a “prática” em História Ambiental, foram trazidas as discussões de Dean (1996), Drummond (1991), Worster (1991) e Pádua (2002, 2010). Esses autores corroboram a ideia da necessidade de se pensar e fazer a historiografia, contemplando a dimensão ambiental não isoladamente das demais dimensões humanas do agir.

Reconhecidamente as obras de Warren Dean contribuíram para a formação e expansão da História Ambiental no Brasil e em outras partes do mundo. O pesquisador

fez um trabalho de aproximação entre história, ciência política, crítica social e a ecologia. O pensamento do autor denuncia a crise ambiental promovida pela civilização industrial que produziu o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, destruição das florestas, extinção de espécies, distribuição desigual de recursos, desequilíbrio, poluição, degradação dos ecossistemas e biomas (DEAN, 1996).

Em suas reflexões, Warren Dean voltava-se então para as conseqüências da expansão do modelo de sociedade que nasceu com a Revolução Industrial, particularmente para a problemática dos obstáculos ao desenvolvimento. Questionava-se o predomínio da racionalidade instrumental e da escala das atividades humanas no sistema econômico, que estaria conduzindo o mundo a uma situação em que o capital natural passaria a ser o fator limitante do próprio desenvolvimento (OLIVEIRA, 2014, p. 6).

As contribuições de Worster, (1991) mostram como disciplina de História, que há mais de um século se ocupou dos registros do passado, abrangendo o estado-nação em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais e seus desdobramentos, com as mudanças evolutivas do mundo, começou a perder terreno. Foi tomando forma uma historiografia mais conectada ao cotidiano, partindo das bases sociais e mostrando os diversos elementos que compõem os fatos históricos. “Mas há algum tempo esse conceito da história como a “política do passado” começou a perder terreno, na medida em que o mundo evoluía para um ponto de vista mais global e, diriam alguns, mais democrático” (WORST, 1991, p. 198).

Os primeiros ensaios, como tentativa de definir a História Ambiental como um novo campo do conhecimento, ocorreram na década de 1970 nos Estados Unidos tendo como precursores Roderick Nash, Samuel P. Hays, Frederick Jackson Turner, Walter Prescott Webb e James Malin. Esses estudiosos desenvolveram trabalhos com atenção voltadas ao meio ambiente e serviram de fontes de pesquisa posteriores sobre o papel do meio ambiente na formação da sociedade norte-americana. A França, por meio de historiadores ligados à *Revista Annales*, foi outro país que contribuiu com estudos sobre a importância do ambiente na compreensão e no estudo da História. Os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre estavam interessados nos fundamentos ambientais da sociedade (WORSTER, 1991).

Algumas características podem ser elencadas por terem marcado o nascimento da História Ambiental a partir da década de 1970: no contexto mundializado de conferências, debates e crescimento dos movimentos ambientalistas, colocou-se em pauta a crise global; período de reavaliação e reforma cultural; intencionalidade revisora sobre a disciplina de História, incluindo as premissas de que a experiência humana se desenvolveu a partir da apropriação dos recursos naturais e que não somos uma espécie distinta e superior a outras. Veio à tona, também, as consequências ecológicas que devem ser consideradas nos estudos históricos. Essa nova ciência foi forjada como um compromisso moral, político e crítico e logo se transformou em atividade acadêmica cujo objetivo principal foi aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural. Em contrapartida, como extorquiram-no e quais resultados dessas agressões. Enfim, preocupa-se com o papel e o lugar da natureza na vida humana: “assim quando ultrapassamos o mundo autorrefletido da humanidade e chegamos à esfera não-humana, a história ambiental encontra o seu principal tema de estudo” (WORSTER, 1991, p. 202).

Nas delimitações do fazer a História Ambiental, Worster (1991), identifica e propõe três níveis de funcionamento dessa nova história. Qualifica como três conjuntos de questões que procura responder enquanto campo de conhecimento:

(1) *Ambientes naturais do passado*: entendimento do que é a natureza em sentido amplo do funcionamento e organização no passado; considera-se aqui os aspectos orgânicos e inorgânicos da natureza, incluindo o homem e sua atuação enquanto um organismo vivo desse meio; o trabalho do historiador volta-se à compreensão e reconstrução das transformações biofísicas ao longo do tempo que infere sobre o estado atual ou presente do que se está estudando; a contextualização, a crítica e o diálogo interdisciplinar são aspectos elementar nesta questão.

(2) *Modos humanos de produção*: no segundo nível ou conjunto de questões da História Ambiental e abordando dimensões socioeconômicas, as estruturas e modos de produção da sociedade em suas inter-relações com o espaço geográfico. A preocupação nesse nível abrange o modo como a sociedade interage com o ambiente, sendo fundamental a compreensão das relações de trabalho, as condições de produção e o uso de ferramentas (tecnologias) à produção de bens a partir dos

recursos naturais. Os fatores ecológicos estão relacionados à cultura material e aos meios tecnológicos que compõem a análise.

(3) *Percepção, ideologia, valor*: no terceiro nível, concentram-se as questões exclusivamente humanas, mentais ou intelectuais. “Os humanos são animais que carregam ideias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais consequentes delas tem o nome de natureza” (WORSTER, 1991, p. 201). Diz respeito às percepções, valores éticos e morais, as leis, mitos e todo simbolismo e significações que firmam os vínculos dialógicos do sujeito ou da sociedade com a natureza. A ideia de natureza assume uma diversidade, uma multiplicidade de significados, pensamentos sentimentos, não lineares e sim empilhados, misturados. A existência humana é possível pelo desenvolvimento das dimensões cognitivas, mentais e culturais, por exemplo, as ideologias, as cosmovisões e os valores. Refere-se ao comportamento social em relação à natureza, tendo em vista que a produção cultural não acontece isolada do mundo biofísico; entretanto, é preciso entender cada época dentro do seu contexto geográfico, cultural, tecnológico e socioeconômico.

Esses três níveis compõem a cobertura da História Ambiental, abrangendo vasta variedade de assuntos, alguns familiares e outros desconhecidos. “A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais” (PÁDUA, 2010, p. 9);

A pesquisa em História Ambiental não costuma se fazer na abstração das teorias puras, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas. Na maioria das vezes, ela se dá por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola etc. (DRUMMOND, 1991, p.181).

Em sua recente trajetória enquanto campo de conhecimento, a História Ambiental vem se construindo como abordagem historiográfica que estuda a relação do homem com a natureza e a interação entre sistema social e o meio ambiente. A premissa básica dessa abordagem reside na compreensão de que as consequências ecológicas das ações antrópicas do passado não podem ser ignoradas porque possibilitam a reflexão e compreensão das consequências e impactos gerados por uma sociedade ao longo do tempo. Como uma simples ilustração, pontuam-se

questões como desmatamentos, queimadas e poluição ocasionadas pelas atividades humanas no passado, as quais reverberam na sociedade atual (PÁDUA, 2010; WORSTER, 1991).

## **2.5 Educação ambiental: o lugar da vida humana na natureza**

O contexto de crise ambiental que eclodiu no século XX, principalmente na segunda metade, serviu de base para o surgimento tanto da História Ambiental como também da Educação Ambiental.

Pela breve revisão histórica da relação estabelecida entre a cultura ocidental e a natureza, abordada anteriormente neste capítulo, percebem-se algumas formas distintas de concepções e práticas de interações com o mundo natural em cada período histórico. O foco da análise centrou-se na era moderna e contemporânea, quando a sociedade ocidental vivia um certo otimismo humanista na capacidade da razão e do progresso. Ao mesmo tempo, reinava uma confiança absoluta no potencial tecnológico, quando irrompeu a surpreendente crise ambiental, gerando desconfiças quanto ao poder de domínio humano sobre a natureza, configurando-se como um dos maiores impasses da civilização ocidental ante a multiplicação dos riscos ambientais e tecnológicos de graves consequências (JACOB, 2005).

Vale lembrar que o advento da sociedade urbana industrial promoveu amplo desenvolvimento científico e tecnológico, contribuiu para mudanças nos valores, nos modos de vida e na percepção das pessoas sobre o meio ambiente, o qual passou a ser fonte de recursos, com práticas de exploração degradante levando à exaustão de ecossistemas, à escassez de recursos primários, colocando em risco a sobrevivência humana e a extinção de muitas espécies animais e vegetais. Ao analisar o pano de fundo histórico que subjaz ao surgimento da Educação Ambiental, Reigota (2007) afirma que a problemática ambiental impôs aos pesquisadores e governantes grandes desafios epistemológicos, políticos e éticos que questionam sobre a ciência produzida e de que forma, para quem, quais finalidades, quais patrocínios e compromissos.

Foi no contexto da crise socioambiental do século XX que emergiram muitos grupos de ambientalistas denunciando a complexidade crescente e as causas dos problemas que afetavam o meio ambiente. Alguns desses movimentos surgiram espontaneamente, promovidos pela sociedade civil organizada e outros foram sistematicamente pensados por governos e organismos oficiais como alternativas

para debater as questões ambientais (RAMOS, 2001). Traziam em seu bojo manifestações, críticas, protestos e questionamentos contra os valores da sociedade urbano-industrial capitalista quanto a problemas ambientais, sociais e políticos mais evidentes a partir da década de 1950. As questões mais evidenciadas eram problemas de poluição do ar, do solo, da água, escassez de recursos naturais e degradação de biomas, colocando em risco o bem-estar humano. Desde então, diversos setores sociais se mobilizam na busca de soluções e mudanças.

A pauta dos movimentos ambientalistas passou a promover a consciência crítica do modelo societário de consumo, apregoado aos ideais da razão ocidental alimentada pelos valores e cultura industrial como causa principal da problemática ambiental. É possível uma nova organização da sociedade incorporada ao meio biofísico? É factível outra produção econômica capaz de distribuição equitativa e nova forma de satisfação das necessidades materiais e culturais? Há condições de pôr em prática uma educação capaz de incorporar a dimensão ambiental e a promoção da sensibilidade em relação à natureza?

No rol dos debates e análises de alternativas, medidas e recomendações, foi se destacando a responsabilidade do ser humano ante as questões ambientais. As manifestações sinalizaram para uma mudança na postura, concepção e intervenção no meio natural, a qual passa pela educação, denominando-a como Educação Ambiental (TOZONI-REIS, 2004).

Dois momentos históricos contribuíram para o surgimento da Educação Ambiental: na década de 1960, nos Estados Unidos o movimento ambientalista gestou o contexto para o lançamento da obra *Primavera silenciosa* (CARSON, 1962), que denunciava as consequências do uso do DDT (Dicloro-difenil-tricloroetano), em 1962. O segundo evento foi um trabalho de pesquisas ambientais desenvolvido pelo Clube de Roma e apresentado na obra *Os limites do crescimento econômico* (1972). Visavam debater a crise ecológica e alternativas para se obter o equilíbrio global. O relatório do Clube de Roma apontava como problemas ambientais cruciais as ameaças do esgotamento dos recursos naturais, o aumento do consumo e da produção, os efeitos da poluição ambiental, crescimento populacional dentre outros.

Ainda em 1972, o governo sueco propôs na Organização das Nações Unidas (ONU) a realização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, que

aconteceu em junho daquele ano na cidade de Estocolmo. Essa conferência foi um marco na história da humanidade por ser a primeira vez que governos, especialistas, autoridades, sociedade civil e a própria ONU discutiam a temática oficialmente (CAPOBIANCO, 1992).

Dessa conferência destacaram-se: as divergências entre os países desenvolvidos, industrial e economicamente ricos e os países subdesenvolvidos com populações pobres; compreensão em relação à responsabilidade humana pelos problemas ambientais; proposições de ações a partir do imperativo da necessidade de mudança na intervenção do meio ambiente sendo a educação ambiental o caminho de efetivação de tal mudança. Foi, portanto, em nível global, o primeiro discurso oficial sobre a necessidade da educação ambiental mundial.

Entretanto, somente em 1977 a Educação Ambiental foi oficialmente formalizada com a realização da Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Geórgia, organizada por meio de parceria entre UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA). Assim, na Conferência de Estocolmo estabeleceram-se marcos para uma educação que abarque o ambiente em âmbito mundial; na de Tbilisi, demarcaram-se os princípios para a definição, evolução e institucionalização da Educação Ambiental por meio do documento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), “A Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi” (UNESCO, 1980).

De forma oficial, os problemas ambientais se tornaram reconhecidos mundialmente e passaram a compor a pauta de governos, instituições, entidades, personalidades e a conquistar espaços entre os temas cientificamente debatidos. A Educação Ambiental passou a ser um consenso internacional com princípios básicos e conceitos definidos. Quanto aos princípios básicos, destacam-se dois: o primeiro versa sobre uma nova ética capaz de orientar valores e comportamentos sociais para os objetivos da sustentabilidade ecológica e equidade social; o segundo busca uma nova concepção de mundo como um sistema complexo, cabendo as formulações e reconstituições de saberes e conhecimentos na perspectiva da interdisciplinaridade.

Conceitualmente, a Educação Ambiental ficou definida como um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para

entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. Está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (UNESCO, 1980).

Desde então, a História Ambiental vem se constituindo como um direito e um dever. Todos têm direito à Educação Ambiental e a garantia desse direito deve ser efetivada pela sociedade por meio do poder público, instituições e organizações educativas, órgãos ambientais, meios de comunicação de massa, empresas, instituições da sociedade civil organizada (privadas e públicas). A sociedade como um todo imbuída de uma nova postura, buscando por soluções sustentáveis. Do ponto de vista teórico, a Educação Ambiental (assim como a História Ambiental) motivou diversas definições e críticas, haja vista que são campos de conhecimentos e saberes em construção, com múltiplas abordagens, problemas, críticas e perspectivas.

Enfim, tanto a Educação Ambiental como a História Ambiental não são campos homogêneos e apresentam diversidades de concepções teóricas e práticas. Deve-se compreender esses dois campos de modo integrado, possibilitando conceber e (re)construir as dinâmicas de interação entre homem e natureza ao longo do tempo. Por intermédio delas, é possível problematizar o ritmo de transformação socioambiental das últimas décadas. Constituem-se como um território do conhecimento capaz de incorporar, absorver e articular contribuições de diversas áreas das ciências, revelando a natureza integrada, interdisciplinar e holística. No âmbito da cidadania, os sujeitos e sociedade são compreendidos como construção histórica e política tendo sempre em vista a transformação da sociedade (KLANOVICZ; ROCHA, 2012).

<sup>24</sup> A denominação *Alto Uruguai* foi adotada nesta pesquisa pelo uso frequente atribuído ao espaço contido entre o Rio Uruguai ao Norte (divisa com Santa Catarina), a transição de um relevo mais acidentado para ondulações mais suaves ao Sul, o Rio Inhanadava a Leste e o rio da Várzea a Oeste. É um espaço de identidade cultural e geomorfológico fluvial ao se referir ao curso superior de um rio (nesse caso, o rio Uruguai). Seus limites de abrangências são imprecisos. É também denominada de região natural (CORRÊA, 2007; PIRAN, 2015). Portanto, essa delimitação deve ser entendida apenas como uma referência que auxilia na localização geográfica do espaço de estudo para situar o lugar de origem dos interlocutores participantes da pesquisa.

Por intermédio do conhecimento das condições socioambientais dos camponeses, foi possível adentrar nas categorias de análises da expropriação do campesinato e a questão agrária no Rio Grande do Sul. Conforme explica Palmeira (1989), a expropriação do campesinato já ocorria desde os primórdios do século XX em diferentes regiões do país com características diferentes; porém, atentando para a inviabilidade da pequena propriedade e ao modo de vida tradicional camponês. Entretanto, detendo-se na Região do Alto Uruguai, o foco foram os processos modernização agrícola, o avanço das fronteiras agrícolas e a expansão do capitalismo como extensões da expropriação que desencadeia os vários movimentos de ocupação da Amazônia, principalmente do norte mato-grossense.

A partir da perspectiva da abordagem da História Ambiental da ocupação fundiária dos locais de origem dessas famílias, a contextualização desvela os motivos e as razões para a criação do Projeto Terranova, bem como os propósitos que levaram essas famílias camponesas a participar do movimento de migração. Partiu-se da hipótese de que as condições de vida socioeconômica foram, principalmente, consequências da adoção do modelo de colonização europeia implantado no Rio Grande do Sul, dos conflitos agrários, da modernização agrícola e dos movimentos de revoltas, como a Federalista, de 1893-1985. São processos interligados que formam categorias de análise que ajudam a compreender os motivos do deslocamento das famílias para a Amazônia norte mato-grossense (BUBLITZ, 2006; KAISER, 1999; SILVA, 2005).

Muitos camponeses resistiram nas suas terras, alguns encontraram outras formas para permanecerem e ainda houve os que, sem condições mínimas para buscarem alternativas, o caso da maioria das famílias que migraram para o Projeto Terranova. Ianni (1979) explica que os camponeses encontravam-se em condições de sem-terra, pois seus antecessores (pais e avós) foram expropriados de suas propriedades pela modernização agrícola. Para entender a situação, é preciso saber brevemente com se deu a ocupação dessa região.

Esses camponeses são também historicamente conhecidos como *colonos*, seguindo a concepção europeia de colonização que formou núcleos de povoamento chamados de colônias. No século XVIII, o Brasil recebeu as primeiras levadas de migrantes europeus, em sua maioria de origem portuguesa, que não provocou

grandes reflexos na então Província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. A colonização da região norte do estado, incluído o Alto Uruguai, iniciou no final do século XIX e se intensificou no início do século XX como os descendentes de imigrantes das Colônias Velhas, sendo maioria de camponeses vindos das Colônias de São Leopoldo e Caxias do Sul.

Consequentemente, essa ocupação empurrou os nacionais, compostos por indígenas, caboclos,<sup>25</sup> negros e luso-brasileiros, que, seguindo os rios, estabeleceram-se em outras regiões, inclusive na do Alto Uruguai. Ali se dedicaram ao extrativismo, principalmente da erva-mate, agricultura de subsistência e baixa atividade comercial (HERÉDIA, 2001).

Essa forma de ocupação não produziu alterações significativas no território; as transformações relevantes ocorreram a partir da década de 1940, com a formação das colônias novas, núcleos de povoamento e abertura de vias de acesso às áreas de florestas. Eles vieram das “antigas colônias” (localizada entre as bacias dos rios Caí, Antas e Taquari)<sup>26</sup> formadas pelos imigrantes europeus e ali constituíram as “colônias novas” ou “mistas” (BUBLITZ, 2006).

Entretanto, foi doravante a década de 1940 que se intensificaram as políticas de reforma agrária no estado com ações estratégicas de colonização, com a criação de estruturas fundiárias, novas colônias e construção de estradas de ferro. Foi o período de maior expropriação de terras e redução das áreas indígenas para fundação de novas colônias e implantação de grandes latifúndios. Esses ordenamentos territoriais provocaram muitos conflitos na década seguinte e se perpetuaram até os dias atuais (TEDESCO; VANIN; SILVA, 2014).

A década de 1970 é o período que será enfatizado para compreensão dos objetivos, pois retrata as condições socioambientais dos camponeses migrantes. Naquele momento, houve maiores invasões das áreas indígenas, conflitos fundiários

---

<sup>25</sup> A palavra *caboclo* indica o lavrador nacional pobre, o camponês brasileiro, praticante de um tipo de agricultura de subsistência da unidade familiar. Desenvolveu um modo de vida próprio, semelhante ao indígena e marcado por sua mobilidade nas áreas de fronteira agrária. Dependendo da região, refere-se também aos sertanejos, caipiras e tantos outros nomes. É comumente empregada na literatura e no uso popular. Remete ao sentido étnico, cultural e/ou sociológico, tem origem Tupi e designa o filho de indígena com branco europeu (ZARTH, 2002; SILVA, 2014).

<sup>26</sup> As “colônias antigas” ou as primeiras colônias formadas pela imigração camponesa europeia situavam-se na região da Serra Gaúcha, em Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Farroupilha, São Leopoldo, Novo Hamburgo dentre outras localidades.

envolvendo camponeses, latifundiários, colonos sem-terra e o Estado. Pressionados pela falta de terra nas “antigas colônias”, os campos abertos avançaram sobre as florestas da região, impulsionando o povoamento em todas as direções. As partes dessas áreas de florestas, no norte do estado, eram ocupadas por índios Guaranis e Kaingangs<sup>27</sup> (LAROQUE, 2007). Gradativamente, as florestas deram lugar a enormes clareiras, modificando completamente a paisagem local.

Santos (1993) e Guimarães (1963) explicam que a Lei de Terras foi elaborada, em meados do século XIX, a partir da concepção *wakefieldian*<sup>28</sup> de colonização sistemática para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o que favoreceu os grandes proprietários, já constituídos e estabelecidos desde as sesmarias (tradicionalmente ligadas à pecuária nas planícies da Província). Com isso, a população local foi pressionada (e por vezes forçada de forma violenta) a sair de suas terras e buscar outros locais para sobreviver. Com a imigração, formaram-se novas colônias em terras virgens, dando início a um novo ciclo de produção agrícola. Dessa forma, os camponeses nacionais – posseiros – foram expulsos de suas terras originais em virtude da formação dos latifúndios, pela guerra, pelas doenças trazidas pelos europeus e pela ação política governamental, que criou as colônias como incentivo à imigração estrangeira.

A colonização privada e os capitalistas industriais, com o intuito de expandir o mercado, construíram a infraestrutura do território, com novos comércios, armazéns, estradas e ferrovias. As modificações elevaram os preços das terras, atraindo maior fluxo de negócios, envolvendo o campo e a cidade. O passo seguinte foi a retirada dos índios e a expulsão dos caboclos, posseiros e colonos pobres, que foram obrigados a cruzar o rio Uruguai ou ingressar nas terras indígenas (RÜCKERT, 1997).

Segundo Roche (1969), a região do Alto Uruguai, onde se instalaram as colônias novas, era uma densa floresta nativa, composta por dois traços distintos:

---

<sup>27</sup> Para saber mais sobre o povo Kaingang, além dos referenciais citados, recomenda-se visitar o Portal Kaingang, disponível em: <[http://www.portalkaingang.org/index\\_aldeia\\_principal\\_2.htm](http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_principal_2.htm)>.

<sup>28</sup> Edward Gibbon Wakefield (1796 a 1862) foi um economista inglês que defendia o aumento da lucratividade das metrópoles europeias através de projetos de colonização sistemática, exportando capitais e pessoas para as colônias que tivessem grandes extensões de terras incultas prontas a receber imigrantes. Porém, o acesso e a entrada nas terras livres deveriam ser controlados para que gerasse mão de obra assalariada para o mercado de trabalho, que é essencial a lucratividade do capital. A formação de colônias impedia o isolamento e a dispersão, gerava produção de excedente, competitividade e comércio. Para saber mais, conferir Smith (1990).



Assim, o território antes destinado aos Kaingangs abrigou os migrantes regionais forçados a ocupar áreas menos populosas, onde se desenvolveu uma economia extrativista com a produção da erva-mate, pecuária extensiva e agricultura tradicional do século XIX. Posteriormente, com a Lei de Terras de 1850, a região foi privatizada e entregue a colonizadoras e seu processo de desmatamento, ocasionado pela entrada de grande número de famílias e madeireiras, fortaleceu o comércio madeireiro, promovendo ainda mais a colonização e o repovoamento, feito majoritariamente por imigrantes e descendentes de europeus nos séculos XIX e XX (ROCHE, 1969).

### **3.1 Política e natureza no Alto Uruguai**

Como qualquer formação de território, o Alto Uruguai configurou-se por uma dinâmica social e política local, regional e nacional, passando pelas políticas abolicionistas, imigratórias e regulatórias sob interesses que permearam o público e o privado. Esse contexto produziu um conjunto de relações conflituosas carregadas de tensões sociais que se intensificaram com a normatização fundiária com a Lei de Terras de 1850 em que se estabeleceu a propriedade da terra. Desde o início do século XX, ocorreram intensos conflitos sociais pela posse da terra, envolvendo posseiros, caboclos, indígenas, latifundiários, arrendatários, descendentes de escravos e colonos (TEDESCO; ZARTH, 2010).

Consolidou a grande propriedade em todas as regiões do país; contribuiu intencionalmente, para a eliminação dos pequenos posseiros; permitiu e incentivou a colonização para (frequentemente com dinheiro e concessões públicas); deu privilégios a determinados grupos sociais, produzindo com isso, algumas especificidades, orientações regionais, grupos de interesses e muitos conflitos (TEDESCO; ZARTH, 2010, p. 151-152).

Na literatura com foco na História Ambiental, abrangendo a região Sul do Brasil, merecem destaque os trabalhos de Wentz (2004), Cassol (2003), Laroque (2000) e Martinazzo (2015) e a vasta produção de Nodari (2013, 2017, 2019), Gerhardt (2005, 2009, 2017, e Silva (2005), dentre outros, que mostram a existência de legislação regulamentadora do uso da terra e dos recursos naturais amparados no Código Florestal (Lei nº 4771/65); a região do Alto Uruguai foi criada com base nesse marco legal (anteriormente era conhecida como norte gaúcho).

A apropriação dos recursos naturais, preservação e uso da terra, florestas, matas ciliares e recursos hídricos era regulamentada no Código Florestal de 1965. Contudo, Martinazzo (2011) explica que a legislação foi ignorada e não impediu as mudanças na paisagem local e a expropriação dos recursos florestais de extração madeireira e a “limpeza” da floresta para atividades agrícolas, ocasionando uma transformação radical da paisagem pelo processo civilizatório do cultivo agroindustrial.

Isso aconteceu porque ao contrário do seu regulamento e de seus ideais políticos, o governo incentivava o desmatamento. Paralelo a isso, idealizou uma miscigenação de raças, mas tendo a raça branca (europeia) como superior às outras existentes. Os governantes queriam ‘civilizar’ os indígenas e fizeram todo um planejamento para que isso acontecesse da ‘melhor maneira possível’ (MARTINAZZO, 2011, p. 88).

Em seu estudo, Tedesco e Zarth (2010) afirmam a permanência dessa visão eurocêntrica entre moradores e agricultores da região. Características como modelos políticos de desenvolvimento, progresso, supremacia branca (descendência europeia) etc., enraizados na cultura local, leva a deduzir os enormes desafios socioambientais de se construir uma cultura capaz de comportar a visão ecológica nos processos sociais contemporâneos.

Nesse sentido, Woortmann (1995) explica que a migração era compreendida como uma solução estrutural capaz de viabilizar a reprodução de um modelo social, ao passo que destinava rumos às terras em novas regiões ao excedente populacional nas regiões de ocupação mais antigas. Era preciso ordenar a colonização, por isso a imigração europeia serviu a esses propósitos, pois a elite latifundiária, com fins mercantis da terra e da produção, considerava que o imigrante trazia consigo técnicas modernizantes para agricultura, tidas como superiores às brasileiras. Imperava a visão de que o caminho para o progresso carecia mais do que terras férteis, precisava agregar a qualidade técnica do trabalho e da produção. Um dos motores para captar mão-de-obra europeia, foi a ideia, à época que vigiam os preceitos naturalistas e positivistas, de que os caboclos, ou seja, os nacionais como vadios, preguiçosos e incapazes de promoverem o progresso.

Nesse contexto de conflito fundiário, a agricultura se firmou como uma das principais atividades econômicas. Os colonos implantaram o sistema de rotação de terras, criação de gado e plantação de maior diversidade de produtos, visando

também à comercialização. Assim, substituíram o sistema de plantio conhecido como “coivara”, que consistia na derrubada e queima da mata, fazendo uso contínuo do solo com o plantio até seu esgotamento. Quando abandonavam uma área, abriam nova para o cultivo.

Entretanto, pelo fato de as propriedades serem pequenas e com o aumento das novas famílias que se formavam nas colônias e permaneciam nos mesmos lotes, chegou ao limite, não havendo mais possibilidade de avançar, tanto no cultivo agrícola no próprio lote como nas regiões de entorno já tomadas pelos projetos de colonização. Isso contribuiu ao agravamento da falta de terra (ZARTH, 2002).

Outro fator que levou à ocupação das áreas florestais era a preocupação do governo com as fronteiras. Sendo uma região importante para o abastecimento interno, apresentava baixa taxa populacional, o que gerava preocupação geopolítica com relação às fronteiras com os países vizinhos (SILVA, 2005). O Estado promoveu a colonização oficial, assegurando os seguintes objetivos com a formação das colônias novas: preservar o latifúndio, destinando-o a uma classe média rural; aliviar as tensões e demandas por terra nas colônias velhas; incorporar nova terras, avançando as fronteiras capitalistas sobre territórios indígenas e de caboclos; e modernizar a agricultura visando à industrialização (BRUM, 1985).

Silva (2005) e Brum (1985) corroboram a ideia de que o Positivismo influenciou a elaboração das políticas de colonização. Baseando-se nessa matriz de pensamento, os governantes criaram legislações ambientais, considerando os princípios de conservação dos recursos naturais. A execução dos planejamentos de ocupação, no entanto, ocorreu objetivando exclusivamente a viabilidade de certos setores e grupos socioeconômicos influentes. Assim, toda infraestrutura necessária convergia à lucratividade do Estado com a comercialização das terras.

A organização da produção, segundo Brum (1985), caracterizava-se pelo trabalho tradicional e familiar, sendo os conhecimentos e saberes transmitidos de uma geração a outra. Predominava o manuseio de tecnologia simples, geralmente criada artesanalmente. Nesse modelo, tem destaque a relativa autonomia do produtor, uma vez que não existiam ali conglomerados agroexportadores, por exemplo.

Outros elementos importantes para esse tipo de produção são riqueza florestal, fertilidade natural do solo, uso da tração animal (para transporte de produtos,

mercadorias e aragem da terra), relação do produtor com o mercado via comerciantes locais ou viajantes e organização comunitária no interior. As relações de aquisições, trocas e processamentos eram a base das relações comerciais. Devido às características florestais já mencionadas, foi colocada em relevo a produção de erva-mate e sua extração e o corte de madeira para serrarias e fabricação de móveis (PIRAN, 2015).

A construção de uma malha ferroviária impulsionou a abertura de novas estradas, colônias, as serrarias e o estabelecimento de um fluxo de comércio maior com negócios mais lucrativos; porém, não para os camponeses, devido à descapitalização e falta de tradição com o ramo de negócio e trabalho. A construção das ferrovias foi prevista para ligar o Rio Grande do Sul com outros centros e mercados. A finalidade básica desse tipo de transporte (Figura 6) era levar o excedente da produção agrícola e extrativista até os centros urbanos regionais e à capital, Porto Alegre. Parte da produção era destinada ao mercado internacional, como a madeira, por exemplo, que era exportada aos mercados europeus (PIRAN, 2015). “A construção da estrada de ferro modificou drasticamente a paisagem natural, sendo responsável pela derrubada de inúmeras espécies da flora e pela interferência no *habitat* natural de vários animais” (MARTINAZZO, 2011, p. 64).

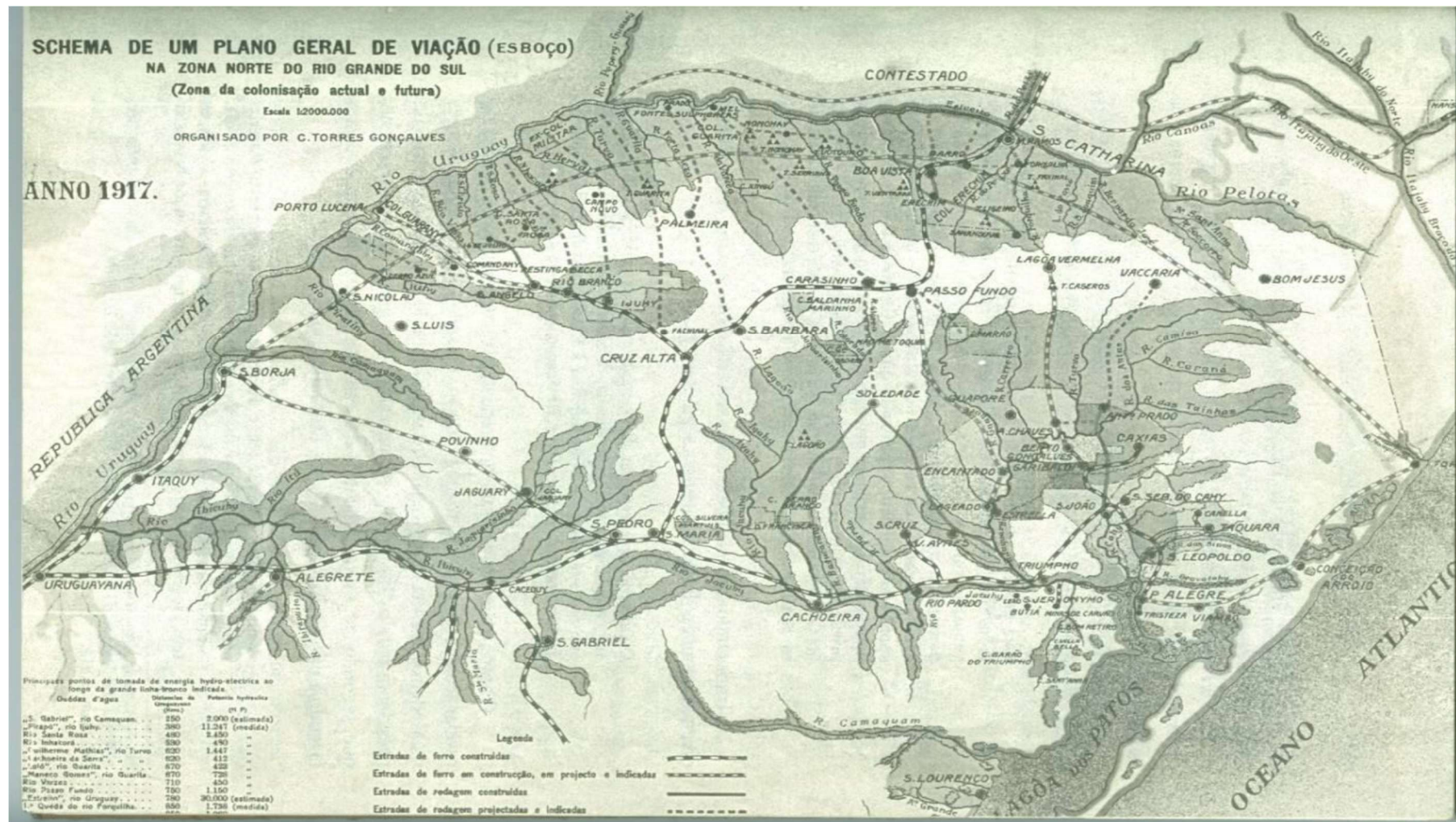


**Figura 6 – Mapa histórico do planejamento ferroviário no Rio Grande do Sul em 1917.**  
 Fonte: Sponchiado (2005, p. 231)

Ao se analisar as condições de vida desse grupo de camponeses na região do Alto Uruguai, na década de 1970, percebe-se que os conflitos fundiários, a perda da propriedade e a falta de terra foram consequências das ações do poder público e privado no que tange aos recursos das terras, das florestas e dos recursos públicos subjacentes aos interesses políticos e econômicos da elite latifundiária e da classe política. Esse *modus operandi* foi se materializando em forma de legislações e no modelo de ocupação planejado pelo Estado, atingindo as famílias cujos descendentes eram os camponeses, obrigando-os à migração para outras regiões em momentos diferentes desde que se iniciaram as transformações no campo.

### 3.2 Olhar pela História Ambiental

A questão fundiária no Rio Grande do Sul é marcada por um conjunto de interesses das elites latifundiárias e políticas contra as pequenas propriedades livres, constituídas pelos camponeses nacionais, gerando diversas frentes de conflitos e violências. Como exemplo disso, os indígenas Kaingang,<sup>29</sup> pela catequização e pela morte, foram expulsos de suas terras em diversos momentos.

O conflito com o povo Kaingang remonta ao século XIX. Conforme as frentes de ocupação avançavam sobre as terras cultiváveis, essa população era empurrada para o noroeste e norte do estado. No primeiro decênio do século XX, foi atribuída a esse povo a reserva de Nonoai, criada pela Funai e pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Conforme aumentavam os conflitos e as disputas pela permanência e posse da terra entre pequenos proprietários e latifundiários, crescia também a pressão sobre as terras indígenas tanto que, até a década de 1950, já havia mais de três centenas de famílias dentro da reserva Nonoai (ZARTH, 2002).

Coube ao trabalho braçal camponês (homem e mulher, pois a jornada da mulher também incluía, além do trabalho doméstico com os filhos, as atividades braçais na roça, na criação de animais, na roçada e derrubada da floresta, plantio e colheita da produção), avançar sobre as florestas dentro das reservas indígenas e em todo o entorno.

O desmatamento abria caminho à civilização e ao desenvolvimento. Imensas florestas inexploradas eram riqueza morta ou parada, com espaço para o progresso.

---

<sup>29</sup> Para saber mais sobre a história e trajetória do povo Kaingang conferir Laroque (2006).

Com essa ideia se criticava o que aconteceu com as riquezas naturais nas velhas colônias, sucumbidas pelo fogo, apodrecimento e desperdício. Nas novas colônias mistas deveria ser diferente; a ideia era preservar para explorar. Os recursos naturais eram matéria-prima, dando lugar à agricultura proveniente da racionalidade e engenhosidade da civilização a industrializar-se (PÁDUA, 2002).

No campo político, científico e literário, algumas vozes se levantaram denunciando a devastação das florestas. Foi o caso dos governadores de províncias, Borges de Medeiros, José Bonifácio e Baltasar da Silva Lisboa, que emitiram diversos relatórios retratando as práticas coloniais depredatórias (PÁDUA, 2004). Quanto aos camponeses, tinham conhecimento acerca das questões ambientais, baseados na tradição de uso e conservação das florestas e da terra para viver e produzir. Partindo desses saberes, desenvolveram práticas de manejo das reservas florestais importantes para a conservação das águas, da caça, pesca e alimentos. Com a chegada dos imigrantes, forjou-se um pensamento e uma visão de mundo calcada na apropriação da natureza para fins lucrativos (TEDESCO; ZARTH, 2013).

Bublitz (2006) analisa que havia o predomínio da ideia de civilização versus natureza, capitaneada pela presença europeia e pelos governantes locais. À civilização cabia dominar a natureza “selvagem”, cujas características eram enaltecidas, valorizadas e admiradas de acordo com a diversidade da flora, da fauna e do relevo. Quanto mais densa e intensa fosse a natureza, mais selvagem se parecia e, portanto, caberia aos mais aguerridos colonos enfrentá-la. A autora explica que esse ponto de vista foi registrado pelos técnicos das companhias colonizadoras que trabalharam na medição das colônias. Também nos documentos oficiais constam a rica natureza e os solos férteis propensos às práticas agrícolas; entretanto, como indica Bublitz (2006, p. 5) acerca dos impactos ecológicos:

Se o desmatamento nas áreas de colonização, assim como a extinção de algumas espécies de animais, foi muito marcado pela ação das primeiras gerações de colonos, a poluição do solo e dos recursos hídricos se deu bem mais tarde. Isso ocorreu, em grande parte, com a introdução de herbicidas e de agrotóxicos nas lavouras, a partir da chamada “Revolução Verde”, das décadas de 1960 e 70.

Havia, naquele período, um conjunto de processos socioambientais em curso que afetavam a vida das unidades familiares no campo, tais como a crise provocada

pelo esgotamento da fertilidade natural do solo (resultante das técnicas inadequadas de produção), os baixos preços recebidos quando da comercialização da produção. Ademais, a minifundização das propriedades e o crescimento numérico dos membros familiares, a expansão do capitalismo agrário fomentado pelo Estado e a industrialização alinhada à monocultura desencadearam perda da propriedade, êxodo rural e migrações para diversas regiões do país, principalmente para a Amazônia Legal (BRUM, 1985).

### **3.3 “Daí começou vim gente com trator”: modernização, campesinato e natureza**

O subtítulo foi inspirado em uma fala registrada durante visita a uma família que mencionou as lembranças daquele período de transformação na agricultura e na vida dos camponeses com o processo de modernização. A chegada de alguns tratores na “redondeza”,<sup>30</sup> em uma comunidade vizinha ao lugar, onde a família morava, foi um fato marcante, pois substituiu a “junta de boi”, a carroça e o arado. O novo elemento da técnica usufruía da energia do petróleo, trazia um conjunto de elementos mecânicos industriais e desenvolvia força substitutiva de animais e muitos homens/mulheres, razão pela qual era admirada. Era uma das muitas faces da modernização agrícola adentrando as áreas interioranas que replicava o ocorrido nos países agrícolas da Europa e em especial dos Estados Unidos.

As transformações promovidas no campo afetaram a agricultura tradicional que era a base econômica e o modo de vida camponês. A modernização agrícola se desenvolveu em escala nacional e internacional, conhecida como *Revolução Verde*, a qual provocou e produziu mudanças intensas e profundas na cadeia produtiva. Há, portanto, vasta literatura sobre o tema, tratando por diversos ângulos as implicações consequentes desse processo com ampla crítica e proposições alternativas (GERHARDT, 2018):

Mecanização, modernização ou industrialização da agricultura são termos usados para definir o amplo conjunto de mudanças que reconfigurou as formas de produção agrícola e pecuária, de organização do espaço agrário,

---

<sup>30</sup> *Redondeza* é uma expressão popular comumente usada para definir regiões e entorno, circunvizinhas ou arredores.

de trabalho, de sociabilidade humana, de alimentação e de utilização dos bens ambientais (GERHARDT, 2018, p. 167).

Enquanto demarcação crítica, as análises de Brum (1985) qualificam esse processo como uma modernização conservadora, pois objetivou o aumento da produção e produtividade sem promover uma verdadeira reforma agrária. Estava mantida, portanto, a estrutura latifundiária, implementando a utilização de novos métodos e técnicas, uso de equipamentos e aplicação de insumos na produção agrícola, tornando-a agroindustrial. Seguindo o mesmo diapasão, Graziano da Silva (1982) caracteriza essa modernização como dolorosa, pelos impactos negativos à agricultura tradicional e ao meio ambiente produzidos pelas forças políticas do sistema econômico capitalista concretizadas nas formas de produção e cultivo da terra.

De acordo com Graziano da Silva (1982), a modernização da agricultura promoveu complexos processos técnico-científico-econômicos e sociopolíticos. Significou a dominação do capital na agricultura, que, conseqüentemente, gerou enormes contradições pelo seu desenvolvimento. O sistema nacional capitalista avançou novas fronteiras com a implementação, integração e intensificação do modelo por regiões de pequenas propriedades da agricultura familiar. Promoveu modificações intensas na base técnica de produção agropecuária, agroindustrial e capital/trabalho. Outra característica foi a dependência do mercado externo da cadeia produtiva, principalmente dos meios de produção.

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, 'efeitos perversos': a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu à taxa de auto exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão 'modernização conservadora' (PALMEIRA, 1989, p. 2).

Segundo Brum (1985), essa mudança aconteceu gradativamente pela incorporação de regiões aos mercados ligados à exportação e industrialização. Os rudimentos da modernização agrícola começaram no pós-Segunda Guerra Mundial, culminando na década de 1970. No sistema que tinha a policultura como tradição, despontaram alguns cultivos e se tornou crescente a redução da diversidade de

artigos à subsistência. Paralelamente, ocorreram investimentos em infraestrutura, possibilitando acesso aos mercados.

Piran (2015) complementa que os primeiros impulsos da industrialização aconteceram ainda durante a Segunda Guerra Mundial, pois o isolamento regional abriu espaços para que algumas empresas crescessem, estendendo os ramos comerciais à industrialização. Assim, boa parte do capital investido na indústria vinha do comércio. Muitas famílias, que possuíam pequenos comércios organizados de forma tradicional, modernizaram-se (adoção de infraestrutura e técnica) e assumiram um caráter capitalista.

Dentre os principais produtos comerciais destacam-se os binômios trigo-soja e milho-suínos, secundados por aves, gado leiteiro. Possuem forte vínculo com um novo pacote tecnológico (Revolução Verde) implantado com amplo apoio do governo, principalmente através dos bancos estatais e do sistema cooperativista. Com isto, gradativamente, difunde-se na agropecuária novas tecnologias: mecânica (máquinas, implementos), biológica (hibridismo, novas raças) e química (corretivos, adubos, agrotóxicos) (PIRAN, 2015, p. 7).

Brum (1985) afirma que a modernização conservadora estava ligada à Revolução Verde, através de grupos econômicos que já atuavam em outros países e que, naquele momento histórico, estenderam suas ações na América Latina. O objetivo era aumentar a produção e produtividade agrícola no mundo, valendo do emprego de técnica e tecnologia “genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes” (p. 83).

A Revolução Verde, na explicação de Andrioli (2008, apud GERHARDT, 2018), baseava-se em três pontos interligados: o primeiro deles era a mecanização, implementos, equipamentos, tratores, colheitadeiras e armazenagem; o segundo diz respeito à industrialização química com adubos, pesticidas, medicações para animais e alimentação; o terceiro ponto refere-se ao progresso científico biológico representado pela produção de sementes híbridas e novas raças com potencial produtivo.

Para Castro et al. (2002), a modernização agrícola criou a interdependência de um conjunto de setores industriais e agrícolas (daí o agroindustrial), abarcando transformações sociopolíticas na estrutura social.

[...] A chamada industrialização da agricultura, ou seja, a extensão para o mundo rural, da lógica industrial de produzir, incorporou a produção agrícola propriamente dita ao beneficiamento e transformação desses produtos, a produção de bens industrializados para a agricultura e aos serviços financeiros e comerciais correspondentes (CASTRO et al., 2002, p. 16).

Envolvendo diretamente as práticas agrícolas, houve várias mudanças no sistema produtivo: monocultura, plantio direto, cultivo mínimo com controles por meio dos insumos (agrotóxicos) para garantir a nutrição, proteção e desenvolvimento das plantações (implantado também na época certa para o plantio), irrigação, armazenamento e conservação dos produtos, redes de comercialização etc.

Este novo contexto leva à destruição da indústria doméstica, esvaziamento dos pequenos comerciantes locais, fortalecimento e subordinação às agroindústrias (cooperativas e privadas), drenagem da riqueza para fora da região via sistema financeiro e/ou de empresas agroindustriais de fora da região e forte êxodo rural. Em suma, esvai-se a relativa autonomia do agricultor desfrutada anteriormente. O *modus operandi* é ditado pelas agroindústrias integradoras, controladas pelo setor urbano-industrial (PIRAN, 2015, p. 58).

Em relação à natureza, sua fisionomia vinha sendo modificada severamente desde o final do século XIX, quando iniciou a colonização, culminando com o processo de modernização em que os “braços” humanos ganharam potência, acelerando ainda mais a alteração da paisagem natural local e regional. A natureza foi transformada em matéria-prima de comercialização com objetivo de desenvolver a região e a Província/Estado do Rio Grande do Sul. As florestas deram lugar, principalmente, ao cultivo de milho, soja e trigo devido ao fácil manejo, solo adequado, relevo, clima e transporte (DECIAN, 2010).

A modernização agroindustrial imprimiu profundas alterações socioambientais, passando pelas formas de produzir, pelo ambiente natural e pelas relações sociais. Diante desse cenário, Gerhardt (2018) ressalta em seu estudo que havia certa preocupação com a conservação do solo e sua contaminação pelo uso de agrotóxicos.

Surgiram diversos grupos, em esferas sociais diferentes, promovendo práticas conservacionistas e buscando modelos de produção alternativos que fossem menos impactantes. Havia, contudo, a presença das empresas transnacionais com força, poder e articulação, capazes de silenciar as manifestações de enfrentamento a força modernizadora. Era visível a força dos anúncios, mostrando os benefícios das novas técnicas e produtos no aumento da produção: alardeavam somente as facilidades, segurança, garantia técnica e comercial proporcionadas pelo novo sistema agrícola, operado local e nacionalmente.

Outra força articulada aos princípios da Revolução Verde foi o contexto político da ditadura civil-militar que empunhou a repressão sobre as críticas e proposições de alternativas que não compactuassem com seu ideário. Assim, esse conjunto de operadores do projeto modernizante bombardeou a sociedade com publicidade, de modo que era impossível se colocar contra o desenvolvimento e o progresso preconizado pelo novo modelo societário. Não se fazia qualquer menção ou referência a quaisquer tipos de riscos à saúde humana, animal ou de contaminação ambiental, nem mesmo às mudanças nas relações sociais e de trabalho que afetavam a vida no meio rural.

Retomando o questionamento proposto no início deste tópico, sobre como a modernização agrícola alterou a vida das pessoas na região do Alto Uruguai, local de origem de muitas famílias camponesas que migraram para a Amazônia, na década de 1970, a primeira constatação é que houve uma grande difusão da Revolução Verde entre os camponeses e trabalhadores rurais. Ocorreu, também, complexa articulação política e econômica entre o público e o privado no desenrolar dos processos; no entanto, suas consequências e impactos negativos na vida das famílias camponesas e no meio ambiente não foram levados em consideração (GERHARDT; NEDEL, 2009).

Na prática, as mudanças se refletiam a cada década em virtude da perda da autonomia tradicional dos camponeses, que, aos poucos, eram integrados e subordinados aos novos padrões de relações sociais e de trabalho, cada vez mais englobantes. Outra transmutação era o esvaziamento das sociedades locais e desintegração das comunidades rurais, gerando um novo fenômeno, chamado de *êxodo rural*, resultado das políticas que visaram ao desenvolvimento do capitalismo

no campo e que serviram à manutenção e ampliação do sistema latifundiário, privilegiando algumas culturas e regiões em detrimento do alto custo social. “O que se pode ver no campo brasileiro é uma modernização conservadora [...]” (SILVA, 1982, p. 40).

Assim, até o final da década de 1970, sucedeu-se uma série de mudanças socioambientais, com destaque ao que ficou conhecido como pacotes tecnológicos: fertilizantes, máquinas, corretivos, sementes, herbicidas, fungicidas etc. Aos poucos, os pequenos agricultores passaram a adotar tudo isso, ao mesmo tempo em que foram deixando de praticar conjuntos de conhecimentos e saberes da cultura tradicional, como a produção e seleção das próprias sementes e os ciclos de produtividade dos diversos produtos que eram cultivados.

As “modernizações” foram acontecendo com o suporte, incentivo e apoio de diversos agentes locais encarregados de viabilizar as práticas inovadoras. Foi significativa a atuação das cooperativas, bancos, empresas e agroindústrias transnacionais, programas de formação, técnicos e engenheiros, bem como dos veículos de comunicação locais e nacionais alinhados com a mesma narrativa de viés desenvolvimentista. A agricultura colonial foi colocada na contramão do progresso e a solução eram as proposições da Revolução Verde: aumento e facilidade da produtividade agropecuária, ganhos econômicos e ascendência social; entretanto, ocultando os riscos e danos socioambientais (MARTINAZZO, 2011; TEDESCO; ZARTH, 2013).

A partir do olhar da História Ambiental, naquele período, aceleraram-se os processos de transformações: incorporação de novas áreas produtivas, junção de pequenas propriedades formando os minifúndios e aumento das variedades de venenos (inseticidas e herbicidas) preventivos e combativos dos insetos e “pragas” dentre outros produtos químicos altamente tóxicos (que passaram a ser usados em escala cada vez maior a partir de 1940) (GERHARDT, 2018). Todo esse arsenal era colocado no campo como inovações que tinham vindo para ficar, como se fosse um processo natural que não dependesse da aceitação dos camponeses.

Adotadas as inovações, a região do Alto Uruguai alcançou alta produtividade de trigo e soja com a mecanização dos processos produtivos, realizando regionalmente o que preconizava a Revolução Verde pensada internacionalmente e o

discurso desenvolvimentista do governo militar. A paisagem rica de biodiversidade e de população rural foi sendo substituída pelas terras mecanizadas, monoculturas, áreas de concentração de propriedade e de taperas, pois as famílias se deslocavam às periferias das cidades ou a outras regiões do país. A modernização foi uma complexa combinação de fatores biofísicos (solo, clima, insetos etc.), sociais e culturais sempre presentes, evitando a dualidade natureza e cultura, ou técnica versus natureza (PÁDUA, 2010).

### 3.4 No caminho da modernização agrícola, os camponeses e a natureza

A modernização conservadora/concentradora da agricultura no Sul se estendeu e se intensificou pelo interior do país na década de 1970 como forte impacto e expropriação dos recursos naturais e exclusão do campesinato. Como consequência, houve o movimento das populações (campo-cidade e a outras regiões) e crise socioeconômica (a busca pela terra como sobrevivência). Foi diante desse contexto que ocorreu a migração sulista para a Amazônia (forjada pelo governo militar no alargamento do espaço geográfico capitalista), dentro da perspectiva integracionista do Centro-Oeste.

Ao tratar da expropriação do campesinato, Palmeira (1989) defende que os problemas agrários estão no centro de toda a problemática, envolvendo as relações sociais no campo. O êxodo rural (para diversas regiões e em tempos diferentes) começou por meados da década de 1930. A modernização agrícola se valeu da crise agrária e produziu um contingente maior de migrantes nas décadas de 1960 e 1970.

O que há de novo no 'êxodo rural' das décadas mais recentes é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais<sup>31</sup> de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. É verdade que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) também já ocorria no passado, mas o processo a que nos referimos tem características muito peculiares. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira

---

<sup>31</sup> Nessa circunstância, empregaram-se os termos *trabalhador rural* e *camponês* como equivalentes, como se tornou usual no Brasil nos últimos anos. Os termos incluem ainda os assalariados permanentes e temporários, os parceiros e os arrendatários, bem como os posseiros e os pequenos proprietários familiares que não estão em questão neste momento, mas de que, logo a seguir, trataremos (WANDERLEY, 2014). Difere, portanto do trabalhador assalariado do agronegócio no campo, por exemplo. Para uma definição, "desconceituação" e conceituação, conferir o artigo de Teodor Shanin, *A definição de camponês: conceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*, arrolado na bibliografia.

relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de uma outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado (PALMEIRA, 1989, p. 2).

O autor chama a atenção para o fato de que a modernização preserva o projeto de classe que está além dos limites da agricultura. De certa forma, esses camponeses já se encontravam em condições de expropriação, conforme as condições já impostas às famílias, obrigadas a avançar para as áreas de florestas do norte e noroeste gaúcho. A modernização, por sua vez, intensificou e incrementou a expropriação do campesinato com um conjunto de novos elementos econômicos e políticos.

A compreensão de *trabalhador rural* era uma variação de *camponês*, porém que está contemplado, de forma genérica, ao conceito de *campesinato*. Wanderley (2014, p. 2) clarifica:

Em uma perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Há uma heterogeneidade de formas de existência do camponês em virtude da resistência de acesso e permanência no campo. São situações de existência concreta, embora diversificada, permanecendo os vínculos e laços familiares e sociais ainda que, de forma diversa, permaneça a construção de modo de vida pautado no patrimônio familiar, na forma de trabalhar cultivando sempre os laços de vizinhança e coletividade indenitária. Mas é reconhecido o histórico debate conceitual, ainda sempre presente sobre a definição do que seja o camponês, o pequeno agricultor e a agricultura familiar.

A questão da expropriação dos camponeses aparece quando perdem a autonomia de viverem em suas próprias terras e manterem seus próprios meios de produção, os quais foram substituídos por novas relações sociais e de trabalho às quais devem se adaptar para sobreviver.

Sem o recurso da produção de subsistência, o trabalhador, expulso do campo, perde os pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano, num amplo espaço que pode ser, inclusive, inter-regional (WANDERLEY, 2014; p. 3).

De certa forma, os diferentes modos e particularidades das condições de existências do campesinato resultaram dos movimentos de resistência e estratégias dos camponeses para terem acesso à terra e lutarem pela permanência, estruturando um espaço de produção agrícola familiar e comunitária como forma de sobrevivência (WANDERLEY, 20014).

Segundo Palmeira (1989), o alcance da modernização agrícola tornou-se evidente na medida em que a reprodução da pequena propriedade rural, historicamente constituída e estável, passou a ser desestabilizada, ameaçada e incorporada ao latifúndio. A modernização agrícola, portanto, acelerou os movimentos de expansão sobre a agricultura tradicional. Tais colocações refletem a trajetória de vida das famílias do Projeto Terranova que foram “empurradas” para ocupar as reservas indígenas ou migrarem para as cidades ou outras regiões mais distantes ou, ainda, morar em propriedade de terceiros para sobreviver.

Essas situações ocorriam porque os latifúndios limitavam a disponibilidade de terras locais e regionais, dificultando a fixação dos pequenos proprietários. Complexava também a migração regional, uma vez que o projeto modernizante avançava cada vez mais suas fronteiras geográficas. Outra forma de ameaça à permanência na terra era o endividamento bancário, a lógica da competição econômica e as regras de mercado e do capital no processo de produção e comercialização dos produtos. Consequentemente, ocorria a perda da autonomia familiar de que tinham relativo controle. A exemplo disso, as imposições estruturais e contratuais praticadas pelos agentes da modernização (o latifundiário, o banco, as cooperativas), pelo emprego de padrões técnicos de produção agrícola (o uso de inseticidas e herbicidas) viriam a substituir os acordos tradicionalmente praticados e os contratos culturalmente firmados entre os camponeses (MARTINS, 1981).

Quando se inviabiliza a pequena propriedade, consequentemente se anula o modo de vida do camponês. A falta de perspectivas e as rupturas nas relações de reproduções sociais, tradicionais de sobrevivência tornavam cada vez mais difícil o

acesso aos recursos florestais, à água, lenha, moradia, criação de animais domésticos, pastos, horta caseira etc. O trabalhador era desvinculado de suas funções tradicionais, das posições, oposições e representações de onde vivia.

No processo modernizante, as ações do Estado sempre estiveram presentes, associadas ou sob as influências dos interesses do empresariado. Nesse caso, na década de 1960, foram criados dois documentos importantes que ajudaram a consolidar as transformações: o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. No entender de Palmeira (1989, p. 7), são legislações que “refletiam um jogo de conflitos e composições entre interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas”. Assim foram gestados os conceitos de latifúndio, empresa rural, minifúndio, arrendamento, meeiro, colonização etc., que abriram caminho para novas categorias sociais, grupos, identidades e conflitos.

Um conjunto de instrumentos de transformação foram intervindo e provocando novos ordenamentos no campo. Os grandes proprietários de terra conseguiam aumentar a rentabilidade ao empregar mais tecnologia e explorar a disponibilidade de mão de obra. Além disso, por dispor da legislação trabalhista, os latifundiários “começam a expulsar os antigos posseiros, moradores, colonos, porcenteiros, ou a agravar suas condições de trabalho, provocando forte descontentamento entre a população rural” (BARROSO, 2014, p. 146), alimentando as motivações nos movimentos sociais que reivindicavam o acesso à terra, elevando as tensões que mais tarde desembocariam no golpe militar de 1964.

Em um breve balanço, as políticas de modernização ofereceram vantagens que beneficiaram os latifúndios tradicionais, atraíram capitais de outros setores da economia para o campo com investimentos e aplicações financeiras. Da mesma forma, captaram recursos públicos para investimento privado, trouxeram ganhos financeiros para o Estado, gerando as coalisões de interesse e provocando mudanças nas relações entre Estado e empresas, propriedades e camponeses. O homem do campo, então, tornou-se uma espécie de objeto das políticas tanto de modernização agrícola como da expansão das fronteiras na Amazônia (PALMEIRA, 1989).

Palmeira (1989) aponta que, paralelamente ao movimento da modernização, desenvolviam-se as políticas de afirmação do campesinato. Mesmo com a contextura repressiva do Estado e os aparatos de controle social, vários movimentos sociais

foram criados como forma de enfrentamento ao desmonte da vida camponesa. Nasceram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e movimentos dos sem-terra, principalmente aliados a outras organizações, como a Igreja Católica e as ligas camponesas, formando forças coletivas e impessoais para defender leis mais justas e de interesses da categoria.

A colocação em evidência desses processos sugere que eles se combinam em dois movimentos relativamente autônomos e contraditórios. Por um lado, a progressiva ilegitimação das formas tradicionais de dominação, associada à incapacidade do Estado - um Estado que não é apenas árbitro, mas parte nas lutas sociais - de gerar novas formas de legitimidade que têm levado à multiplicação dos conflitos e à ampliação do seu "âmbito". Não são mais apenas conflitos em torno da terra, da produção ou das condições de trabalho, mas também da construção de obras públicas, da assistência governamental nas situações de calamidade, do meio ambiente, da assistência médica etc. Não mais são apenas conflitos que envolvam tão somente camponeses e latifundiários e, muito menos, que se resolvam apenas entre eles (PALMEIRA, 1989, p. 18).

Fica claro que o Estado fez a opção de priorizar a modernização do latifúndio, o que foi seguido pelos governos posteriores que estenderam o projeto até as fronteiras da Amazônia em detrimento da formação de propriedades familiares e manutenção do campesinato. No pós-Segunda Guerra, começou o emprego de tecnologia na agricultura para quem já era capitalizado ou tinha acesso a ela. Entre as narrativas circulantes, imperava a que desqualificava o estilo de vida tradicional do camponês, apontando-o como "atrasado" por ter recursos e meios de produção agrícola rudimentares, o que limitava a possibilidade de desenvolvimento.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a crise fundiária agravou-se na região do Alto Uruguai. Além das modificações socioeconômicas e estruturais pelas quais a região passava (geradoras da crise agrária), as famílias enfrentavam o dilema de migrar para outras regiões ou cidades ou juntar-se aos movimentos de luta pela terra e reforma agrária. O crescimento das famílias levou a uma subdivisão dos lotes (que tinham em média 25 hectares) entre filhos, netos e por herança. A cada ano aumentava a necessidade de espaço para as novas famílias dos filhos e netos; o fracionamento dos lotes fragilizava o camponês e favorecia a concorrência dos médios e grandes proprietários. Até certo ponto, foi possível distribuir e alocar essas novas famílias junto a parentes, vizinhos e "compadres", que ali viviam como agregados,

trabalhando na porcentagem, assalariados, meeiros etc. Era a reprodução social das décadas anteriores, porém sem mais terras livres ou improdutivas para serem ocupadas (RÜCKERT, 1997).

No final dos anos 60 e início de 70 a estrutura fundiária da região do Alto Uruguai, como sucedera nas “colônias velhas”, se caracterizava pelo minifúndio e pela produção de subsistência, com baixa produtividade, descapitalização, e pelo contingente elevado de agricultores sem-terra (BARROZO, 2014, p. 155).

Com a intensificação da crise e dos conflitos fundiários, as famílias se encontravam empobrecidas, sem ou com pouca terra, que estava enfraquecida (solos desgastados pelo uso e técnicas inadequadas de cultivo agrícola) com pouca possibilidade de mecanização. Paralelamente a essa situação, o governo militar, além da repressão, movimentava-se buscando soluções para tais problemas, incentivando e viabilizando a migração regional. Muitos camponeses ocupavam as terras indígenas de Guarita, Tenente Portela, Nonoai e Cacique Doble, situadas no Alto Uruguai. Segundo Barrozo (2014), os colonos conseguiram autorização para entrar nas áreas indígenas através de suborno ao chefe do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Houve, também, tentativas de parte desses camponeses de permanecer nos seus lotes, procurando melhorar as condições de vida com a adoção de novas técnicas de produtividade para a pequena propriedade. Foi o caso da experiência liderada pelo pastor luterano Norberto Schwantes no município de Tenente Portela (RS). Fez uso dos meios de comunicação de rádio e jornal para ensinar novas técnicas agrícolas e, em outra frente, viabilizar a migração do excedente populacional para outras regiões, seguindo os indicativos do governo federal (SCHWANTES, 1989).

O autor explica, a partir de sua vivência que, na década de 1970, os indígenas de vários territórios se revoltaram, deflagrando fortes conflitos com os camponeses. As famílias foram forçadas a sair das terras indígenas e, sem ter para onde ir, muitas acamparam na Encruzilhada Natalino, enquanto outras foram para o Parque de Exposições de Esteio ou para as cidades próximas. A solução proposta e executada pelo governo para a crise agrária e agrícola no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1960 e 1970, foi a colonização dirigida para a fronteira amazônica na região Norte e Centro-Oeste, principalmente ao norte de Mato Grosso. Faz-se entender que a

modernização agrícola e a colonização caminharam lado a lado para aniquilar qualquer política e movimento de redistribuição fundiária no Sul (SANTOS, 1993).

#### 4 PROJETO DE COLONIZAÇÃO TERRANOVA: UM MISTO DE INCERTEZAS, DESCONFIANÇAS E ESPERANÇA

Entre paradoxos e contradições da crise socioambiental produzidos pela modernização agroindustrial, cujas modificações estruturais abrangeram tanto o meio rural como urbano, os parques industriais se consolidaram, o modelo de desenvolvimento conservador se fortaleceu e ciclos econômicos impulsionados pelo “milagre econômico”<sup>32</sup> foram formados (Figura 7). Soma-se ao contexto, disponibilidade de crédito rural, programas, benefícios fiscais (Decreto-Lei nº 157), subsídios e incentivos públicos, adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde e vinculação com mercado internacional de exportações.

O desenvolvimento econômico foi imbuído dos valores positivos de independência e autorrealização. Enquanto sistema de crença, era milenarista: o atraso se encerraria, o tradicionalismo daria lugar a modernização e a nação alcançaria o desenvolvimento, um patamar endêmico (DEAN, 1996, p. 281).

Paralelamente, os conflitos fundiários e a luta pela democracia aumentaram. Os debates gravitavam em torno de uma reforma de base capaz de revisar as políticas de modernização, as consequentes relações de trabalho e o regime de propriedades no meio rural (IANNI, 1971).

Como bem lembram diversos autores, a Amazônia é um objeto de “cobiça” pelas muitas riquezas naturais e por ser a última fronteira da América Latina. A história contemporânea do avanço das fronteiras desse território é marcada pelas lutas étnicas e sociais como têm sido em outras regiões do país (MARTINS, 1996).

---

<sup>32</sup> *Milagre econômico* foi uma espécie de slogan publicitário do regime militar no período entre 1967 a e 1974, que teve à frente os presidentes militares Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici e o ministro da fazenda Antônio Delfin Netto. Foi um período marcado, ao mesmo tempo, pelos anos de chumbo e pelos maiores índices de crescimento econômico da história do país: o *boom* econômico, cujos eixos principais foram a expansão do crédito, o Estado ~~foi~~ sendo o promotor de investimento, grandes incentivos a empresas privadas e conglomerados econômicos entre outros subsídios. Foi um período de grande impacto social para a classe trabalhadora, intensa repressão aos movimentos sociais, altíssima concentração de renda e elevação da dívida externa (NOGUEIRA, 2019).



**Figura 7** – Propaganda do governo militar no período do “milagre econômico”  
 Fonte: Rev. Aventuras na História (2019). Créditos: Governo do Brasil.

Desde o início da Conquista foi ela objeto de diferentes movimentos de penetração: na caça e escravização do índio, na busca e coleta das plantas conhecidas como “drogas do sertão”, na coleta do látex e da castanha. A partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985 (MARTINS, 1996, p. 26).

A primeira política agrária do regime militar realizada pelo governo Camilo Castelo Branco (1964-1966) foi a Emenda Constitucional nº 10, de 14 de novembro de 1964, e, logo em seguida, no mesmo mês, o congresso aprovou o Estatuto da Terra. Sob o discurso de nacionalismo e patriotismo, dizia-se ser uma solução democrática de reforma agrária para os problemas de terra, pois apoiava os grandes produtores rurais e previa distribuição de terras aos pequenos agricultores. Como consequência positiva, expandiria as fronteiras agrícolas para os espaços de vazios demográficos, garantindo a segurança nacional, cujo lema era “integrar para não entregar”, criando e intensificando novas políticas e programas de colonização como forma de ocupação da Amazônia (SANTOS, 1993).

Em âmbito nacional, vivia-se a eminência das políticas de colonização dirigidas pelo Estado, seguindo o que preconizava o Estatuto da Terra cujas normas foram definidas pelo Decreto-Lei nº 59.428, de 27 de outubro de 1966:

Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso a propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercícios de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas (art. 5) (SANTOS, 1993, p. 47).

Porém, antes da formalização/legalização da colonização dirigida pelo governo militar, a Amazônia já se configurava como um território de fronteira com potencial de ocupação e formação de um campesinato espontâneo e sistemático. Figurava como uma fronteira de ocupação sistemática desde o primeiro governo Vargas nos anos de 1930, com a *Marcha para o Oeste*, que refletia uma ideologia autoritária sob um discurso de unidade nacional, de integração e preocupação com a segurança interna do país. Sob a ótica do regime autoritário, a ocupação espontânea praticamente não teve importância. Há, contudo, uma narrativa em sintonia com as preocupações do governo de ocupar os espaços vazios.

O real intuito era direcionar a massa de trabalhadores que fugia da crise do campo, principalmente do Nordeste. O intento era encaminhar para a Amazônia um contingente populacional de camponeses para trabalhar na extração do látex e, com isso, projetar o país no mercado internacional da borracha. Foram criadas na Amazônia algumas colônias e povoamentos com pequenas propriedades para direcionar um fluxo migratório, mas os resultados foram desastrosos (VELHO, 1982).

Seguindo os estudos de Velho (1982; 2009), até os anos de 1950, o território amazônico era visto pelo Centro-Sul do Brasil como uma extensa região de mata virgem, uma extensão de floresta densa, tropical e úmida com potencial de recursos naturais para explorar e vastas terras livres e desocupadas propícias à ocupação. Apresentava baixa atividade econômica e densidade demográfica representada por diversos povos indígenas e pequenos agrupamentos ribeirinhos formados por trabalhadores migrantes quase unicamente de origem nordestina. Imperava a visão de um território marcado por uma vida econômica primitiva, rudimentar e estagnada, baseada no extrativismo e agricultura de queimadas com baixa atividade comercial.

A formação desses agrupamentos se deu de modo variado, mas as razões desses deslocamentos foram os problemas sociais em seus locais de origens, geralmente marcados por processos violentos em que foram forçados ou

pressionados a migrarem em busca de novas terras para viver. Foi o caso da seca e de conflitos por terras no Nordeste.

Para Velho (2009), foi a partir desse contexto que se configurou a formação de um campesinato de fronteira amazônica. O movimento de camponeses constituiu uma ocupação espontânea. Seguiam os cursos dos rios como meio de acesso às áreas de terra livre. Uma rota de migração era a entrada pelo Maranhão e sul do Pará. Seguindo a lógica expansionista, esses indivíduos tendiam a adentrar no interior da floresta, afastando-se dos rios em busca de terras livres onde pudessem desenvolver atividades tradicionais.

Eram atraídos pela grande extensão de terras livres e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta da castanha e na busca de diamantes nos rios. Esses indivíduos constituíram a vanguarda da expansão camponesa na região propriamente da floresta amazônica, bem antes da Rodovia Transamazônica vir a atravessar a área (VELHO, 2009, p. 188-189).

Esse padrão foi alterado com a intervenção do governo federal, que imprimiu uma nova dinâmica de ocupação, criando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a construção da Rodovia Belém-Brasília, Cuiabá Porto-Velho e, pouco mais tarde, a Rodovia Transamazônica. Doravante, houve uma supervalorização ideológica da ocupação dos espaços vazios promovida diretamente pela ação do Estado em tom de “heroísmo, bravura, conquista e dominação da natureza selvagem e tudo o que ela continha”. A década de 1960 foi o marco de profundas transformações e modificações para a Amazônia. Logo no início, valendo-se das obras de infraestrutura, aumentou significativamente o fluxo migratório. Pelos próprios militares havia um forte apelo pela ocupação, junto com os discursos e propagandas ideológicas, implantando grandes projetos visando ao desenvolvimento econômico e à integração da Amazônia ao restante do país.

Cabe mencionar a fronteira agrícola, por se tratar de um conceito cristalizado na literatura sobre o processo de ocupação via colonização na Amazônia, pois se pretende sintonizar a questão da fronteira com as questões fundiárias do Rio Grande Sul, para entender como esses fatos se relacionam concomitantemente à formação e integração dos camponeses migrantes para essas fronteiras.

No percurso de estudo, foi encontrada uma gama de definições para *fronteira*. Os conceitos mais recorrentes são de frentes pioneiras, frentes de expansão, frentes demográficas, frentes especulativas, frentes camponesas, frentes econômicas, fronteiras geográficas, políticas etc.<sup>33</sup> A este estudo, optou-se por tratá-la como *frente amazônica*, reconhecendo que todas essas dimensões estiveram presentes e contribuem à compreensão do modo de ocupação da colonização, envolvendo os camponeses.

Nos debates sobre “fronteira” brasileira referentes à concepção e função, há diversidade de abordagens, definições, análises e interpretações. Seguindo o posicionamento de Graziano da Silva (1982) e Velho (1979), a fronteira é tida como o avanço humano por meio das atividades agrícolas, extrativistas e pecuárias sobre o meio natural – no caso, a floresta amazônica – que congregam um conjunto de características e processos sociais, econômicos e políticos em constante avanço “para atender à demanda crescente de alimentos e matérias-primas geradas pela industrialização” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 114) e presume a incorporação de novas áreas pela existência de uma fronteira “vazia”.

A noção de ‘fronteira’ se confunde com a história do Brasil. É a progressão contínua da ocupação demográfica e econômica do território, entrecortada de pausas e saltos para frente, de ‘ciclos econômicos’, baseados numa atividade ou num produto. Um novo ciclo pode integrar, dinamizar ou fazer recuar o povoamento, ‘reliquia’ deixada pelo ciclo precedente, valorizando espaços que até então haviam sido deixados de lado, ou então estender-se a regiões ainda não ocupadas ou fracamente povoadas por populações ameríndias (LÉNA, 1991, p. 92).

Assim, a fronteira assumiu um grau de importância na história de ocupação do país, pela sua permanência e dimensão ultra espacial com características políticas, ideológicas, culturais e psicológicas – o que esclarece a diversidade de explicações e interpretações atribuídas ao tema. Fica evidente que, no movimento de expansão, estiveram sempre presentes um processo de luta de classes ou grupos marginalizados, de sem-terra, posseiros, entre outros. Estendendo o olhar na direção das estruturas sociais, sobretudo do meio rural, há sempre um deslocamento da força

---

<sup>33</sup> Além dos autores citados no texto, a temática é amplamente discutida por Martins (1975), Sawyer (1986), Carvalho (1982), Foweraker (1982) e Becker (1982).

de trabalho e da acumulação capitalista direcionadas de um centro para uma periferia (CASTRO et al., 2002).

Nas análises sobre a colonização na Amazônia e a relação com a fronteira, Velho (1982) identifica alguns fatores concretos dessa relação: a princípio, na década de 1960, uma massa camponesa em situação de miséria que se aproximou de uma ala política de esquerda, buscando melhorias através de movimentos sociais pela reforma agrária e distribuição de renda. Outro fator foi a política de modernização agrícola para acabar com os minifúndios somados à fragmentação por heranças e partilha da pequena propriedade entre membros familiares e o desenvolvimento comercial e urbano e a capitalização que impunha sua força de competição. Por esses e outros fatores, identifica-se a função social, ideológica e política da fronteira. Quando os camponeses se lançaram na fronteira, apresentaram-se diversas possibilidades, dentre elas a de ascensão social, desenvolvimento e diversas formas de organização, o que causou preocupações ao governo militar com a fronteira e, assim sendo, começaram a regular projetos agropecuários e de colonização para controlar os movimentos dos trabalhadores.

Na visão de Graziano da Silva (1982), é praticamente impossível negar a colonização dirigida, uma espécie de aliança entre burguesia industrial e latifundiários com atuação direta do Estado. Essa aliança política possibilitou manter as estruturas agrárias nas regiões já colonizadas, como o caso do Alto Uruguai, permitindo esse modelo na área de fronteira, anulando as forças que lutavam pela democratização da terra com a reforma agrária.

O autor acrescenta que há diversas funções da fronteira amazônica nos lócus onde se efetivou a colonização. Assim, distingue a função social da fronteira como destino dos fluxos migratórios de camponeses, que, expropriados em seus locais de origem no Nordeste, Sudeste ou Sul, sonhavam em reproduzir a vida coletiva e familiar. A função política talvez seja a mais perceptível. Tratada por muitos autores como “válvulas de escape” para os conflitos sociais do campo, principalmente no Sul e Nordeste, contribuiu ao propósito do governo militar de barrar a reforma agrária de base, como pretendiam os movimentos sociais do campo. Quanto à área econômica, Castro et al. (2002, p. 34) explicam que foi uma “espécie de armazém regulador” dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha etc.),

pelo desenvolvimento intensivo e extensivo. A essa fronteira, deslocaram-se não só a população e os trabalhadores (das mais diversas modalidades), movimentando capital na direção da floresta e dos cerrados.

A Amazônia aparece não somente como o espaço onde ocorre uma especulação financeira desenfreada, onde a concentração da terra é em média mais acentuada do que no resto do País, mas também, e paradoxalmente, como o Único espaço oferecido à reprodução do pequeno camponês sem capital. Seria, porém, um erro considerar apenas este camponês. A Amazônia é também um espaço de reprodução simples ou ampliada para outras camadas sociais. Há os pequenos produtores do Sul, possuindo um pequeno capital, que integram os projetos privados de colonização; os colonos de segunda ou terceira geração dos projetos públicos que vêm substituir os colonos originais e são cada vez mais capitalizados (LÉNA, 1991, p. 96).

Para Castro et al. (2002, p. 40), “a questão da expansão da fronteira agrícola sempre esteve associada com a da pequena produção da subsistência”. No caso da fronteira amazônica, expandiu-se o processo de acumulação capitalista, que, de certa forma, integrou-se à dinâmica de apropriação e circulação, repetindo a permanência da marginalidade social, com dificuldade para a própria sobrevivência da grande massa de camponeses que permeava aqueles espaços. Assim, a expansão da fronteira se caracterizou também pela luta constante dos despossuídos pelo sonho da terra, pela terra e de viver na terra.

Nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, a fronteira amazônica se constituiu uma frente de ocupação, de expansão, agrícola, especulativa, um congregado de elementos complexos e dinâmicos de retroalimentação do processo de acumulação capitalista. Não deixa de ser uma contradição entre mito e realidade, sonho, realização, frustração e sofrimento, mas que possibilitou a construção simbólica e ideológica de possibilidades da reprodução do homem camponês, de sua unidade familiar, o qual, integrando-se com esse espaço natural criou processos sociais (BECKER, 1982).

O governo militar planejava a ocupação da Amazônia para novas atividades dentro de um clima político de prioridade nacional. Tal estratégia contava com o sucesso da colonização agrícola e pecuária, com a formação de frentes de expansão demográficas a partir de forte propaganda com indução simbólica, ideológica e fiscal por parte do Estado. A colonização preconizava a transformação da natureza e do uso

da terra como sinônimo de desenvolvimento. O contato com as florestas abria outras possibilidades, como a exploração da madeira e minério e outras relações decorrentes das novas atividades. Não tardaram a eclodir conflitos pelos recursos territoriais e a remoção da floresta para tornar-se posse e capital. A colonização (enquanto reocupação) fez a fronteira avançar sobre comunidades, indígenas e florestas com força destruidora. “É uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (MARTINS, 1996, p. 26).

A narrativa oficial da colonização da Amazônia foi propagandeada como uma das estratégias geopolíticas de segurança nacional em que havia a necessidade da presença física brasileira, não bastava a simples delimitação geoespacial. Devido à imensidão da floresta despovoada, resgatou-se o discurso da “Marcha para o Oeste” da década de 1930 para retratar a Amazônia como um “espaço vazio” cuja presença física garantiria a integridade do território nacional. Silva (2005) explica que o paradigma da colonização teve como principal mentor o General Golbery do Couto e Silva, quem, ainda em meados da década de 1950, traçou as prioridades geopolíticas para o país com o discurso de não perder território por falta de colonização; defender de possíveis investidas de “homens sem leis”, comunistas, estrangeiros (como peruanos e venezuelanos); conter a formação de movimentos de esquerda armados, além de proteger as jazidas de minérios da extração ilegal. As soluções propostas eram:

O equilíbrio das migrações campo cidade, através de criação de mais empregos na cidade, e ampliação das fronteiras agrícolas. Onde se conclui que, se as migrações fossem intermeios rurais, elas seriam consideradas positivas pelo governo; não existia projeto de manutenção dos trabalhadores em suas terras. Discutia-se a mercantilização da terra, e os latifúndios improdutivos que eram apenas mantidos para fins especulativos (SILVA, 2005, p. 5).

No que diz respeito às questões sociais do campo, o governo militar tinha algumas preocupações com a segurança devido aos conflitos crescentes; a colonização se justificaria ante tais argumentos. Como ressalta Velho (1982), o pano de fundo da colonização foram os problemas sociais gerados pela crise agrária no campo, principalmente no Nordeste e no Sul, que levantaram as bandeiras dos

movimentos por reforma agrária. No Nordeste, havia as questões da seca, esgotamento do solo, concentração de terras pelos grandes latifúndios e grande número de trabalhadores sem-terra. No Sul, conflitos pela terra entre camponeses, indígenas e latifundiários, consequência da modernização agroindustrial e das políticas fundiárias que limitaram o acesso à terra; duas regiões vivendo grandes tensões sociais.

Havia uma tendência entre grandes proprietários de terras a tirar os seus moradores (também chamados de colonos no Sul) da terra e trabalhar apenas com mão-de-obra controlada para tarefas específicas e a curto prazo, sem nenhum vínculo direto e com intermediação de empreiteiro (VELHO, 1982, p. 203).

A colonização resolveria dois problemas de segurança do governo militar: a ocupação da Amazônia e a diluição dos conflitos agrários do Sul e Nordeste. Contra uma possível reforma agrária, a colonização da Amazônia foi pensada como alternativa conjuntamente a uma série de outros processos mobilizadores (ideológicos e simbólicos). Assim, as famílias de camponeses, já fragilizadas pelos constantes confrontos e ameaças, foram convencidas a migrar para essa região.

É importante questionar o fato de que a ocupação previa a retirada da floresta sem mencionar a fauna e a flora, pois isso tudo pressupõe uma visão de natureza, homem e sociedade e, principalmente, para quem serviu à colonização. O governo militar criou enorme aparato e estímulos à migração, agindo conjuntamente com órgãos públicos e empresas privadas para demarcar e ocupar novas áreas para a expansão da pecuária e agricultura. Para continuar fomentando o projeto de expansão capitalista e de modernização agroindustrial aproveitou a situação dos camponeses desalojados do Sul e o que poderia obter das riquezas naturais da Amazônia. A seguir, são apresentados alguns dos principais órgãos, programas e objetivos ligados ao governo federal que promoveram a ocupação pela colonização (Quadro 4).

**Quadro 4** – Principais autarquias e programas da estratégia de ocupação da Amazônia (1950 a 1980)

| <b>Programas, projetos e órgãos executores</b>                                                          | <b>Ano</b> | <b>Objetivos</b>                                                                                                                                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia/ Presidência da República                  | 1953       | Elaborar planejamentos quinquenais para valorização da Amazônia                                                                                                                                                                          |
| Rodovia Belém-Brasília (BR-010) / Ministério dos transportes, DNER (Departamento de Estrada e Rodagens) | 1958       | Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país                                                                                                                                                           |
| SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste                                                | 1959       | Criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região                                                               |
| Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) / Ministério dos Transportes, DNER                                  | 1960       | Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia                                                                                                                                                                |
| Emenda Constitucional nº 10                                                                             | 1964       | Alterar a legislação quanto ao direito de propriedade e desapropriação por interesse público ou social                                                                                                                                   |
| Estatuto da Terra                                                                                       | 1964       | Foi criado como uma forma de frear os movimentos camponeses. Disciplinou o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil, determinando que o Estado tem obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha |
| Emenda Constitucional nº 18                                                                             | 1965       | Favoreceu a Amazônia, com incentivos fiscais e créditos, antes aplicados ao Nordeste                                                                                                                                                     |
| SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia / Ministério do Interior                        | 1966       | Coordenar e supervisionar programas e planos regionais, decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais                                                                                                                             |
| SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus/ Ministério do Interior                             | 1967       | Integrar a porção ocidental da Amazônia mediante a criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos                                                                                                                  |
| Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia / Ministério das Minas e Energia                 | 1968       | Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético                                                                                                                                                               |

|                                                                                                                                    |      |                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PIN – Programa de Integração Nacional                                                                                              | 1970 | Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM                          |
| PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste                                     | 1970 | Promover a capitalização rural                                                                                                         |
| INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Ministério do Interior                                                | 1970 | Executar a estratégia de distribuição controlada da terra                                                                              |
| Polamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia/Ministérios da Agricultura, dos Transportes e do Interior | 1974 | Concentrar recursos em áreas selecionadas, visando ao estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura |
| GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins GEBAM – Grupo Executivo para o Baixo Amazonas SGCSN/PR                   | 1980 | Regularização fundiária em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região                                                 |
| PGC – Programa Grande Carajás Seplan/PR                                                                                            | 1980 | Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região                                            |
| Polonoroeste – Ministérios da Agricultura, Transporte e Interior                                                                   | 1981 | Pavimentar a BR-364 e promover a colonização                                                                                           |
| PCN – Projeto Calha Norte SGCSN/PR                                                                                                 | 1985 | Oficialmente, assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir aos índios                                            |
| Projeto 2010 – Ministério de Minas e Energia, Eletronorte                                                                          | 1987 | Implantar rede elétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região                                                          |
| Programa Nossa Natureza – Ministério do Interior, AS-DEN/PR                                                                        | 1988 | Oficialmente, rever a legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia                                        |

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Becker (1998).

Em síntese, o governo militar montou uma logística de colonização para direcionar os fluxos migratórios e deter o controle das questões fundiárias sem alterar as estruturas agrárias. Definiu as áreas prioritárias e as novas para colonização, regulou órgãos oficiais e particulares (como, por exemplo, o INCRA e as empresas colonizadoras ou cooperativas). O sistema contava ainda com “o financiamento das operações de venda dos lotes pelo crédito rural; a organização de espaços em núcleos

de colonização formados por lotes rurais e urbanos; enfim os mecanismos de seleção e de preferência dos colonos *parceiros*<sup>34</sup> (SANTOS, 1993, p. 48).

#### **4.1 A Amazônia mato-grossense como solução à problemática agrária do Alto Uruguai (RS): o nascimento do projeto Terranova**

O estado de Mato Grosso passou a fazer parte do território amazônico em 1953, mediante a Lei nº 1.806, de 06 de janeiro, no ato de criação da SPVEA, pelo presidente Vargas. Desde então, do ponto de vista geográfico, a Amazônia brasileira é composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e parte do território do Amapá. Pelo ponto de vista político, econômico e social, para fins de planejamento, o dispositivo de lei nomeou a área como Amazônia Legal.<sup>35</sup> Era um território coberto por floresta latifoliada equatorial que ultrapassava a região Norte do país, abrangendo partes da região Centro-Oeste (OLIVEIRA, 1987).

A ocupação do norte de Mato Grosso pelos homens brancos até meados da década de 1960 foi relativamente pequena. Limitou-se a pequenos agrupamentos fora das proximidades dos rios. Foi com a expansão da fronteira agrícola e a abertura das rodovias na Amazônia, principalmente a Cuiabá-Santarém, e os projetos de colonização oficial e privada que a região recebeu grande fluxo de migrantes sulistas e de outras regiões do Brasil. O governo militar compreendia esse território como pouco povoado (apesar das várias aldeias indígenas que habitavam a área), portanto apto à ocupação, dada a disponibilidade de terra. Assim, atendia aos requisitos do Estatuto da Terra para viabilizar a colonização e servir como estratégia para garantir a posse do território e controlar os movimentos populacionais (OLIVEIRA, 1987).

De acordo com Santos (1982), o *boom* da ocupação aconteceu a partir da criação e desenvolvimento do Programa para a Integração Nacional (PIN) com a construção dos eixos rodoviários interligando o Centro-Oeste e o Norte (Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, Transamazônica e Perimetral Norte), o que favoreceu o deslocamento espontâneo de camponeses para as novas áreas

---

<sup>34</sup> Por *parceiro*, entende-se o colono que recebeu uma parcela de terra pelo projeto, ou seja, um lote de terra.

<sup>35</sup> Desde a Constituição Federal de 1988, a Amazônia Legal tem uma superfície de 5.035.747,80 km<sup>2</sup>, correspondendo a 61,2% do território nacional e é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL, 2005).

enquanto, paralelamente, ocorria a migração induzida pelo Estado através de empresas, cooperativas e INCRA.

Essas infraestruturas e tantas outras fizeram parte da materialização dos objetivos econômicos traçados pelos governos militares. Desde que assumiram o poder, implementaram a redefinição e expansão capitalista sob o discurso de segurança e desenvolvimento que visava, principalmente, atrair capital estrangeiro, transformação da terra em capital, geração de mão-de-obra e diversificação da produção para exportação.

Segundo Siqueira (2002), no contexto econômico, social e político a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163 (1971-1976) (Figura 8), foi realizada por meio do convênio PG 15/17, firmado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o Ministério do Exército, tendo o 9º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) como órgão executor. A rodovia teve uma importante função no processo de ocupação do norte de Mato Grosso, possibilitando o transporte da produção e a instalação de núcleos urbanos de suporte nas áreas rurais. Por extensão, contribuiu significativamente para a transformação da paisagem regional, com alto impacto sobre as florestas naturais.



**Figura 8** – Construção da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), Serra do Cachimbo no extremo norte de Mato Grosso.

Fonte: Acervo histórico 9º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército.

Antes de abordar a colonização oficial, que deu origem ao Projeto Terranova, convém lembrar que, por trás da visão epopeica, desbravadora e corajosa da construção dessa rodovia que se faz presente em muitas literaturas ainda hoje, existe um rastro de destruição e sangue. Embora o tom seja um tanto dramático, os fatos

históricos trazidos por Martins (1996; 2009) dão a dimensão concreta da luta pela terra nessa fronteira.

A região escolhida para sediar o Projeto Terranova era território ocupado pelo povo indígena dos Panarás, habitada pelas aldeias da etnia Krenakarore<sup>36</sup>, também conhecidos como “índios gigantes” por sua estatura relativamente maior do que o padrão dos indígenas amazônicos. Eles tiveram o primeiro contato com os brancos em 1972 durante a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém.

Foi em outubro de 1972. A existência dessa tribo havia sido descoberta no dia 6 de fevereiro por um sertanista que sobrevoava a selva, para saber se havia populações indígenas no trajeto por onde passaria a rodovia Cuiabá-Santarém, atraí-las e contactá-las. Nesse dia foi avistada uma de suas aldeias. No dia 14, uma expedição encontrou os primeiros vestígios de sua existência: picadas na mata, restos de fogueiras e ossos de animais. No dia 25 de maio, às 11 h da manhã, os Krenakarore atacaram os brancos pela primeira vez e feriram um trabalhador (MARTINS, 1996, p. 34).



**Figura 9** – Ilustração da localização das aldeias Panará / Krenakarore entre as décadas de 1950 e 1970 no período de construção da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)  
Fonte: Instituto Socioambiental (1995).

Diante do confronto, um grupo de sertanistas, sob a liderança dos irmãos Villas-Boas, chegou às margens do rio Peixoto para estabelecer aproximação, fazer contato e reconhecimento das aldeias. A Figura 9, ilustrativamente explora, sob a ótica visual, a distribuição das aldeias *Panará / Krenakarore* e um membro da aldeia já portando

<sup>36</sup> Território ocupado pelo povo indígena dos Panarás, habitada pelas aldeias indígenas krenakarore. De 1968 a 1975 deu-se o encontro dos brancos com os índios Panarás do Rio Peixoto de Azevedo – MT. Nessa época os Panará eram conhecidos como Krenakarore, “Os Índios Gigantes. Conferir o Documentário *O Brasil grande e os índios gigantes*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S9kWU9ffVgg>>.

os objetos da cultura branca próximo ao monumento da construção da rodovia BR-163. A imagem ajuda a entender a abrangência desse povo. Evidencia, também, que o processo de dominação se iniciou anteriormente ao projeto de colonização, bem-sucedido, do ponto de vista da apropriação do território pelos grandes projetos de desenvolvimento.

No dia 13 de fevereiro de 1973, eram finalmente atraídos para viver no acampamento dos brancos e contados: eram 350 pessoas. Dois anos depois desses episódios e do contato com os brancos, em janeiro de 1975, só restavam vivos 79 deles (40 homens e 39 mulheres), todos com sinais visíveis de tuberculose (MARTINS, 1996, p. 35).

Em virtude da expansão da fronteira amazônica, ocorreram muitos casos semelhantes aos acontecidos com os Krenakarore.<sup>37</sup> Foram muitas expedições de “caça ao índio” para removê-los dos traçados do progresso onde se instalaria posteriormente a civilização. Assim, a floresta intransponível e selvagem foi vencida com o emprego da força e da técnica, deixando marcas da barbárie civilizatória.

Ao longo de todo o traçado da Rodovia, constituíram-se núcleos urbanos, vilarejos, municípios. Muitas dessas formações foram comandadas por colonizadoras privadas e outras criadas a partir das cooperativas e INCRA (SIQUEIRA, 2002). No norte de Mato Grosso, a colonização privada foi realizada por grandes empresas do Sul e Sudeste do país que executaram na década de 1970 alguns projetos, com destaque para a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), o Núcleo de Colonização Celeste no atual município de Sinop, a Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO), Colonizadora em Alta Floresta e Colonizadora Líder (Co+Líder) em Colíder. A colonização oficial igualmente executou projetos, com destaque para Terranova, Peixoto de Azevedo, Ranchão, Braço Sul, Carlinda e Lucas do Rio Verde.

---

<sup>37</sup> Para saber mais detalhadamente sobre os conflitos e confrontos na frente de expansão da fronteira amazônica, recomenda-se os estudos de José de Souza Martins, principalmente as obras *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* e *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*, ambas referenciadas na bibliografia desta tese. Conferir, também, o documentário: *O Brasil Grande e os Índios Gigantes*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S9kWU9ffVgg>>.

Em síntese, o Estatuto da Terra foi o principal instrumento jurídico da política agrícola que definiu os parâmetros da colonização, chamando-a de reforma agrária. Definiu que:

Na colonização oficial, o Poder Público tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-se em núcleos agrícolas ou agroindustriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção e hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos (SANTOS, 1993, p. 45). A colonização particular tem por finalidade complementar e ampliar a ação do Poder Público na política de facilitar o acesso à propriedade rural através de empresas organizadas para a sua execução (art. 81) (SANTOS, 1993, p. 47-48).

Ainda no entorno das definições dos marcos legais do PIN, dos objetivos do INCRA e da definição da política de colonização dirigida, a colonização espontânea não atingiu os resultados esperados com toda a infraestrutura construída. Assim sendo, a estratégia do governo foi estimular e garantir os propósitos da colonização oficial e privada, cujos principais objetivos eram seleção, registro e transporte de agricultores; formação dos núcleos de colonização a serem instalados nas áreas identificadas como vazios demográficos; expandir a fronteira agrícola e a produtividade do país e proporcionar o progresso econômico e social dos agricultores (SANTOS, 1993).

Na colonização dirigida, o INCRA assumiu as diretrizes, começando pela identificação dos espaços e das áreas que seriam ocupadas, demarcação dos lotes, infraestrutura de acesso (como estradas), venda e transferências de títulos de propriedades e até mesmo customização social dos camponeses. Para tanto, foram desenvolvidos vários projetos nos estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Pará. As principais experiências do INCRA foram com os Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Dirigido (PD), Projetos de Assentamento Rápidos (PAR), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC), Projetos Especiais de Colonização (PEC) e Projetos Especiais de Assentamentos (PEA); iniciativas que serviram para assentar famílias oriundas da região Sul, principalmente.

A partir de 1976, a tensão social e os conflitos pela posse de terra aumentaram no Rio Grande do Sul. Consequentemente, muitas famílias invadiram as reservas

indígenas, pois já não tinham para onde ir. Em maio de 1978, os indígenas começaram a expulsar os camponeses das reservas Kaingangs e Guaranís de Guarita, Tenente Portela, Nonoai, Miraguaí e Planalto. “Mais de 2.500 famílias estavam sendo jogadas à beira da estrada, aguardando providências do governo. A expulsão começou pela reserva de Nonoai” (SCHWANTES, 1989, p. 151). A providência do governo do estado foi transferir as famílias para o Parque de Exposição de Agropecuária em Esteio, próximo a Porto Alegre (RS), sob o controle da polícia. Outras ficaram dispersas em abrigos improvisados ou na casa de parentes na Região do Alto Uruguai.

Foi nessas circunstâncias que o governo federal (por meio do INCRA e do Ministério do Interior) propôs à Cooperativa 31 de Março<sup>38</sup> (Coopercol), presidida pelo pastor Luterano Norberto Schwantes, viabilizar um projeto de remoção e assentamento dessas famílias na Amazônia. Cabe lembrar que Norberto Schwantes mantinha boas relações com o governo militar, atuando no assentamento de famílias nas regiões de fronteiras na época. Portanto, através da Cooperativa detinha estrutura e experiência com projetos colonização nos estados do Pará, Amazonas e em Mato Grosso na região do Médio Araguaia<sup>39</sup>, em Barra do Garça, Nova Xavantina, Canarana e Água Boa.

O próprio INCRA já havia criado e implantado outros projetos de colonização oficiais como os Projetos de Assentamentos Conjuntos (PACs), por exemplo. Devido às particularidades envolvendo os camponeses expulsos das reservas indígenas, a metodologia para o projeto Terranova foi alterada em relação aos outros que o INCRA e a cooperativa haviam desenvolvido. “Nessa nova metodologia as tarefas e os custos da colonização seriam divididos entre a iniciativa privada e a iniciativa oficial, ou seja, o poder público federal. Surgiram, assim, os Projetos de Assentamentos Conjuntos – PAC” (CASTRO et al., 2002, p. 44). Foi a primeira experiência de colonização oficial em Mato Grosso sob a coordenação do INCRA com a colaboração de uma

---

<sup>38</sup> O nome “31 de Março” foi uma exigência do Comando do Exército de Passo Fundo (RS) que acompanhava toda a movimentação dos camponeses. “Nos tempos bicudos da ditadura Médici, considerações políticas nos levaram a marcar a fundação da cooperativa para 31 de março, aniversário da revolução” (SCHWANTES, 1988, p. 74).

<sup>39</sup> Norberto Schwantes desmembrou a Coopercol e fundou a Colonização e Consultoria Agrária (Conagro) para tratar dos projetos de colonização e a Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana (Coopercana) para tratar das questões do desenvolvimento dos projetos de colonização junto aos camponeses assentados. Isso aconteceu entre os anos de 1971 e 1977. Para saber mais sobre a formação da Coopercana, conferir a obra de Iselda C. Ribeiro, *A reprodução ampliada no processo de colonização – Projeto Canarana – pioneiros gaúchos no norte mato-grossense* (Unicamp: Campinas, 1986).

cooperativa que se formou no estado, originada em Tenente Protela (RS). A colonização oficial dirigida no Mato Grosso teve objetivos específicos, conforme citam Castro et al. (2002, p. 67):

- a) Proporcionar ao Colono acesso a propriedade de um lote Rural através do crédito fundiário integrando um projeto de colonização que assegurasse as condições mínimas de infraestrutura física social e econômica necessária para a exploração agrícola e para garantia de condições de subsistência da família bem como sua promoção social e econômica;
- b) Aliviar as tensões sociais e política nos estados sulinos;
- c) Agilizar desocupação de reservas indígenas no sul do país e em Mato Grosso;
- d) Promover e agilizar o processo de povoamento dos grandes vazios demográficos da Amazônia mato-grossense com a ocupação do território através de programas de colonização ordenando o fluxo migratório;
- e) Promover e acelerar o desenvolvimento social e econômico da Amazônia;

É importante observar que os propósitos de ocupação da Amazônia, preconizados pelo PIN, foram mantidos e o lugar de destino seria onde houvesse terras devolutas ou livres. A partir dessas metas, seis PACs foram implantados nessa modalidade: Terra Nova (1978), Peixoto de Azevedo (1980), Ranchão (1980), Braço Sul (1980), Carlinda e Lucas do Rio Verde (198) (Figura 10).

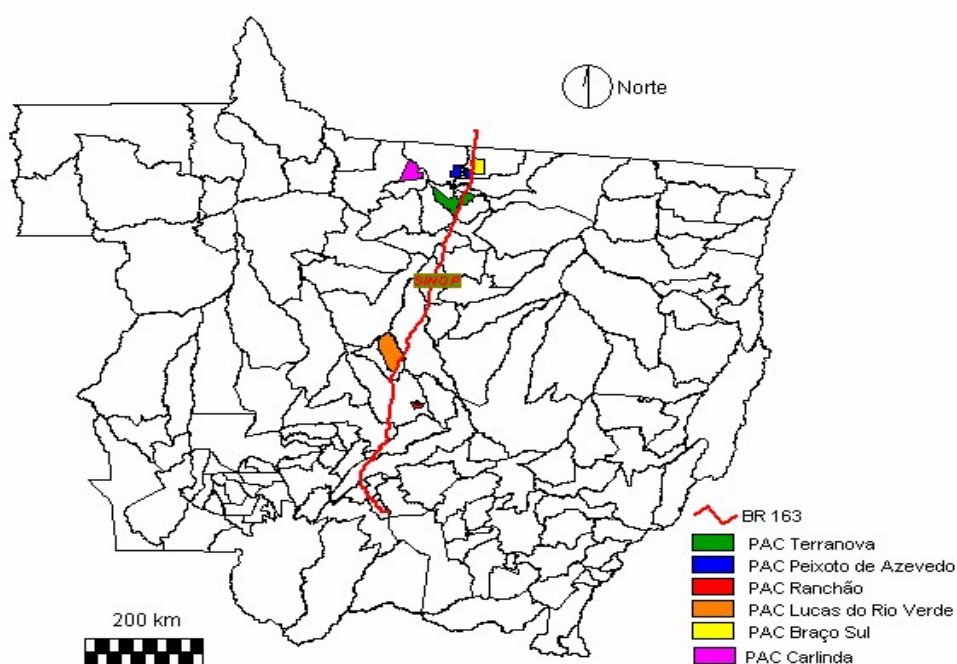


**Figura 10** – Ilustração da localização dos Projetos de Colonização Oficial (PACs) em Mato Grosso  
 Fonte: Relatório impacto do projeto de asfaltamento da BR-163 (2005).

Conforme o planejamento do INCRA em 1978, os projetos citados e relacionados no Quadro 5 tinham a capacidade de assentar todas as famílias sem-terra do Rio Grande do Sul e de outras regiões do Nordeste e Sudeste. O deslocamento dessas pessoas significaria a solução para as tensões sociais.

**Quadro 5** – Relação dos PACs com suas respectivas localizações, áreas e quantidades de famílias atendidas

| <b>Projeto</b>     | <b>Localização</b>  | <b>Área/ha</b> | <b>Lotes rurais</b> | <b>Nº famílias</b> | <b>Início</b> |
|--------------------|---------------------|----------------|---------------------|--------------------|---------------|
| Terranova          | Terra Nova do Norte | 450.000        | 1.423               | 1.423              | 1978          |
| Peixoto de Azevedo | Guarantã do Norte   | 133.000        | 1.840               | 1.840              | 1980          |
| Ranchão            | Nobres              | 23.931         | 120                 | 120                | 1980          |
| Lucas do Rio Verde | Diamantino          | 220.000        | 200                 | 200                | 1981          |
| Braço Sul          | Guarantã do Norte   | 115.050        | 1.130               | 1.130              | 1981          |
| Carlinda           | Alta Floresta       | 96.000         | 400                 | 400                | 1981          |

Fonte: Castro et al. (2002).

O modelo agrícola que a Coopercana desenvolvia em Mato Grosso estava dentro dos padrões preconizados pela Revolução Verde e vinha sendo adotado no Rio Grande do Sul há alguns anos. Portanto, participavam desses projetos os produtores que já detinham certo conhecimento, diferentemente dos camponeses que estavam acampados, por isso foi avaliado como inviável, pois se praticava outra metodologia de colonização para camponeses capitalizados.

Ministro – ponderei – estas famílias são oriundas da terra da mata, elas não conhecem o manejo da máquina agrícola. Os custos de um projeto mecanizado para 2.555 famílias também são altos, ademais não temos disponível uma área de cerrado desse tamanho – disse. Depois sugeri que fossem assentados em áreas de mata, com a vantagem de a área poder ser bem maior do que a área mecanizada em região de cerrado. O ministro logo concordou e disse que tinha ponderado isso com o presidente Geisel. Nesse sentido, o Presidente lhe dissera que, se fosse necessário, poderia dispor de uma área do Exército localizada na região do Rio Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, quase na divisa com o Pará. Esta gleba já estava cortada pela BR-163, a Cuiabá-Santarém, e pela rodovia J-1, de acesso a Alta Floresta (SCHWANTES, 1989, p. 151).

Era uma área conhecida pela equipe da Conagro e da Coopercana, pois sobrevoavam as florestas para localizar áreas potenciais para colonizar. Assim, a

partir do mapa, foi definido onde seria instalado o Projeto Terranova: ao longo da BR-163 e entroncamentos com a J-1 (atual MT- 208) (Figura 11). Em seguida, Schwantes esteve no local, percorrendo os trechos do entroncamento pela BR-163 até o Rio Peixoto e do entroncamento pela J-1 até o Rio Braço Dois. Havia em torno de 120 km de estrada pronta que adiantariam os trabalhos da cooperativa.



**Figura 11** – Técnico da cooperativa da Coopercana elaborando um esboço do Projeto Terranova durante o sobrevoo de vistoria da área do assentamento a ser apresentado ao Ministro Rangel Reis.  
Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

Considerando o isolamento da área, a falta de infraestrutura regional e a situação de degradação social, para a elaboração do plano, Schwantes (1989) considerou as experiências e modelos que havia presenciado na sua estada na Alemanha e elaborou o projeto que foi levado ao conhecimento do Ministro Rangel Reis e aprovado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici:

Para não dispersar às famílias pela mata e eventualmente termos problema com surtos de malária, e para ter condições de oferecer escola as crianças achei que deveríamos localizar os colonos em agrovila. De 100 a 150 famílias em cada agrovila, calculei. Uma grande agrovila A cada 10 quilômetros, assim o lote mais distante ficaria a 5 quilômetros da agrovila, com acesso pela J1 ou pela BR. Contrataríamos tratores, abriríamos agrovilas perpendiculares às estradas, cada agricultor receberia dois hectares de terra na agrovila para que pudesse fazer sua horta caseira e manter ali uma vaca de leite. Construiríamos pequenas casas de madeiras de 40 metros quadrados. Contrataríamos todas as serrarias da região para nos fornecerem madeira. Enfim, pelos meus cálculos em duas semanas estaremos aptos a receber as primeiras 100 famílias. E a partir de então, teríamos condições de construir ir uma agrovila a cada 15 dias, ou seja, receber 100 famílias a cada

15 dias. Mais tarde estes cálculos feitos às pressas se mostrariam quase exatos (SCHWANTES, 1989, p. 152-153).

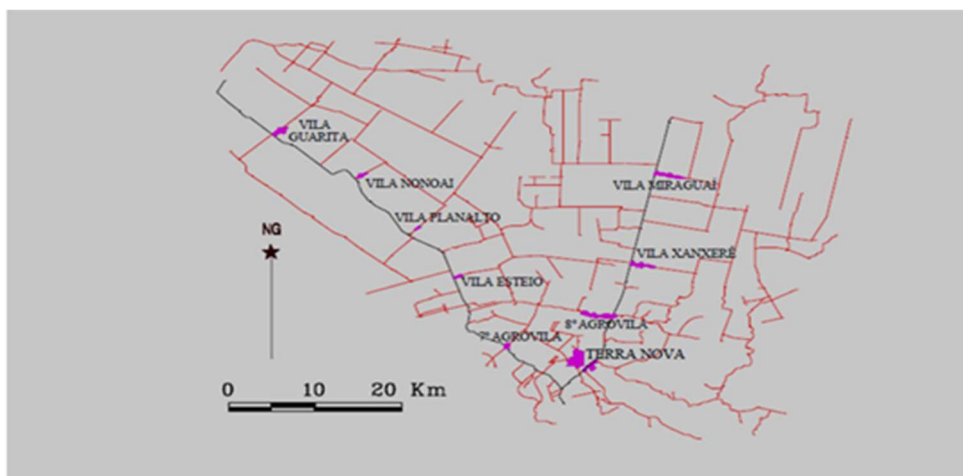


**Figura 12** – Ilustração da distribuição das agrovilas no Projeto Terra Nova  
Fonte: Biblioteca Pública de Terra Nova do Norte, MT.

O acordo entre a Coopercana, INCRA e o governo federal previa assistências aos assentados por, no mínimo, dois anos. A partir daí, toda produção passaria para a organização da Coopercana, que encamparia um regime de cooperativados para subsidiar infraestrutura e produção; porém, após dois anos, o governo federal abandonou o projeto deixando de cumprir com a parte.

Castro et al. (2002) analisam que, ao decidir pela transferência dos camponeses para o norte de Mato Grosso, o governo federal encontrou uma alternativa para não realizar a reforma agrária, economizar com a desapropriação de assentamentos dos empobrecidos, preservar as estruturas fundiárias no Rio Grande do sul e implantar uma nova forma de colonização: “o Incra criou então uma nova metodologia onde as tarefas e os custos da colonização seriam divididos entre a iniciativa privada e a iniciativa oficial, ou seja, o poder público federal. Surgiram, assim, os Projetos de Assentamento Conjunto” (2002, p. 46).

Ao se firmar esse acordo de transferência, iniciou o ciclo de expropriação direta da terra dos camponeses, os quais, conseqüentemente, foram submetidos a condições de precarização das condições de trabalho e vida. Ocorreu o desenraizamento do seu modo de viver, ser e estar culturalmente naquele lugar. Outro fato a observar é a urgência para “limpar” o local onde aconteceria uma espécie de culminância do processo de modernização que encaminhou as famílias ao espaço do Parque de Esteio. É como se fosse a última vez que os camponeses “atrapalhariam”

o progresso e o desenvolvimento, pois seriam levados para longe de suas raízes, para um bioma completamente diferente do que conheciam. Ficou nítido o papel do Estado em uma contrarreforma agrária em favor do desenvolvimento extensivo do capitalismo no Sul e na fronteira amazônica (IANNI, 1979).

A execução do projeto Terranova encontrou resistência dentro da própria Coopercana pelas questões políticas que envolviam o INCRA e pelo perfil socioeconômico dos camponeses. Outro entrave eram os movimentos sociais e políticos do Rio Grande do Sul, que viam no projeto uma forma de esvaziamento da luta pela reforma agrária. Quanto a isso, o governo acusava que os políticos de esquerda defendiam a permanência desses camponeses porque tinham interesses nos votos e na exploração política da situação. Entre os camponeses circulavam notícias sobre as péssimas condições de vida de quem havia participado dos outros projetos de assentamentos elaborados pelo INCRA e pelas cooperativas. Muitas famílias já haviam retornado desses assentamentos, de modo que entre os que estavam acampados no Parque a ideia de migrar para a Amazônia não era bem-vista.

Foi necessária a intervenção de várias organizações civis, políticos, empresários e lideranças da cooperativa e da Assembleia Legislativa junto aos camponeses, empregando diferentes meios de propaganda com rádio, jornais e reuniões com projetores de slides, mostrando as fotos das regiões já assentadas para convencê-los a aderir ao projeto. Para que não parecesse falta de interesse do Estado, foram oferecidas algumas possibilidades às famílias: permanecer no Rio Grande do Sul como assalariados nas cidades, inscrever-se para ganhar terra em um assentamento do governo do estado, permanecer no Sul como sem-terra em acampamentos ou aderir ao projeto de colonização no norte de Mato Grosso. Sem alternativas, a grande maioria foi convencida pela persuasão propagandista do Estado a se inscreverem nos projetos colonização na Amazônia (SANTOS, 1993).

Em referência ao fato, Schaefer (1985) lembra que o planejamento e a execução desse plano de colonização não respeitaram às leis e exigências que orientavam os outros projetos. Tanto que foi tratado como plano emergencial e urgente em vista de solução para as famílias desalojadas, caracterizando um fato de comoção social. Ao ato de aprovação do Presidente Ernesto Beckmann Geisel,

ocorreu a transferência da área e recursos para a Coopercana, que aumentou significativamente seu patrimônio.

A articulação entre governo, cooperativas e empresas de colonização significou a continuação do modelo agrícola conservador, que, de certa forma, estava sendo ameaçado e contestado pelos movimentos sociais. Embora o sistema repressor tentasse ocultar, as consequências da modernização eram visíveis e eram justificadas como sendo o preço do progresso. Nesse sentido, Castro et al. (2002, p. 46) analisam que

O poder público, ao aliar-se com as cooperativas, fez delas um instrumento para a reforma na estrutura agrária, subordinando-as e tornando-as veículo de suas políticas. Desta aliança o poder público emergiu ainda mais fortalecido ao fazer com que a cooperativa se tornasse coparticipante de um governo que não mais conseguia legitimar-se.

Nos contratos celebrados entre Coopercana, INCRA, governo federal e Banco do Brasil, ficaram definidos os papéis e funções de cada uma dessas agências reguladoras. A cooperativa conduziria todo o processo de abertura e construção da infraestrutura nas agrovilas para receber as famílias, recrutamento e filiação à cooperativa, traslado, assentamento e assistência completa das necessidades por dois anos até começarem a produção familiar agrícola.

#### **4.2 Recomeçar na mata: a realidade no papel e da floresta**

A vida dessas famílias no Projeto Terranova foi planejada sem o devido conhecimento da realidade local. Daí a alusão à realidade dos papéis, tanto onde se registraram os mapas, projetos e contratos dentro dos escritórios, quanto os papéis sociais, suas implicações e desdobramentos sobre os problemas e dilemas vividos pelas famílias sem-terra. Para tanto é necessário esclarecer qual foi a estratégia utilizada, o desdobramento do projeto e o deslocamento e assentamento no local definitivo. Essa digressão é imprescindível para iluminar as próximas seções desta tese, tendo em vista que as falas dos entrevistados se remetem àquele contexto conturbado, tratado muitas vezes de forma superficial, incriminando os migrantes por todos os danos ocorridos nas regiões às quais se dirigiram. Ademais, não se pode perder de vista que o planejamento ocorreu de forma arbitrária, concernente ao momento político vigente naquela ocasião.

Seguindo a descrição de Schwantes (1989), o acordo entre a cooperativa e o governo federal estabeleceu a transferência das terras públicas à cooperativa. Assim, os camponeses se associariam à cooperativa para que pudesse vender os lotes a eles pelo valor de aquisição. Como se tratava de pessoas descapitalizadas, o acordo previu financiamento por intermédio do Banco do Brasil para custear as despesas da produção agrícola nos primeiros anos de assentamento. Seguindo o planejamento técnico (no papel), os camponeses deveriam adquirir sementes, venenos, adubos e implementos e, conforme fossem vendendo a produção, quitariam em parcelas os lotes adquiridos junto à cooperativa. Visavam a uma produção agrícola para o mercado conforme os pressupostos da modernização agrícola do Rio Grande do Sul.

Nas diretrizes finais do Projeto Terranova, foram redefinidas as responsabilidades da cooperativa, dentre as quais: mobilizar as transferências dos camponeses para o local do projeto; assumir a infraestrutura física do projeto; desmatar dez alqueires para cada lote; construir moradia para as famílias; dar assistência técnica para produção agrícola; comercializar a produção; dar assistência social em cada núcleo secundário nas agrovilas, isto é, saúde, educação e lazer nas agrovilas; formar um núcleo urbano centralizado entre a BR-163 e a J-1, com hospital e armazém de grãos e abastecimentos. Muitas dessas e outras diretrizes foram ajustadas posteriormente à proposta inicial, pois os camponeses rejeitaram-na porque já tinham informação das dificuldades da região quanto à assistência social.

O Terranova foi implantado nas terras que eram território dos krenakarores, área que foi tomada para construção da Rodovia Cuiabá-Santarém e as aldeias removidas para o Parque Nacional do Xingu. Pouco a pouco, a floresta foi reocupada pela colonização contemporânea. O local faz parte da bacia amazônica no norte do estado de Mato Grosso, banhado pelos rios Teles Pires e Peixoto de Azevedo e pertencia ao município de Chapada dos Guimarães. A vegetação do território era de floresta tropical, densa, alta com diversidade em espécies vegetais e animais. A terra era seca e dura, plana, com poucas ondulações e algumas ocorrências rochosas. Norberto Schwantes (1989) muito mencionou suas riquezas naturais, principalmente hídrica e florestal. O clima era chuvoso e diferente do conhecido pelos camponeses no Sul. Apresentava um período chuvoso que durava, aproximadamente, 7 ou 8 meses (de setembro a abril). E a estação de estiagem (ou seca) em torno de 3 a 4 meses (de abril a agosto) geralmente. O clima era quente e úmido, com média anual

entorno de 24°C. O solo era variado e heterogêneo – ou manchado, como passou a ser chamado pelos camponeses. Era arenoso, pouco espesso e fraco, mas naturalmente fértil pela produção orgânica da floresta (SCHWANTES, 1989; SANTOS, 1993).

Em síntese, planejou-se a engenharia do projeto em duas etapas, que se convencionou de Projeto Terranova I e II. O projeto I foi composto por camponeses expulsos das áreas indígenas no Rio Grande do Sul (foco desta análise). O projeto II, além dos camponeses oriundos das reservas indígenas, contou também com famílias vindas de regiões de conflitos do Paraná, do Nordeste, de Barra do Garça e Cáceres no Mato Grosso. Ficou assim distribuída (CASTRO et al., 2002):

**(a) Distribuição da área do projeto:**

**Quadro 6 – Distribuição das famílias nas etapas do Projeto Terranova**

| Projetos       | Agrovilas |   | Área (ha) |         | Nº de lotes |     | Nº famílias |     | Tam. (ha) |
|----------------|-----------|---|-----------|---------|-------------|-----|-------------|-----|-----------|
|                | 1         | 2 | 1         | 2       | 1           | 2   | 1           | 2   |           |
| Terranova I    | 9         | 6 | 210.097   | 136.710 | 1.002       | 637 | 637         | 637 | 200       |
| Terranova II   | 3         | 3 | 69.722    | 45.788  | 697         | 434 | 434         | 380 | 100       |
| Projeto Urbano | -         | - | 21.014    | 3.574   | -           | -   | -           | -   | -         |

Legenda: 1 = previsão; 2 = efetivação.

Fonte: Castro et al. (2002, p. 71).

Schwantes (1989) explica que o projeto passou por muitos problemas de execução. Muitos deles causados pelo INCRA, que não cumpria as cláusulas contratuais, mas, também, o bioma desconhecido impôs uma série de dificuldades às instalações das famílias nas agrovilas e que o projeto no papel jamais previu, agregando custos financeiros adicionais à Coopercana. Schwantes (1989) relata que, na condição de presidente da cooperativa, defendeu que a empresa assumisse os custos do Projeto Terranova e cumprisse o acordo feito com os camponeses enquanto estavam acampados no Parque de Exposição de Esteio (RS) – de transferência e instalação das famílias nas agrovilas do Projeto. Entendia que a expulsão das famílias das reservas pelos índios, em partes, era consequência de seu trabalho enquanto pastor luterano junto aos índios, onde desenvolveu um trabalho de organização comunitária indígena e ajudou a fundar a Escola Indígena Clara Camarão junto aos Kaingangs na reserva de Guarita.

**(b) Infraestrutura econômica e social:**

- Saúde: hospital para 30 leitos;
- Educação: 15 prédios escolares e 15 prédios para residência dos professores;
- Lazer: centros comunitários para atividades recreativas, esportivas (como campo de futebol) e reuniões em cada agrovila;
- Assistência técnica: a Coopercana prestaria os serviços básicos aos camponeses parceiros do projeto – distribuição de insumos agrícolas, assistência técnica para produção, comercialização e exploração da madeira;
- Crédito: o Banco do Brasil, em parceria com a cooperativa, forneceria os créditos necessários estipulados conjuntamente ao parceiro;
- Armazenagem: construção de dois armazéns.

**(c) Programação agrícola:**

- Áreas de culturas temporárias: arroz, milho, feijão e mandioca (20 ha por lote para garantir a subsistência familiar);
- Áreas de culturas permanentes: cacau, guaraná e café (20 ha por lote para assegurar as condições ideais de progresso social e econômico dos camponeses);
- Exploração da madeira: a comercialização da madeira através da cooperativa para garantir o sustento da família no primeiro ano;
- Lotes/parcelas de terra: chácaras de 2 ha na agrovila reservadas para habitações das famílias, cultivo de horta caseira, plantas frutíferas e criação de animais domésticos para a subsistência. Os lotes rurais no Projeto I foram de 200 ha, com 100 ha de reserva de condomínio florestal e 100 ha. disponíveis para a produção agrícola. No Projeto II, os lotes foram de 100 ha, sendo 50 ha para a produção e 50 ha de reserva florestal de condomínio.

A dinâmica de ocupação organizada pela cooperativa partiu da rede viária das estradas BR-163 e J-1, seguindo o padrão ortogonal conhecido popularmente como “espinha de peixe”. Os lotes eram geometricamente comuns, tendo a largura de 200 metros e comprimento de cinco quilômetros.

Seguindo o Código Florestal, Lei nº 4.771/65, para a Amazônia Legal, o projeto criou uma área equivalente, formando um condomínio de reserva florestal localizada próximo à área de ocupação. No Projeto Terranova I, a reserva de condomínio de

cada colono seria de 100 há; no Projeto Terranova II, seria de 50 ha. Às agrovilas, foi previsto um canteiro central para a construção da infraestrutura de lazer e outra área no início do perímetro, destinada a escolas, igrejas e armazéns, conforme a decisão dos moradores da agrovila.

Detalhando ainda o planejamento de ocupação, houve um delineamento padronizado para a supressão da floresta para atender a abertura dos 10 ha de cada lote. Partiu-se da estrada principal, adentrando em cada lote ou ainda seguindo paralelamente a estrada principal (BR-163 ou J-1). A retirada da floresta foi realizada com emprego de tratores de esteira, usando lâmina e correntões, não sendo levado em conta a preservação de nascentes e córregos. Segundo Schwantes (1989), o descaso com os recursos hídricos ocorreu devido à urgência em receber as famílias e demonstrar que as promessas feitas no Parque de Esteio estavam sendo cumpridas. A pressa deveu-se às desconfianças em relação às expectativas dadas propostas governamentais diante do que já tinha ocorrido em outros projetos de colonização e do grande número de famílias que retornavam aos locais de origem e relatavam a negligência e o desencanto quanto aos assentamentos.

Dentro de um curto espaço de tempo, centenas de família foram alojadas no Projeto Terranova para recomeçarem a vida na mata como seus antepassados fizeram nas florestas do Alto Uruguai; porém, em um outro bioma, completamente diferente e desconhecido. Migrar não foi uma escolha, mas uma falta de opção, condicionada e construída socialmente pelo modelo de ocupação agrícola-urbano-industrial que o regime militar promoveu. O Estado foi o motor principal, empregando a força, a violência e um aparato ideológico por meio das agências reguladoras do Estado, das cooperativas e das lideranças sociais.

Empiricamente, sob o manto do mito de territórios vazios, a ocupação aconteceu como um embate planejado entre civilização e floresta nos moldes extensivos do modelo já implantado no Rio Grande do Sul, conhecido como *modernização agrícola*, visando ao desenvolvimento de uma sociedade agrícola-urbana-industrial. Por essa ótica, a natureza é um obstáculo para a civilização, cabendo à racionalidade ocidental o emprego dos meios necessários para dominá-la, usufruindo das benesses e acumulando bens. Tudo o que há nela, fauna, flora e humanos que residem nesse meio passam pelo crivo da dominação como etapa

necessária ao progresso. A apropriação da natureza se deu com forte amparo político-ideológico, jurídico e religioso; afinal, a terra “prometida” deveria reproduzir os mesmos traços culturais e econômicos previamente estabelecidos para o novo território em formação.

A concepção de vazios demográficos é a negação de determinados segmentos sociais, como dos indígenas e posseiros, considerando como humanos os camponeses que se encontravam em situação de controle pelo Estado. O desprezo pela natureza e biodiversidade abriu espaço para a presença humana controlada, um típico movimento de ampliação do capital que se valeu dos meios agrícolas para tocar um projeto contrário aos propósitos das classes marginalizadas.

Assim, a ocupação reproduziu o *ethos* sulista do desmatamento civilizador no contexto ecológico da Amazônia mato-grossense. O traçado da Rodovia Cuiabá-Santarém marcou, nessa região, uma nova fase de cultura civilizada. O que era agreste, ou seja, o inculto (o índio, as árvores centenárias, espécies de animais e vegetais) foi retirado do caminho: tombados, queimados, afastados ou confinados em regiões distantes de seus territórios. A floresta passou a ser planejada para ser removida e queimada. Todo ano era combatida, mesmo que insistisse em “revegetar” vinha foice, trator, herbicidas e fogo, impedindo o crescimento da vegetação até a terra ficar completamente “limpa”, contendo uma única espécie agrícola ou capim para o gado.

Esse processo de ocupação impôs modos de relações, interações e formas de apropriação da natureza e seus recursos que produziram alterações decisivas no meio ambiente local. Havia o fascínio por tudo o que a floresta poderia oferecer, mas, ao mesmo tempo, o medo, porque abrigava os vetores de doenças como a malária e animais perigosos. Com o tempo e a intensidade das relações socioambientais, o solo empobreceu, assim como sobreveio a escassez da água e a perda da mata virgem, sendo visível o desaparecimento de espécies animais e vegetais. Eis, então, a face da crise socioambiental produzida no contexto da agricultura familiar e da Amazônia em transformação. Enfim, a ocupação, reproduzindo a colonização, promoveu mudanças profundas no ambiente, causando sérios impactos ecológicos a partir de práticas de sobrevivência inadequadas de agricultura e usufruto dos recursos florestais, queimadas, caça e pesca indiscriminadas.

A História Ambiental constitui-se uma possibilidade de repensar o modelo de desenvolvimento e as formas como são retratados os fatos históricos. O Projeto Terranova reproduziu a marcha migratória sobre a floresta e toda a biodiversidade: quando a sociedade chega, a biodiversidade se esvai aos poucos. As consequências desses padrões civilizadores ainda não foram totalmente analisadas e avaliadas, pois ainda há um longo percurso e obstáculos para se colocar a natureza dentro da sociedade e/ou a sociedade dentro da natureza. O aprendizado é que não podemos mais ignorar as consequências ecológicas do processo de ocupação (WORSTER, 1991).

Neste capítulo, a partir da História Ambiental, mostrou-se como a dimensão ambiental apareceu e transpareceu nos processos de colonização da região do Alto Uruguai no norte mato-grossense, particularmente no Projeto Terranova. O Alto Uruguai era o local de origem dos camponeses desse projeto, sendo que tanto a área do Projeto Terranova como a da região do Alto Uruguai eram habitadas por comunidades indígenas e ricas em biodiversidade. Sob os domínios da (suposta) racionalidade, passaram a ser concebidos e projetados como espaços vazios, improdutivos e selvagens, tido como propícios à dominação e à domesticação do homem, detentor do conhecimento ocidental capaz de ocupar e ali implantar as práticas de uma economia nacional com suas ramificações internacionais. Atuaram nesse processo os agentes projetores e executores locais e globais de diferentes formas, destacando-se a própria historiografia oficial e regional, as companhias colonizadoras, os governantes (suas falas e registros escritos), discursos e narrativas da colonização civilizadora, ideologias do pioneirismo desbravador, as ciências e seus agentes, bem como outros intermediários locais que operaram nessa travessia.

Para as famílias camponesas, direcionadas para o Projeto Terranova, a colonização acarretou, não somente o deslocamento e assentamento desses trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas os colocou a produzir para o mercado conforme seu interesse. Acarretou também, tensão econômica, social, política e ideológica ao serem forçados a abandonarem a lógica camponesa e aderirem à capitalista de produzir a agricultura, um processo forçado que tem suas raízes ainda no período colonial. A mudança não se limita aos modos de fazer a agricultura, tem implicações profundas nas concepções e práticas de vida familiar, nas práticas

produtivas, na organização social e cultural e, principalmente, na relação com a natureza, marcadas por distanciamento, mercantilização e antagonismos.

## **5 O LÓCUS DA CHEGADA E A NOVA REALIDADE AMBIENTAL: ADAPTAÇÃO CULTURAL E ECOSSISTÊMICA**

O foco deste capítulo é apresentar pontos relevantes sobre a trajetória de migração e o processo de adaptação e fixação no assentamento, com ênfase nos conhecimentos socioambientais que compuseram o cotidiano das famílias na produção da vida coletiva no novo espaço. Como pano de fundo, procuramos explicitar como os interesses políticos e econômicos (construídos pelo Estado e pelo capital) interferiram sobremaneira na história de vida (e de mortes) das famílias na tentativa de se adaptarem com o novo ambiente natural.

Em grande parte, foi o momento que os sonhos dos camponeses e realidade local foram entrelaçados sob os ditames de forças políticas e econômicas, determinando, desse modo, a vida das famílias e a transformação das paisagens e a construção de um novo território, complexo, denso, tenso e eivado de problemáticas socioambientais. Assim sendo, buscou-se desvelar, sob outro ponto de vista, o processo de fixação e adaptação no novo local, a luta pela sobrevivência em um espaço estranho. Partindo de experiências anteriores, de seus lugares de origem, os migrantes precisaram reinventar processos e cotidianos, tentando adaptar conhecimentos socioambientais e culturais ao Projeto Terranova.

Retomando a questão dos motivos da migração do grupo de camponeses para o Projeto Terranova, Schwantes (1989) destaca que vivenciou a trajetória de muitas famílias em busca de terra. Devido a questões geopolíticas e econômicas da época, não havia disponibilidade de terras a essas famílias descapitalizadas na região do Alto Uruguai porque fortes estruturas fundiárias e agrícolas, que monopolizavam as tentativas de reforma agrária, já estavam consolidadas. Diante do contexto, a miséria e a necessidade de terra para viver no campo foram os motivos que levaram à aceitação da proposta de migrar para Terranova.

Para Schwantes (1989), que também foi um dos mentores do Projeto Terranova (juntamente com os técnicos do INCRA e do Ministério do Interior), o projeto deveria mudar as concepções de colonização na Amazônia, porque se tratava de uma ideação privada com preocupação social e atuação direta do Estado em todo o processo. A cooperativa adquiriu a área do Estado a um custo inferior ao praticado no mercado,

assim, passaria os lotes aos colonos a preço de custo, que seriam pagos em longo prazo com os lucros da própria produção. A cooperativa se encarregou de todo o processo de execução e desenvolvimento do projeto.

Seria um projeto privado com preocupação eminentemente social, pois uma cooperativa repassaria os lotes aos colonos a preços de custo, com pagamento a perder de vista. Com isso deveria deixar bem claro o processo de especulação com terras públicas, montado por latifundiários e outros colonizadores. Deveria apontar um novo rumo, o modelo cooperativista, para uma ocupação ordenada e justa na Amazônia (SCHWANTES, 1989, p. 10).

A narrativa de Schwantes vem ao encontro dos discursos oficiais utilizados para convencer as famílias a aderirem ao Projeto. Importante mencionar que, apesar disso, não se sabia que o Projeto Terranova tinha sido pensado como uma alternativa de amenizar os conflitos e tensões sociais pela terra que havia nos locais de origem, no caso, na região do Alto Uruguai, RS. Compunham o caso, subterfúgios desconhecidos para compor a geopolítica militar da integração nacional, através da expansão da fronteira<sup>40</sup> agrícola, ocupação do território amazônico, viabilização de exploração, produção, circulação e escoamento de produtos e materiais e matérias-primas para os mercados nacionais e internacionais (IANNI, 1979).

### 5.1 “Não tinha nada, era só mato mesmo”<sup>41</sup>

O projeto Terranova foi criado dentro do território do povo indígena Panará, que era habitado pelos krenakarore. A presença indígena no local foi constatada no início das atividades de demarcação e construção da Base Aérea do Cachimbo, na década de 1950. Oficialmente, as primeiras tentativas de contato ocorreram em 1968, quando os sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Boas sobrevoaram as aldeias Panará / krenakarore. A missão era estabelecer contatos e aproximações antes da construção da rodovia BR-163, que, posteriormente, abriu as matas na região do Rio Peixoto de Azevedo (MARTINS, 1996).

<sup>40</sup> A *fronteira agrícola* aqui é entendida na perspectiva de Neiva (1949), que diferencia fronteiras demográfica e econômicas. É representada mais como fronteira econômica devido à expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural envolvendo a apropriação e uso de terras públicas ou devolutas. Estado e capital encamparam grandes empreendimentos e grandes produtores capitalistas. A *fronteira demográfica* é representada pelo movimento espontâneo de ocupação de áreas primitivas para uso de moradia de comunidades indígenas, tradicionais e pequenos agricultores (NEIVA, 1942).

<sup>41</sup> Memórias do Sr. J. L. Z., membro da comissão que sobrevoou a área do Projeto Terranova em maio de 1978.

As transformações espaciais na área territorial do Projeto Terranova tiveram início com as construções das rodovias BR-163 e a MT-J1, finalizadas em meados da década de 1970. A aceleração das transformações espaciais regionais e locais aconteceram com a implantação de projetos de colonização oficial e privada, em que famílias camponesas, em sua maioria sulistas e nordestinas, reocuparam uma porção territorial do entorno dessas rodovias.

– Ministro<sup>42</sup> – ponderei – estas famílias são oriundas da terra da mata, elas não conhecem o manejo da máquina agrícola. Os custos de um projeto mecanizado para 2.500 famílias também são muito altos, ademais não temos disponível uma área de cerrado desse tamanho – disse. Depois sugeri que fossem assentados em áreas de mato, com a vantagem de a área poder ser bem menor que a área mecanizada em região de cerrado. [...] Nesse sentido, o Presidente Geisel dissera que, se necessário, poderia dispor de uma área do Exército localizada na região do Rio Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, quase na divisa com o Pará, gleba já cortada pela BR-163, a Cuiabá-Santarém, e pela rodovia estadual J-1, de acesso à Alta Floresta (SCHWANTES, 1989, p. 151).

Como a área era conhecida apenas no mapa, as lideranças camponesas exigiram que uma comissão mista fizesse um reconhecimento do local com a finalidade de avaliar as condições geográficas; se eram favoráveis e viáveis para o assentamento. Inicialmente, sobrevoaram a floresta. Em seguida, passaram de carro pelas rodovias de acesso aos locais destinados às agrovilas. As impressões e informações obtidas, ao longo de todo o percurso, serviram como base de conhecimento local, sendo transmitido às famílias. Todo peso simbólico das impressões repassadas pela comissão serviu para os camponeses criarem um imaginário de como era o novo lugar para viver.

Sobre tal episódio, Sr. J. L. Z. relata que esteve na comitiva que visitou a área do projeto no norte do Mato Grosso:

Na visita que fizemos com a comitiva, não tinha quase nada pra ver era só mato. Fiquei impressionado com a floresta, com o tamanho das árvores. Onde tem mato alto é sinal de terra boa. [...] Só tinha as estradas abertas onde dava pra ver o tido da terra. A terra era boa e tudo plaino, sem pedras, bem diferente das pirambeiras onde a gente se criou. [...] ali decidi que vinha

---

<sup>42</sup> Ministro do Interior Rangel Reis, no Governo Geisel, em 1978, contatou a Cooperativa Coopercana que tinha experiência e logística em colonização na Amazônia para assentar as famílias sulistas que estavam desalojadas e em situação de conflitos por terra. Mais de duas mil e quinhentas famílias foram expulsas das reservas indígenas.

para o Mato Grosso. Mas quando cheguei de volta em Porto Alegre tava a maior fofoca, ninguém mais queria vir.

Até o início de 1978, muitas famílias já haviam abandonado os assentamentos e retornado da Amazônia, contribuindo para a formação de uma visão e imaginário negativos da colonização. Ao mesmo tempo, muita gente também retornava a passeio e retratava as condições positivas nos projetos de colonização. Enfim, os camponeses se encontravam diante de diversos interesses socioeconômicos de grupos distintos da sociedade, unidos e mobilizados pela força do capital.

## **5.2 O deslocamento e a chegada: imaginário e realidade em conflitos**

O trabalho de convencer os camponeses a aderirem ao Projeto Terranova mobilizou os agentes colonizadores sob diversas estratégias como a propaganda de enriquecimento rápido, aumento da quantidade de terra e pressões e ameaças. Schwantes (1989) relata que foi difícil persuadi-los a aderirem ao projeto, tendo em vista diversos motivos, tais como: informações negativas sobre os projetos de colonização na bacia amazônica e, principalmente, no Mato Grosso; o trabalho de mobilização dos movimentos da reforma agrária, visto que temiam a desmobilização com a saída dessas famílias, bem como pela atuação de políticos regionais e locais, inquietos pela perda de parcelas significativas de votos.

Sob a liderança do pastor e presidente da Cooperativa Coopercana, Norberto Schwantes, deu-se início a uma verdadeira campanha para induzir os camponeses a se inscreverem para o Projeto Terranova. As ações se concentravam em reuniões comunitárias, primeiramente com as lideranças e em seguida com as famílias desalojadas e outras prestes a serem expulsas das áreas indígenas. Utilizaram também outras estratégias, mediante veículos de comunicações da época como rádios, destacando-se as rádios Guaíba, Gaúcha e a Rádio Municipal de Tenente Portela, o programa da Voz do Brasil, jornais impressos como o Jornal da Terra; panfletos e até projetores de imagens (slides) em algumas reuniões. O Sr. P.R. lembra de algumas reuniões de que participou juntamente com as lideranças da Coopercana:

Geralmente, nas reuniões começavam falando sobre a situação local, da falta de terra, carência de alimento, falta de lenha, de água ou a dificuldade para obter esses recursos. Mas o que mais tocava as pessoas era quando falava no futuro das filhas, das crianças da falta de estudo de toda aquela gente.

Poque não havia esperança e a gente já tinha visto quantos vizinhos sofrerem até violência lutando por terra. E não adiantava cruzar o rio Uruguai, lá tava do mesmo jeito. Muita gente pra pouca terra. Pra quem tinha coragem a solução era migrar para a Amazônia.

Nas reuniões, relata Sr. J. J. Z. que os camponeses eram colocados “contra a parede”, pois o governo queria ajudar e a grande maioria, mesmo sem ter para onde ir não aceitava migrar para Mato Grosso. A situação local era explorada pelas narrativas dos agentes colonizadores (técnicos do INCRA e funcionários da Coopercana) sob a ótica de um falso dilema: se não havia mais esperança de conseguir terra na região, o governo estava propondo levar as famílias e facilitar a conquista da terra a preço de custo, em quantidade bem maior de onde estavam morando ou que era ofertado no Rio Grande do Sul. Logo, seria a oportunidade de melhorar de vida e garantir o futuro dos filhos. A Sr<sup>a</sup> N. T. relatou que esses argumentos decidiram pela decisão dela rumar para o Projeto. Como professora em uma escola do campo, sentia a necessidade de formar os dois filhos. Garantir o futuro dos filhos e garantir-lhes vida digna era o sonho de todos os interlocutores entrevistados; porém, para tanto, precisavam ter mais terra, fator que influenciou na decisão migrar para o Projeto Terranova.

A propaganda da colonização em Mato Grosso circulava na região entre os camponeses, mas também eram recorrentes relatos negativos dos camponeses que haviam retornado de alguns desses projetos de colonização como, por exemplo, na Transamazônica, mas principalmente de Barra do Garças, Canarana no Mato Grosso, dentre outras regiões que já tinham implantados projetos privados com organização semelhantes. Muitas dessas famílias não se adaptaram com as condições climáticas e as dificuldades encontradas para produção agrícola e retornaram para os locais de origem. Relatavam as mazelas vividas e os motivos das desistências para viver e produzir no bioma amazônico.

Ante as contradições, o INCRA e a Coopercana intensificaram as campanhas de modo a formar um movimento maior. As rádios locais foram usadas para veicular entrevistas com camponeses de diversas regiões para falar das “maravilhas” da Amazônia. Os jornais estampavam fotos e reportagens mostrando o sucesso de quem havia migrado e não teve preguiça de enfrentar a floresta para produzir. Eram tratados

como pioneiros, desbravadores, conquistadores dentre outros adjetivos remetendo ao heroísmo na saga da migração.

Assim, foi construído um imaginário coletivo da paisagem do bioma amazônico com base em componentes simbólicos e materiais provenientes das experiências práticas e imaginárias dos camponeses e trabalhadores que estiveram na frente de expansão. Da mesma forma, por aqueles envolvidos na situação de vulnerabilidade ante a pressão pela migração que continha as narrativas para resistir a tais pressões e permanecerem em suas origens (Quadro 7).

**Quadro 7 – As representações imaginárias da Amazônia**

| <b>Como imaginavam o lugar de destino</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Seu José                                  | O que a gente escutava por lá é que era só mato e não tinha nada mais. A gente ia pro meio do matão. A gente ouviu muita história de animais perigosos, de onça, jacaré, cobras, o porcão, então tinha que ir armado. Mas, se é pra enfrentar, vamos lá, então.                                                                                                                                                                    |
| Dona Carmem                               | A gente sabia que era um lugar perigoso, que tinha que ter muito cuidado com as crianças, você não faz ideia do medo que eu tinha. Não queria vim mesmo.                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Seu Pedrinho                              | Eu lembro que tinha um buteco perto de casa onde o pessoal se reunia pra tomar umas cachaças e trocar ideias e sempre falavam desse tal Mato Grosso, que era bom, que dava de tudo o que plantasse, o milho dava com quase dois metros de altura. Mas quê? Por que então tinha tanta gente voltando com uma mão na frente e outra atrás? Eu não acreditava nas conversas de bichos perigosos. Pra mim não tinha nada, era só mato. |
| Dona Irene                                | As conversas que a mais se ouvia era negativa, que era muito selvagem, só tinha mato, muito longe e perigoso. Tinha medo só de pensar em vir pra cá.                                                                                                                                                                                                                                                                               |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O traslado das famílias, inicialmente, foi de ônibus, mas houve muitos problemas e custos operacionais. Então, o Ministério do Interior fretou aviões da Companhia VASP para transporte até Cuiabá, MT, de onde seguiam de ônibus até o lugar do assentamento Terranova.



**Figura 13** – Embarque das famílias nos ônibus em julho de 1978, partindo de Esteio, RS para Terranova, MT.

Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

Conforme relata Seu Carlos, “o povo vinha animado e cantando, mas tinha uns que choraram a estada inteira, porque não queriam sair de lá”. Seu Pedrinho lembra do medo das pessoas ao saírem do ônibus, para as necessidades básicas, no percurso entre Cuiabá e o assentamento, pois era tudo mato. Para Dona Maria e Dona Nilza, não havia alegria, porque não queriam vir e disseram repetidas vezes terem chorado muito desde a partida, em Porto Alegre, RS, e nos primeiros meses de adaptação. Assim como elas, outras mulheres, que eram mães, por exemplo, da mesma forma, não queriam migrar. No caso, simplesmente, elas foram porque precisavam acompanhar o marido, dentro de uma visão patriarcal de decisão masculina. Essencialmente, a preocupação dessas mulheres era com os filhos, com as condições de vida, com a saúde e bem-estar das crianças; afinal, havia muitos comentários e relatos sobre a epidemia da malária na Amazônia.

**Figura 14** – (A) Embarque das famílias nos aviões em Porto Alegre, RS, em 04 de julho de 1978; (B) Desembarque em Cuiabá, MT para seguirem de ônibus para Terranova, MT.



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

No dia cinco de julho de 1978, as primeiras 85 (oitenta e cinco) famílias chegaram no “sonhado e desconhecido” assentamento Terranova. Essa definição foi utilizada pelo Sr. Carlo Mouro, para explicar que muitas pessoas vieram contra a própria vontade em razão do grau de dificuldade da viagem e, também, da localização do assentamento. “Chegou todo mundo muito cansado da viagem. Tinha gente que estava meio doente, outros ficaram em hospitais pela estrada porque tinha que internar e não aguentava a viagem”.

No entroncamento da BR-163 com a Rodovia J-1 (atual rodovia MT-208), a Coopercana ergueu uma grande cruz de madeira. Os ônibus paravam ali para um momento de oração e depois seguiam mais uns vinte quilômetros até a primeira agrovila. Schwantes (1989) explica que a cruz simbolizava a cultura religiosa dos migrantes, representava um elemento cultural, simbólico e imaterial, sendo utilizado para criar vínculos dos assentados com o lugar. Diante das adversidades socioambientais, era comum recorrer à religiosidade cristã na intenção de fortalecer as esperanças por melhores condições de vida.

Entretanto, é preciso destacar que, muito embora houvesse uma preconcepção dos movimentos a se seguir nesse projeto, engendrado e realizado com propósitos de manutenção do *status quo*, agora sob a roupagem da modernização capitalista, novas realidades foram construídas, “[...] forças sociais [...] foram ativadas, deslocadas e até

mesmo transformadas por sua participação no processo de colonização agrícola.” (SANTOS, 1993, p. 273). Desde o princípio, percebia-se que boas lembranças do passado não mais se repetiriam.

Os camponeses foram recepcionados pelo presidente da Coopercana, o Sr. Norberto Schwantes, com a presença de representantes do exército na entrada da primeira agrovila, que, logo depois, recebeu o nome de Agrovila Esteio, em referência ao Parque Agropecuário de Esteio, RS, onde estavam alojados até a saída.

**Figura 15** – (A) Ponto de parada dos ônibus no entroncamento da Rodovia BR 163 com a J-1 (MT-208) para o momento de oração; (B) Soldados do Exército na cerimônia de recepção aos camponeses na chegada em Terranova, em 05 de julho de 1978.

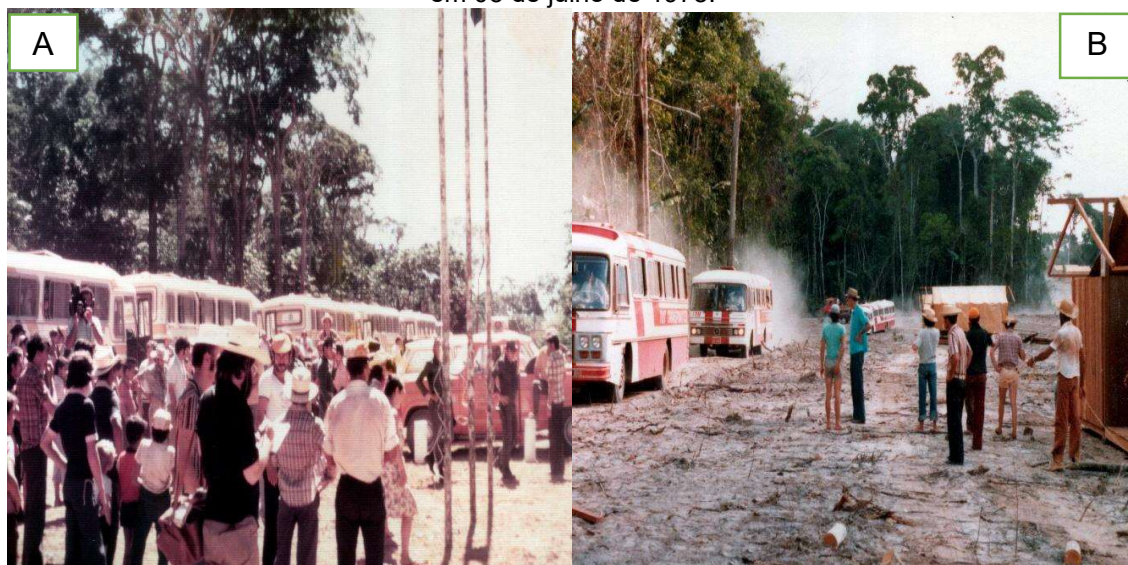


Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

Também foi organizada uma pequena cerimônia que incluiu discurso, oração e hino nacional, em uma mescla de simbolismo cristão com o nacionalismo-desenvolvimentista e integracionista governamental, à época, comandado pelo regime militar.

Na frente da agrovila, três mastros com as bandeiras do Brasil, do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Esperavam festivamente os pioneiros. No fim da tarde de 5 de julho, eles foram recebidos com o Hino Nacional que ecoava pelos alto-falantes. Fiz um brevíssimo discurso de boas-vindas. Imediatamente, ali mesmo na frente da agrovila, sorteamos os lotes e todos foram a pé procurar a sua casa. Depois passaram os ônibus descarregando as malas. Dentro da casa coberta de lona, estava tudo que fora prometido. Faltava apenas a motosserra que chegaria dali a alguns dias. Todos tinham recebido mantimentos por 30 dias (SCHWANTES, 1989, p. 179).

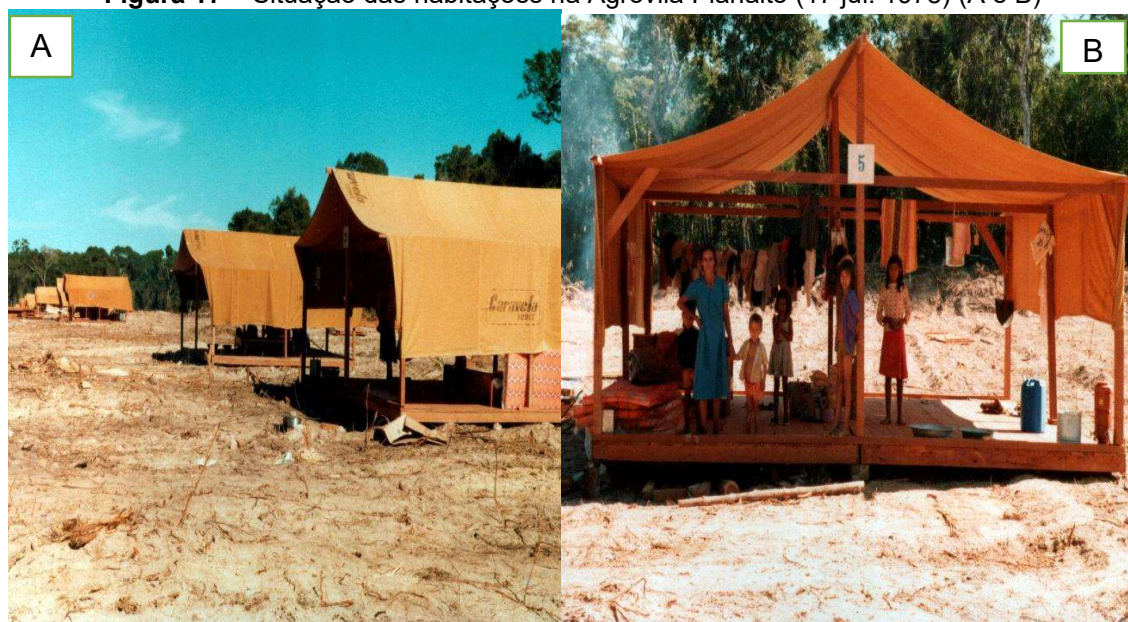
**Figura 16** – (A) Recepção, distribuição das bagagens, sorteio lotes e habitações; (B) Agrovila Esteio, em 05 de julho de 1978.



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

A paisagem da floresta e o calor intenso foram os primeiros desafios enfrentados e que influenciaram fortemente a adaptação dos camponeses desde a chegada. Frise-se que o lócus da nova morada em nada se parecia com o que imaginaram antes da chegada; ao contrário da descrição de Schwantes (1989), as casas não estavam construídas. Algumas tinham a armação pronta e possibilitaram esticar uma lona por cima; outras não tinham nem os pés-direitos instalados, desse modo, os camponeses improvisaram a armação para colocar a lona.

**Figura 17** – Situação das habitações na Agrovila Planalto (17 jul. 1978) (A e B)



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita, MT, 2018.

Nas memórias, há relatos das lembranças das impressões diante da paisagem que contrastava com as imagens veiculadas nas propagandas ideológicas no Rio Grande do Sul e formuladas pelos migrantes antes de sua vinda.

**Quadro 8 – A questão da moradia: primeiras impressões**

| <b>Observações da chegada nas agrovilas em Terranova, MT</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Seu Pedro                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- As casas eram um modelo único do projeto. Tava sem portas, sem janelas, risos, risos...</li> <li>- Mais era o jeito que eles fizeram né, ela era feita de painel, eles punhava em cima de seis, oito cepos, não era fincada no chão não e as partes lateral a metade eles deixaram aberta do lado, só fecharam por causa dos oitão.</li> <li>- Chegamos de tarde. A primeira noite que nois chegamo, então cada família tinha colchom eles deixaram um ranchinho, pra gente comer né, um colchom, uma chapa pra cozinhar, até que chegava nossa mudança. Nois tampamos as portas com colchom mais se as onça quisesse, menino hummm.... eu e minha cunhada a Edite então nossas casas era de duas em duas, pertinho né, no outro dia cedo levantemo aquelas “patas” assim da bichinha. Ela passou entre meio das nossas casas, de certo o cheiro da pessoa né, mais era verdade eu e a minha cunhada a Edite vimos, nossa que medo!</li> </ul> |
| Dona Maria                                                   | <p>- Depois de pronta tinha dois quartos, sala e cozinha junto e acabou, o resto não era nada mais. Nas primeiras noites, as onças passava miando nas porta. Nossas portas era os colchão que tapava para os bichinhos não entra. Eu mesmo não dormia. Era aberto só onde tinha casas, o resto era tudo mato, no outro dia se atraquemo caçar varas pra tapar a porta, nois tinha criança pequena, era tudo aberto.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Dona Gerci                                                   | <p>Depois que sortearam os lotes, fomos andando até encontrar a casa. Tinha muita poeira porque era em julho e como o trator de recém tinha froxado a terra e os caminhões passando ficou grosso de poeira. Mas não era casa, era um barraco de lona. Meu Deus não gosto nem de lembrar, as primeiras semanas foi terrível.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Os relatos revelam claro que as primeiras sensações sobre o lugar escolhido para viver e criar os filhos, de imediato, foram preocupantes. O cenário já prenunciava muitas dificuldades e situações inesperadas na sonhada terra prometida (PICCOLI, 2005). A imensidão da floresta, o isolamento, a distância de recursos urbanos e a nova organização social em forma de agrovilas eram situações totalmente desconhecidas.

O choque foi tão grande que algumas famílias retornaram nos mesmos ônibus que os deixaram ali; alguns, com os caminhões que haviam trazido os pertences, ou como eles denominavam, “a mudança”. Ao perceber o impacto negativo e as constantes reclamações e pressões, a diretoria da Coopercana, quase diariamente, fazia reuniões explicando as dificuldades de logística na construção das agrovilas. Em maior ou menor grau, essa situação se repetia, a cada quinze dias, quando havia a chegada de uma nova caravana de famílias nas agrovilas. Os colonizadores tiveram que se reconstruir, tanto naquilo que se refere às suas condições de indivíduos em

um novo ambiente, quanto no que se refere às relações de convivências que foram construídas no âmbito social.

Nesse sentido, Bosi (1992), ao analisar e explicar historicamente a colonização do Brasil no período colonial, fornece como instrumento conceitual a indicação que foi um processo “ao mesmo tempo material e simbólico: [sendo que] as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim de seus desejos e esperanças.” (BOSI, 1992, p.337). A colonização, assim, entrecruza-se em três planos: “[...] a) O da conquista da terra e exploração de trabalho [...]; b) o da memória dos colonizadores e dos colonizados; c) o dos projetos, em geral leigos, que visam à construção de um futuro moderno [...]” (BOSI, 1992, p. 389).

Houve uma combinação de fatores que contrastou com a vida que levavam enquanto agricultores em outras regiões do país: abundância de terras, aliadas ao bom preço, garantias de financiamento para se produzir, garantias de preço para o produto produzido, facilidades de venda e uma natureza generosa. Contudo, essas benesses, por si só, não proporcionaram ao novo morador as condições de sua reprodução enquanto agricultor. Assim sendo, uma das primeiras providências a ser tomada tão logo a posse da terra, foi a adequação ao meio natural.

### **5.3 A difícil adaptação: “seca, chuvarada e calor!”**

Tempo, interação e espaço são componentes interconectados e necessários à adaptação. Tal processo permeia o indivíduo, grupo familiar ou doméstico, a sociedade e, até mesmo, a espécie. Assim, qualquer processo de adaptação e fixação a um determinado ambiente sempre passa por fatores que exercem pressões sobre os sujeitos ocupantes desse espaço, condicionando a busca de compreensão e respostas a tais fatores. No intento de satisfazer as necessidades adaptativas, a sociedade transforma, modifica e modela o ambiente (MORÁN, 1990).

O novo território ambiente, sonhado como espaço de morada e o lugar para viver, mostrou-se hostil às expectativas de vida familiar. Visando à sobrevivência, inventaram e estabeleceram diversas formas de relações com a natureza, mediadas pelo arcabouço cultural, saberes, conhecimentos e experiências acumuladas ao longo das vivências no Sul do país. Então, nesse novo espaço, aglutinaram novos valores

sociais, políticos e econômicos, impostos por forças sociais emanadas de fora e distantes desse espaço.

O deslocamento dos camponeses, com saída de Porto Alegre, RS, para Terranova, MT, ocorreu em menos de vinte e quatro horas. Assim, saíram de um clima frio, próximo a zero grau, e, no dia seguinte, desembarcaram na agrovila com uma temperatura acima de trinta e cinco graus, configurando-se em uma mudança socioambiental brusca, que influenciou sobremaneira o processo de adaptação e fixação das famílias. Houve um conjunto de condições adversas que frustraram as expectativas e perspectivas no assentamento, quais sejam: mudança imediata de ambiente/clima, a falta de estrutura das habitações (em fase inicial de construção), o isolamento, o ambiente de floresta, a organização social por agrovilas, alimentação, assistência em saúde, locomoção, condições de trabalho, modelo de produção etc.

A primeira etapa do projeto foi composta por seis agrovilas, sendo que quatro foram habitadas no forte período da seca, e duas quando já havia iniciado o período das chuvas. A segunda parte do projeto foi executada nos dois anos seguintes em razão dos problemas de rompimento do acordo entre o Governo Federal e a cooperativa. Mesmo assim, com recursos próprios, a cooperativa foi obrigada a cumprir parcialmente com o projeto, finalizando com dez agrovilas construídas e assentadas (SCHWANTES, 1989).

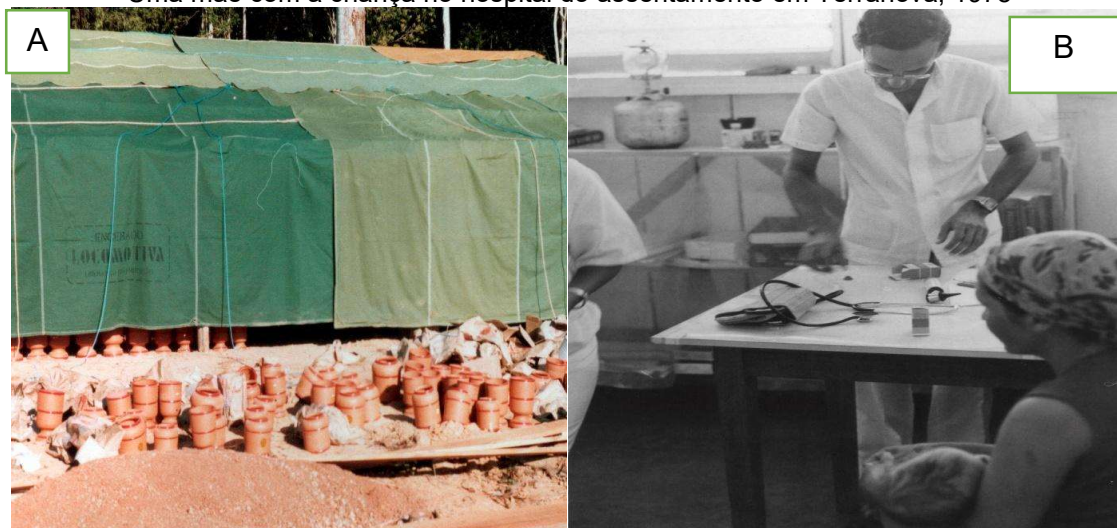
Com base nas memórias e narrativas obtidas pelas entrevistas, ficaram evidentes os elementos socioambientais que influenciaram o processo de adaptação e fixação das famílias camponesas.

#### **5.4 Água e saúde**

A água para consumo doméstico (na forma de chuvas ou de recursos hídricos) foi citada por todos como um dos maiores desafios à adaptação porque, desde a chegada, houve estranhamento em razão das características físicas da água. Nos primeiros meses, houve um pequeno surto de diarreia e outras complicações de saúde, principalmente em crianças e nos mais idosos. Além disso, também ocorreram outras patologias, relacionadas às condições sanitárias, pela falta de estrutura e de hábitos higiênicos diários, tendo em vista que as casas ficavam bem próximas. Devido à falta de cuidados básicos de higiene, facilitava a criação e circulação de agentes

patológicos. Houve muitas ocorrências de sarampo, gripe, leishmaniose e, principalmente, a malária<sup>43</sup>.

**Figura 18** – (A) Filtros de barro para uso doméstico, adquiridos pela cooperativa Coopercana/ (B) Uma mãe com a criança no hospital do assentamento em Terranova, 1978



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita, MT (2018)

O pequeno hospital montado para assistência médica ficou logo lotado com pacientes internados. Outros mais graves foram encaminhados para Alta Floresta, Colíder e Sinop. Em termos de prevenção das enfermidades, a cooperativa limitava-se a orientar para não permanecerem perto dos córregos durante o dia, principalmente à tarde. Entendiam que ali estavam os focos dos mosquitos transmissores das doenças.

Para o consumo doméstico de água, a cooperativa providenciou filtros de barros purificadores. Também, orientou a perfuração manual de poços para obtenção de água de melhor qualidade. Muitos camponeses dominavam a “técnica da forquilha<sup>44</sup>” para localizar o veio de água de baixa profundidade, o que facilitava o processo para encontrar água.

<sup>43</sup> A malária humana é uma doença infecciosa, febril, potencialmente grave, causada pelo parasita do gênero *Plasmodium*, transmitido ao homem, na maioria das vezes pela picada de mosquitos do gênero *Anopheles* infectados. A prevenção da malária consiste no controle/eliminação do mosquito transmissor por meio de medidas individuais, com uso de mosquiteiros impregnados ou não com inseticidas, roupas que protejam pernas e braços, telas em portas e janelas, repelentes. **Medidas coletivas incluem drenagem de coleções de água, pequenas obras de saneamento para eliminação de criadouros do vetor, aterro, limpeza das margens dos criadouros, modificação do fluxo da água, controle da vegetação aquática, melhoramento da moradia e das condições de trabalho, uso racional da terra** (FIOCRUZ, S/D, grifo nosso). Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/media/malariafolder.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

<sup>44</sup> *Técnica da forquilha*. Mais informações sobre esse saber popular, disponíveis em: <<https://www.saberatualizado.com.br/2016/09/usando-gravetos-para-achar-agua.html>>.



**Figura 19** – Camponeses perfurando poço em busca de água potável para abastecimento doméstico em 1978.

Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

Outra medida sanitária implantada, a partir do segundo ano, foi a dedetização voltada ao controle da malária. Os agentes da Superintendência do Combate à Malária (SUCAM) passaram a pulverizar as casas com Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) com a finalidade de combater os mosquitos (*Anopheles*) transmissores.

Os relatos mostram como os camponeses se relacionaram com os recursos hídricos. Constata-se que reinventaram as formas de uso como solução para as necessidades imediatas e cotidianas. Havia certa facilidade para encontrar água, tanto nas escavações dos poços como nos córregos que cortavam as agrovilas, os quais, por alguns meses, serviram de local para as mulheres na lavagem de roupas da família: “nóis fazia aquela lavela de tábua, mais aí começou a encher de gente, nóis ia em duas lavar a roupa, as piizadas iam tomar banho, depois começou a encher de muita, muita gente aí nóis foi lavar roupa noutro lugar” (Dona Inorema). Dona Lourdes lembra que “[...] lavar roupa era cansativo, mas também era um momento de desabafo. Tinha brigas, fofocas, choro e cantoria também. Uma contava pra outra como estava se sentindo”.

De modo geral, os camponeses precisaram inventar formas de viver, soluções criativas para sanar as necessidades cotidianas. As dificuldades de adaptação, de imediato, estavam relacionadas à falta de estruturas construídas para abrigá-los. Na maioria dos casos, essas famílias tinham mais de três filhos e precisavam se instalar

em uma casa com quatro cômodos pequenos. Outra dificuldade diz respeito à organização das moradias em agrovilas, que era completamente desconhecida pelos camponeses, sobretudo a falta de acesso a outros lugares povoados, isolando-os do “mundo civilizado”.

De forma absoluta, conforme os relatos, as maiores dificuldades de adaptação estavam ligadas às questões ecológicas, como o clima, por exemplo, modificando de forma radical a tradição cotidiana dessas pessoas. A questão sazonal de um período seco e outro chuvoso teve grande impacto na forma de organização do trabalho e, também, nas reservas e armazenamentos dos suprimentos alimentares. Dona Maria explica que, nos dois primeiros anos, foi muito difícil: “[...] todo mundo sentia muito as mudanças no clima, mas as crianças tinham mais problemas respiratórios e gripes”. Relata, inclusive, que constantemente as questões climáticas eram invocadas nas celebrações religiosas e círculos de orações. [...] a gente sempre rezava pedindo chuva”.

No entanto, o período chuvoso trouxe novas preocupações. A primeira delas era em relação às casas, pois eram assentadas sob o solo, sem fundação em cima de cepos de madeiras serradas. Pelos conhecimentos e experiências acumuladas no Sul do país, essas estruturas não ofereciam segurança contra ventos e chuvas fortes. Anos depois, perceberam que a floresta servia de barreira para os ventos mais fortes e que isso não era uma característica do clima local.

Assim, foi possível que ocorressem as primeiras experiências de cultivos de plantas medicinais, arvoredos, horta caseira e uma espécie de simulação de pequena roça de milho, arroz e feijão. Praticamente, todas as famílias trouxeram uma diversidade de sementes e mudas de plantas. Entretanto, em razão dos fatores climáticos, a maioria das plantas não se desenvolveu; outras foram atacadas por insetos e ainda houve situações de não produzirem frutos ou flores. Dona Gerci relatou que os primeiros canteiros de verdura plantados não tiveram sucesso: “Pra trás de casa, o trator havia enleirado o mato, só afofei a terra e semeei, e nasceu bem, mas dois dias depois murchava tudo. Tinha um bichinho que chupava a raiz”.

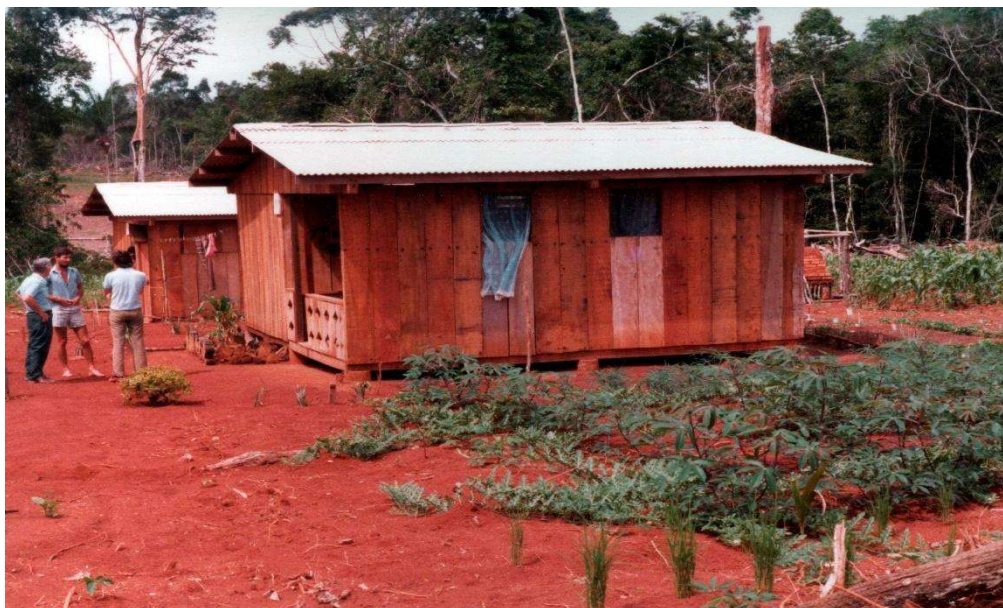


**Figura 20** – Moradias na Agrovila Planalto, em 17 de julho de 1978  
Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

Na medida em que as casas ficaram prontas, os camponeses passaram a recriar o ambiente e os espaços das moradias de forma similar ao de suas residências no Sul. Nos quintais e nas chácaras já desmatadas, foram introduzidas as plantas trazidas na viagem. Eram plantas ornamentais, hortaliças e frutíferas de várias espécies. Alguns tinham curiosidade de conhecer o desenvolvimento das plantas típicas da lavoura como o milho, arroz e feijão, pois eram a base alimentar das famílias. Em contrapartida, nas reuniões (com membros e técnicos da cooperativa junto aos camponeses) sempre enfatizavam a questão da produção agrícola como a razão maior da formação do Projeto Terranova.

No forte da chuvarada, conforme os interlocutores, costumavam identificar as etapas do período: as chuvas eram praticamente ininterruptas. Com isso, surgiram problemas com as estradas, tais como atoleiros e pontes levadas pelas águas. Em relação à produção das pequenas roças nas chácaras, as colheitas foram prejudicadas, mesmo sendo em pequena quantidade. Em razão das precipitações pluviométricas intensas, aumentavam os riscos de erosão das estradas de acesso aos lotes, formaram-se de minas de água e lamaçal nos locais sem cobertura vegetal, como os quintais das casas, por exemplo. Ocorrências dessa natureza dificultavam o dia a dia dos afazeres domésticos, como o cuidado com as crianças e a secagem das

roupas. Tais questões foram destacadas pelas interlocutoras como desafios para a adaptação, que levou vários anos para acostumarem-se.

As chuvas intensas, por muitas vezes, isolaram o Assentamento pelas rodovias BR-163 e J-1, bem como as estradas de acesso às casas nos lotes rurais. Por mais que a Coopercana dispusesse de logística para assistência, muitas vezes precisou da intervenção e suporte da FAB (Força Aérea Brasileira), da Base Aérea da Serra do Cachimbo, para o transporte de alimentos, retirada de pacientes com saúde agravada e desobstrução das estradas.

### **5.5 A floresta, queimadas e agricultura: o simbólico e o real na sustentação da vida.**

As campanhas de colonização da Amazônia Legal estimulavam o ego dos migrantes (nos discursos oficiais e eventos culturais), pois somente os corajosos enfrentariam a “missão”. Assim sendo, eram denominados de pioneiros e desbravadores, por se tratar de um lugar selvagem, primitivo, a ser conquistado por pessoas destemidas. A floresta impedia o desenvolvimento da civilização; logo, cabia aos camponeses promover a limpeza e transformá-la em área agricultável.

No entanto, as famílias tinham pouca experiência prática com as florestas no Alto Uruguai, RS; as atividades dessa estirpe eram de uso doméstico e pequenas derrubadas em terras arrendadas e nas reservas indígenas, que, geralmente, se limitava a um ou dois hectares. A relação com a floresta, logo na chegada, coincidia com a construção simbólica, pois, à noite se escutavam muitos ruídos vindos da mata: as onças esturrando e outros ruídos de animais que eram, até então, desconhecidos. A mata era, também, refúgio dos mosquitos transmissores da malária.

**Quadro 9 – O conhecimento da floresta**

| <b>Os camponeses e a floresta</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sr. J.C.                          | Primeiro, a gente fazia uma ideia das matas. Ainda na vinda de Sinop pra cá não tinha nada até Itaúba, era tudo mato. Depois que chegemos, nos primeiros dias o pessoal da cooperativa fala pra nós não entrar no mato por causa da malária e da onça. Mas eu mesmo logo vi que não era bem do jeito que falavam. Pra trais de casa tinha um mato alto coisa mais linda de ver. Se enxergava longe debaixo das árvores. [...] Pra tu vê, no terceiro dia de manhã nós vimos um veado nuns trinta metro de nós. |
| Sr. G. Z.                         | A gente não queria saber de mato e não via a hora de derrubar, fazer a roça limpar um pouco, né!                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| M. E. P.                          | A gente chegar e não ver mais nada, só mato, dava medo, era de chorar [...].                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

|               |                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dona Rosalina | Não gostei porque era muito mato.                                                                                                                                                                                                                 |
| Dona Carmem   | Ah, eu gostei da floresta, era fresquinho à noite, havia muitos bichos, animais que hoje não tem mais (risos). E no mês de agosto que aparecia aqueles ipês coberto de flor amarelas que de longe a gente via. Falei pro Zé não derrubar nenhuma. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De fato, a floresta, no início, era um empecilho, pois ocupava o espaço da agricultura, símbolo do progresso e da modernidade, como era propagandeada pelo discurso oficial do Estado e empresas colonizadoras. Mesmo tendo uma biodiversidade ímpar (flora e fauna), que muito contribuiu para a subsistência, não se percebe a gratidão e o respeito pela floresta. Mais tarde, algumas espécies de madeiras passaram a ter valor econômico em razão da instalação de serrarias.

Era por volta das nove horas e fui pra trás de casa pegar lenha pra fazer o almoço e dei de cara com um veado. Fiz um grito chamando as vizinhas e bichinho ficou assustado e se enfiou no meio de uma galhada de árvore derrubada pelo trator. Juntamos umas cinco mulheres e um monte de crianças e caçamos ele. Pensa na alegria de todo mundo. Quando o Santo (esposo) chegou a carne já tava em cima da mesa (risos) (Dona L. S.).

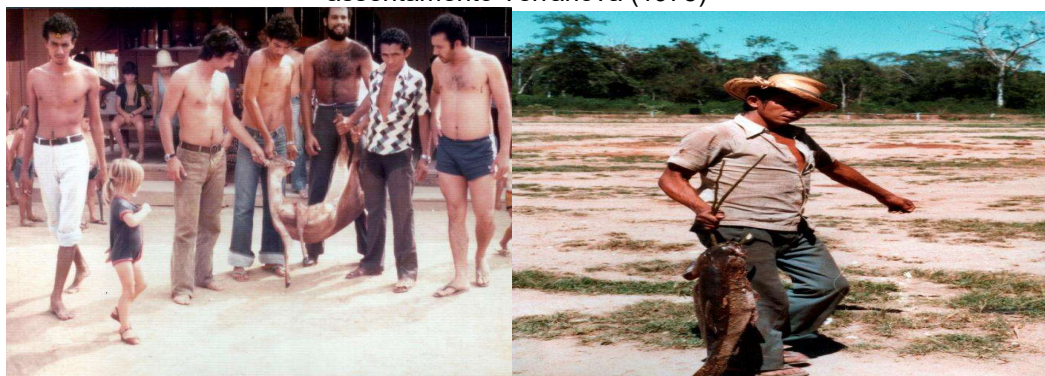


**Figura 21** – Início da exploração madeireira pela cooperativa Coopercana (1979);  
Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

As famílias não estavam acostumadas com a alimentação industrializada fornecida pela cooperativa, como leite em pó, carne bovina seca (conhecida como

jabá ou charque) e enlatados, por exemplo, cuja qualidade era duvidosa. Com a diversidade de aves, animais terrestres e peixes de fácil acesso, imediatamente, ocorreram as primeiras caçadas e pescarias. Em seguida, passou a ser uma prática predatória; caçadas e pescarias se tornaram assuntos diários nas rodas de conversa.

**Figura 22** – Animais abatidos em caçadas e pescaria para complemento alimentar junto ao assentamento Terranova (1978)



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita, MT (2018);

Facilmente, os camponeses, que no Sul já praticavam a caça e a pesca, logo compreenderam a dinâmica dos animais na floresta de Terranova. Durante o período de estiagem, os animais procuravam as sangas, córregos e margens dos rios para dessedentação e formar os barreiros, onde se esfregavam e lambiam o barro em buscas de sais minerais. Outro conhecimento importante foi identificar as trilhas e os tipos dos animais presentes no entorno. O passo seguinte era esperar pela passagem ou a chegada dos bichos que eram abatidos a tiro de espingarda calibre 28 ou 32 trazidas junto com a mudança para o Projeto. Há muitos relatos de acidentes com o manuseio das espingardas e de muitos caçadores que ficaram dias perdidos na mata até serem localizados. Seu Paulo Pinheiro, conta que seu vizinho, Vilson Cavalo, ficou perdido no mato por vários dias e foi encontrado por um grupo de camponeses que todos os dias faziam buscas na região em que se perdeu.

Como o projeto previa assistência por dois anos, para muitos não havia preocupação com trabalho de sustentar a família. Já outros procuraram cultivar a parte da chácara derrubada. Ali começaram o cultivo de produtos visando à diversificação alimentar com sementes trazidas na viagem.

Em seus relatos Shwantes (1989) analisa que uma das muitas dificuldades à execução do projeto era a falta de mão de obra para a construção das casas, pois a madeira serrada tinha sido adquirida na serraria Bedin, em Itaúba (município situado

no norte de MT). A estratégia foi contar com esses camponeses, que trabalhariam como assalariados até concluírem todas as agrovilas; porém, poucos foram os que aceitaram o convite e permaneceram trabalhando até se mudarem definitivamente para seus lotes. Todos os interlocutores entrevistados, nos dois primeiros anos, logo depois que chegaram, trabalharam para a Coopercana, ou nas fazendas da região como do grupo Bedin ou em Alta Floresta.

[...] Nem naquele dia, nem no seguinte, nem nos outros se apresentou muita gente, para o trabalho. Sempre era apenas meia dúzia. Os outros pegavam as espingardas e iam caçar. Poucos tinham trazidos enxadas, mas todos tinham trazido espingarda. Além da caça tinham fascinação pela pesca. [...] se a estrada sempre estava cheia de caçadores, dali a pouco o povo da região diria que para Terranova não vieram colonos e sim caçadores (SCHWANTES, 1989, p. 180).

Há um consenso entre os interlocutores de que a fartura de caça, pesca e o abastecimento básico da cooperativa levou a maioria a não buscar melhorias nas condições de vida. Essa percepção confirma as análises de Schwantes (1989) de que tais condições produziram acomodação e dependência em muitos chefes de família que passaram a esperar tudo da cooperativa. Quando houve o corte dos repasses do Governo Federal referentes à execução do projeto, afetou a assistência da cooperativa para as agrovilas. “[...] Foram esses falsos agricultores que mais problemas criaram e os primeiros a debandar, quando faltaram recursos e o projeto entrou em crise” (p. 181).

A partir do segundo ano, em 1980, os camponeses estabeleceram novas formas de relações com a floresta, questão impulsionada pelas agências reguladoras e fomentadoras do projeto (Cooperativa, Banco do Brasil, INCRA), que objetivavam o desenvolvimento agrícola para impedir que muitas famílias abandonassem os lotes. No planejamento do Projeto Terranova, havia a prescrição da retirada total da floresta na área dos lotes, permanecendo apenas as reservas técnicas nos encontros e inícios de cada agrovila. A reserva legal equivalente foi estabelecida em uma outra área próxima ao projeto. Assim, os camponeses estavam legalmente autorizados para a derrubada de toda a área.

Assim, teve início a derrubada da mata nos lotes rurais. Os camponeses passaram a assistir grandes e potentes tratores de esteira, que arrastavam um

correntão e derrubavam os primeiros alqueires de mato. Os tratores seguiam paralelamente à rodovia sem a preocupação com as nascentes e leitos de córregos. A previsão era derrubar dez hectares para cada lote, mas não chegou a ser cumprida para todos. A orientação era cultivar em torno de quatro a cinco hectares para o plantio de milho, arroz e feijão, sendo que os demais seriam para o cultivo de café, guaraná e seringueiras.

Assim, formou-se outra frente de derrubada: em pequenos mutirões, os camponeses fizeram uso de motosserras fornecidas pela cooperativa. Poucos conheciam seu manuseio visto que, até então, nas poucas derrubadas que fizeram, usaram machado ou trançador (serrote longo operado por duas pessoas). As motosserras eram pesadas com sabre longo para alcançar o diâmetro das árvores maiores e a vegetação densa da floresta dificultou muito o deslocamento e o trabalho de corte. Desse modo, foi necessário roçar com foices para, em seguida, passar com machado e motosserra.

**Figura 23** – (A) Cerimônia de entrega de motosserras aos camponeses de Terranova; (B) Camponeses em mutirão para iniciarem a derrubada da mata em seus lotes rurais. Destaque para as ferramentas de trabalho: motosserra, foices, machados e espingarda em 1979 (1978);



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita-MT, 2018.

Alguns camponeses logo dominaram a técnica de corte das árvores. Como nem todos trabalhavam com as motosserras, foi necessário se organizarem em pequenos mutirões compostos por cinco a dez camponeses. Na dinâmica do trabalho, um grupo ia na frente com foices fazendo o roçado da vegetação rasa com troncos finos, outro

grupo seguia cortando as árvores finas e, por fim, seguiam as motosserras derrubando o restante que havia ficado. Alguns preferiram fazer o roçado e todo o corte das árvores com a motosserra porque, ao cortar de machado, muitos desses troncos ficavam enroscados nos cipós e árvores maiores, dificultado o trabalho e aumentando os riscos de acidentes.

Muitos relatos apontam acidentes de trabalho, inclusive com vítimas fatais ao utilizarem as motosserras. Embora fosse uma floresta de transição, a mata era entremeada de cipós e terreno plano que não forçavam a direção da queda dos troncos. Essa característica exigia que o serrador observasse a inclinação das árvores maiores e seguisse cortando conforme a tendência de queda e as amarras dos cipós. Em seguida, cortava a árvore maior sobre as demais, o que só era possível nos locais de mata fechada e árvores altas: técnica conhecida como “gaiola”. Era necessário entender esse movimento para não ser surpreendido no meio das árvores cortadas anteriormente.

Havia também locais em que predominavam outros tipos de vegetação com plantas arbustivas sub escandente de transição, como cipozal, esporão de galo (*Pisonia aculeata*), jurubeba (*Solanum paniculatum*) dentre outras. A derrubada nessas áreas era bem mais difícil e muitos camponeses deixavam-nas e avançam aos outros trechos do lote com mais árvores. Logo depois entenderam que era necessário derrubar totalmente essas vegetações, pois o fogo queimava tudo, deixando pouca coivara, possibilitando fazer o plantio normalmente.

Sob a orientação dos técnicos agrícolas da cooperativa, ao longo de toda a rodovia foi deixada uma faixa de quarenta metros de cada lado sem derrubar. Mas não houve como preservar do fogo e, a partir do terceiro ano, a grande maioria dos camponeses eliminaram essas faixas de mata incorporando-as à área cultivada.

## **5.6 Queimadas e agricultura**

Após derrubarem a área, sob a coordenação da cooperativa, os assentados tiveram que aguardar alguns dias para fazer a queimada. A data foi determinada pela cooperativa, definindo que as seis agrovilas deveriam queimar suas roças no mesmo dia e no mesmo horário. Esse procedimento ocorreu no final do mês de agosto, antes das primeiras chuvas. A cooperativa avisou para que todos ficassem na testada do

seu lote, aguardando o sobrevoo do avião que seguiu a rota das rodovias J-1 e BR-163. Eram centenas de hectares derrubados pelos tratores e correntões.

[...] A fumaça começou a tapar tudo. As labaredas atingiam 30 metros de altura, porque chegavam a queimar a copa das castanheiras que não haviam sido derrubadas. Desisti de fazer tomadas aéreas daquele inferno. Filmei a fogueira com os pés no chão. Era aterrorizadora a violência do fogo na selva. [...] foi uma destruição absurda (SCHWANTES, 1989, p. 182).

Assim, a floresta ficou queimando por vários dias, e a fumaça tomou conta da região, visto que mal se enxergava o sol. Era uma situação completamente desconhecida. Em razão da intensidade do fogo, houve morte de muitos animais e até mesmo de peixes, pelo aquecimento das águas nos córregos. Essa situação causou medo, além disso, um perigo à vida de muitos trabalhadores que desconheciam o poder destrutivo daquele incêndio, que foi a primeira grande queimada no local. Esse feito passou a se repetir anualmente até meados da década de 1990.

**Figura 24** – Tratores arrastam o correntão para iniciar uma etapa de derrubada da floresta na quarta agrovila;



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita, MT, 2018.

O início da preparação das roças para a agricultura, logo depois das primeiras chuvas, foi um dos momentos mais significativos em todo o Projeto Terranova. Representou, de fato, um grande passo em direção do cumprimento da “missão” de fazer a agricultura em solo amazônico após terem “dominado” a temida floresta. Mas também por terem vivido e enfrentado diversas dificuldades que muitas famílias de parentes e vizinhos haviam abandonado.

**Figura 25** – Floresta derrubada e queimada sob a observação dos camponeses. Terranova, MT (1979).



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita, MT, 2018.

Essa persistência e sentimento eram bastante explorados pelos agentes colonizadores. Seu Pedrinho explica que ouvia muito esse discurso no tempo que trabalhou na cooperativa, antes de ir para o seu lote. “Tinha sempre aqueles que falavam: só vai ficar que é forte mesmo, quem quer trabalhar, quem quer progredir, quem não tinha preguiça na verdade”. “[...] os vadios pouco a pouco foram voltando e outros não se adaptaram mesmo”.

Durante a etapa de adaptação e “invenção” da agricultura no local, a primeira dificuldade encontrada foi o deslocamento dos trabalhadores das agrovilas até seus lotes. Não dispunham de meios de transportes e o trajeto era feito a pé ou, quando dava certo, de carona com os veículos da cooperativa. Este percurso ficou mais difícil com as chuvas, principalmente para transportar os alimentos, pois a maioria acampava e ficava a semana inteira no lote e voltava para agrovila no final de semana. Essa organização se formou para a derrubada da mata; os agrupamentos de vizinhos dividiam o trabalho e o barraco para passar a semana, as tarefas e as despesas.

Com o início dos plantios das roças, grande maioria das famílias mudou-se para o lote rural. A organização em grupos de trabalho entre vizinhos permaneceu ao plantio do arroz e milho. Cada família passou a construir, de fato, a sua morada com toda estrutura que era possível para atender às necessidades do modo de vida instalado: galpãozinho, chiqueiro, galinheiro, horta, arvoredos etc. Nos lotes era possível criar animais domésticos como porco solto, galinhas, cultivar horta, pomar

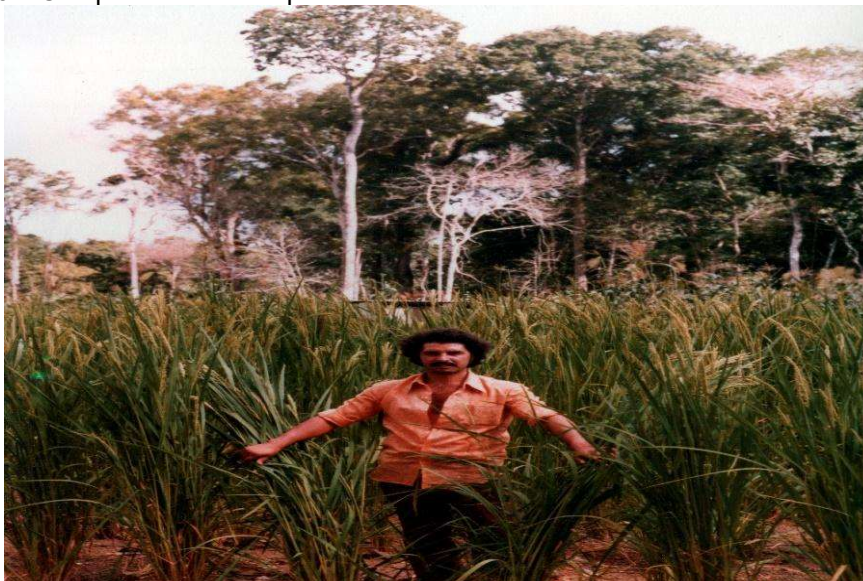
sem causar transtornos aos vizinhos. O gado foi introduzido a partir do terceiro ano. De certa forma, foi a tentativa de reprodução do modo de vida praticado no Alto Uruguai.

Retomando a produção agrícola, os camponeses lembram que o plantio do arroz era pouco conhecido por eles. A quantidade de hectares dedicada ao cultivo também provocou preocupação, pois nunca tinham lidado com tanta terra assim. Entretanto, com a orientação dos técnicos agrícolas da cooperativa, foram efetivando o planejamento de uso do solo pela agricultura.

Pelo Projeto, as culturas de milho, arroz e feijão seriam para a subsistência e as “lavouras principais deveriam ser nobres e perenes, tais como seringueiras, cacau, guaraná, café, urucum etc.” (SCHWANTES, 1989, p. 182). Essas culturas, no entanto, eram completamente desconhecidas pelos camponeses os quais logo perceberam que haveria um longo período pela frente até produzirem para ajudar na renda familiar.

[...] Não queríamos destruir a floresta amazônica para, em lugar dela plantar milho, feijão e arroz. Pelo nosso projeto, essas culturas seriam poucas e apenas para a subsistência. As lavouras principais deveriam ser nobres e perenes, tais como seringueira, cacau, guaraná, café, urucum etc (SCHWANTES, 1989, p. 182).

**Figura 26** – Camponês mostra a primeira lavoura de arroz no lote rural em Terranova, 1980.



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita, MT, 2018.

Porém, o intervalo de tempo entre o plantio e a produção para comercialização dos chamados produtos nobres da lavoura preocupavam as famílias quanto à

sobrevivência, pois a cooperativa garantiria o fornecimento dos recursos básicos nos dois primeiros anos. “Uma equipe da cooperativas foi à Terranova para cuidar de instruir tecnicamente os agricultores no uso do solo tropical. [...] Terranova era um projeto ideal para aquele tipo de agricultura (SCHWANTES, 1989, p. 184).

Na primeira safra, os camponeses tiveram muitas dificuldades desde a plantação, cuidados contra insetos e brotação, colheita e comercialização. Sem conhecer o regime das chuvas, logo já começaram a plantar: primeiro o arroz e o milho e, em seguida, o feijão. Seguiam os conhecimentos trazidos do Sul e adaptados às orientações dos técnicos. Entretanto, no início do período chuvoso, a ocorrência de chuvas era irregular e muitos perderam sementes e mudas pela falta de umidade no solo.

Sendo assim, fazer as primeiras roças e plantios das lavouras significou um passo importante no “cumprimento da missão”: fixar e modificar o lugar, transformar a paisagem pelo domínio da floresta. Entretanto, surgiram outras dificuldades para os camponeses, conforme relatos, tais como: o deslocamento da agrovila para os lotes; a necessidade de permanecer em acampamento durante a semana; o isolamento do trabalho; o regime de chuvas; o ataque de insetos nas plantações; assistência técnica insuficiente; intoxicação com inseticidas (Aldrin 40 e Folidol); as dificuldades das colheitas em razão das chuvas; perda da produção por não conseguir colher; comercialização etc.

**Quadro 10 – As experiências com as primeiras lavouras**

| <b>Controle de pragas nos primeiros anos nas lavouras de Terranova</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Seu Carlos                                                             | Ainda na vila, a gente já viu que tinha muito bichinho na terra. Porque plantamos verduras como alface e assim que nascia no outro dia murchava tudo. No sítio foi a mesma coisa, só que tinha outras pragas pra incomodar. Pedimos ajuda pro Pizão, da cooperativa, que era responsável pela nossa vila. Sabia menos que nós ainda (risos). Aí ele trouxe dois tipos de veneno para colocar na semente. |
| Seu Paulo                                                              | A cooperativa forneceu os venenos e ensinou como usar: um era em pó, o Aldrin 40 e ou outro era líquido que nós conhecia por Folidol. Era pra misturar na semente e plantar.                                                                                                                                                                                                                             |
| Dona Maria                                                             | Nóis mesmo não queria mexer com veneno, mas não tinha outro jeito. [...] nosso vizinho foi passar o aldrin no arroz que tava cachando e fez mal, quase morreu. Depois nunca mais pôde sentir o cheiro que já dava dor de cabeça.                                                                                                                                                                         |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Nesse contexto, entre a reprodução, adaptação, improvisos e novas respostas, criaram-se rotinas que buscavam preservar e reproduzir a vida em um meio ambiente

que se alternava-se entre hostil e acolhedor. Promover a vida comunitária foi uma alternativa desenvolvida para amenizar as dificuldades da produção agrícola porque o cotidiano das agrovilas não respondia às necessidades de adaptação e manutenção do trabalho nos lotes rurais. Seguindo o planejamento da Coopercana, o trabalho agrícola seria desenvolvido pelos homens e os filhos mais velhos que a idade escolar, enquanto as mulheres, mães e filhas permaneceriam morando na casa na agrovila. A cooperativa se encarregaria do traslado dos trabalhadores das agrovilas até os lotes rurais todos os dias. Essa organização não foi possível por diversos fatores, desde o sistema de trabalho familiar no campo, as condições climáticas locais, a logística ineficaz, as exigências e intensidade do trabalho agrícola, dentre outros. A princípio os camponeses passaram a acampar, durante a semana nos lotes rurais, seguindo a organização dos mutirões, onde subdividiam despesas e as tarefas e partilhavam dos recursos que cada um podia contribuir a subsistência. A saída encontrada foi mudarem-se das agrovilas e construir novas moradias com a família nos lotes rurais. Desse modo, foi possível construir uma moradia com estruturas mais eficientes para atender às necessidades do modo de vida instalado: galpãozinho, chiqueiro, galinheiro, horta, arvoredos etc. Nos lotes, era possível criar animais domésticos como porcos, galinhas e vacas para fornecimento de leite.

O deslocamento das agrovilas para os lotes rurais objetivou atender as necessidades do trabalho familiar na produção agrícola. No entanto, gerou outros problemas como a participação na comunidade, nas reuniões e o acesso das crianças à escola, as quais, conseqüentemente, abandonaram os estudos. Nessa fase inicial nos lotes rurais, os interlocutores destacaram o trabalho coletivo organizado em pequenos mutirões entre vizinhos. Mesmo com as técnicas oferecidas pela cooperativa, eram todas insuficientes diante do desconhecimento do bioma local, por isso, a socialização das experiências auxiliava na superação das dificuldades com a produção.

Como exemplo, destaca-se o uso de inseticidas na preparação das sementes, no plantio e no desenvolvimento da lavoura para controle dos “insetos e outros animais predadores”. Dois inseticidas – Aldrin 40 (pó) e Folidol (líquido) – foram os mais recomendados e disponibilizados pelos técnicos da cooperativa. Para o plantio do arroz, feijão e milho, geralmente os venenos eram misturados nas sementes antes de plantar, pulverizados logo depois da germinação e crescimento das plantas e na

florada. O uso de inseticidas era pouco conhecido pelos camponeses, constituindo-se um marco significativo no processo de aprender a agricultura nesse bioma. Nos relatos, cotejavam o lugar de origem e Terranova sempre procurando mostrar que no Rio Grande do Sul não precisavam aplicar inseticidas e fungicidas em suas culturas; todavia, em Terranova, se não fossem utilizados, não haveria colheita.

Para o café, guaraná e seringueira, eram misturados na terra como parte da preparação para preencher os saquinhos plásticos em que eram feitas as mudas nos viveiros. “Os técnicos agrícolas da cooperativa ensinavam pra gente se cuidar, mas ninguém seguiu aquilo. Nós misturava o pó branco na terra e com as mãos mesmo colocava nos saquinhos pra fazer as mudas de café” (Dona Gerci). Em cada lote havia um pequeno viveiro para abrigar as mudas de café até serem transplantadas definitivamente. O uso indiscriminado de venenos ocasionou muitas mortes de animais e pessoas intoxicadas por venenos.

A cada fase do desenvolvimento da agricultura camponesa no solo de Terranova significa um novo desafio aos trabalhadores; logo, foi necessário aprender a lida com essas culturas. O período da colheita ocorreu nos meses de dezembro e janeiro quando as chuvas eram bastante intensas. Para colher o arroz e o feijão, seguiram os conhecimentos praticados no Alto Uruguai, RS. O arroz era cortado manualmente, à meia altura, com uma “foicinha” em pequenos maços de palha e colocados na própria soqueira da planta. Permanecia até secar a palhada e a semente para então ser empilhado. Esse processo carece da luz solar e, com a intensidade das chuvas, tanto o feijão arrancado e como o arroz cortado na soqueira acabavam apodrecendo ou germinando devido à umidade antes mesmo de serem empilhados.

Depois de serem amontoados (arroz, feijão e milho), os passos seguintes eram debulhar e comercializar esses produtos. Geralmente, no início da estiagem, por volta dos meses de maio e junho eram debulhados manualmente ou com a trilhadeira tocada por motor estacionário.

Alguns conseguiram trazer a trilhadeira e no terceiro ano outros conseguiram financiar a compra de trilhadeira e motor, mais como ainda não tinham bois, nem cavalo nós puxava no muque mesmo. Juntavam a vizinhança e uns puxavam e outros empurravam e assim levava até os montes de milho e de arroz. Era até divertido, (risos). Difícil mesmo era abrir as estradas na roça pra passar porque tinha muita madeira. Era feito tudo no machado e um pouco na motosserra, meu deus era sofrido (Seu Paulo).

Os interlocutores enfatizaram essa etapa da produção como umas das mais difíceis, pois as mudanças climáticas interferiam nas condições ambientais, ainda desconhecidas. O trabalho na roça exigia muita força física devido à “terra bruta” com muitos troncos e tocos de árvores que ficavam após as queimadas. Outra constância eram as dúvidas quanto à eficácia das técnicas utilizadas no processo da produção. Embora a cooperativa oferecesse assistência técnica, não era suficiente, pois pouco se conhecia sobre a relação entre a produção agrícola e as condições climáticas do bioma.

Na prática, manteve-se uma agricultura baseada em queimadas. Na avaliação dos interlocutores, as primeiras safras foram excelentes. A queima da floresta proporcionou boas colheitas, pois toda a biomassa acumulada pela floresta produziu quantidades consideráveis de cinzas que alimentaram o solo. No entanto, no terceiro ano usando a mesma área plantada, a produção caiu drasticamente. Os camponeses se viram na obrigação de desmatar mais alguns hectares, a cada ano. Assim, a cada ano seguiram derrubando um trecho da floresta do lote, faziam uma ou duas safras e abandonavam. Esse modo de fazer a agricultura reduzia drasticamente a biocapacidade pelo uso do fogo anualmente (DEAN, 1996).

O entendimento era de que tais áreas abandonadas seriam rapidamente reconstruídas pela brotação, formando o chamado capoeirão. Alguns anos depois, seria novamente derrubada para a lavoura e com a terra mais mansa, ou seja, livres dos troncos e tocos da outrora mata virgem. Dessa forma, acabaram desenvolvendo uma agricultura seminômade: a terra usada por dois anos e abandonada para repouso. Sendo assim, ocorreu que, anualmente, essas áreas eram queimadas pelo uso descontrolado do fogo e, ao mesmo tempo, aos poucos, foram introduzindo pastagens para o gado. Consequentemente, deu-se o empobrecimento do solo, bem como a baixa produtividade das lavouras.

Na avaliação dos camponeses, o solo inicialmente produziu de acordo com as fotos e propagandas mostradas quando estavam acampados em Esteio, RS. Seu Dorvalino relata que os pés de milho cresciam muito a ponto de dificultar a dobra para secar mais rápido. Seu Carlos lembra que as primeiras plantações de arroz foram atípicas, de tanto que cresceram. Os cachos eram grandes e pesados. Quando estava

amadurando, grande parte caía e formava uma espécie de “cama” dificultando muito o corte das soqueiras para empilhar. Muitas plantações foram perdidas assim.

Ao longo dos anos seguintes, os camponeses foram aperfeiçoando os conhecimentos de como fazer a agricultura via erros, acertos e descobertas. Tal processo ocasionou grandes desgastes e a inevitável vontade de deixar Terranova. Assim, houve abandono das terras, vendas e especulações dos lotes.

Em meados da década de 1980, os preços dos produtos agrícolas caíram significativamente, afetando diretamente as perspectivas de melhorias de vida das famílias, em razão da falta de comercialização e exploração do preço dos produtos nas safras. Com isso, muitos camponeses foram obrigados a vender os lotes para quitar as dívidas com os bancos. Nessa mesma década, houve a rápida deterioração da floresta e de toda paisagem natural, que foi acelerada pela forma da ocupação e produção agrícola de corte, bem como queimada para cultivo de milho, feijão, mandioca e pastagens. Os interlocutores enfatizaram que a dimensão da produção econômica foi a parte mais difícil no processo de adaptação, sobretudo pela falta de estruturas, de organização da produção e de conhecimentos técnicos para produzir. Por conseguinte, levaram vários anos para entender as condições climáticas e ambientais no novo território.

Em síntese, no processo de adaptação, inaptidão e fixação, os camponeses enfrentaram alguns fatores recorrentes de pressão, que influenciaram nas decisões de estabelecerem moradia em seus lotes: a trajetória histórica, os laços afetivos e culturais com o local de origem; o contexto variável do bioma e ambiente físico de Terranova; a organização social; imposições das forças externas dos mercados regionais e nacionais, quanto à produção e comercialização dos produtos; as políticas públicas e suas contradições internas; as dificuldades de relações com outros lugares; a imposição do modelo de produção econômica.

De modo acelerado, a paisagem e todo o meio natural foi se transformando com a materialização da cultura, das práticas econômicas, políticas e valores simbólicos materiais e imateriais reproduzidos na construção do território. Nas palavras do geógrafo Milton Santos, “a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”, onde o espaço altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade (SANTOS, 2004, p. 54).

A ocupação de áreas florestais praticamente intactas foi parte de estratégia engendrada pelo Estado e pelo capital que mobilizaram instituições, políticas e pessoas sem qualquer preocupação com a devastação ou a extinção da biodiversidade. O pano de fundo eram os imperativos do “desenvolvimentismo imbuído dos valores positivos de independência e autorrealização. Enquanto sistema de crenças, era milenarista: o atraso se encerraria, o tradicionalismo daria lugar à modernização e a nação alcançaria o desenvolvimento (DEAN, 1996 p. 281). E, assim, no território de Terranova, consolidou-se um modelo de desenvolvimento econômico sem preocupação com o bem-estar das famílias assentadas, nem com o impacto ambiental inerente às práticas preconizadas pelos agentes locais operadores do modelo. Pelo contrário, manteve-se a lógica operacional das estruturas agrárias, o aumento dos latifúndios e a exploração dos recursos naturais em benefício do capital.

A terra foi vendida aos camponeses por valores atrativos, com longo prazo para ser paga; porém, essas facilidades não foram suficientes para que fizessem desse espaço o lugar de morada devido às dificuldades e à falta de condições dignas de sobrevivência. Mesmo sendo um assentamento, a promessa oficial de amparo aos assentados (assumida pelo Estado), desde a chegada e durante os primeiros anos, não foi suficiente para assegurar as perspectivas de vida. Os relatos evidenciam situações de vulnerabilidades tanto que a grande maioria vendeu ou abandonou seu lote, sucumbindo à especulação comercial da terra (já praticada regionalmente). Os camponeses que permaneceram com os lotes procuraram sobrevivência trabalhando como assalariados na abertura de áreas florestais em fazendas, na extração e beneficiamento para madeireiras e garimpo (Figura 19). Um contingente de mão de obra braçal, com profunda degradação social, foi facilmente recrutado pelas estruturas capitalistas locais. Repetia-se, portanto, a exploração já vivida nos locais de origens, porém com estrutura e atividades diferentes do campesinato.

**Figura 27** – Garimpo de balsas e dragas no Rio Peixoto, MT, na década de 1980.



Fonte: Secretaria Municipal de Nova Guarita, MT (2018)

Pesou sobre os camponeses o controle técnico, político e ideológico-cultural do Estado e do capital que articulavam discursos e formas de pressões próprias do regime militar e comercial nas áreas de fronteiras na Amazônia. As narrativas dos camponeses carregam a expressão do sofrimento e das dificuldades enfrentadas para que construíssem a vida social por meio da transformação do espaço natural, com a devastação das florestas e toda a biodiversidade local. Assim, a manutenção dessas práticas era de vital importância para permanecer no assentamento, até porque era necessário pagar a própria terra, todo o custeio e assistência da cooperativa e do banco.

Concomitantemente aos ciclos de desmatamento, exploração dos recursos naturais e conflitos socioambientais, houve também o fraco desempenho produtivo e econômico para as famílias. O processo de adaptação foi marcado pela instabilidade, pelo alto índice de evasão e grande mobilidade intrarregional da população, com novos migrantes que chegavam em busca de novas terras. Contudo, do ponto de vista geopolítico, os camponeses já haviam cumprido o objetivo de ocupar o território, contribuindo para a implementação do modelo de desenvolvimento e formação de núcleos sociais locais. Enfim, o propósito de compreender o processo de adaptação e fixação dos camponeses no Projeto Terranova, por meio das narrativas e memórias, explorando o uso dos conhecimentos socioambientais e culturais, mostrou-se uma

tarefa bastante complexa em razão da intensidade das interações com o meio e as significações atribuídas pelo interlocutor.

Diante de tudo o que foi relatado e dos registros encontrados, infere-se que a decisão de migrar foi fruto da influência das intensas e falaciosas propagandas oficiais, bem como das parcas condições de vida no local de origem. O imaginário popular coletivo construído não foi condizente com a realidade no novo espaço. A tão sonhada melhoria das condições de vida, a garantia da propriedade e a assistência para viver na terra mostraram-se um alvo utópico diante das inúmeras e recorrentes dificuldades, problemas e desafios sanitários, infraestruturas, locomoção e socioambientais; tudo isso exigiu dos homens e mulheres um elevado grau de resiliência, criatividade, persistência e estratégias (individuais e coletivas) para a produção da vida social.

## **6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL**

Conforme visto até então, o processo e a forma de ocupação, adaptação e a fixação na terra foram práticas adotadas para garantir a posse e a permanência nos lotes, visando ao modelo de desenvolvimento econômico que previa a remoção da cobertura florestal. Ao mesmo tempo, cultivos de culturas exóticas, perenes e intensivas demandavam técnicas de produção específicas; porém, desconhecidas, ensejando o empirismo, que foi inadequado e impactante ao bioma local.

Assim sendo, a ocupação foi instigada por políticas (ideologicamente pensadas) para captar pessoas sabidamente desprovidas de conhecimentos socioambientais da floresta, dos recursos hídricos, da biodiversidade e dos solos nas relações de uso e apropriação do território-ambiente. A colonização desregrada, bem como suas decorrentes consequências, tem suas raízes na interdependência entre o desenvolvimento industrial, modernização agrícola e a crise do modelo produtivista.

O sucesso, inegável, da modernização da agricultura gerou, paralelamente, suas próprias crises. A dimensão ambiental: o uso, muitas vezes excessivo e indiscriminado, dos insumos químicos de origem industrial, estimulado pela utilização dos modelos produtivistas, trouxe como consequências o risco de um sério desgaste de recursos naturais. Isto acontecia num momento em que se aprofundava nas sociedades (e não apenas no meio rural) a consciência da necessidade de preservação e de renovação destes recursos (WANDERLEY, 2000, p. 94).

Somam-se a esses fatos, a ausência de uma cultura ecológica capaz de se beneficiar dos recursos naturais sem ocasionar a quase completa exaustão e extinção da biodiversidade de fauna e flora. Sem referências e tradições econômicas, culturais e ambientais locais, a execução das políticas expansionistas (com baixo investimento e previsão de retorno em curto prazo), foi orientada por práticas de produção exploratórias e predatórias. Entretanto, os camponeses buscavam sobrevivência, moradia, trabalho e melhoria das condições de vida familiar e, para tanto, exploravam os recursos florestais, hídricos e a capacidade nutricional do solo.

Desde o início do processo de (re)ocupação do território do Projeto Terranova pelos sulistas, o sistema de funcionamento do bioma local foi ignorado, pois o que se

sabia era insuficiente, baseado em outras áreas de colonização amazônica. Na prática, formou-se um sistema de relações sociais preconizadas pelo planejamento político, não contemplando mecanismos institucionais capazes de produzir saberes factíveis às questões ambientais emergentes no processo de instalação e desenvolvimento regional. Foi desprezado o conhecimento local e instituído um *modus operandi* no sistema social (conduzido pelas agências e agentes de controles instalados com a colonização) de como os camponeses deveriam atuar ante esse mundo natural.

Neste capítulo, então, analisam-se as percepções dos camponeses sobre as mudanças e crise socioambiental instaladas no território, bem como as possibilidades de contribuição da Educação Ambiental Crítica no enfrentamento de tais problemáticas. Ao dialogar com o campo empírico da pesquisa, a Educação Ambiental assume papel mediador junto aos problemas socioambientais experimentados pelos camponeses. Apontam-se possíveis contribuições desse campo de conhecimento, ao enfrentamento da crise socioambiental local a fim de suscitar mudanças educativas e técnicas direcionadas à transformação do contexto investigado; fomentar a crítica cidadã para repensar e mudar as formas de atuação e os rumos do desenvolvimento – um caminho possível a uma sociedade sustentável.

O modelo de desenvolvimento implantado em Terranova, assim como no norte do estado, mostrou-se altamente dependente da natureza. Em pouco mais de quatro décadas, produziu a crise socioambiental local, manteve/perpetuou as desigualdades sociais, os conflitos fundiários e um baixo grau de sustentabilidade (PINHEIRO, 2009). Compilaram-se, no Quadro 11, as transformações produzidas e as consequentes mudanças, categorizadas como problemas socioambientais, mediante observações, entendimentos e relatos dos entrevistados.

**Quadro 11 – Problemas e mudanças socioambientais**

| <b>Mudanças socioambientais percebidas ao longo do processo histórico de apropriação e uso do recursos naturais em Terranova.</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sr. Carlos e Dona Lurdes                                                                                                          | <p>– Mudou né, antes onde tu olhava era mato né, hoje você vê onde não é lavoura, é pastagem né, tu não enxerga um pedaço de mato só. E não adianta chorar porque foi nós que fizemos. Mas se quiser plantar tem que derrubar, vai fazer o que com aquele mato de pé?</p> <p>– [...] de tempo em tempo foi mudando o que produzir e fazer pra gente viver. Era agricultura, madeira, garimpo, depois o leite, maracujá e caju, agora só gado pra vender mesmo. Mas já começou forte a entrada da lavoura, isso sim é problema.</p> |

|                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                              | <p>– Nois temo três filho pra Sorriso. A juventude saiu o emprego não tem emprego. Tu vê, um colono tem quatro ou cinco filhos ele tem um lote de terra tem as vaquinha dele o que todos esses filhos vai ficar fazendo no sítio? Vai sai pra fora trabalha em busca de emprego, não tem incentivo pra emprego.</p> <p>– Na época ficava cinco seis dias sem vê o sol, home. Chovia mesmo era seis mês de chuva. Era muito chuva, acho que hoje por causa de abri o mato. Porque mudou agora ta fazendo muito mais calor que anos atrás e eu já digo que é por causa da derrubada. Aqui o clima é mais fresco que na cidade.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Dona Inorema e Sr. Dorvalino                 | <p>– Quando nois chegemo, a ordem era essa: tem que derrubar, a lei era se vocês não derruba vai pagar mais imposto, tem que derruba então a ordem era essa a própria Cooperativa tu tem que derrubar! Esse 100 hectare esse tu tem que derrubar tudo. Porque nós tinha as reservas outra área.</p> <p>– O fogo muitas veis foi vilento, porque naquela época que nois chegemo aqui, 13 de agosto, o fogo era liberado, de Terra Nova para cá todo mundo pra botar fogo tinha que queima, pegava fogo de Terra Nova até fim da Guarita, era aquele fumaceirão, que das veis tinha dia passava chorando, todo mundo queimava era “lei” todo mundo botando fogo.</p>                                                                                                                                                                                                                                         |
| Prof. Reginaldo                              | <p>– Mudanças na visão foi mais para negativo, desde o desmatamento é que se tem as consequências: relação com o assoreamento dos córregos e rios – mata ciliar – antes não era problema, agora falta lasca, água, madeira pra consumo;</p> <p>– Você vê o tanto de pocinho que nós tínhamos que a gente ia pescar lambari, entende? hoje não existe mais [...];</p> <p>– Assoreamento por emprego de técnicas inadequadas – como construção e manutenção das estradas que ano após ano leva para os leitos dos rios toneladas de areia por falta de barreira e caixas de contenções para segurar a enxurrada;</p> <p>– O garimpo só trouxe problemas: ambientais, intensificou a formação de um elitismo com concentração de terra e renda; violência e corrupção institucional; desmobilização das comunidades rurais; urbanização sem estrutura, e a riqueza foi embora, poucos aproveitaram [...].</p> |
| Sr. Paulo e Dona Gerci Sr. M. K. e Dona L. K | <p>Quando a agricultura não deu mais certo, o garimpo já estava bombando, e a maioria tinha dívida pra pagar na cooperativa, no banco, nos mercados. Então a saída pra nós foi trabalhar nas máquinas, no barranco ou plantar vender no garimpo. Eu mesmo só peguei malária no garimpo. Aí nós resolvemos mexer com horta: plantamos tomate, verduras, criava porco e galinha e levava pro garimpo. O pouquinho que sobrava fomos comprando umas vaquinhas e a vida foi melhorando.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Ao analisar os relatos dos interlocutores, fica evidente que percebem detalhadamente as transformações ocorridas no território; as mudanças no ambiente natural como no sociocultural. Com veemência aparecem as transformações definitivas na paisagem, nas florestas, na biodiversidade, recursos hídricos, clima, economia e organização social e comunitária. A maioria dos interlocutores relaciona as mudanças socioambientais as atividades por eles praticadas na produção da existência, pois, havia poucas alternativas de sobrevivência a não ser se adaptar às mudanças do lugar como, por exemplo, trabalhar no garimpo ou criar gado. Foi necessário aprender outras atividades que garantissem o sustento familiar; contudo,

poucos correlacionam tais mudanças com o modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela colonização.

Em relação ao ambiente natural, sobrepõe-se a compreensão de que era necessário o desmatamento para a produção agrícola, mas ressaltam que, para o sustento familiar, era necessário desmatar todo o lote, pois as famílias não conseguiam cultivar toda a área. O fato é que não restaram alternativas devido à falta de conhecimento, de assistência e comercialização da produção agrícola. Sr. Arno e Dona Marlene explicam que “[...] na época, o INCRA e a Cooperativa mandava derrubar mesmo, para fazer a agricultura e espantar o mosquito da malária e outros insetos”. Assim, não se viam problemas quanto aos incêndios e desmatamentos irregulares, que afetavam principalmente as áreas de preservação permanente, reservas legais e terras acidentadas sem possibilidade de uso para a agricultura e pastagens.

O modelo econômico contrastava com a situação fragilizada das famílias pobres, pois não tinham condições de expandir a produção e aumentarem os lucros. A falta de assistência e de perspectivas levou muitos a desistirem do projeto, abandonando ou vendendo os lotes a preços ínfimos, atraindo migrantes mais capitalizados, provocando migrações em toda a região, produzindo a especulação fundiária, exploração de mão de obra e dos recursos naturais. Na prática, para aumentar a produção, expandia-se a área explorada ou cultivada até as margens dos rios, córregos e até mesmo os leitos dos córregos para cultivar pastagem para o gado.



**Figura 28** – Córrego assoreado pelo uso intensivo de pastagem para o gado;  
Fonte: Acervo do autor (2003)

Ao longo de cada entrevista, os problemas socioambientais percebidos e vividos historicamente pelos interlocutores foram desvelando-se. A terminologia *socioambiental*, em muitos casos, não era conhecida, sendo necessário utilizar a expressão “tipos de problemas vividos e enfrentados pelas famílias”. Outro sinônimo para *crise socioambiental* foi “mudança”, que apareceu sempre relacionada a fenômenos e fatos que significaram contratempos, compondo o cenário de crise socioambiental local.

**Quadro 12 – Problemas e mudanças socioambientais**

| <b>Problemas socioambientais percebidos ao longo do processo histórico de ocupação e apropriação e uso do recursos naturais em Terranova.</b>                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prof. Reginaldo/<br>Elizete /<br>Prof. J. T./<br>Profª J. B. M./<br>Sr. Paulo e Dona<br>Gerci/<br>Prof. Pedrinho/<br>Sr. Arno e Dona<br>Marlene/<br>Sr. G. F. | Desmatamento, trabalho manual, monocultura, lavoura, veneno (agrotóxico), florestas/pastagem/lavoura, sucessão familiar, ausência dos filhos, emprego, renda, incentivos, comercialização, clima, chuvas, mais quente, derrubadas, estradas, pontes, infraestruturas, doenças, saúde, malária, cooperativa, comunidades, venda das terras, abandono das terras, banco, financiamentos, fogo, queimadas, caça, pesca, assoreamento, mata ciliar, fim das comunidades, reservas, Exploração de mão de obra, agricultura familiar, pequena propriedade, escassez de água, degradação do solo, pecuária extensiva, enxurradas, garimpo, desmobilização, urbanização, educação, violência, conflitos por terras, políticas públicas descontínuas, sustentabilidade, identidade, relação com a terra, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, conhecimento, cultura, planejamento, gestão democrática, participação, elitização, biodiversidade, pobreza, regularização fundiária. |
| Dona Inorema e<br>Sr. Dorvalino/<br>Sr. Arno e Dona<br>Marlene/<br>Sr. Carlos e Dona<br>Lurdes/<br>Sr. J. C. e Profª<br>C. C./<br>Profª Nilsa                 | Desmatamento, derrubadas, venenos, ausência dos filhos, incentivos aos jovens, comércio, indústria, clima, chuvas, mais quente, estradas, pontes, doenças, saúde, malária, comunidades, abandono das terras, banco, financiamentos, fogo queimadas, caça, pesca, assoreamento, mata ciliar, fim das comunidades, fumaça, preservar, animais, reservas, água, atoleiros, governantes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

As informações dispostas no Quadro 12 revelam dois conjuntos de respostas acerca das percepções sobre os problemas socioambientais vivenciados no processo histórico da ocupação de Terranova até os dias atuais. Na primeira linha do quadro, estão as com características amplas e pontuais e, na segunda linha, palavras que apareceram em todas as entrevistas, sendo sintetização dos termos que representassem os problemas socioambientais refletidos nas falas.

Para relatarem os transformações e problemas socioambientais, os interlocutores classificaram a trajetória de acordo com as ocorrências mais

expressivas para a continuidade nos lotes rurais. Constituíram-se em uma organização temporal relacionadas às experiências de produção de vida familiar e coletiva. Seguindo essa lógica, foi possível identificar algumas dessas fases como, por exemplo, o momento em que foram expulsos das reservas indígenas no Rio Grande do sul, a chegada e os dois primeiros anos em Terranova. Em seguida, a mudança das agrovilas para os lotes rurais e o cultivo da agricultura, depois a fase do garimpo, da pecuária e, recentemente, da lavoura e agronegócio.

Cada uma dessas etapas corresponde aos ciclos econômicos impostos na região. Nas falas apareceram seguidamente expressões como: “na época da chegada, não época do garimpo...” que são sinônimos dos ciclos econômicos. Em cada um desses estágios foi questionado quais os problemas socioambientais vivenciados, pois as memórias e as lembranças estão fortemente vinculadas ao fluxo dessas mudanças.

O tipo de culturas impactou os camponeses porque, primeiramente, precisaram incorporar e aprender como lidar com o plantio de café e de guaraná. Concomitantemente, abandonavam forçadamente a tradição agrícola herdada dos locais de origens. Os lotes e o trabalho familiar funcionavam como uma pequena empresa, cujos procedimentos eram determinados pelas agências reguladoras: cooperativa, Banco do Brasil e o INCRA. Com a falência da agricultura, a descoberta dos garimpos de ouro e o surgimento e crescimento da pecuária de leite e cria, obrigaram os camponeses aprender novas relações e práticas sociais no processo produtivo em cada ciclo.

Na base dessas mudanças, estavam em curso as transformações provocadas pelo desenvolvimento capitalista no campo, que avançava pela fronteira agrícola amazônica em diferentes frentes e formas de ocupação. Os camponeses viviam a eminência da modernização em seus próprios lotes, pois a agricultura transformou-se em negócio, com capitalização intensiva. Essa lógica se aplicou também na exploração dos garimpos, na pecuária e, recentemente, na lavoura convencional.

Retomando o panorama dos problemas socioambientais, os interlocutores demonstraram grandes preocupações com o que avaliam sendo os principais problemas socioambientais que vêm enfrentando nos últimos anos: Queimadas, clima (calor e chuva), desmatamento, degradação do solo, escassez de água,

assoreamento, venenos (agrotóxicos), colapso das comunidades rurais, sobrevivência no campo (renda), sucessão familiar e venda ou arrendamento dos lotes para os agropecuaristas.

**Figura 29** – (A) Igreja abandonada na Agrovila Esteio em Terra Nova do Norte, MT; (B) Camponês aplicando inseticida/herbicida na plantação de maracujá (2009);



Fonte: Acervo do autor (2017)

De modo geral, interpretam que a causa primária dos problemas ambientais locais foram o desmatamento e as queimadas anuais. Somente no início da década de 2000 houve diminuição nas queimadas, quando se percebeu que não eram sadias para os pastos como se acreditava.

**Figura 30** – (A) Escavação no leito de córrego seco no período da estiagem para obtenção e armazenamento de água para o gado; comunidade; (B) Garimpo de ouro com dragas e retroescavadeiras na microbacia do Rio Peixoto em Nova Guarita, MT;



Fonte: Acervo do autor (2017)

As queimadas foram orientadas e impulsionadas pelos agentes colonizadores da época. Houve um apelo muito intenso pela cooperativa para que cada camponês fizesse suas roças, para as quais, a derrubada da floresta era imprescindível. Cada família plantava de acordo com suas condições, sendo que a maioria fez financiamentos para aumentar a quantidade de área plantada, pois poderia contratar mão de obra para fazer os serviços. “A derrubada da mata era pareio, não deixa nada pra trás. Mesmo que deixasse o fogo vinha e queimava tudo” (Sr. E. U.).

Como o Projeto Terranova apresentou sérias falhas, sobretudo quando do abandono do Estado ao compromisso de assistência às famílias, a desistência e a venda dos lotes a preços baixos, favoreu a especulação fundiária tanto com os lotes do projeto como a de condomínio reserva legal, atualmente denominadas de Quatro Reservas<sup>45</sup> destinadas à preservação permanente, atendendo a legislação florestal vigente. Devido à ausência do Estado, a grilagem de terras devolutas na região se tornou uma prática comum, alimentada pela exploração madeireira e o garimpo.

Na primeira metade da década de 1980, houve um aumento exponencial da exploração madeireira e a descoberta do garimpo na região da microbacia do Rio Peixoto facilitou a abertura de novas áreas de colonização espontânea e grilagem de

<sup>45</sup> Sobre a situação atual da área de condomínio de reserva legal do Projeto Terranova, denominada de Quatro Reservas, conferir ICV – Instituto Centro de Vida. *Situação fundiária no município de Terra Nova do Norte (MT)*. Cuiabá: Instituto Centro de Vida, 2015. Disponível em: < [https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2016/06/An%C3%A1lise\\_fundi%C3%A1ria\\_TerraNova.pdf](https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2016/06/An%C3%A1lise_fundi%C3%A1ria_TerraNova.pdf)>.

terras. A notícia de oferta de terras a preço baixo na região se espalhou e atraiu novas levadas de migrantes de diferentes estados. Eram famílias com melhores condições financeiras e com perspectivas econômicas alinhadas às proposições do mercado (CASTRO et al., 2002).

Assim sendo, muitos camponeses venderam ou abandonaram os lotes e buscaram trabalho nas madeiras, garimpos ou se dedicaram ao comércio e criação de gado. Os interlocutores relataram que as madeiras e o garimpo contribuíram para a permanência das famílias nos lotes rurais, pois o Estado abriu e restaurou estradas, construiu pontes e boeiros. Com isso, ocorreu a intensificação do desmatamento. Eram poucos os casos de junção de dois ou mais lotes adquiridos por um mesmo proprietário, situação que se alterou a partir de 2010, quando começaram a concentrar vários lotes, formando propriedades maiores, precursoras dos latifúndios.

O desenvolvimento de novas atividades econômicas e negócios favoreceu a expansão econômica. Em contrapartida, aumentou a concentração de terras e renda, ampliou-se a destruição do bioma, assim como diversas formas de conflitos, violência, injustiça social e ambiental. O modelo de desenvolvimento implantado no território apresentou evidentes contradições entre o crescimento econômico e a sustentabilidade socioambiental (ACSERALD, 2010).

Na primeira metade da década de 1990, as atividades garimpeiras declinaram e atividade econômica principal permaneceu sendo a pecuária (leite, cria, engorda). Para os camponeses, a produção leiteira foi a saída encontrada para se manterem naquela terra. Mesmo assim, o comércio de terras nas agrovilas permanecia, pois muitos não se adaptaram à atividade leiteira. Mais uma vez, não houve planejamento regional estratégico da gestão pública de fomento, incentivo e formação para as comunidades; dessa vez, em relação à produção leiteira. A possibilidade diferenciada foi a comercialização do leite em virtude da instalação de laticínios na região. A cooperativa Coopernova, instalada em Terra Nova do Norte, tornou-se a maior compradora de leite para a fabricação de produtos lácteos, assim como outras empresas privadas de laticínios, dos municípios vizinhos, também garantiam a compra do leite dos camponeses.

Porém, não houve investimento adequado à melhoria de produção da cadeia leiteira local, a qual permaneceu no sistema extensivo, com pouco manejo de

pastagem e de solo. Como as propriedades eram pequenas, o aumento da produção somente era possível se expandissem a área cultivada. “Ao atingir os limites das propriedades, os camponeses buscaram aproveitar cada pedacinho de terra. Isso incluiu área úmidas da beira dos córregos, vegetação ciliar. [...] você chega nas casas das pessoas e não vê um pé de nada plantado, o pasto começa na porta da casa” (Prof. Reginaldo).

Como o leite passou a ser a principal fonte econômica para toda a família, aumentar a área de pasto foi a alternativa encontrada para incremento de renda. O uso intenso do solo, sem manejo adequado da pastagem e quantidade de cabeças de gado acima da capacidade por alqueire passaram a ser problemas imediatos. A cada ano, diminuía a capacidade de suporte das pastagens nas pequenas propriedades. “Para manter a quantidade necessária de leite para as necessidades, os caras tiram todo leite da vaca, até a parte do bezerro eles tiram. Aí não tem pasto bom e sem leite suficiente os bezerros não desenvolvem, ficam aperriado, peludo, cheio de carrapato, parece mais um ratão mesmo” (Prof. M. J. T.).

Os interlocutores explicaram que houve algumas experiências para a melhoria da produção de leite, como inseminação artificial proporcionada pela cooperativa Coopercana, e manejo de pastagem com piqueteamento, mas não teve continuidade nem apoio financeiro e técnico. Ao mesmo tempo, os laticínios passaram a exigir mudanças nas estruturas de produção e no armazenamento do leite, demandando investimentos e conhecimento operacional das famílias. Essas exigências, somadas à necessidade de recuperação das pastagens, fez muitas famílias abandonarem a atividade.

Ao mesmo tempo, com a renda insuficiente, os filhos passaram a migrar para as cidades mais desenvolvidas do eixo da BR-163 e para o sul do Pará em busca de trabalho assalariado nas lavouras, comércios, madeiras, fazendas etc. Permaneceram nos sítios apenas o casal (pais), sobrevivendo da renda do gado e do leite ou de aposentadorias. Parte da juventude saiu em busca de oportunidades de estudos nas cidades polos regionais como Sinop, MT, por exemplo. A carência de educação formal (em todos os níveis), conseqüentemente, de opções de trabalho foram apontados como os principais problemas da sucessão familiar e manutenção da vida no campo. A migração se repetiu, mas com os filhos dos camponeses do

Projeto Terranova; o sonho de ter terra, formação e condições de vida melhor para os filhos ainda é uma realidade com muitos desafios. O maior entrave é a permanência dos jovens na terra, pois o que se viu foi a perda gradativa da relação com o modo de vida camponês, a desvinculação com a terra.

Outro revés diz respeito às condições ambientais hídricas, de clima, pluviosidade, sendo o mais preocupante e urgente o abastecimento urbano e rural devido à degradação dos recursos hídricos. Todos concordam que houve mudanças no regime das chuvas, tanto no jeito de chover quanto na quantidade e intensidade. Uma exemplificação recorrente está na forma de chover: “antes chovia dias, até uma semana sem parar. Era aquela garoadinha contínua. E aqui no meu sítio vertia água em vários lugares. Agora pra dá dois dias de chuva é coisa rara. [...] geralmente cai umas tromba d’água num lugar só e logo na frente nem choveu. Dá os pancadão e logo passa” (Sr. Paulo).

No que tange às questões hídricas, os entrevistados destacaram dois problemas que afetam todo o território dos dois municípios: a escassez de água, no meio rural e urbano (assoreamento dos córregos, rios, nascentes e alteração no modo de chover) e o esgotamento do solo. Relatam que o período da seca tem se prolongado e se agrava, quando há irregularidades, principalmente no início do período chuvoso se comparado com a época em que chegaram em Terranova. O esgotamento do solo se acentuou com a pecuária leiteira, pois foi mantido o modo extensivo da produção, com maior número de animais por alqueire. Sem qualquer manejo e recuperação do solo, a produtividade diminuía a cada ano, indo na contramão dos anseios e necessidades das famílias que precisavam aumentar a renda para atender o consumo, custear os estudos dos filhos e manter a propriedade.

Com raras exceções, não estabeleceram ligação com o contexto geopolítico e econômico nacional e internacional. Detêm-se nos fenômenos empíricos, sentindo-se corresponsáveis por atuarem diretamente no processo de degradação dos recursos naturais locais. Na fala do Sr. Carlos transparece essa preocupação quando afirma: “O governo incentivava desmatar [...], mas agora tão nos obrigando a reflorestar sob pena de ser multado ou não conseguir acesso a nada de financiamento”.

## 6.1 A incerteza no enfrentamento da crise socioambiental

Os maiores impactos da crise socioambiental começaram a ser sentidos, segundo os relatos, a partir dos anos 2000; porém, não houve pelo poder público, sociedade civil organizada ou iniciativa privada um debate sobre as questões ambientais, sociais ou econômicas. De certa forma, propor discussões sobre esses temas controversos necessariamente passaria pelo questionamento ao modelo econômico e produtivo hegemônico. O Estado se fez presente como agente legislador ambiental que cobrou dos camponeses adequação das propriedades aos novos termos da lei, sob a pena de multas e impedimentos a créditos e comercialização.

As primeiras ações e iniciativas foram tomadas pelos próprios camponeses e proprietários de terras no sentido de amenizar os problemas nos momentos críticos. Para enfrentar a escassez de água para uso doméstico e dessedentação dos animais, construíram poços semiartesianos, pequenas barragens nos córregos para armazenar água e abrir pequenos bebedouros nos leitos dos córregos. As ações mais comuns de enfrentamento à crise socioambiental local estão dispostas no Quadro 13:

**Quadro 13** – Ações para enfrentamento da crise instalada

| <b>Ações percebidas de enfrentamento da crise socioambiental</b>                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prof. Reginaldo/<br>Elizete/<br>Prof. J. T./<br>Profª J. B. M./<br>Sr. Paulo e<br>Dona Gerci/<br>Prof. Pedrinho/<br>Sr. Arno e Dona<br>Marlene/<br>Sr. G. F./<br>Dona I. U. | Controle das queimadas; barragens e bebedouros; abertura dos leitos dos córregos com máquinas; construção de poços artesianos em comunidades; criação de áreas de proteção permanentes como parques florestais; cooperativas de produtos orgânicos; parcerias entre terceiro setor e os agricultores no desenvolvimento de projetos alternativos às monoculturas agropecuárias; organização de regularização fundiárias; projetos agroflorestais e práticas agrícolas ecológicas; recuperação de nascentes e Áreas de Proteção Permanentes com o uso de agroflorestas; melhoria no saneamento urbano; educação do campo (escola do agrícola); práticas de educação ambiental nas escolas; iniciativas da comunidade civil em prol do meio ambiente como o “Projeto Amigos do Rio”; Projeto Minha Comunidade Sustentável; |

Além das ações mitigadoras, aparecem diversas outras de enfrentamento advindo de formas organizadas da sociedade civil em parceria com os camponeses. A Cooperativa Cooperagrega, algumas ONGs e as escolas foram apontadas com grau de relevância e pertinência na elaboração e desenvolvimento de atividades que visam à educação, preservação e recuperação de áreas degradadas com foco principal nos recurso hídricos (Figura 21).

**Figura 31** – Lote rural onde se desenvolveram projetos de manejo de pastagem para o gado e coleta de sementes. Projeto desenvolvido pela ONG ICV (Instituto Centro de Vida) com verbas do Fundo Amazônia



Fonte: Acervo do autor (2003)

Cabe registro uma tendência crescente quanto à percepção dos problemas socioambientais. De modo geral, a urgência e a gravidade das questões socioambientais são encaradas a partir da óptica econômica, isto é, há queda na produtividade, aumento das despesas e prejuízos com eventos climáticos que afetaram diretamente as fontes de renda. Ao mesmo tempo, expressaram preocupações com a promoção da sustentabilidade socioambiental no sentido de garantias ao bem-estar social. Seu Pedrinho resumiu tal preocupação: “[...] veja só, em quaranta anos a gente acabou com quase tudo, isso porque não tinha muitas condições! Quase não se vê mais mato, os animais sumiram, os peixes estão acabando e daqui mais quarenta anos, com tanta máquina chegando, como será?” Tais questionamentos podem ser indicativos da necessidade de articular saber popular, conhecimento tecno-científico e educação a fim de contribuir para a melhoria ambiental desses locais.

## **6.2 Educação Ambiental Crítica: para fazer uma História Ambiental integradora**

A Educação Ambiental Crítica tem como principais pressupostos teóricos e metodológicos a abordagem sistêmica, a transformação da realidade com mudanças estruturais e a visão de que a crise não é somente ambiental, mas também econômica, sociopolítica e cultural. As ideias e as práticas são fundadas em base democrática plena, responsável e participativa. Significa que os agentes sociais de determinada área onde existam conflitos socioambientais devem buscar alternativas, meios,

consensos, formações e negociações que contemplem todas as partes envolvidas para a solução das problemáticas (LOUREIRO, 2004).

Ao considerar que os agentes sociais são também transformadores da realidade, a Educação Ambiental Crítica parte da premissa de que a consciência individual dos agentes sobre a realidade socioambiental é construída em um processo de formação social de pertencimento àquele meio como parte de um todo natural e social.

Diante das preocupações para enfrentar e solucionar a crise socioambiental, o Quadro 14 elenca as ideias desses atores para reverter a degradação. Na medida em que se buscava saber, durante as entrevistas, sobre atitudes factíveis a solucionar os problemas socioambientais, foram encontradas intersecções com a Educação Ambiental Crítica, saber que pode dar suporte à transfiguração desse contexto.

**Quadro 14 – Perspectivas de enfrentamento da crise**

| <b>Educação Ambiental Crítica e o enfrentamento da crise socioambiental: perspectivas</b>                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prof. Reginaldo/<br>Elizete/ Prof. J. T./<br>Prof. <sup>a</sup> J. B. M./<br>Sr. Paulo e Dona<br>Gerci/ Prof. Pedrinho/<br>Sr. Arno e Dona<br>Marlene/<br>Sr. G. F./ Dona I./<br>Sr. Dorvalino/<br>Sr. Carlos e Dona<br>Lurdes/ Sr. J. C./ Prof. <sup>a</sup><br>C. C./<br>Prof. <sup>a</sup> Nilsa/ Sr. A. S. | Agricultura familiar;<br>Linhas de créditos para recuperação e reflorestamento;<br>Agronegócio;<br>Formação técnica de como preservar águas e floresta;<br>Leis eficientes e fiscalização;<br>Regularização fundiária das Quatro Reservas;<br>Educação Ambiental;<br>Entender o funcionamento dos ecossistemas locais e projetar<br>ações adequadas às necessidades de proteção, recuperação e<br>preservação dos ambientes.<br>Mobilização social;<br>Melhorar o uso dos recursos do solo;<br>Formação (escolar) das novas gerações adequada à realidade;<br>Não vejo perspectivas, pois vemos o agro tomar conta de tudo; |

As respostas trazem consigo o questionamento de se é possível viver nesse território sem causar ou continuar com os processos de alta degradação da natureza. As ações que têm sido adotadas ao enfrentamento da crise socioambiental (Quadro 13) e as perspectivas para contornar ou mitigar as consequências dos problemas socioambientais (Quadro 14) são questões incômodas e inquietantes, pois levam a buscar as causas sempre com o indicativo de “apontar culpados”. Também, pelo fato de que são sujeitos imbricados no processo, sentindo certa pressão e responsabilidade de promoverem ações concretas de reparação da realidade local.

Ao serem indagados sobre as perspectivas de minimizar e, até reverter os problemas socioambientais, momentos de silêncios e reflexões, seguidos de uma afirmação negativa, denotavam que não viam perspectivas de solução em curto e médio prazo, tendo em vista que os problemas continuam se intensificando mesmo com aumento das ações forças tarefas mitigadoras e pontuais. As análises dos entrevistados geralmente partem das adversidades que mais os afligem. É desses pontos concretos que condicionam o olhar e avaliam a conjuntura local e regional.

Há casos em que a sucessão familiar foi interrompida geralmente por razões econômicas e renda, permanecendo no sítio apenas o casal; os filhos rumando para cidades polos do eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém), estabelecendo-se nas cidades e nas fazendas de lavoura em Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. A esses pais e mães, a falta de renda para garantir a permanências dos filhos próximos é um grande desafio. Assim, acreditam que a entrada e a expansão do agronegócio nos municípios representaram uma perspectiva de melhoria, pois aumenta a possibilidade de os filhos retornarem para perto e assumirem a produção econômica no sítio sem que seja necessário vendê-lo ou arrendá-lo para outrem.

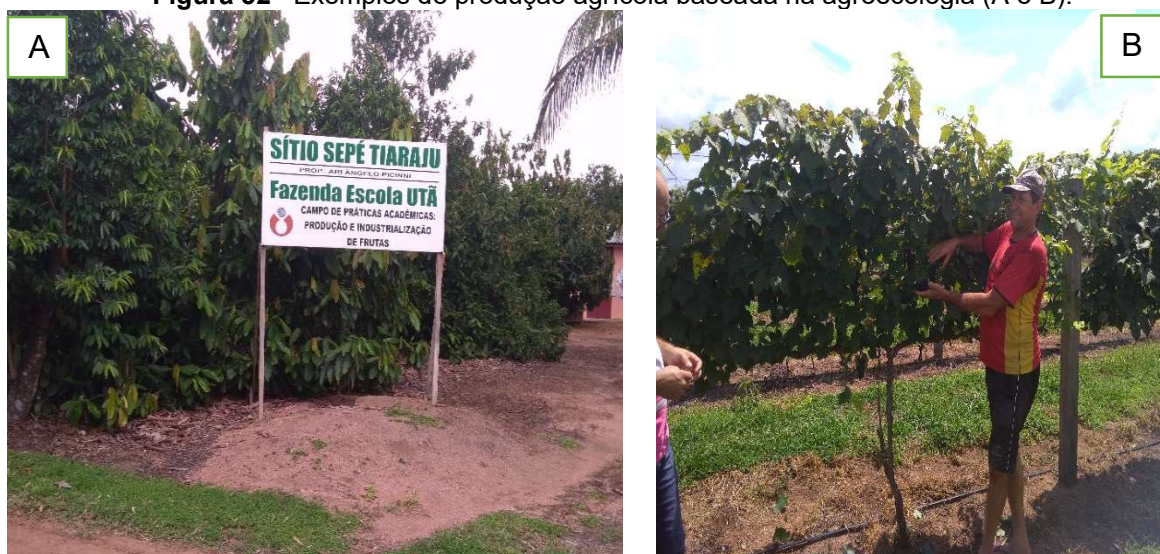
Ressaltam que, para o meio ambiente, a expansão da lavoura convencional e do agronegócio são prejudiciais devido aos agrotóxicos e à concentração de terras, aumentando os problemas socioambientais pela contaminação do solo, das águas, venda ou arrendamento de terras, perda de população e serviços etc. O consenso entre os interlocutores, em relação à crise socioambiental local, é a preocupação com a produção da vida econômica atualmente e com as gerações futuras. Nessas afirmações estão contidas uma compreensão histórica das próprias trajetórias de vida para se manterem na terra sem, contudo, garantirem a permanência dos filhos. Ao observarem o cenário e contexto local atual é comum manifestarem-se impotentes diante dos desafios. Nesse sentido, depositam a esperança de transformações às gerações mais novas de aprenderem aquilo que lhes faltou. Essa educação é posta em sentido amplo, mas, dentre os entrevistados, alguns eram ou são professores, ou gestores públicos e para eles a Educação Ambiental deveria ser trabalhada a partir da escola e das famílias. A esperança depositada nas gerações vindouras e o trabalho da Educação Ambiental aparecem como as únicas expectativas de enfrentamento da crise socioambiental, conforme destacado em duas entrevistas:

A gente vê e promove muitas coisas que envolve a Educação Ambiental na escola, mesmo que indiretamente são muitos trabalhos envolvendo o meio ambiente. As crianças, os adolescentes, os jovens gostam e se envolvem nas atividades. Mas para por aí mesmo. A cabeça, o pensamento dos adultos é muito mudar. E a forma de lidar com o meio ambiente, que é o modo de fazer então nem se fala [...] (Professor Reginaldo).

Olha, esses problemas do meio ambiente são bastante comentados, e a gente vê algumas pessoas e a prefeitura fazendo algumas coisas pra melhorar. Só que não resolve, todo ano se repete. Mas também tem muita gente que não entende e continua fazendo errado. Já tem aqueles que não se preocupam e não querem gastar dinheiro com isso. O que precisa fazer é recuperar as nascentes e as margens, por exemplo, porque antes tinha água e secou tudo. Como vamos fazer isso se não temos dinheiro, nem mão de obra e muito menos sabemos fazer, porque tem que ter conhecimento, senão não vai pra frente e acabam desistindo (Dona Geraci).

Relatam as muitas iniciativas de enfrentamento dos problemas socioambientais já experienciadas como manejo de pastagens, produção orgânica, produção agroecológica, recuperação de mata ciliar etc. Alguns camponeses, por exemplo, persistem na produção agroecológica em parceria com ONGs, mas a maioria desistiu durante ou logo depois do desenvolvimento dos projetos. A descontinuidade dos programas dificulta a formação de novos valores e práticas cotidianas importantes à construção de uma cultura socioambiental mais sustentável. Em contrapartida, a ausência de políticas públicas mais efetivas no apoio à produção, conhecimento e comercialização desestimula os camponeses a buscarem ou persistirem com novas práticas.

**Figura 32**– Exemplos de produção agrícola baseada na agroecologia (A e B).



Fonte: Acervo do autor (2019)

No decorrer deste estudo, percebeu-se diversos grupos e organizações sociais se mobilizaram ou estão sensíveis às causas socioambientais, tornando-se uma bandeira de luta, embora bastante individualizada, para permanecerem no território. Há uma reclamação comum acerca das formas de apropriação e uso dos recursos naturais mesmo sendo, em grande parte, restrita a discursos, pois as práticas são determinadas pelos modelos econômicos e políticos historicamente estabelecidos.

Ao analisar a História Ambiental desse território, em meio às manifestações dos conflitos socioambientais e tentativas de soluções, marcam presença diferentes atores sociais que (assim como os sujeitos da pesquisa) lutam por direitos e justiça junto ao Estado, não se eximem à participação e resistem como podem a permanecer na terra. Nesse sentido, Sorrentino (2005) explica que a Educação Ambiental, na sua dimensão de política pública, deve proporcionar espaços de diálogos entre as esferas do Estado, a sociedade civil e, por assim dizer, os camponeses.

O contexto socioambiental histórico e atual desse território também é consequência de disputas políticas, ideológicas e econômicas impostas como um modo de ser e viver no campo. Buscar alternativas de produção da vida coletiva é contrapor-se a esse modelo urbano industrial hegemônico. Diante da complexidade dos elementos que compõem essa realidade (cheia de contradições, disputas, enfrentamentos, limites, potencialidades e possibilidades), confirma-se que a Educação Ambiental Crítica pode contribuir à construção de posturas críticas ante as determinações e imposições que regem a vida no campo. Carvalho (2002) ressalta que a Educação Ambiental, em sua essência, é marcada por limites e possibilidades, pelas disputas internas e externas ao se configurar como um campo de conhecimento que surge como um despertar propositivo contra as ameaças e catástrofes ambientais no século XX.

Devido à modernização das sociedades contemporâneas (consumista, prática, rápida), as questões socioambientais tornaram-se problemas a partir da segunda metade do século XX, decorrentes das relações complexas entre sociedade e ambiente. Diante de diversos desastres socioambientais e o esgotamento dos ecossistemas surge a ideia de crise socioambiental que captou diversos atores sociais a lutarem pela causa ambiental (DIAS, 2004). Em diferentes setores sociais emergiram debates e movimentos, denunciando a visível degradação dos

ecossistemas pela expansão e intensificação do modelo societário urbano industrial. Foi, então, devido a esse contexto, que surgiu a Educação Ambiental, inicialmente com características conservacionistas, preservacionistas e, mais recentemente, com o viés transformador ou crítico (DIAS, 2004).

A tendência crítica da Educação Ambiental tem bases conceituais, teóricas e metodológicas fundadas na experiência e perspectiva histórica, na ecologia política, nas teorias críticas, no pensamento complexo, na problematização das origens e concepções da relação homem e natureza, assim como nos movimentos sociais, políticos e culturais. Constitui-se um campo de saber, conhecimento e ação que prima pelo envolvimento, participação reflexiva, dialógica e prática, contribuindo significativamente ao avanço ético e político nas relações entre sociedade, educação e meio ambiente, buscando caminhos possíveis a uma sociedade sustentável (LIMA, 2009; LOUREIRO, 2006).

No território estudado, os temas e problemas socioambientais estão presentes nos diferentes meios sociais, como, por exemplo, no ensino formal, na sociedade civil organizada, na gestão pública, nas ações de parcerias público-privada e nas rodas de conversas dos camponeses. Caracterizam-se por uma abordagem dos aspectos físicos emanada das experiências cotidianas e das evidências empíricas; no entanto, raramente são associadas às consequências de fatores econômicos, políticos e culturais implantados e dinamizados ao fluxo das tendências e forças dos mercados.

O desmatamento, os garimpos ou a perda de biodiversidade são atitudes egoístas: são destruídas as árvores, matas ciliares e as espécies porque se precisa produzir para viver. Toda transformação socioambiental é percebida sem ou com raras reflexões sobre os modelos e projetos políticos e econômicos que viabilizaram as ações de exploração da natureza ao mesmo tempo em que silenciam as vozes que buscam alternativas. Nesse elenco de contradições, operam modos dissociativos de entendimento das relações de complexidades entre as dimensões ambientais, sociais e culturais.

Assim, pensar soluções para a crise socioambiental local, deve passar pela compreensão da integração dos elementos, forças e dimensões sociais e ambientais; ou seja, o todo. Sob essa ótica, a Educação Ambiental Crítica pode contribuir (com

seu aporte teórico e prático) promovendo ações mais efetivas e duradouras para combater a degradação e recuperar o ecossistema local.

Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, onde a responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza (JACOBI, 2004, p. 33).

Para Leff (2001), está clara a impossibilidade de enfrentar, reverter ou resolver os complexos problemas socioambientais reproduzindo os mesmos conhecimentos, valores e práticas; isso só será possível mediante uma transformação radical nas concepções existentes, fundadas na racionalidade do desenvolvimento e crescimento econômico. A Educação Ambiental Crítica é um dos elementos capazes de impulsionar tais mudanças, dada sua potencialidade de dinamizar e integrar pensamentos e práticas fundamentais à motivação e sensibilização das pessoas em torno do princípio comum de defesa da qualidade e da diversidade de vida.

Se, no início do Projeto Terranova, não havia conhecimento do ecossistema local e nem preocupação com a natureza, hoje, no entanto, há vasta bibliografia de pesquisas e experiências empíricas nas diversas áreas de conhecimento. Contudo, as concepções de relações entre homem e natureza, sociedade e meio ambiente se perpetuam no tempo e no espaço na mesma lógica de exploração e expropriação de recursos naturais para atender uma demanda impositiva.

O enfrentamento da crise socioambiental pressupõe a transformação do modelo hegemônico; no entanto, requer produção e apropriação de conhecimento, pelos diversos setores e agentes sociais. Atitudes inovadoras, que contemplem as relações homem e natureza sob a perspectiva de um paradigma integrador em que as relações de produção, a organização social, assim como os diferentes papéis sociais estejam ancorados sob os princípios de sustentabilidade socioambiental.

No cenário da pesquisa, revelaram-se muitas medidas mitigadoras de curto prazo ao enfrentamento dos problemas socioambientais; todavia, em médio e longo prazo, é necessário o olhar crítico e a reavaliação das concepções, das práticas e atitudes que sustentam as relações e interações entre homem e natureza nesse local.

Os camponeses estão diante do desafio de construir e desenvolver ações políticas e práticas produtivas capazes de conduzir à sustentabilidade socioambiental, o que exige a compatibilização da produção econômica, recuperação, uso e conservação dos recursos naturais com os princípios da sustentabilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de tese desenvolvemos uma reflexão sobre a História Ambiental do Projeto de Colonização Terranova com o objetivo analisar as relações entre sociedade e natureza, a fim de tecer conhecimentos para o enfrentamento e superação da crise socioambiental local por meio das possibilidades ofertadas pela educação ambiental. Constatamos que as relações socioambientais de apropriação e uso dos recursos naturais foram influenciadas e impulsionadas por fatores culturais e políticos, mas sobretudo por fatores econômicos ao longo do processo de ocupação e desenvolvimento da área do Projeto Terranova. Os camponeses buscavam um “pedaço” de terra para morar, formar os filhos e melhorar as condições de vida familiar e, ao mesmo tempo, as políticas colonizadoras do Estado, bem como os operadores da colonização, visavam à expansão do capitalismo, do modelo agrícola e a exploração econômica das riquezas naturais.

A partir das leituras das fontes bibliográficas, dos relatos e conversas descontraídas durante as entrevistas com os camponeses, pudemos compreender melhor as relações homem e natureza no Alto Uruguai, RS que compõem a História Ambiental dessas famílias, bem como ajudam a explicar o processo de migração para o Projeto Terranova.

Esses homens e mulheres constituíram suas vidas na condição de expropriados da terra pelas políticas de colonização iniciadas nas décadas anteriores a 1970. E muitos já haviam buscado terra para viver nas regiões mais próximas e nos estados de Santa Catarina e Paraná que também passavam por processos de colonização. Porém, descapitalizados retornaram junto as suas origens passando a viver de favor ou de agregado em pequenos lotes de parentes, ou ainda ocupando irregularmente as reservas indígenas. Desapossados dos saberes da agricultura tradicional camponesa e dos novos meios de produção e mercadorização da “nova” agricultura, acessar a terra e os recursos naturais era uma necessidade de sobrevivência.

Quando trazidos para o Projeto Terranova, os camponeses mantiveram-se imbuídos dos sonhos de alcançarem o desenvolvimento socioeconômico capaz de propiciar melhorias de vida familiar. Além do deslocamento de um ecossistema para

outro foi necessário aprender a produzir a agricultura nesse novo bioma sob os ditames técnicos e ecológicos dos agentes colonizadores.

Assim, a hipótese proposta de que os camponeses foram levados a adotar uma posição dominadora sobre a natureza pelo modelo de ocupação e por serem portadores de uma cultura de desmatamento civilizador, passaram a reproduzir os saberes e práticas oriundas do Sul somadas às orientações dos técnicos da Coopercana sobre as formas de produção preconizadas pela modernização da agricultura, se confirmaram por diferentes motivos e formas. Primeiramente, é preciso entender que a busca e o acesso à terra, bem como a apropriação e uso dos recursos naturais são importantes para construir um lugar para viver. Tanto que, ao receberem os lotes, ficaram impressionados com tanta terra, pois era mais que suficiente para as necessidades e produção familiar, baseada na agricultura tradicional, que era garantida pelo acesso à terra e pelo emprego de tecnologias de produção de baixo impacto ambiental, qualificadas muitas vezes, como primitivas e rudimentares.

Essa compreensão se distingue das proposições planejadas para o Projeto Terranova pela Coopercana, INCRA e o Governo Federal. A terra vendida aos camponeses destinava-se à exploração econômica e a produção agrícola destinada ao mercado externo. A família passou a ser compreendida como uma unidade produtiva semelhante a uma pequena empresa. Os agentes colonizadores usaram de mecanismos diversos, como fomento, ideologias, campanhas, pressões etc., para impor o modelo de desenvolvimento e pressionar os camponeses a abrirem seus lotes, explorarem os recursos florestais imediatos, derrubarem a mata, comprarem maquinários e aumentar as áreas cultivadas a cada ano.

Houve um choque cultural pela mudança brusca de concepção da produção camponesa, do ecossistema e da organização social, relacionando o Alto Uruguai e o Projeto Terranova. Isso pesou definitivamente no sonho de permanecer no assentamento que, somados a outros problemas estruturais e práticos no Assentamento, levando a maioria dos camponeses de volta aos locais de origens ou buscarem outras frentes de ocupação – as perspectivas e os sonhos foram frustrados ante a realidade local. A desistência da “terra prometida” abriu espaço para novas levadas de camponeses com anseios de enriquecimento e mais capitalizados ocuparem os lotes vazios, imprimindo uma dinâmica mais acelerada no desmatamento.

Sob o manto do desenvolvimentismo, do progresso e da cultura da “limpeza”, não houve pudores: derrubou-se a floresta, adulteraram-se os recursos hídricos e o solo para produção agrícola sem que houvesse qualquer preocupação com o sistema ecológico local. Estava implantado, mesmo sub-repticiamente, o sistema capitalista, que não sopesou a vida dos camponeses, nem considerou os riscos e impactos socioambientais, renegando os conhecimentos populares e imprimindo novos modos de conceber e se relacionar com a natureza.

Assim, as ações antrópicas não incluíam e nem permitiam a manutenção da biodiversidade. Formou-se um sistema de controle dos processos naturais de regeneração da biota com o uso de técnica altamente impactante como o uso do fogo, venenos (herbicidas, fungicidas e inseticidas) e mais tarde a mecanização. Junto a esses camponeses entendemos que a destruição da natureza não foi puramente pela vontade de enriquecer, de ganhar dinheiro e aumentar suas propriedades. Foi, sim, uma questão de sobrevivência na terra. Para manter o sonho de viver no modo de produção familiar foi necessário se adaptar ao modelo hegemônico ali implantado, por isso, trazem vivas lembranças das belezas das paisagens naturais e toda a biodiversidade que não existe mais. Expressam sentimentos saudosistas de tudo o que existia em seus lotes e que hoje está tomado pela pastagem ou pela lavoura.

Nesse sentido, são cientes das responsabilidades da contribuição para a crise socioambiental, quando na produção coletiva da vida social foram submetidos às práticas econômicas de busca de lucro rápido através da expropriação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, que reconhecem a capacidade e dever de enfrentar, corrigir ou buscar soluções alternativas para a problemática.

Neste contexto verifica-se que os temas e problemas socioambientais estão presentes no cotidiano dos camponeses e em diversos segmentos sociais sobretudo na área da educação escolar. De certa forma, a biodiversidade não é vista como um problema e, sim, algo que não existe mais, apenas guardada na memória e nas fotos das famílias. Porém, são enfáticos em reconhecer que são problemas consequentes das práticas inadequadas adotadas e da falta de conhecimento da produção, relacionando os processos de degradação do meio ambiente aos artifícios econômicos e políticos. Da mesma forma, esperam e cobram solução do poder público para mitigar os efeitos da crise socioambiental.

Com base no estudo bibliográfico realizado, uma alternativa de solução possível a longo prazo pode ser efetivada a partir da Educação Ambiental Crítica, por defender em seus pressupostos o alinhamento de concepções e práticas socioambientais participativas e integradoras dos elementos naturais e sociais sem desconsiderar o ecossistema e o bioma local. Pressupõe a superação da cisão entre o homem e a natureza e busca a equidade e equilíbrio entre sociedade e meio ambiente.

Na História Ambiental do Projeto Terranova ainda persistem os sonhos dos camponeses de completarem os ciclos de suas vidas no lugar que lutaram para viver. Diante da crise socioambiental, vivem o desafio de transformarem suas práticas para que a História Ambiental seja diferente no futuro.

Pela inação das políticas governamentais públicas e privadas, alguns setores da sociedade local como escolas e algumas associações promovem atividades isoladas na busca por soluções em parceria com o poder público local. São, contudo, ações pontuais caracterizadas pela visão conservacionista, preservacionista e de mitigação. Na dimensão produtiva são muitos os relatos de iniciativas ligadas ao cooperativismo, ao associativismo, à agroecologia dentre outros, mas que persistem com pouco sucesso e abrangência. E neste contexto percebemos a necessidade de intervenção por meio de uma Educação Ambiental de qualidade para trabalhar conjuntamente à população o sentimento de pertencimento e da valorização humanos/natureza com práticas educacionais cooperativas e formativas propiciando a população o sentimento de pertencimento e de valorização da natureza com práticas educacionais e formativas capazes de romper com a visão reducionista e fragmentada das questões socioambientais.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Rev. Estudos Avançados** 24 (68). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.
- ANDRIOLI, A. O fim da picada: plantas transgênicas em expansão na América Latina. In: ANDRIOLI, Antônio; FUCHS, R. **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 99-115.
- ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- AZZAN JÚNIOR, C. **Antropologia e interpretações: explicação e compreensão nas antropologias de Levi-Strauss e Geertz**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- ARANHA, E. **História de Colíder: a cidade e sua formação histórica**. Colíder, MT, 2019. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/6635265>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BAMPI, A. **Crise socioambiental na Amazônia norte mato-grossense**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2012.
- BARROZO, J. C. A colonização em mato grosso como “portão de escape” para a crise agrária no rio grande do sul. **CLIO, Revista de Pesquisa Histórica**, n. 32.2, 2014.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.
- BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos**. 12. ed. Porto: Porto, 1994.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRITO, D. C. de. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia. **Ambient. Soc.** n.8, Campinas. Jan./June, 2001.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: [www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=311](http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=311). Acesso em: 16 mar. 2010.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: Trigo e Soja. Ijuí: FIDENE, 1985.

BURKE, P. A. Afterword. In: SORLIN, S.; WARDE, P. (Org.) **Natures's end**: history and the environment. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.

CARIGNANI, G.; OLIVEIRA, C. C. T. de; JUNIOR, O. R. de C. BR-163 como elemento estruturador da cidade de Terra Nova do Norte, MT. XVIII ENANPUR 2019. Anais ... <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília/São Paulo: Paralelo 15.ed. Unesp, 2000.

CARIO, S. A. F.; BUZANELO, E. J. Notas sobre a teoria marxista da renda terra. **Revistas de Ciências Humanas**, UFSC, v. 5, n. 8, 1986.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Trad. por Raul de Polillo. 2a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, D. J. **Papel do estado no processo de diferenciação camponesa**. Série Seminários e Debates 9. Belém: NAEA, 1982.

CARVALHO, I. C. de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, S. P. et al. **A colonização oficial em Mato Grosso**: “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CHESNAIS, F. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 16, p. 39-75, 2003.

CHRISTIAN, D. **Maps of time**: an introduction to Big History. Berkeley: University of California Press, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM. **Municípios**. Disponível em: [www.cnm.org.br/municipios/registros/100151/100151120](http://www.cnm.org.br/municipios/registros/100151/100151120). Acesso em: 01 dez. 2019.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Método de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003

CAPOBIANCO, J. P. O que podemos esperar da Rio 92? **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v. 6, n. 1 e 2, jan./jun.1992.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

COSTA, H. L. da; ROSSETTO, O. C. A concentração fundiária no estado de Mato Grosso: leituras a partir da análise dos Censos Agropecuários 1985- 2017. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 14, n. 32, p. 84-99, abr., 2019.

COY, M.; KLINGLER, M.; KOHLHEPP, G. **O setor florestal na Amazônia no caminho para o desenvolvimento sustentável. O estudo de caso: polo madeireiro de Sinop, MT**. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 set. 2017.

COY, M.; KLINGLER, M.; KOHLHEPP, G. De *frontier* até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 30, maio 2017. Disponível em: <<http://confins.revues.org/11683>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**. uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DECIAN, V. S. et al. Diagnóstico Ambiental do COREDE Norte, RS: mapeamento do uso da terra na região do Alto Uruguai e obtenção de banco de dados relacional de fragmentos de vegetação arbórea. **Ciência e Natura**, v. 32, n. 1, p. 119-134, 2010. Doi: <<https://doi.org/10.5902/2179460X9501>>.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DUARTE, I. (Org.). **Terra Nova do Norte**: conhecendo os municípios do Portal da Amazônia. Alta Floresta: Instituto Centro de Vida, 2016.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Rev. Educar.**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas: fontes e linha de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, 1991.

FERREIRA, J. C. V. **Mato grosso e seus municípios**. Cuiabá, Buriti, 2001.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 12, 2001.

FONTES, V. Interrogações sobre o capitalismo na actualidade: trabalho e capital, economia e política. In: GALVÃO, A. (Org.). **Marxismo e socialismo no século XXI**. São Paulo/Campinas: Xamã; Cemarx, 2005.

FOWERAKER, J. **A luta pela terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRANCO, J. L. de A. et al. (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, J. A. da C. Colonização e cidades em Mato Grosso. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. **Anais...** do Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/33-snh27>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GEERTZ, G. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, G. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GERHARDT, M. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **Ver. História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 1, p. 166-180, 2016.

GERHARDT, Marcos; NEDEL, Rossana P. Uma história ambiental da modernização da agricultura no noroeste do Rio Grande do Sul. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio (Org.). **Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. p. 77-113.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 10, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GUSDORF, G. **Mito e metafísica**. São Paulo: Convívio, 1980.

HERÉDIA, V. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Nº 94 (10), 1 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930-1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial.html](http://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial.html). Acesso: nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/>. Acesso: nov. 2019.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV) **Situação fundiária no município de Terra Nova do Norte (MT)**. Cuiabá, Mato Grosso, mar. 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HENAO, F.; FRANCO, L. Unpacking multimethodology: Impacts of a community development intervention. **European Journal of Operational Research**, v. 253, n. 3, p. 681- 696, 2016.

JAQUENOD DE ZSÖGÖN, S. **Antropologia ambiental**: conflictos por recursos naturculturales y vulnerabilidade. Madri: Dykinson S.L. Libros, 2014.

KAISER, J. **Ordem e progresso**: o Brasil dos gaúchos. Florianópolis: Insular, 1999.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis/Maceió: Vozes; Edufal, 2013.

KLANOVICZ, J.; ROCHA, M. F. História e educação ambiental: abordagens, problemas e perspectivas. In: PARANÁ. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Curitiba: SEED PR, 2012.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI Jr., A. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. C. E. M. Tucci, D. J. Hogan, R. Navegantes. São Paulo: Signus Editora, 2000.

LAROQUE, L. F. da S. **Fronteiras geográficas, éticas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil**. Instituto Anchieta de Pesquisa. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

LÉNA, P. **Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia**. Tradução de Maria Luiza Belloni. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

LIMA., G. F. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e teorias críticas. In: GUIMARÃES, M. (Org.). **Caminhos da educação ambiental**: da forma à ação. Campinas: Papirus, 2006.

LOVATO, D. M. C. **A recriação sociocultural em bairros rurais no município de Terra Nova do Norte, MT**. Encontro Nacional da Associação Nacional de pós-Graduação e Pesquisa em geografia. X ENANPEGE. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2013.

LOVATO, D. M. C. O projeto Terra Nova em Mato Grosso no contexto da fronteira capitalista: um estudo de caso. **Rev. Nativa**, V. 5, N. 2. 2016.

LOVATO, D. M. C. A (re)configuração do espaço rural no território Portal da Amazônia. **Revista Nativa**, v. 5, p. 88-105, 2016b.

LOVELOCK, J. **As idades de Gaia**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINAZZO, L. N. **História ambiental do Alto Uruguai**: colonização, desenvolvimento e transformações na paisagem. 2011. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2011.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATO GROSSO. Municípios. **Portal Mato Grosso**. Disponível em: [www.portalmatogrosso.com.br/municipios/terra-nova-do-norte/dados-gerais/geografia-de-terra-nova-do-norte/1051](http://www.portalmatogrosso.com.br/municipios/terra-nova-do-norte/dados-gerais/geografia-de-terra-nova-do-norte/1051)>. Acesso: 10 dez. 2019.

MATO GROSSO. Prefeitura Municipal de Terranova do Norte. **Programa gestão e planejamento responsáveis**. Terra Nova do Norte, 2018.

MEADOWS, D. L. et al. **The Limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [N.T.].

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Diretrizes voluntárias sobre a governança responsável da terra, dos recursos pesqueiros e florestais no contexto da segurança alimentar nacional**. Brasília: MDA, 2015.

MOURA, M. L. S. de; FERREIRA, M. C. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

MUELLER, C. C. **Economia e meio ambiente na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia mundial neoclássica**. São Paulo, 1996.

NAVES, J. G. de P.; BERNARDES, M. B. J. A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 57, p 7-26, jan./jun. 2014.

NETO, V. J. Amazônia na década de 1970: a fronteira sob o olhar do migrante. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 16, p. 186 -206, Jan./Jul. 2014. Disponível em: <<http://revista.anphlac.org.br>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 2013.

NOGUEIRA, A. O desastre por trás do milagre econômico durante a ditadura militar brasileira. **Revista Aventuras na História**, 2019. Disponível em: <https://aventurasna.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/o-que-foi-o-milagre-economico-durante-a-ditadura-militar-brasileira.phtml>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

NODARI, E. S., KLANOVICZ, J. História ambiental e tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 04 - 06, jan./abr. 2019.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, R. C. de. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. **Estud. Av.**, v. 9, n. 25, São Paulo, 1995.

ONU – Organizações das Nações Unidas. **Documentos Temáticos**. Genebra, Suíça, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/objetivos-de->

desenvolvimento-sustentavel-da-onu-completam-2-anos/>. Acesso em: 06 ago. 2019.

PÁDUA, S. M; TABANEZ, M. F. (Org.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: FNMA/IPE, 1997.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Estud. Av.** v.3, n.7, São Paulo, set./dez.1989.

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: VON SIMON, O.M. (Org.) **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

PEZAT, P. R. **Auguste Comte e os fetichistas**: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. (Dissertação de mestrado),1997.

PEZAT, P. R. **Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade**: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974). (Tese de doutorado), 2003.

PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

PICOLI, F. **Amazônia**: a ilusão da terra prometida. 2 ed. Sinop: Fiorelo, 2005.

PIRAN, N. Contribuição à caracterização do Alto Uruguai (RS): breve releitura e novos desafios. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, Especial 40 Anos, p. 53-64, 2015.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, E. C. Educação Ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n.18, p. 201-218. Editora da UFPR. 2001.

RIBEIRO, J. D. **Terra e garimpos**: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização, Alta Floresta, MT (1978-1983). 2001. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, Alta Floresta, 2001.

RIBEIRO, T. G. A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia. **Ambiento. Soc.** n.10 Campinas, jan./jun., 2002.

RÜCKERT, A. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827/1931. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

SAGAN, C. **Bilhões e bilhões**: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio. Trad. Ros aura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

SANTOS, J. V. T dos. **Malucos**: exclusão e luta, do Sul para a Amazônia. Vozes: Petrópolis, 1993.

SANTOS, M. **A redescoberta da natureza**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

SAWYER, D. R. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da Fronteira Amazônica. **Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, 1986.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais, um estudo das migrações campo** – campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso. São Paulo: Loyola, 1985.

SCHERRE, P. P. **E quando pesquisador e pesquisado são a mesma pessoa?** Reflexões epistemo-metodológicas à luz da complexidade e da transdisciplinaridade. NUPEAT–IESA–UFG, v.5, n.1, jan./jun., 2015, p. 263-286.

SCHWANTES, N. **Uma cruz em Terranova**. Scritta Oficina Editorial: São Paulo, 1989.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

SILVA, L. K. R. da. A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985) III: os projetos de colonização da Amazônia e suas oposições. **Revista Klepsidra**, 2005. Disponível em: <[www.klepsidra.net/](http://www.klepsidra.net/)>. Acesso em: 21 mar. 2020.

SILVA, M. A. B. Caboclos. **História Unisinos**, maio/ago., 2014.

SILVA, R. de F. Compreender a “entrevista compreensiva”. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 26, n. 12, p. 31-50, 2006.

SILVA, R. de F. e. O uso da entrevista compreensiva na análise de práticas e concepções na avaliação do ensino superior. In: SAMPAIO, Marisa Narcizo; SILVA, R. de F. e. **Saberes e práticas de docência**. Campinas/Natal: Mercado de Letras; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014. p. 453- 483.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPONCHIADO, B. A. **O Positivismo e a colonização no norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphallen: URI, 2005.

SOUZA, E. A. de. **Sinop: História, Imagens e Relatos**. Um estudo sobre a Colonização de Sinop. Cuiabá/MT: Dissertação de mestrado, 2001.

SOUZA, E. A. D. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, RJ, 2008.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Global, 2002.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

TEDESCO, J. C.; ZARTH, P. A. Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 1, p. 151-171, 2013.

TRINIDAD, C. B. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário Antropológico** [On-line], I, 2018. Disponível em <<https://journals.openedition.org/aa/2986>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

UNESCO. **A educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. Paris: Unesco, 1980.

TERRA NOVA DO NORTE. **Programa gestão e planejamento responsável**. Terra Nova do Norte: Prefeitura Municipal, 2018.

TURNER, F. J. **The significance of the frontier in American history**. Editado por Harold P. Simonson. New York: Ungar, 1987.

TURNER, F. **O espírito ocidental contra a natureza**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, 2014.

WAGNER, C. **O Brasil de bombachas**. Porto Alegre: Ed. LP&M, 1995.

WENTZ, L. **Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920**. Ijuí: Unijuí, 1997.